

Dezembro 2018

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>7</b>	
1.1	Analisado programa de combate à pobreza	7
1.2	Na ressaca do cofre vazio e do pote de mel	7
1.3	Cerca de 45 por cento dos jovens estão desempregados em Angola	8
1.4	Cazenga possui três distritos pobres	8
1.5	Para onde vai a economia angolana?	8
1.6	INE confirma recessão em 2016 e acrescenta outra em 2017	10
1.7	Só 1% das crianças angolanas não têm nenhuma privação	11
1.8	Três em cada quatro crianças em Angola vivem na pobreza	11
1.9	O país real que a realidade desconhece	12
1.10	86% das nossas crianças não vivem... sobrevivem	13
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>14</b>	
2.1	Angola tem a maior taxa de crédito malparado de África	14
2.2	Bancos do PCA da Sonangol e Paihama violam leis do BNA	14
2.3	Valor do micro crédito vai crescer em 2019	15
2.4	Jovens defendem atribuição de crédito bancário	15
2.5	Depósitos "Bankita" com taxa de juros melhorada	16
2.6	Resultados financeiros dão mérito ao Xikila Money	16
2.7	Banco Postal promove banca de proximidade a céu aberto com kitanda xikila neste Domingo	17
2.8	Projectos comunitários com crédito garantido	17
2.9	Crédito 'malparado' atinge o valor mais alto da história de Angola	18
2.10	Cartoon	18
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>19</b>	
3.1	Venda de dólares reactivada no Mártires	19
3.2	Operação Resgate pode causar revolta social	19
3.3	Como "operação resgate" deixa inúmeros cidadãos no desemprego	20
3.4	Apreendidos fármacos em mercados paralelos	22
3.5	Mercado da Gajajeira já faz parte do passado	22
3.6	Suspenso chefe da Brigada de Fiscalização	22
3.7	Governante desdramatiza protestos de "zungueiras"	23
3.8	"Zungueiras" em defesa dos seus interesses marcham para o palácio presidencial	23
3.9	"Operação Resgate" da "pimpa" só para as zungueiras	24
3.10	Fiscalização	25
3.11	"Operação Resgate" deve atacar a raiz do mal que é o MPLA	25
3.12	Operação Resgate leva mais de 80 milhões kz aos cofres do Estado	26
3.13	Zungueiras pagam mais de 700 mil kwanzas a fiscais do «bisno»	26
3.14	"Zungueiras" em fúria	28
3.15	Chefe da brigada que dirigiu operação contra zungueiras em Luanda foi suspenso	28
3.16	Armazéns e cantinas fecham por medo	29
3.17	As ordens superiores	29
3.18	"Batata podre" suspensa	30
3.19	Batatas... Podres	31
3.20	Governo aborta "golpe de estado" das zungueiras	32
3.21	Jovem do Cuito vendeu água para comprar livros escolares	33
3.22	"Operação resgate" no seio das instituições...	34

3.23	Administradores de mercados recebem mais de 200 novos vendedores por dia	35
3.24	Continua o braço de ferro entre as Zungueiras e a Polícia	36
3.25	Relatório operacional «oculta» excessos dos efectivos	36
3.26	As ofertas dos informais	37
3.27	É preciso resgatar (pôr fim) esta "Operação Resgate"	37
3.28	Serviços de Fiscalização “versus” Policia Nacional	38
3.29	O sal do conflito entre produtores artesanais e o Governo de Benguela	38
3.30	O sal do conflito entre produtores artesanais e o Governo de Benguela	39
3.31	“A Policia tornou-se o cartaz principal da Operação Resgate”	40
3.32	Comerciantes estrangeiros dizem-se livres de “suborno” de fiscais	42
3.33	40 mil táxis “caçam” clientes dia-a-dia nas inúmeras estradas de Luanda	43
3.34	Equipa multisectorial fiscaliza mercado informal	46
3.35	Mercado informal estimula consumidor a seleccionar as aquisições	47
3.36	"Operação Resgate" encerrou locais de venda desordenada	47
3.37	Lucapa era uma terra de estrangeiros ilegais	47
3.38	Cidadã acusa alta patente da polícia de apropriar-se de terreno	48

#### 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 50

4.1	OGE para 2019 não contempla o acesso ao direito à justiça	50
4.2	Será o OGE injusto com a Justiça?	51
4.3	Municípios com verbas para combate à pobreza	51
4.4	Aprovação do OGE só na segunda-feira	52
4.5	Província do Huambo com menos dinheiro	52
4.6	Executivo reafirma aposta na proposta do Orçamento	53
4.7	Governo angolano só admite revisão ao orçamento de 2019 depois de Março	54
4.8	Deputados querem publicação de balanços de execução do OGE	55
4.9	Oposição vota contra o OGE para 2019	56
4.10	Revisão do Orçamento Geral do Estado para 2019 em "Stand by"	57
4.11	Bié com aumento AKz 26,3 mil milhões no orçamento 2019	58
4.12	Orçamento do Cunene aumenta 17,1 por cento	58
4.13	OGE 2019 saiu da Assembleia Nacional tal e qual como entrou	59
4.14	"Programa estabelece um nível mínimo de gastos sociais no orçamento"	60

#### 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 62

5.1	“O processo de selecção e de formação dos candidatos a presidentes de câmara deve obedecer a critérios objectivos...”	62
5.2	Organizações propõem uma plataforma comum	65
5.3	Sociedade civil e Executivo traçam canal de comunicação	66
5.4	Secretário dos CAPs do MPLA poderão ser autarcas em 2020	67
5.5	A proposta do executivo para as autarquias	68
5.6	Municípios com verbas para combate à pobreza	69
5.7	Governo propõe 2020, 2025 e 2030 para a sua realização	70
5.8	UNITA projecta autarquias para combater assimetrias	70
5.9	Especialistas analisam finanças autárquicas	71
5.10	As autarquias e a venda de ilusões	71
5.11	Administrações obrigadas a apresentar Plano Director	72
5.12	Sobas devem ser interventivos	73
5.13	Mais um passo rumo ao contestado gradualismo	73
5.14	As autarquias e a defesa do ambiente	74
5.15	A visão económica das autarquias	76
5.16	Localização do Reino	77
5.17	Legislação autárquica tarefa deputados em 2019	77
5.18	“As autarquias não devem ser monopolizadas pelos partidos políticos”	78
5.19	UNITA elege candidatos para eleições autárquicas	80

5.20	FNLA prepara jovens para as autarquias	80
5.21	UNITA elege candidatos para autarquias de 2020	80
5.22	UNITA quer mulher a concorrer nas eleições autárquicas	81
5.23	UNITA anuncia formação sobre autarquias	81

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 82

6.1	Algumas notas sobre a questão do pagamento do IPU	82
6.2	Recomendada matéria local para a construção	83
6.3	Administrações obrigadas a apresentar Plano Director	83
6.4	Imposto predial urbano – moradores divergem, mas entendem que IPU deve ser pago por todos	84
6.5	Governo afasta IMOGESTIN da gestão das centralidades	85
6.6	Kilamba Kiaxi precisa de um plano director	85
6.7	"A IMOGESTIN não tinha poder político de gerir activos"	86
6.8	Fundo de Fomento à Habitação financia construção de projectos habitacionais	86
6.9	Mais de 90 mil habitações concluídas, equivalente a 45% da meta do Governo	87
6.10	Palmas	88
6.11	Acesso dos jovens à habitação social nas centralidades	88
6.12	Arrendar a ilegais dá pena de prisão	89
6.13	Margoso de ontem e de hoje	89

## 7. TERRA 93

7.1	Visita do ministro dos antigos combatentes	93
7.2	Abuso e violação à lei administrador de Quenguela acusado de vender terrenos dos camponeses	93
7.3	Declarações do coordenador do bitatanque	94
7.4	Administrador do Quenguela norte aproveita-se da operação resgate para demolir e vender terrenos	94
7.5	Tribunal da Huíla retoma julgamento do governador do Cunene em Janeiro	95
7.6	População ganha lotes para construir moradias	96
7.7	Ocupação ilegal de terrenos origina debate em Benguela	96
7.8	Altas figuras dificultam diversificação da economia	97

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 99

8.1	Município do Cazengo precisa de melhorias na distribuição de água potável	99
8.2	Água para todos' alegria do povo	100
8.3	Mar de lixo flutua no litoral da Chicala	101
8.4	Aldeias do Huambo com mais água potável	101
8.5	Restrições no fornecimento de água a bairros de Luanda	101
8.6	Escassez de água desespera cidadãos de Luanda em véspera de Natal	102
8.7	'Piscinas Verdes' travam circulação no Cazenga	102
8.8	Restrições no abastecimento de água deixa moradores agastados no Morro Bento	103
8.9	Governo quer diversificar as fontes de financiamento	104
8.10	Executivo valida novo modelo de recolha de lixo para Luanda	104
8.11	Ministra pede melhor tratamento dos resíduos	105
8.12	Quadra festiva sem água para consumo	105
8.13	Lixo invade as vias e quintais no Zango	106

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 107

9.1	MPLA quer sanções duras contra violência doméstica	107
9.2	Violência doméstica em Angola assume dimensão preocupante	108
9.3	Urge rever a lei sobre a violência doméstica	108

<b>10. AMBIENTE</b>	<b>111</b>
10.1 Líderes mundiais apelam a acções decisivas e urgentes	111
10.2 Projecto de protecção da Baía de Luanda foi lançado ontem	111
10.3 Plano para reflorestar o município da Ganda	112
10.4 Empresas madeireiras negociam 200 milhões em empréstimos	112
10.5 As autarquias e a defesa do ambiente	114
10.6 População ganha lotes para construir moradias	116
10.7 Chuva desaloja famílias bairro Quimacungo	116
10.8 Vias debilitadas travam escoamento da madeira	117
10.9 Mais de três mil pessoas vivem em zonas consideradas de risco	118
10.10 Apreendidos mais de três mil toros de madeira Mussivi	118
10.11 Comercialização de madeira rende nove milhões de dólares	119
<b>11. MIGRAÇÃO</b>	<b>121</b>
<b>12. EXPLORAÇÃO MINEIRA</b>	<b>121</b>
<b>13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA</b>	<b>122</b>
13.1 Missão empresarial chinesa pesquisa mercado angolano	122
13.2 Linhas de crédito da China paralisam reabilitação da EN100	122
13.3 Portugal ultrapassa China	123
13.4 Cidadão chinês incentiva venda ambulante em Cacuaco	123
13.5 Casino Baoli viola lei do estado	124
13.6 China sonda áreas para investimento	124
13.7 Empresários de Hunan garantem investimentos	125
13.8 Moçamedes acolhe expo Angola e China	125
13.9 Solidariedade chinesa acalenta duzentos órfãos no Kalawenda	125
13.10 China destaca contributo na reconstrução de Angola	126

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Analisado programa de combate à pobreza

*Jornal de Angola*

*5 De Dezembro de 2018*

*Texto: Juliana Domingos*

Uma comissão composta por vários técnicos do Governo Provincial do Huambo analisou' ontem, o grau de implementação do Programa de Combate a Pobreza na província; concretamente o desempenho das administrações municipais em relação arrecadação de produtos da cesta básica e a criação de condições para a auto-sustentabilidade da população.

Os participantes na reunião orientada pelo vice-governador para o sector Político e social, na qualidade de coordenador provincial da unidade técnica de combate a pobreza, concluíram que os administradores municipais devem engatar-se mais no acompanhamento da implementação do programa, que está a ser executado desde o início do ano.

A melhoria dos cuidados primários de saúde, reabilitação e construção de novos sistemas de água potável, de escolas, hospitais, estradas secundárias e terciárias e outras infra-estruturas sociais indispensáveis, são os principais itens do programa.

## I.2 Na ressaca do cofre vazio e do pote de mel

*Jornal Folha 8*

*8 De Dezembro de 2018*

*Texto: José Luís Domingos "Zé Luís"*

A verdade é que o povo ficou e continua na miséria. Fizeram banquetes e lambuzaram-se na colmeia, enquanto o povo enterrava os milhares de angolanos que morreram e continuam a morrer, só porque alguns dos seus compatriotas, desumanizados pela ambição de serem milionários, sem olhar aos meios, os remeteram para um nível de vida indigno para um ser humano.

Festejaram, enquanto que o miserável que de tanta fome e sofrimento encontrou o refúgio na demência aguardava e continua ao lado do contentor de lixo ansioso pelos restos do banquete, para saciar a sua fome. Sim, é chamado de maluco, quando, na

verdade, é vítima das loucuras de quem o remeteu ao estado em que se encontra.

A farra foi grande, os farristas são conhecidos, mas continuam na zona vip da impunidade e a dar grandes passadas que escrevem no chão: nós mandamos e o país é nosso!

É necessário aplicar o Direito, julgá-los justamente e, quando provada a sua culpa, condená-los. A Constituição é a expressão máxima da vontade jurídica de um Povo, a sua lei suprema. Tendo em conta as graves acusações trazidas à liça, cujas consequências adiam a felicidade da nação. Por mais que se argumente, não é verdade que a mesma seja um escudo intransponível para evitar a responsabilização de qualquer angolano. O Direito nunca está ao serviço da injustiça. Em boa verdade, só em julgamento será possível os acusados, publicamente, exercerem o merecido contraditório.

Aos que esvaziaram os cofres e sugaram o mel do país, reiteramos: reconheçam o erro, peçam perdão ao povo e participem na mudança. Aproveitem a oportunidade para corrigirem as vossas graves falhas enquanto Deus permite que estejam connosco. Nunca é tarde para fazerem o bem. Procedam como o gangster AMERICANO. Isto é: optem por cooperar para a devolução das riquezas ilícitas usurpadas do povo; denunciem os vossos comparsas que hoje sacodem a culpa para o vosso lado e dizem que também foram vítimas da vossa governação, entre outras atitudes. O povo angolano é generoso, aproveitem esta qualidade e canalizem o vosso esforço para o bem comum. Coloquem-se do lado da solução dos problemas.

É verdade. Estragaram e ajudaram a afundar o país. Mas agora têm uma grande oportunidade de contribuírem para o seu conserto. Caso contrário, serão sempre catalogados e apresentados como os causadores dos problemas do passado, do presente e até os do futuro. Em vez de "Marimbondos", cit. João Lourenço, sejam abelhas e ofereçam MEL para adocicar a alma dos angolanos amargurada pelos vossos graves erros. Por último, por favor, políticos não voltem a falhar. Pois, os vossos erros têm eliminado milhares de vidas de angolanos e colocaram este povo na lista dos mais miseráveis do mundo, apesar de nascerem numa das terras mais ricas e lindas do planeta. Fazer de Angola um excelente país para se viver, não é nenhum milagre! É, apenas, proporcionar ao angolano a dignidade há muito adiada que tanto merece!

### **I.3 Cerca de 45 por cento dos jovens estão desempregados em Angola**

*Jornal A República*  
14 De Dezembro de 2018

Dados oficiais indicam que cerca de 45 por cento dos jovens estão desempregados em Angola e, mais de um ano após a posse do novo Governo, a economia não decola.

No fim de semana passado, poucas centenas de jovens marcharam em Luanda para pedir ao Presidente João Lourenço que comece a cumprir a promessa de campanha de 500 mil empregos durante a legislatura.

Analistas ouvidos pela VOA apontam soluções para a saída do desemprego.

O especialista em gestão de políticas públicas David Kissadila considera que o Executivo deve criar incentivos no interior para desafogar os grandes centros urbanos.

Kissadila entende que a maioria dos jovens não tem preparação para serem absorvidos pelo emprego que requer capacitação e que o trabalho está no campo.

"Temos uma agricultura que praticamente devia absorver grande parte dos desempregados, uma boa parte saiu do campo para os grandes centros urbanossem qualquer qualificação para o emprego nas cidades, a alternativa é o sector informal e por isso vemos muitos jovens nas ruas a vender qualquer coisa para sobreviver", explica David Kissadila, para quem o Governo deve recuperar grande parte dos recursos financeiros nas mãos de um grupo minoritário.

"O desemprego tem muito a ver com a corrupção, cujos recursos que serviriam para promoção de oportunidades e de emprego ficaram nas mãos de uma minoria e este dinheiro pode servir para promover empregos tanto no sector público como no privado", acrescenta Kissadila.

Por seu lado, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) José Severino partilha da mesma opinião e defende que deve se criar emprego na agricultura, na construção civil e no sector das confecções.

"Somos um bocado lentos a tomar decisões", lamenta Severino que diz ter a AIA demonstrado na prática como o Executivo deve proceder para recuperar postos de emprego.

"Ainda recentemente no Conselho de Concertação Social foi feita a abordagem pela AIA para se apostar na construção de escolas com material adequado e quem deve executar estas obras são as próprias comunidades, quer sejam jovens ou pessoas de certa idade", revela Severino que relata experiências nos municípios da província do Kwanza Sul.

Fonte: VOA

### **I.4 Cazenga possui três distritos pobres**

*Novo Jornal*  
14 De Dezembro de 2018

O administrador municipal do Cazenga, em Luanda, Albino da Conceição José, apontou os distritos urbanos do Kalawenda, Kima Kieza e 11 de Novembro como sendo localidades de extrema pobreza e elevados índices de criminalidade. Falando à imprensa, no balanço dos três meses da sua governação, o administrador explicou que os dados constam de um documento que a administração elaborou, indicando que, apesar de estes distritos estarem na capital angolana, ainda possuem índices altos de pobreza.

### **I.5 Para onde vai a economia angolana?**

*Jornal Expansão*  
14 De Dezembro de 2018  
Texto: Alves da Rocha

Pelo calendário do Instituto Nacional de Estatística (INE) as Contas Nacionais do III trimestre de 2018 só serão divulgadas em Janeiro do próximo ano, ficando assim por se saber, neste momento, qual vai ser o desfecho do crescimento económico do país. Algumas instituições com responsabilidades na definição e gestão da política económica continuam, a meu ver excessivamente, concentradas na busca e garantia de alguns equilíbrios monetários, cuidando menos do que se passa na parte real do sistema, afectado por vícios, debilidades, imponderabilidades e estrangulamentos diversos e que prejudicam o seu normal e bom desempenho.

E um deles é a convergência, a todo custo, das taxas de câmbio dos dois mercados, afirmando-se mesmo existirem evidências de que o processo de desvalorização influenciou pouco o movimento ascendente dos preços observados no índice de preços no consumidor. Se assim for pessoalmente não estou completamente persuadido deste facto -



então o problema económico do país desloca-se para a compreensão da rigidez da taxa de inflação (no final deste ano poderá situar-se em 20%) e das razões do fraco crescimento económico, havendo o convencimento de que a solução final (perdoem-me a analogia com a História) passa pela redinamização do sector real da economia

Atentemos em alguns indicadores relativos às finanças públicas, aos salários e ao Produto interno Bruto (PIB) e seus componentes.

Evidentemente que ocorreu um efeito contágio (spillover effect) sobre as restantes variáveis do sistema económico nacional, com saliência para o défice orçamental (-22,8% do PIB em acumulado entre 2013 e 2018) e a dívida pública (70,5% do PIB em Agosto de 2018).

Mas também sobre o consumo privado - factor importantíssimo do crescimento económico em situação de necessidade de contracção do consumo público (com investimento público) e das exportações de petróleo - cuja taxa real de crescimento tem vindo a diminuir.

Os salários, enquanto componente relevante do consumo das famílias e da melhoria das suas condições de vida, apresenta igualmente um comportamento de degradação do seu valor real.

No Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 as expectativas de crescimento futuro acabam por seguir a tendência de desaceleração da dinâmica de crescimento do PIB.

As informações para 2017 e 2018 acabam por ser contraditórias: o Relatório de Fundamentação do OGE de 2019 (com data de 31 de Outubro de 2018) aponta para uma recessão global de -0,1% em 2017, enquanto o PDN 2018-2022 (datado de Abril de 2018) estabelece-a em -2,1 %. Para 2018, os mesmos documentos apontam para -1,1 % e 2,3%, respectivamente. Seguramente que neste ano a economia nacional não vai sair da recessão, sendo, por isso, mais consistente o valor de -1,1% para o PIE global, atendendo aos valores registados, pelas Contas Nacionais, para o I e II trimestre deste ano, na sequência, -4,7% e -7,4%, um acumulado semestral de - 6%. Em cálculos lineares, para que a taxa se estabelecesse em zero por cento, a economia teria de crescer a um ritmo de 6% no segundo semestre do corrente ano, o que se afigura difícil. Segundo o Boletim de Conjuntura do INE do III Trimestre deste ano, todos os sectores aí observados apresentam um comportamento bastante negativo:

a) A Indústria Transformadora apresenta um comportamento negativo (- 21 pontos em variação homóloga face a 2017), que se vem repetindo desde o I Trimestre de 2015, sendo o seu valor inferior ao do índice de Conjuntura Económica

b) O mesmo se passa com a Indústria Extractiva (petróleo e gás incluído), com um valor de-14 pontos no III Trimestre. A degradação deste indicador começa a ocorrer depois do III Trimestre de 2014 (seguramente influenciado pela crise petrolífera).

c) O Turismo - uma das grandes esperanças para a retoma do crescimento e a diversificação da economia - posiciona-se exactamente na mesma linha dos sectores anteriores: - 23 pontos no III Trimestre deste ano e um início de crise estabelecido depois do IV Trimestre de 2014.

d) A conjuntura permaneceu desfavorável para os sectores do Comércio (-29 pontos) e da Construção (-33 pontos).

e) O único sector a apresentar um índice de conjuntura positivo no III Trimestre foi o dos Transportes, com um valor de 5 pontos. Se se pensar que o conjunto dos seis sectores anteriores pesa mais de 70% no PIB, fácil é de concluir que a economia nacional vai permanecer em recessão este ano, sendo, portanto, mais realista o valor de - 1,1 % de crescimento do PIB estimado no Relatório de Fundamentação do OGE 2019.

O PDN apresenta também o seu ponto de vista quanto aos elementos da procura agregada nacional que normalmente são os indutores do crescimento da economia: consumo privado, consumo público, investimento e exportações. Como referido, consumo das famílias teve, durante período 2010-2017 um comportamento muito irregular, apresentando para 2014- 2017 uma taxa real de variaçãooanualde-2,8%.A falta de capacidade de consumo das famílias tem sido uma das razões da contracção da produção do sector não petrolífero e uma fonte de degradação das suas condições de vida. O PDN projecta uma taxa média anual de crescimento para o consumo final agregado de 3,1%, igual à do crescimento do PIB, enquanto para as exportações ainda e durante mais algum tempo principalmente as petrolíferas - a previsão é igualmente de 3,1%. Pensando que o Programa com o Fundo Monetário Internacional venha a acomodar alguma restrição aos gastos públicos, parece dever concluir-se que vai competir ao consumo privado subscrever uma maior contribuição para o crescimento do PIB, o que se afigura complicado num contexto de perda do valor real dos salários,

como referido. Ainda em relação às exportações - num contexto real de a percentagem das exportações não petrolíferas ser muito baixa - como compatibilizar uma variação anual de 3,1% com um crescimento médio do PIB petrolífero de -1,8% em média anual entre 2018 e 2022?

O investimento é outro dos elementos patrocinadores do crescimento, mas uma taxa média anual de apenas 2,7% durante o período do plano pode revelar-se insuficiente para garantir os 3,1% anuais do PIB. A intenção do Governo é de manter os montantes de investimento público - provavelmente uma proporção média do PIB de cerca de 15% - ainda que seja à custa da elevação do montante da dívida pública (70,5% do PIB em Agosto deste ano), sem se cuidar devidamente da sua sustentabilidade e eficácia (ver meu artigo na edição de 30 de Novembro).

Tempos difíceis que vão ter consequências sobre o aumento da pobreza e exclusão social. Seguramente que não é um Bom Natal para a maioria das famílias angolanas.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

ECONOMIA EM RECESSÃO...											
Variação real anual do PIB, em %											
Fonte: Contas Nacionais e Relatório de Fundamentos do CNE											
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
10,48	2,01	4,61	1,86	5,20	4,95	4,70	2,80	-2,60	-0,10	-1,1	

  

... E COM FRACAS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO							
Variação real anual do PIB, em %							
Fonte: INE 2018-2022							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média
PIB	-2,1	2,3	3,5	2,4	2,6	4,1	3,0
PIB petrolífero	-5,2	0,8	0,6	-3,6	-2,5	-4,5	-1,8
PIB não petrolífero	-4,7	2,4	4,4	5,0	6,2	7,5	5,1

  

DEGRADAÇÃO DOS SALÁRIOS...							
Variação real anual dos salários, em %							
Fonte: Contas Nacionais							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
-1,4	18,2	5,1	-2,1	-2,7	1,7	-21,7	0,3

  

... PENALIZA CONSUMO DAS FAMÍLIAS							
Variação real anual do consumo, em %							
Fonte: Contas Nacionais							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1,5	16,2	10,6	6,3	19,6	1,1	-11,2	1,7

## 1.6 INE confirma recessão em 2016 e acrescenta outra em 2017

*Jornal Expansão*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Martins Chambassuco*

A publicação das Contas Nacionais Trimestrais, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que revela o

reco de 2,6% da economia em 2016 e 2,1 % em 2017, indicando o pior desempenho do Produto Interno Bruto (PIE), foi umas das principais notícias publicadas pelo Expansão, no mês de Maio.

Dados do INE, publicados com um considerável atraso no calendário da instituição, apenas vieram desmentir os do Governo, cujas estimativas indicam para um crescimento de 0,1%, em 2016, e 0,9%, em 2017.

Os indicadores apresentados contrariaram assim o optimismo do Executivo quanto à marcha da economia angolana. Contas feitas pelo Expansão indicaram que é preciso recuar aos anos 90 para encontrar um recuo do PIE. Com o reinício da guerra civil, depois das eleições gerais de 92, a economia angolana registou três recessões consecutivas: em 1993, com um crescimento negativo de 4,7%, em 1994, com -4,5% e em 1995, com - 2,5.

O INE veio ofuscar o discurso optimista das autoridades que sempre desdramatizaram a crise económica, atribuída à queda do preço do petróleo no mercado internacional, a partir de Junho de 2014, optando por assinalar que a economia apenas havia perdido a 'pujança' ou 'desacelerado'. No entanto, já em Abril de 2017, o Expansão noticiou que o ex-ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, chegou mesmo a proibir a divulgação das Contas Nacionais do IV trimestre de 2016 que apontavam para uma recessão de 3,6% nesse ano.

Na altura, Job Graça alegou ter encontrado problemas na metodologia de acordo com uma fonte do Expansão. No primeiro plano de combate à crise apresentado no início de 2016, o Governo disse que iria utilizar os saldos das linhas de crédito destinadas a investimentos públicos para financiar projectos privados seleccionados", lembrou o economista, para de seguida, perguntar "onde está esse dinheiro"?

As perspectivas inscritas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 apontam para um crescimento médio anual do PIB de apenas 3,1% ao ano.

O sector não petrolífero deverá crescer ao ritmo anual de 5,1%, enquanto o petrolífero, incluindo o gás, deverá recuar anualmente 2%. A culpa é da produção do crude que deverá cair cerca de 10%, de cerca de 1,65 milhões de barris/dia, em 2017, para menos de 1,5 milhões, em 2022. A queda da produção será compensada pela subida do chamado 'ouro negro' que no mesmo período deverá aumentar 17,5% de 48,4 o barril para os 56,9 USD.

Numa perspectiva mais otimista, a subida permitirá a entrada de mais divisas, mas não evitará a desvalorização do Kwana. O Governo prevê que, em 2022, serão necessários 345 Kz para comprar um USD no mercado oficial contra os 165,4% Kz de 2017, uma desvalorização de 52,1%. Apesar do enfraquecimento do Kz, o ritmo de crescimento dos preços em Angola, medido pela inflação homóloga, deverá desacelerar 17,2 pontos percentuais, dos 23,7 registados em 2017 para 6,5% em 2022.

## 1.7 Só 1% das crianças angolanas não têm nenhuma privação

*Jornal Expansão*  
21 De Dezembro de 2018  
Texto: Mirene da Cruz

Um estudo produzido pelo Instituto Nacional de Estatística e os seus parceiros indica que apenas 1% das crianças em Angola não sofre nenhuma privação, enquanto que três em cada quatro crianças sofrem três a sete privações ao mesmo tempo.

A nível nacional, as diferenças das privações na população menor de 18 anos são relevantes, sendo que as províncias de Luanda e Cabinda, as que têm percentagens mais baixas, com privações em pelo menos três dimensões, com uma taxa de privação de 54% e 56%, respectivamente.

Estes valores contrastam com os das outras províncias. Em 13 das 18 províncias, a mais de 80% das crianças faltam três ou mais dimensões.

As taxas mais elevadas são de Cunene, com cerca de 93%, e do Cuanza Sul, com 90%.

A investigação, intitulada "A criança em Angola. Uma análise multidimensional da pobreza infantil", é baseada em dados estatísticos do Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016.

Conforme o estudo, as crianças dos 0-23 meses de vida são as que têm maior probabilidade de viver sem acesso a alimentação adequada, habitação, saúde e educação.

A incidência mais elevada das privações em Angola nesta idade, segundo o relatório, ocorre na dimensão da nutrição, com cerca de 86%, porque as crianças não recebem uma alimentação adequada.

Com cerca de 10 pontos percentuais abaixo, seguem-se as privações na habitação, com 75%, a prevenção da malária, com 74%, e a saúde, com 72%, consideradas também "muito altas".

O especialista em Desenvolvimento e Luta contra a Pobreza, Willy Piassa considerou que o relatório apresenta o quadro real e sombrio em que vivem as crianças angolanas.

"Apesar de sombrio, não fiquei assustado, porque conheço a realidade do País", disse.

Segundo Willy Piassa, esta situação verifica-se porque o País tem uma das maiores taxas de natalidade do mundo (quase 6 partos por mulher) e muitos pais estão desempregados ou no subemprego.

O membro da Rede Contra Pobreza Urbana de Luanda, disse que o estudo agora apresentado pelo INE é também um alerta de que o País pode entrar num estado de anarquia e de instabilidade no futuro, se os seus cidadãos se virem numa situação em que não terão nada a perder, "uma vez que a pobreza gera conflitos, prostituição, delinquência e, por fim, guerras", disse.

## 1.8 Três em cada quatro crianças em Angola vivem na pobreza

*Jornal de Angola*  
21 De Dezembro, 2018  
Texto: Edna Dala

Três em cada quatro crianças e adolescentes em Angola vivem em situação de pobreza e privadas de saúde, nutrição, educação e acesso à água e saneamento, revela um estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que indica que o Cunene é a província que apresenta maior taxa de pobreza infantil.

De acordo com o estudo intitulado "Criança em Angola, uma análise multidimensional da pobreza infantil", as privações condicionam o pleno desenvolvimento das crianças em áreas essenciais e constituem uma ameaça para a sua sobrevivência.

O estudo que resultou na produção de um relatório, foi desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a União Europeia e dá conta que as privações na infância prejudicam o desenvolvimento físico, psicológico e social.

Com base em dados estatísticos resultantes do Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016, do Instituto Nacional de Estatística, o estudo teve como objectivo medir a pobreza infantil multidimensional onde foram contemplados aspectos como a protecção infantil, prevenção da malária, entre outros.

As crianças que vivem em zonas rurais enfrentam mais privações, relativamente às que vivem em zonas urbanas, explica o documento, referindo que 62 por cento dos menores vivem entre uma a três necessidades e nas áreas rurais cerca de 72 por cento sofrem de cinco a seis privações.

Uma análise detalhada da situação das crianças no país contribui para fornecer dados concretos que podem servir como ferramenta para delinear políticas e intervenções que visam melhorar o desenvolvimento e bem-estar sustentado desta franja da população.

Para reduzir a pobreza na infância e adolescência é preciso investir em acções que beneficiem igualmente os pais ou responsáveis destas crianças e adolescentes.

O secretário de Estado da Economia e Planeamento reconheceu que a melhoria da qualidade de vida das famílias angolanas, bem como a redução da pobreza, desigualdades e a promoção do nível de desenvolvimento humano são condições essenciais para o progresso económico e social do país.

Manuel da Costa Neto sublinhou que o bem estar dos cidadãos é um dos eixos do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2022. O responsável disse que todos os pontos constituem prioridades para o Executivo e demonstram a importância que o Governo angolano consagra à redução da pobreza infantil, com o propósito de melhorar o capital humano enquanto ingrediente essencial para o crescimento endógeno da economia.

Na ocasião, o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância em Angola (UNICEF), destacou que a atenção a prestar às crianças e adolescentes deve ser contínua e prioritária.

Abubacar Sultan manifestou a sua satisfação pela implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2018 -2022 e recomendou a análise dos resultados que o relatório apresenta aos académicos, sociedade civil e órgãos de decisão de modo a permitir as mudanças necessárias.

## 1.9 O país real que a realeza desconhece

*Jornal Folha 8*

*22 De Dezembro de 2018*

Por cada mil nados vivos em Angola, morrem 156 crianças até aos cinco anos, de acordo com relatório da Organização Mundial de Saúde. Esta é mais uma medalha de mérito no peito (já de si atestado de

medalhas semelhantes) de sua majestade o ex-rei de Angola, José Eduardo dos Santos, e que assim ameaça continuar com João Lourenço.

Angola aparece assim, e com todo o mérito, na cauda da tabela da mortalidade infantil mundial e foi o país com a segunda mais baixa esperança de vida em 2015, indica um emblemático relatório anual da Organização Mundial de Saúde (OMS). Coisa pouca, não é senhores donos disto tudo? Segundo o documento, por cada 1.000 nados vivos morrem em Angola 156,9 crianças até aos cinco anos, apresentando por isso a mais alta taxa de mortalidade mundial em 2015.

Além disso, em cada 100.000 nados vivos em Angola morrem 477 mães, neste caso distante da Serra Leoa, onde para a mesma proporção morrem 1.360 mulheres. Certamente que, também nesta matéria, é caso para dar os parabéns à realeza angolana, bem como a todos os seus acólitos, internos e externos.

A OMS, que não levou em conta os dados antagónicos dos especialistas do regime, refere igualmente que a esperança média de vida à nascença em Angola cifrou-se nos 52,4 anos, apenas à frente da Serra Leoa, com 50,1 anos. Boa. Mais um argumento para que, ao fim de 43 anos de poder, o MPLA lá continue por mais 57.

Mas, é claro, que a OMS não percebe nada desta matéria. É que, segundo os dados mais credíveis do mundo (os do MPLA), a esperança média de vida no país passou a estar fixada em 60,2 anos. Vejam se aprendem, Ok? Ainda segundo regime, as mulheres angolanas aspiram agora a viver até aos 63 anos e os homens até aos 57,5 anos, num universo de 28 milhões de habitantes. É claro que a OMS considera que essa esperança de vida foi em 2015 de 54 anos nas mulheres e de 50,9 anos nos homens, para um universo de 25,022 milhões de habitantes. Segundo o relatório estatístico da OMS, em Angola, a expectativa de uma vida saudável à nascença é de apenas 45,8 anos, igualmente uma das mais baixas do mundo. Mas alguém acredita? Claro que não. Basta olhar para o paradigma dos angolanos - o clã presidencial, o anterior como o actual. Mais uma vez sem levar em conta quem sabe (continuamos a falar do comité da especialidade do MPLA), a OMS refere que perto de metade da população angolana (49%) tinha acesso a fontes de água potável, o que é o segundo pior registo em 47 países africanos, enquanto o acesso a saneamento abrange 5290, a 11ª posição no mesmo grupo.

Esquece-se a OMS de dizer, mas o regime não vai em cantigas e di-lo com todas as letras, que a culpa de tudo isto é do colonialismo português numa primeira

fase e também, parafraseando João Lourenço, da UNITA/Jonas Savimbi. Apesar de independente há 43 anos, este tempo ainda só foi suficiente para enriquecer as famílias (em sentido lato) de suas majestades o reais.

## **I.10 86% das nossa crianças não vivem... sobrevivem**

*Jornal Folha 8*

*22 De Dezembro de 2018*

Um total de 86% de crianças angolanas dos 0 aos 23 meses estão privadas de uma alimentação adequada e nesta faixa etária cerca de 75% estão igualmente privadas de uma habitação, 71,8% da saúde, 53,8% da água. O relatório que revela estes dados não diz, mas convém acrescentar que o país é governado há 43 anos pelo MPIA, que o actual Presidente da República está no Poder há pouco mais de um ano e que o anterior esteve no cargo durante 38 anos...

Os dados contam de um "Relatório sobre a Pobreza Infantil em Angola - Uma Análise Multidimensional", apresentado 19.12, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, estudo elaborado com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e financiamento da União Europeia (UE).

Segundo o relatório, 60,1% das crianças dos zero aos 23 meses em Angola estão sem acesso ao saneamento e 73,900 sem prevenção da malária.

Baseado em dados estatísticos do Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016 e no sistema MODA (Multiple Overlapping Deprivation Analysis - Análise de Privações Múltiplas Sobrepostas) o estudo usa as dimensões como a nutrição, saúde, protecção social, prevenção da malária, educação, acesso à água e saneamento.

o domínio da nutrição inadequada que atinge cerca de 86% de crianças no país, o estudo refere que, "a privação desta dimensão é medida tendo em consideração a privação na alimentação infantil e o consumo de micro-nutrientes".

"Mas, explica-se, sobretudo, por não existirem padrões alimentares apropriados", salienta.

Durante a apresentação do relatório, numa cerimónia que decorreu no auditório do INE, a técnica desta instituição pública, Ana Paula Machado, frisou na sua comunicação que "três em cada quatro crianças, com menos de 18 anos, sofrem entre três a sete privações ao mesmo tempo".

O secretário de Estado para o Planeamento de Angola, Manuel da Costa, no seu discurso de abertura, sublinhou que o estudo decorre, inclusivamente, do facto dos jovens representarem cerca de 48% da população total angolana. "Enfatizar que o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 contém opções estratégicas, até o final da presente legislatura, agrupadas em seis eixos, sendo o eixo central o desenvolvimento humano e bem-estar que constitui o centro do Plano", disse.

A chefe da Secção Políticas, Informação e Comunicação da UE em Angola Joana Fischer, assinalou que o estudo evidencia "extrema vulnerabilidade das crianças menores de cinco anos, defendendo "acção adequada" para melhorar o bem-estar da criança angolana.

"É somente com uma visão informada sobre a realidade da criança e das raízes profundas da pobreza que poderemos agir, de forma mais adequada, para melhorar o bem-estar da criança angolana", realçou. O representante da UNICEF em Angola, Abubacar Sultan, recordou na sua intervenção que a pobreza e as privações na infância "prejudicam" o desenvolvimento da criança, defendendo "esforços conjuntos" para melhorar o seu bem-estar físico, social e psicológico.

"Sendo por isso necessário incrementar o esforço de todos, tanto do Governo, que delibera sobre o investimento do Estado e gere as políticas públicas, como dos agentes da sociedade civil, do sector privado e das famílias", apontou.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Angola tem a maior taxa de crédito malparado de África

*Novo Jornal*

*7 De Dezembro de 2018*

A agência de rating Moody's atestou que o crédito malparado em Angola, a rondar os 25 por cento do total, é o mais alto dos países africanos analisados por aquela agência num relatório que melhora o outlook para os bancos africanos publicado recentemente.

"o sector bancário em Angola continua um desafio pela fraca qualidade dos empréstimos (crédito malparado nos 25,6 por cento em Agosto), faltas de liquidez de moeda externa, sem bancos a fornecerem dólares, e um número de bancos não avaliados que mantêm baixas reservas de capital", escrevem os analistas.

No relatório enviado aos investidores, e a que a Lusa teve acesso, que incide sobre o sector bancário nos países em que a Moody's dá rating ao país e a pelo menos um banco, a agência melhora a perspectiva de evolução (outlook, no original em inglês) de Negativa para Estável, o que pressupõe que não haverá mudanças nos próximos 12 a 18 meses, mantendo-se as condições actuais.

Os riscos, no entanto, continuam e são principalmente negativos, ou seja, a Moody's antecipa que, a haver uma alteração sobre a avaliação da qualidade do sector nestes 11 países, a opinião tenderá a ser revista em baixa.

"Os riscos estão inclinados para uma descida, devido ao aumento global das taxas de juro, à subida do endividamento dos países e às pressões das moedas nacionais, para além de incertezas políticas e uma subida nas tensões comerciais", escrevem os analistas no relatório.

### 2.2 Bancos do PCA da Sonangol e Paihama violam leis do BNA

*Novo Jornal*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

O Banco Comercial do Huambo (BCH) e o Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) violaram o regulamento do Banco Nacional de Angola (BNA) que determina que os bancos comerciais que operam

no país devem publicar o balancete trimestralmente, "até 45 dias após o término do trimestre".

Tanto o BCH, que tem como accionista presidente do Conselho de Administração da petrolífera Sonangol, Carlos Saturnino, como o BANC, do qual o general na reserva e ex-governador do Cunene Kundi Paihama é principal sócio, não apresentaram os balancetes do terceiro trimestre de 2018 dentro dos prazos legais, quando, por lei, deviam fazê-lo no dia 15 de Novembro, uma vez que o referido trimestre terminou a 30 de Setembro, constatou o Novo Jornal.

O BANC de Kundi Paihama, para além de até ao momento não disponibilizar as informações financeiras do terceiro trimestre de 2018, não divulgou, de igual modo, o balancete do primeiro e segundo trimestres do ano em curso, estando assim fora da lei em triplo sentido, apurou o NJ, tendo ainda constatado que o site da 'mesma instituição está inoperante.

Já o BCH não tinha disponível no seu site o balancete do terceiro trimestre do ano em curso até às 15 horas de quinta-feira, 6, tendo o documento sido colocado "no ar" depois do questionamento deste jornal por correio electrónico. "Houve um erro técnico por parte do departamento de informática, por isso só hoje disponibilizamos o balancete", disse ao telefone ao Novo Jornal um administrador do BCH.

O BNA define que as instituições financeiras bancárias devem elaborar e publicar balancetes trimestrais com informações financeiras padronizadas com esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados das instituições, com base nas melhores práticas e padrões internacionais.

O banco central determina também na alínea b) do artigo 4.0 do aviso n.º 15/07, de 12 de Setembro, que "as demonstrações financeiras trimestrais [dos bancos] devem ser publicadas na rede internacional de computadores (Internet), ou, em alternativa, em boletim de informação e divulgação de entidade de classe, de acesso ir restrito e gratuito a todos, ou em jornal de grande circulação.

No caso do BANC, os atropelos aos regulamentos do BNA podem estar associados ao processo de saneamento da instituição que está a ser levado a cabo pelo BNA, que em final de Junho suspendeu o conselho de administração por "falência técnica" do banco e, de seguida, nomeou uma administração provisória para repor os termos de sustentabilidade financeira e operacional do banco, "harmonizando-as com as normas vigentes para o exercício da

actividade comercial bancária no país", destaca o documento do BNA.

O Novo Jornal questionou o BANC sobre as razões da não publicação dos balancetes trimestrais, mas não obtivemos respostas até ao fecho desta edição. Tendo ainda verificado que as outras 27 instituições bancárias que actuam no país, das 29 existentes, já apresentaram os balancetes do terceiro trimestre.

### 2.3 Valor do micro crédito vai crescer em 2019

*Jornal de Angola*

*10 De Dezembro 2018*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

O Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) vai aumentar, a partir do próximo ano, a capacidade formativa, o valor e a disponibilidade de micro créditos para os formandos, deu a conhecer o director-geral, Manuel Mbangui.

O programa de micro crédito deve beneficiar seis mil pessoas, ao invés de três mil, como vinha acontecendo até agora, e ao mesmo tempo é aumentado o valor até 20 mil dólares, visto que anteriormente eram pagos aos formandos de mil a cinco mil dólares, equivalentes em kwanzas.

Manuel Mbangui explicou que a visão estratégica do INEFOP para o próximo ano é estar alinhado com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, que tem duas acções prioritárias, o reforço da capacidade do Sistema Nacional de Formação Profissional e a promoção da empregabilidade.

O director-geral do INEFOP disse que a promoção da empregabilidade está enquadrada em diversos programas, concretamente, na intensificação do micro crédito, no relançamento do fomento ao auto-emprego, na atribuição de "kits" para os formandos e na disseminação do Programa Avanço.

A Feira do Empreendedorismo e Formação Profissional realizada, em Luanda, superou as expectativas, com a participação de 25 centros de Luanda, Benguela, Bengo, Cunene e Cuanza-Sul, tendo registado nove mil visitantes.

Manuel Mbangui disse que no primeiro dia a feira registou 3.000 visitantes, no segundo 4.000 e no terceiro mais de duas mil pessoas, o que dá motivação para que no próximo ano haja melhor organização e preparação de representações das províncias.

O Pavilhão de Artes e Ofícios da Camuxiba foi premiado com 500 mil kwanzas, ao vencer a categoria de "Melhor Organização e Higiene", o Centro de Formação de Construção Civil de Viana recebeu o prémio "Inovação e Qualidade", enquanto que a menção honrosa foi atribuída a um formando do Cunene.

### 2.4 Jovens defendem atribuição de crédito bancário

*Jornal de Angola*

*11 De Dezembro de 2018*

*Texto: Weza Pascoal*

A província do Cuando Cubango conta com mais 745 mestres de artes e ofícios, formados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), em alvenaria, canalização, serralharia, carpintaria, corte e costura, electricidade, empreendedorismo, contabilidade, inglês, informática, mecânica, secretariado e gestão.

Numa nota dirigida ao Governo, estes profissionais recém - formados pedem que lhes sejam atribuídos urgentemente kits de trabalho para as diversas áreas em que estão formados, com vista a criação de pequenas empresas.

Os novos quadros dizem na nota que o INEFOP já formou centenas de jovens da província, "gastou-se dinheiro, mas cerca de 95 por cento dos formados não conseguiram impor-se no mercado de trabalho, por falta de oportunidades, e como resultado muitos quadros perderam -se na bebida, na delinquência e outros preferiram emigrar para outras províncias". Paulo Mariano, finalista do curso de serralharia, é de opinião que o Executivo deveria orientar os bancos comerciais no sentido da criação de um fundo de crédito com juros bonificados, para a cedência de empréstimos aos finalistas, para que possam montar os seus próprios negócios.

"É imperioso que se crie uma comissão para fazer um levantamento dos jovens que já terminaram a formação, para que, de acordo com a especialidade, cada um receba um kit ou crédito bancário, para exercer a profissão. Portanto, se ficarmos só pela formação, o índice de criminalidade no país vai continuar a crescer", opinou:

Paulo Mariano disse que todos os anos o Governo gasta milhões de kwanzas para a formação profissional de jovens, e quando estes terminam o curso são deixados à sua sorte. "É um grande desperdício! lamentou.

O técnico defende que o Executivo trabalhe mais na promoção de iniciativas privadas, para estimular o auto emprego. Marcio Cambinda, finalista do curso de contabilidade, disse que a maior parte das empresas privadas que operavam na província fechou as portas por causa da crise financeira que assola o país. "O governo não pode empregar todo o mundo, então a solução passa pela aquisição de kits profissionais, bem como cedência de créditos bancários para a juventude", sublinhou.

"Muitos jovens da província", prosseguiu", formados pelo INEFOP continuam sem fazer nada por falta de oportunidades de emprego, razão pela qual estamos a apelar ao governo provincial e o central no sentido de continuarem com as políticas que visam potenciar a juventude com instrumentos de trabalho, para que estes possam garantir o sustento das famílias e a criação de mais postos de trabalho", disse.

## 2.5 Depósitos "Bankita" com taxa de juros melhorada

*Jornal de Angola*  
12 De Dezembro de 2018

A taxa de juro de remuneração do chamado "Bankita a Crescer", um produto bancário destinado a estimular a poupança entre as camadas de baixo rendimento, subiu de 7 para 12,5 por cento, anunciou na segunda-feira, num comunicado, o Banco Nacional de Angola (BNA).

A medida, de acordo com o documento, insere-se numa vasta estratégia do BNA destinada a reforçar os mecanismos de promoção do acesso ao sistema financeiro e a estimular hábitos de poupança na população de baixo rendimento, através da remuneração e protecção dos seus recursos financeiros.

Para dar conta do novo incentivo aos clientes e potenciais interessados, o Banco Nacional de Angola recomenda aos bancos comerciais que trabalham com o referido produto, nomeadamente BCA, BCI, BFA, BIC, BIR, BMF, BNI, BPC, BSOL, KEVE, BANC e YETU, a criação de condições para a sua divulgação.

O produto "Bankita a Crescer" foi criado em 2011 por iniciativa do Banco Nacional de Angola, através de um acordo de adesão inicialmente subscrito pelos bancos de Poupança e Crédito, de Comércio e Indústria, Comercial Angolano, de Fomento, BIC, KEVE, de Negócios Internacional, SOL e BAI microfinanças. A iniciativa, juntaram-se, depois, outros bancos. Dois anos depois do lançamento do

produto, em 2013, a taxa da população bancarizada subiu 50 por cento.

O "Bankita a Crescer" é uma conta de depósito a prazo, constituída junto de um dos bancos aderentes, através da sua rede de balcões ou dos seus correspondentes bancários. O valor mínimo para a abertura da conta está fixado em 1.000 kwanzas e o depósito pode ser mobilizado sem notificação prévia e sem quaisquer penalizações.

## 2.6 Resultados financeiros dão mérito ao Xikila Money

*Jornal Economia e Finanças*  
15 De Dezembro de 2018  
Texto: Vânia Inácio

Os jovens Anacleto Manuel e Joana Augusto, em Luanda, têm nos telefones um amigo do dia-a-dia. Dizem-se da geração Android. Ambos têm mais uma coisa em comum: não tinham conta bancária, até há bem pouco tempo, e entrar num banco e suportar filas era coisa que os fazia ver no "garraão" um bom guarda das suas poucas finanças pessoais.

Ambos admitem que os quiosques da rede "Xikila Money" mudaram as suas opiniões, pois os telefones passaram a ser também os principais instrumentos para levantar e transferir dinheiro de forma rápida e sem as tradicionais chatices. É assim que consideram o atendimento presencial nas várias agências bancárias.

Os dados, até ao I semestre deste ano, dão conta de 250 mil contas abertas no Xikila Money. Em igual período de 2017, tinham cerca de 100 mil contas. No final daquele ano estimou-se estarem abertas 130.253 contas. No último trimestre deste mesmo ano, a média total diária de contas abertas era de 650 novas subscrições.

Com balcões no Huambo e Luanda, os números reflectem o grau de aceitação de um banco que abre a era da digitalização plena no sistema bancário angolano. O desafio, por agora, é a sua fixação nas demais 16 províncias.

O Xikila Money, a primeira 'Unidade de Negócio do Banco Postal (BPT), é a materialização efectiva da missão de bancarização dos até então tidos por excluídos do sistema. É um dos mais inovadores paradigmas de serviços bancários em Angola. Congrega o que há de melhor em dois mundos: operações bancárias através de tecnologias móveis e os tradicionais canais físicos da banca, por via do



Banco Postal. Assim, o grupo está estruturado em agências, quiosques, agentes externos e a rede PAGA AQUI. Tem já fixados mais de 150 pontos de atendimento.

## 2.7 Banco Postal promove banca de proximidade a céu aberto com kitanda xikila neste Domingo

*Jornal O PAÍS*

*16 De Dezembro de 2018*

O Banco Postal realiza neste Domingo, 16 de Dezembro, junto ao campo Manuel Berenguel, da Rádio Nacional de Angola, uma acção de inclusão financeira como ferramenta de combate à exclusão social e promoção das novas formas de PAGAMENTOS MÓVEIS de serviços e produtos denominada KITANDA XIKILA através da sua Unidade de Negócio Xikila Money vocacionada para transacções bancárias pelo telemóvel que se tem destacado no Sistema Financeiro Nacional desde o primeiro trimestre de 2017.

A iniciativa pretende mostrar em tempo real e de forma prática as vantagens e características dos serviços móveis de pagamento com o Xikila Money. Por outra, tendo como parceira a Rádio Luanda através da RNA, nesta acção, o Banco Postal vai promover princípios de literacia financeira no programa KIALUMINGO, educando e formando a sociedade sobre boas práticas de poupança e de acesso ao crédito e a alternativa fácil e conveniente que são os pagamentos móveis e que está ao alcance até mesmo de pessoas socialmente excluídas diante da actual oferta tradicional de serviços bancários ainda inadequada.

Dados do BNA apontam que em termos de Acesso Demográfico aos Serviços Bancários existem em Angola pouco mais de 200 Terminais de Pagamento Automáticos TPA, 10 Multicaixas e 5 Agências bancárias para cada 100 mil habitantes. Apesar de representarem considerável evolução nos diferentes contextos do Sistema Financeiro Nacional, estes dados não deixam de revelar a insuficiência ainda patente na oferta de serviços e produtos para o universo dos 15 milhões de angolanos com idoneidade para acederem aos serviços bancários, dos quais pouco mais de 9 milhões APENAS são servidos.

É diante desta realidade que Banco Postal se posiciona como uma instituição inovadora e inclusiva estando mais próximo dos vários segmentos da população com foco no combate à exclusão social.

## 2.8 Projectos comunitários com crédito garantido

*Jornal de Angola*

*18 De Dezembro de 2018*

*Texto: Natacha Roberto*

Os projectos concebidos pelo Fundo de Apoio Social (FAS) para o desenvolvimento das comunidades em todo o país têm agora garantidos créditos do Banco Sol, declarou ontem, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da instituição financeira.

Coutinho Miguel e o director-geral do FAS, Santinho Figueira, assinaram ontem um protocolo de cooperação que estabelece a concessão de créditos bonificados a fundo, com taxas de juro de cinco por cento.

O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol informou que o crédito vai ser disponibilizado através de um fundo financeiro líquido do FAS, que será operacionalizado pelo banco. "É com base neste montante aplicado que vamos garantir e aprovar micro créditos de forma célere, para financiar os projectos de beneficiários indicados pelo FAS", informou.

O responsável do banco esclareceu que a instituição bancária pretende libertar os beneficiários de formalismo excessivo e permitir que os projectos se concretizem através da concessão rápida. "O micro-crédito é um instrumento de inclusão financeira. Com base na agenda comunitária, vamos apoiar a construção de escolas e unidades hospitalares", disse.

Coutinho Miguel lembrou que o principal objectivo do Banco Sol é intensificar o uso do crédito bancário para aumentar postos de trabalho e o rendimento das famílias, bem como reduzir a pobreza. "Este protocolo vai permitir alavancar iniciativas empreendedoras para reforçar os negócios e apoiar as micro, pequenas e médias empresas", apontou.

O acordo prevê a criação de condições para funcionários com os salários domiciliados no acesso ao crédito de consumo com um "plafond" de dois milhões de dólares' habitação (cinco milhões) e o automóvel (três milhões).

Coutinho Miguel, avançou que a crise abalou o sistema bancário, mas a instituição vai continuar a apostar na consolidação e na modernização. "É nossa preocupação apostar no capital tecnológico, automatizar o banco e internacionalizar os nossos serviços", acentuou.

## 2.9 Crédito 'malparado' atinge o valor mais alto da história de Angola

*Jornal Expansão*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Alexandre Lourenço*

O mês de Julho ficou marcado pelo facto de o crédito de cobrança duvidosa da banca comercial atingir, em Junho, 33,1% do crédito total, o valor mais elevado desde que há registos disponíveis no site do Banco Nacional de Angola (BNA).

Como os empréstimos concedidos pela banca comercial a rondar os 3,5 biliões Kz, o crédito em incumprimento há mais de 30 dias rondava os 1,2 biliões Kz. Em USD, estaremos a falar de um montante equivalente a 4,5 mil milhões.

A culpa do aumento do também chamado malparado é da crise, mas também a má gestão do risco de crédito pelas administrações dos bancos comerciais.

Em Junho de 2014, quando o petróleo começou a descer, o crédito de cobrança duvidosa não ultrapassava os 6,1% do total. Em Dezembro desse ano, praticamente duplicou para 11,7%, estabilizando nos dois anos seguintes - terminou o ano de 2015 nos 11,6% e encerrou 2016 ligeiramente acima dos 13,1%.

A grande cavalgada do crédito em incumprimento iniciou-se em Abril de 2017, quando saltou para os 24,6%, contra 15,3% um mês antes. Em Dezembro de 2017, já estava nos 28,8%, em Janeiro de 2018 recuou ligeiramente para 27,8% e a partir daí não cessou de aumentar até se fixar nos 33,1% do mês anterior.

Segundo as Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística, a economia angolana registou duas recessões consecutivas, em 2016 e 2017, com taxas de crescimento negativas de 2,6% e 2,5, respectivamente.

A crise económica, por si só, fez com que muitas empresas reduzissem a actividade ou encerrassem, deixando de pagar os empréstimos aos bancos.

O desempenho empresarial foi igualmente afectado pela escassez de divisas que obrigou muitas empresas a recorrer ao mercado paralelo. As taxas de câmbio aí praticadas corroeram as margens e, conseqüentemente, a capacidade das empresas em honrarem os seus compromissos com a banca. Se a situação já era difícil, piorou por causa do Estado, como alertaram as associações empresárias de

diversos sectores. Desde o início do ano, para as dificuldades que as empresas, em especial as micro, pequenas e médias, atravessam está o facto de Estado não lhes pagar.

Ainda em Junho, o Expansão avançou que nove dos 29 bancos comerciais a operar no País precisavam de uma injeção 50,3 mil milhões kz de dinheiro 'fresco' para adequarem o seu capital social e respectivos fundos próprios às novas regras do BNA, de acordo com cálculos com base nos relatórios e contas de 2017.

O aviso nº 2/2018 do BNA estabelece que, a partir de 1 de Janeiro de 2019, os bancos não podem ter Capital Social nem Fundo próprios abaixo dos 7,5 mil milhões kz, valor que foi triplicado face aos 2,5 mil milhões kz que vigorava na legislação anterior.

Dos 50,3 mil milhões kz de dinheiro fresco de que necessitam os nove bancos, 25,0 mil milhões são para cumprir a exigência de capital social mínimo e 25,2 mil milhões kz para reforçar os fundos próprios para os mínimos exigidos pelo BNA.

## 2.10 Cartoon

*Jornal Expansão*

*21 De Dezembro de 2018*

*Desenho: Sérgio Piçarra*



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Venda de dólares reactivada no Mártires

*Jornal O Crime*

*1 De Dezembro de 2018*

*Texto: Silveira da Piedade*

Desde Agosto que o Banco Nacional de Angola (BNA) voltou ao método de venda directa de divisas aos bancos. Meses após a 'limpeza' a 'pente fino', resultante de uma operação conjunta da Polícia, nas ruas 15 e 20 do Mártires do Kifangondo, em Luanda, o negócio volta a dar nas vistas, embora de uma maneira tímida.

O bairro da capital é também apelidado de 'Wall Street de Angola', devido às semelhanças com uma rua norte-americana, que é considerada o coração histórico do actual distrito financeiro de Nova Iorque, onde se localiza a bolsa de valores mais importante do mundo.

Camuflados entre a multidão que ali frequenta, homens e mulheres 'kínguilas' trabalham disfarçados de cabeleireiros, de moto-táxi ou até mesmo de simples vendedores de cartões de recarga. Ao contrário dos tempos antigos, não exibem maços de dinheiro.

Mas estão atentos a qualquer movimento. O ambiente é calmo até avistarem um potencial cliente, logo começa a abordagem. A maioria parece ser oriunda da República Democrática do Congo (RDC). "Queres comprar? Vamos mais lá para frente. Aqui a Polícia está a incomodar", esclarece o vendedor que se identifica apenas por 'Henriques', que conta que tudo tem sido feito o mais escondido possível devido à presença da Polícia, uma afirmação que parece contradizer tendo em conta que o negócio é feito a poucos metros de uma esquadra e no 'nariz' de agentes de trânsito da zona.

"100 Rands sul-africanos são quatro mil kwanzas, da Namíbia, 3.800 kwanzas, euro são 47 mil kwanzas e o dólar 39.500 kwanzas até Dezembro" - dita os preços do negócio o vendedor que, para o caso do dólar, se nega a baixar o valor, alegando que a moeda "está difícil" de ser encontrada.

O Mártires do Kifangondo é conhecido como uma alternativa à banca devido à escassez das divisas, apesar dos preços especulativos e altos com que é

feito o negócio. No mercado formal, uma nota de 100 dólares está a ser comercializada a mais de 30 mil kwanzas; no mercado informal, o mesmo valor chega aos 40 mil kwanzas. No Mártires, não apenas se compram divisas, como também são vendidas a quem esteja interessado a ter kwanzas.

Em Dezembro do ano passado, a Polícia fez uma grande operação para dismantelar a venda de divisas no Mártires. Foram apreendidas duas máquinas de fabrico de dinheiro, oito milhões de dólares, 16 milhões de euros.

Na operação, foram ainda apreendidos diamantes e avultadas somas de kwanzas e outras moedas estrangeiras, como rands.

Bancos voltam a vender dólares Em Agosto, o Banco Nacional de Angola (BNA) voltou à venda de divisas à banca comercial, exclusivamente a moeda americana, para garantir a cobertura de operações gerais, excluindo adiantamentos a favor de 'tradings', 'offshores' e sociedades unipessoais, informou a instituição. Desde 16 de Outubro de 2016 que o BNA não fazia leilões com o dólar norte-americano.

A interrupção de injeção da moeda norte-americana deu-se em 2015, após o Grupo de Acção Financeira (Gafi), uma instituição sediada em Paris, França, para combater o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, ter colocado Angola numa denominada 'lista cinzenta', por suspeitas de que o país pudesse estar a financiar redes de terrorismo e ainda terão sido detectadas práticas de branqueamento de capitais, envolvendo somas anuais de milhões de dólares.

### 3.2 Operação Resgate pode causar revolta social

*Jornal O Crime*

*1 De Dezembro de 2018*

O sociólogo Carlos Conceição adiantou que a operação resgate não vai e nem está a funcionar, porque o Governo falhou em não fazer primeiro um estudo profundo e consultar entidades que entendam do assunto, como sociólogos, antropólogos, psicólogos, isto é, "especialistas que conhecem os meandros da nossa sociedade".

O sociólogo acredita que "não se vai resgatar a autoridade com essas medidas extremamente repressivas. Muito pelo contrário, a população vai se revoltando cada vez mais e isso pode provocar problemas sociais maiores", alertou.

Por outro lado, acrescentou "o Governo não preparou a população para esta operação, esperávamos que se fizesse primeiro uma mobilização social adequada com objectivo de saber qual seria o melhor momento da aplicação; infelizmente, não foi o que aconteceu".

Afirmou que a operação é um 'tiro no próprio pé' das autoridades porque, por um lado, se assiste a uma presença massiva de forças policiais nas vias públicas, mas quando os mesmos se retiram tudo volta ao que era.

"Essa operação me lembra um jogo infantil conhecido como "ficou", onde as pessoas fogem umas das outras e num fim tudo volta ao normal", considerou.

Sociologicamente, avisa que a pressão para o Estado vai aumentar cada vez mais; portanto, aconselha a se encontrar em alternativas de resgate da ordem e que a mudança de comportamento não seja uma questão relacionada com as forças da Polícia. Assim sendo, descarta a Polícia desse assunto, sob pena de não se alcançar em os resultados desejados.

Carlos Conceição lembra que no nosso país a maior parte da população vive do sector informal e isso não se resolve dando cartões de ambulantes às zungueiras. Continuando como está, em breve conheceremos o fracasso da operação, pois o modus operandi não está a ser pedagógico, concluiu.

### 3.3 Como “operação resgate” deixa inúmeros cidadãos no desemprego

*Jornal O Crime*

*1 De Dezembro de 2018*

*Texto: Márcio Ambrósio*

Este jornal saiu às ruas para medir até que ponto a tão propalada 'Operação Resgate' está a ter resultados positivos na vida dos cidadãos. Para tal, passamos por algumas artérias da cidade de Luanda, o que podemos constatar, nalguns pontos, uma higienização diferente, e noutros nem tanto, e uma presença considerável de agentes da PN.

Não passou despercebido para notarmos que, ao princípio do dia, a cidade dá a sensação de estar isolada ou pouco habitada; no entanto, o cenário começa a mudar ao cair do sol e com o diminuir da presença das forças policiais.

Ao que tudo indica, os cidadãos mudaram o jeito de operar nas ruas; quando os polícias desaparecem, os

vendedores ambulantes aparecem, parecendo-se a uma corrida de gato e rato. Desafiamos o caro leitor a passar na Avenida Deolinda Rodrigues, Golfe 2, para constatar in loco o lamentável cenário que ali acontece todos os dias ao cair da noite.

Fiscais correndo com os vendedores ambulantes, os vendedores atravessando a estrada a correr com a movimentação dos carros. Essa triste acção já resultou em três mortes, segundo as nossas fontes.

Como forma de protesto ao modo como a operação resgate está a ser levada à cabo pelas autoridades, dezenas de jovens manifestaram-se com cartazes a pedir que repatriassem primeiro o dinheiro roubado e só assim é que continuariam com a operação. A manifestação, que tinha como objectivo mostrar o descontentamento que a operação tem estado a criar, ficou marcada por detenções de vários cidadãos que apenas queriam exercer um direito tipificado na nossa Constituição. Abaixo descrevemos algumas histórias de quem está realmente a sofrer na pele as consequências da operação resgate.

#### Mercado dos Correios

O mercado, que ficou conhecido na cidade de Luanda pela venda massiva de peças de automóveis, hoje quase que já não existe em consequência da operação resgate, deixando dezenas de jovens no desemprego.

António Isaac, jovem de 26 anos de idade, estudante, cresceu nos arredores do bairro Avó Kumbi, encontrou o seu primeiro e único emprego no mercado dos Correios como ajudante de venda de peças de automóveis de ocasião de um cidadão de nacionalidade maliana. Hoje, com o fim do mercado, diz estar a passar a pior situação de sua vida.

"Estou desesperado e não sei o que fazer, deste cedo comecei a trabalhar no mercado, sou estudante, o dinheiro que ganhava é o que usava para me sustentar, nunca roubei ou enganei alguém. Se essa situação continuar assim, sinceramente não sei o que pode vir a acontecer", lamentou com lágrimas escorrendo no rosto.

Por outro lado, Alberto Cafuxi, também vendedor de peças de automóveis de ocasião, mas ao serviço de um cidadão de nacionalidade maliana, fez saber que a informação da operação foi muito mal passada e que em consequência disso perdeu o seu meio de sustento.

Cafuxi acrescenta que, em conversa particular que manteve com o seu chefe, o mesmo confessou-lhe que despacharia a mercadoria em stock e deixaria

Angola sob pena de ver o seu negócio apreendido pelas autoridades policiais.

Durante a nossa passagem por aquele famoso mercado, era visível a presença massiva de agentes da Polícia Nacional e uma movimentação discreta de quem quisesse comprar algum material.

Eram notáveis muitas lojas fechadas; todavia, em frente das mesmas havia alguns indivíduos que facilmente podiam ser confundidos como simples cidadãos, mas que, no olhar atento do nosso repórter, não passou despercebido que se tratava de funcionários das lojas em questão à procura de clientes.

#### Taxistas descontentes

Manuel Domingos, 53 anos, antigo combatente, actualmente taxista de um bairro próximo ao mercado dos Correios, defende que a 'Operação Resgate' só veio estragar a vida dos cidadãos, uma vez que o Governo não cria condições melhores de trabalho.

"Eu faço táxi com uma viatura Toyota Starlet, quando avaria todos os acessórios comprava no mercado dos Correios.

Agora que tiraram o mercado, não sei como e onde vou comprar as peças do meu carro. Eu sou antigo combatente, lutei por este país, hoje tenho receio de fazer meu táxi, porque se o carro estragar ficarei parado. O Governo quer nos matar", disse.

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, Orlando Bernardo, disse que "essa operação será levada de forma muito séria e contundente", lembrou que "uma das referências dessa operação é não haver excessos na actuação dos efectivos e de todos os órgãos da administração local".

Ao que tudo indica, a referência dita por Orlando Bernardo não está a ser cumprida pelos oficiais do distrito do Rangel. É que, segundo os taxistas e o núcleo de lotadores da placa do Cine-Ngola, desde o lançamento da operação resgate que os agentes da Polícia não param de os incomodar de modo excessivo.

O responsável dos lotadores da placa reuniu com os taxistas e foram até ao Comando Provincial da PN para ver a situação resolvida, mas sem sucesso. Os mesmos não desistiram e marcaram mais uma reunião, esta última lhes foi indicada um local que devia servir como paragem para os taxistas; porém, o

espaço em causa já estava ocupado por outros jovens, o que quase causou uma briga sem precedentes.

Os mesmos alegam que estão a ser corridos do local onde desde sempre fizeram e fazem táxi até ao momento. Um taxista, que preferiu não ser identificado, acusa um agente conhecido por 'Chefe Brito de, arbitrariamente e sem justificação, receber os documentos dos taxistas da zona em questão e apenas devolver em troca de cinco mil kwanzas.

"O Chefe Brito, quando chega aqui, com ou sem irregularidade ele prende as viaturas, ameaça as pessoas, em seguida deixa o número do telefone e diz que quem quer os documentos de volta deve fazer um depósito de cinco mil kwanzas nessas agências bancárias do Xikila Money", denunciaram.

a mesma placa, muitos são os jovens que vêm a lotação de carro como o seu meio de sobrevivência, mas, com a possibilidade de os proibirem, um deles deixa a promessa de voltar para o mundo do crime.

" Fui um bandido muito perigoso"

Um dos lotadores garantiu que por muito tempo da sua vida foi um marginal tido como altamente perigoso e que por várias vezes cumpriu pena por diversos crimes, e só em 2014 viu no lotar táxi um meio de sair da vida de delinquente. Diz não querer voltar ao passado, mas que com o andar das coisas não vê alternativa.

O lotador fez saber que há muito que não consumia álcool; todavia, em função das constantes pressões e abusos das autoridades, voltou ao velho hábito do consumo de bebidas alcoólicas.

Pai de três filhos, consegue pagar a renda da casa e sustentar a família com o que consegue diariamente. Não quer ver a família sofrer. Em razão disso, caso o proibem de lotar, vai pegar na sua catana e realizar assaltos à mão armada para conseguir o sustento dos filhos.

"Se me proibirem de lotar táxi aqui na placa do Cine Ngola e os polícias não me indicarem outro sítio para lotar, senhor jornalista, quem vai sofrer não será eu, mas sim os nossos irmãos, não quero voltar. No entanto, se as coisas se complicarem aqui na nossa placa, voltarei a roubar para sustentar os meus filhos ", alertou.

### 3.4 Apreendidos fármacos em mercados paralelos

*Jornal de Angola*  
1 De Dezembro de 2018

Efectivos da Policia apreenderam, na cidade do Cuito, Bié, uma tonelada de medicamentos que estavam a ser comercializados de forma ilegal e em locais não autorizados, durante o mês de Novembro, no âmbito da Operação Resgate.

Segundo a Angop esta informação foi revelada ontem pelo director de Comunicação Institucional e Imprensa da delegação do Ministério do Interior no Bié, inspector prisional chefe, José Capingãla. O oficial da Policia disse que as apreensões ocorreram nos mercados paralelos e em locais considerados impróprios para a comercialização de fármacos, facto que constitui crime e atentado à saúde pública.

José Capingãla adiantou que a Polícia Nacional, em coordenação com o Serviço de Investigação Criminal, vai continuar no encalço dos prevaricadores, com vista a desencorajar a venda de medicamentos em mercados. Sem avançar o número de cidadãos detidos, José Capingãla apelou à população da região para comprar medicamentos apenas em farmácias e denunciar os que insistem em comercializar estes produtos à margem das normas estabelecidas.

O Gabinete Provincial da Saúde já encerrou 30 farmácias' das 76 registadas, por venda de medicamentos de origem duvidosa e inobservância de sanidade. A província do Bié, com um milhão 455 mil e 255 habitantes, tem 176 unidades hospitalares.

### 3.5 Mercado da Gajajeira já faz parte do passado

*Jornal de Angola*  
4 De Dezembro  
Texto: César Esteves

O mercado da Gajajeira, no Distrito Urbano do Rangel, em Luanda, foi ontem desactivado, no âmbito da "Operação Resgate", diante da revolta de vendedoras que apelavam às autoridades para uma moratória até Janeiro de 2019.

A decisão da remoção do mercado ambulante surgiu da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, face à operação em curso no país.

No sábado, uma equipa da CAEL, encabeçada pela presidente Maria Antónia Nelumba reuniu-se com as

vendedoras, tendo informado sobre o encerramento do espaço.

O local não reunia as mínimas condições para o exercício da actividade comercial. No encontro, a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda garantiu que nenhum vendedor ficará de fora, pois, referiu que no distrito do Rangel existem vários mercados com espaços suficientes.

Chapada, Congolenses, Rangel, Bairro Popular e do Anangola, são os mercados com espaços a nível do distrito do Rangel, com 1.250 lugares disponíveis e que cabem todas.

Insatisfeitas com a decisão da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, um grupo de vendedoras reuniu -se ontem, em jeito de protesto, numa das ruas do bairro São Paulo, manifestando descontentamento.

Em função da situação que causava transtornos para automobilistas e peões, agentes da Polícia Nacional foram chamados para manter a ordem.

As vendedoras disseram que saíram à rua, não só para manifestar descontentamento pelo encerramento do mercado, mas, também, pelos facto dos agentes da fiscalização estarem maltratar as mercadorias.

Administrador do Distrito Urbano do Rangel, Francisco Naval, garantiu às vendedoras que tudo será feito para a resolução do problema. O responsável admitiu haver algum excesso da parte de agentes da fiscalização e da Polícia Nacional nessa operação. "Muitos estão a entrar em residências onde se encontram as mercadorias das vendedoras, com o objectivo de se apoderarem delas".

Contactado por telefone pelo Jornal de Angola, Mateus Rodrigues, disse que não houve nenhum excesso por parte dos agentes, durante a desactivação dos vendedores da Gajajeira.

O intendente Mateus Rodrigues, esclareceu o que ocorreu na manha de ontem foi apenas um mero acto levado a cabo pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

### 3.6 Suspensão chefe da Brigada de Fiscalização

*Jornal de Angola*  
5 De Dezembro de 2018

O responsável da Brigada de Fiscalização, Paulo Gonçalves Diogo, foi suspenso das suas actividades, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda,

na sequência dos acontecimentos ocorridos aquando da desactivação do mercado da "Gajajeira", no Distrito Urbano do Rangel.

Foi instaurado um processo disciplinar para se apurar as responsabilidades de todos os envolvidos na cadeia de comando, enquanto as administrações dos distritos urbanos do Rangel e Sambizanga têm de restituir, com a máxima urgência, aos respectivos donos os bens apreendidos injustamente.

A CACL reitera o pedido de desculpa aos lesados pelos danos causados.

### 3.7 Governante desdramatiza protestos de "zungueiras"

*Jornal de Angola*

*5 De Dezembro de 2018*

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos rejeitou ontem que a manifestação de zungueiras, nas ruas de Luanda, tenha a ver com direitos humanos, mas sim com os seus interesses comerciais.

Francisco Queiroz, que falava à imprensa à margem do 'workshop' para a recolha de contribuições à Proposta da Estratégia do Executivo sobre os Direitos Humanos, foi instado a comentar as manifestações de cerca de meia centena de zungueiras - que vendem todo o tipo de produtos pelas ruas - no mercado da Gajajeira, no Distrito Urbano do Rangel, desactivado segunda-feira pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda", no quadro da "Operação Resgate".

Para o ministro, estas manifestações "têm mais a ver com interesses comerciais de cada um". O governante acrescentou que "cada um está a defender os seus direitos comerciais".

"São interesses comerciais. O Estado tem um interesse, esse sim, é de direitos humanos, de manter a ordem e a tranquilidade", realçou o titular da pasta da Justiça e dos Direitos Humanos.

A "Operação Resgate", colocada em prática pelas autoridades a 6 de Novembro, visa reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores desencadeadores da desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária.

Visa também aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal, e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais.

### 3.8 "Zungueiras" em defesa dos seus interesses marcham para o palácio presidencial

*Jornal 24 Horas*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Márcia Elizabeth*

Cerca de meia centena de zungueiras (mulheres que vendem todo o tipo de produtos pelas ruas) saíram à rua, tendo sido impedidas pela polícia, que não permitiu que chegassem ao Palácio Presidencial.

Entretanto, Francisco Queiroz, ministro da Justiça e Direitos Humanos, que falava à comunicação social à margem do 'workshop' para a recolha de contribuições à proposta da estratégia do Executivo sobre os Direitos Humanos, foi instado a comentar as manifestações que têm ocorrido nos últimos dias na capital angolana.

Para o ministro, estas manifestações "têm mais a ver com interesses comerciais de cada um". "Não sei se têm a ver com direitos humanos, se calhar, tem mais a ver com interesses comerciais de cada um", disse o governante angolano, acrescentando que cada um está a defender os seus direitos comerciais". "São interesses comerciais. O Estado tem um interesse, esse sim, é de direitos humanos, é manter a ordem e a tranquilidade", realçou o titular da pasta da Justiça e Direitos Humanos em Angola.

Em causa está a "operação Resgate", colocada em prática pelas autoridades angolanas a 06 de Novembro e que visa reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores desencadeadores da desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária, aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais.

Na segunda-feira, aparentemente de forma espontânea, cerca de 50 'zungueiras', todas oriundas do Mercado de São Paulo, em Luanda, surpreenderam as autoridades locais que só conseguiram pará-las a poucas centenas de metros do Palácio Presidencial, sem que se tenham registado quaisquer incidentes.

Cerca de uma hora depois, a polícia, já na zona da Maianga, conseguiu dispersar a meia centena de 'zungueiras', que partiram a pé e a cantar, de volta ao Mercado de São Paulo, depois de a polícia lhes ter dado garantias, que os produtos confiscados serão devolvidos.

Chefe da fiscalização desobedeceu e excedeu

Na sequência deste assunto, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anunciou logo a seguir a "suspensão" do responsável da brigada de fiscalização que, na segunda-feira, praticou actos de "desobediência e de excesso de zelo" no Mercado de São Paulo sobre vendedoras de rua.

Num comunicado enviado à comunicação social, Francisco Andrade, director da Comissão, sublinhou que a suspensão de Paulo Gonçalves Diogo irá vigorar enquanto decorrer o inquérito para, num prazo de 72 horas, ser apresentado um "relatório circunstanciado" sobre as razões que estiveram na base de tal prática. "Uma vez confirmadas as suspeitas de excessos por parte dos efectivos, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, dará a conhecer que os prevaricadores serão punidos "de acordo com a lei", referiu Francisco Andrade.

Consta no documento que "a Comissão reitera que não vai permitir, quer da parte dos efectivos bem como dos cidadãos qualquer comportamento que ponha em causa os propósitos nobres da 'Operação Resgate' e aproveita a oportunidade para apelar à denúncia de práticas contrárias às normas e procedimentos administrativos".

Segundo Francisco Andrade, os actos de "desobediência e de excesso de zelo" foram praticados por uma brigada dos serviços de fiscalização local no perímetro da Gajageira, no bairro de São Paulo, distrito do Rangel.

Na segunda-feira, a acção da fiscalização da brigada e da polícia apreendeu as mercadorias das "zungueiras", o que gerou um protesto espontâneo das vendedoras que decidiram dirigir-se ao Palácio Presidencial, em Luanda, para pedir a intervenção do chefe de Estado angolano, João Lourenço. No entanto, acabaram por ser impedidas por um cordão policial à cerca de 500/600 metros do palácio. Na terça-feira, os ministros angolanos do Interior, Ângelo Veiga Tavares, e da Justiça, Francisco Queiroz, desdramatizaram o incidente registado segunda-feira de manhã, com o primeiro a admitir, porém, uma acção "menos correcta" da brigada e o segundo a reconhecer tratar-se de interesses comerciais.

### 3.9 “Operação Resgate” da “pimpa” só para as zungueiras

*Jornal Visão*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Domingos Miguel*

Já lá vão 24 dias, desde que a 'Operação Resgate' entrou em vigor, com o intuito de melhorar a administração pública e resgatar a autoridade do Estado.

Para muitos cidadãos, essa medida caiu como um balde de água fria, prova disso foi o alarido público criado à volta da mesma em todo território nacional, com maior realce na capital do país, onde se encontram muitos angolanos em busca de melhores condições de vida.

O jurista Gervásio Hossi entende que não existe execução de projecto sem desenho, assim como também não existe projecto social sem preparação prévia e sem sensibilização da população. "Portanto, a 'Operação Resgate' foi pensada em portas fechadas e executada a 'céu aberto', sem a possibilidade das pessoas que têm na zunga a sua fonte de rendimento sejam preparadas para encontrar outros locais para exercer a sua actividade sem que constitua um atropelo as normas administrativas como venda desordenada"

O jurista vai mais longe dizendo que esta operação é de facto uma iniciativa louvável, mas que o momento não é oportuno, tudo porque não se pode combater os problemas administrativos, sem primeiro trazer grandes mudanças no seio de alguns sectores do ramo público, que foi efectivamente afectado pela corrupção activa. "Nessa altura as prioridades do Executivo seriam outras e não uma operação que tenta combater aquele que nada tem e favorece quem tem o poder financeiro": notou, para depois dizer que a medida mais acertada para se combater a venda ambulante seria a promoção de mais empregos.

"Prometeu-se, durante a campanha eleitoral, que haveriam 500 mil empregos disponíveis e ao invés de se cumprir essa promessa lançou-se esta operação que entrou repentinamente em vigor sem dar tempo às pessoas de se prepararem": sublinhou.



Vale aqui ressaltar o pensamento do sociólogo João Paulo Ganga, que exteriorizou durante uma entrevista que para os tais que contribuíram negativamente no aumento da pobreza extrema da população angolana, levando verbas ilícitamente, lhes foi dado seis meses para o devido repatriamento de forma voluntária, "Mas para os indefesos que sobrevivem da zunga, nem sequer uma semana para se organizarem ou legalizarem as suas actividades lhes foi dado": sustenta.

Com quem está a autoridade?

Na visão da Associação dos Jovens Universitários do Cazenga, esta operação foi mal empregue, na medida em que um Estado não perde a sua autoridade e quando assim acontece com quem estava? "É do domínio de todos que não estamos em altura para levar a cabo uma operação desta natureza em todo país, principalmente porque muitos problemas ainda assolam as nossas populações": explicaram, para depois apontar que temos poucos mercados e os que existem não oferecem dignidade a quem os usa, pois nem um banheiro tem e as empresas responsáveis pela limpeza não cumprem com o seu real papel. "Nos bairros nota-se um forte aproveitamento dos agentes da Polícia Nacional, motivo para dizer que a corrupção ainda continua no seio daquela instituição castrense. Por isso pensamos que, antes de entrar em vigor a 'Operação Resgate: primeiro deveria se fazer uma mega campanha de sensibilização,' ou seja, um resgate do combate a corrupção nas instituições públicas", apontaram, para depois concluir que, por esse motivo muitos projectos não atingem os resultados desejado por falta de sensibilização, fiscalização e ouvir os implicados, nesse caso, o povo.

### 3.10 Fiscalização

*Jornal 24 Horas*  
*7 De Dezembro de 2018*

A invasão às casas do processo não é um procedimento novo no município do Rangel e outras paragens. A apropriação indevida de bens das zungueiras e demais vendedoras já vem desde longa dada. O roubo, a violência e a arrogância dos fiscais já foi e é frequentemente denunciado por todos os cidadãos que vêm esta prática todos os dias. Até já houve morte. A acção praticada recentemente pelos fiscais contra as casas de processo da Gajajeira e consequentemente contra as vendedoras do S. Paulo foi orientada pelo "camarada ordens superiores":

Não fosse a marcha das vendedoras o assunto passava despercebido e ficava no lamento e banzelo das sacrificadas donas dos produtos. Que se faça o

apuramento real de quem deu a ordem. A suspensão do chefe da Fiscalização do Rangel é um embuste. Encontra-se o rosto do camarada ordens superiores.

### 3.11 “Operação Resgate” deve atacar a raiz do mal que é o MPLA

*Jornal 24 Horas*  
*7 De Dezembro de 2018*

"Resgate" significa "reaver" algo que alguém já tinha. Alguma vez em Angola governada pelo MPLA desde a Independência - não houve zungueiras e zungueiros, não houve kinguilas, não houve delinquência, não houve pobreza, não houve falta de emprego, não houve despedimentos ilícitos, não houve casos de ocupação dos espaços públicos para a construção de residências, não houve casebres, não houve lanchonetes, não houve instalação de mercados informais, não houve ocupação de reservas fundiárias, não houve armazéns e oficinas ao longo dos principais eixos viários, não houve infra-estruturas inacabadas ou abandonadas, não houve venda de produtos roubados e furtados, não houve venda de peças de viaturas e telemóveis na rua, não houve exercício ilegal de táxis, não houve venda ambulante nos congestionamentos e pontos de carregamento e descarga de passageiros, não houve protecção de estrangeiros ilegais no país por parte de altas figuras do MPLA, não houve imigração ilegal e seu reflexo no tráfico ilegal de diamantes, não houve contrabando de mercadorias, não houve fuga ao fisco, não houve crime organizado, não houve branqueamento de capitais, não houve tráfico de drogas, não houve exercício ilegal de medicina, não houve actividade religiosa desordenada, não houve introdução de hábitos e costumes estranhos à cultura nacional, não houve contrafacção discográfica e de mercadorias e medicamentos, não houve caça furtiva, não houve exploração ilegal de recursos florestais, minerais e inertes... não houve... e não houve?

Sempre houve tudo e mais alguma coisa que foi enumerado acima. Sempre tivemos desordem do Estado angolano. E todo o mundo sabe que a desordem foi promovida, de forma premeditada, por um partido que sempre pretendeu estar no poder a qualquer custo. Chamemos os bois pelo nome. O Estado angolano não tem "ordem" para "resgatar" porque nunca teve.

Não se resgata o que nunca se teve. A "Operação Resgate" que começou no dia 6 deste mês é um embuste, a começar pelo próprio nome. Eu próprio "comi" da "desordem". Formei-me na "desordem". Construí a minha família na "desordem". O meu estudo foi pago por meio da "desordem". Adquiri

coisas na "desordem", porque o Estado angolano sempre ofereceu "desordem" para os cidadãos conseguirem sobreviver. As zungueiras não querem vender no mercado? Querem dinheiro rápido? Quem promoveu o imediatismo?

É o MPLA. Quem sempre mostrou aos cidadãos que moralidade e ética é só no papel? É o MPLA. O MPLA criou a desordem e agora lança uma "Operação Resgate"? O Estado angolano precisa de recomeçar em tudo. Nós devemos reiniciar o computador. E reiniciar é com uma estratégia nacional a curto, médio e longo prazo. O Banco Mundial disse há dias que 50 por cento da população é pobre. Por que temos pobres se afinal uns poucos (do MPLA) têm - e sempre tiveram - o dinheiro dos pobres (dos 50%) nas suas contas? E estão livres. Andam vontade. Riem-se dos que sempre andaram no caminho da verdade e da moral. Quem criou todos os factos sociais negativos do Estado é o partido que sempre governou o país. Nunca tivemos outro desde 1975. O MPLA tem de aprender a ser humilde. Tem de aprender a reconhecer os seus erros que levaram (e ainda levam) à morte milhares de angolanos em todos os anos. A desordem generalizada em Angola não se resolve com "guerras", com "operações"

Aliás, vão dar mais oportunidade para "gasosas" ao próprio agente da Polícia da "Operação Resgate" que ganha mal e que também está a lutar para ter a sua casa e um carro em condições. Quem, entre nós, não tem um familiar seu a vender na rua? Que atire a primeira pedra! É preciso organizar o Estado, concordo. Mas ataquemos a raiz e não os frutos. A raiz chama-se MPLA.

### **3.12 Operação Resgate leva mais de 80 milhões kz aos cofres do Estado**

*Jornal Expansão*  
7 De Dezembro de 2018

Sem data para terminar, a Operação Resgate resultou na desactivação de 300 focos de venda desordenada na província de Luanda.

A Operação Resgate, lançada para combater a venda desordenada, a criminalidade, a existência de instituições ilegais, permitiu ao Estado arrecadar mais de 80 milhões kz, segundo o balanço mensal do Governo Provincial de Luanda (GPL).

A operação, que está ser realizada por várias equipas de inspecção do GPL e da Polícia Nacional, resultou na desactivação de 300 focos de venda desordenada

em todos os municípios da província, com realce para os perímetros da Gajageira, no bairro São Paulo, e no distrito urbano do Rangel.

Para além de permitir arrecadar mais de 80 milhões de kz, no mês de Novembro, a operação, de acordo com o Governo Provincial de Luanda, encaminhou para os mercados oficiais mais de 1.500 vendedores.

No sector dos transportes, foram emitidas 820 livretes, 476 licenças de condução de motociclos, 1.000 veículos foram licenciados para a actividade de táxi e 60 para empresas, entre stands e escolas de condução.

Fruto das acções da operação,

GPL registou, no sector da saúde, um aumento substancial na procura dos serviços de certificação de habilidade e de atestados médicos, tendo o número crescido de 60 para mais de mil solicitações mensais.

Quanto ao sector da educação, uma fonte do Governo Provincial contou que o encerramento das instituições de ensino ilegais estão condicionadas devido à realização das provas finais.

"Os alunos ainda estão a realizar provas finais, não podemos encerrá-las. Mas quando terminarem, o trabalho vai arrancar até que as instituições organizem a papelada para a legalização", refere a fonte.

Sobre os dados relacionados com o combate à criminalidade, o director do Gabinete de Informação e Comunicação Institucional da Polícia Nacional, comissário Orlando Bernardo, recusou avançar informações em função da preparação do balanço mensal, que se prevê realizar na próxima terça-feira, dia n.

"Estamos a fazer a recolha dos dados a nível das províncias para anunciar no balanço mensal que iremos realizar na próxima terça-feira", informou.

A Operação Resgate implementada pela Polícia Nacional começou, em todo País, no dia 6 de Novembro.

### **3.13 Zungueiras pagam mais de 700 mil kwanzas a fiscais do «bisno»**

*Novo Jornal*  
7 De Dezembro de 2018  
Texto: Isabel João

Zungueiras e proprietárias das conhecidas "casas de processo" disseram ao Novo Jornal terem sido

surpreendidas por polícias e fiscais, quando o relógio ainda apontava a hora 4 da manhã, no último sábado, e viram as suas mercadorias confiscadas. Uma atitude já condenada pelo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Paulo de Almeida, ainda nos primeiros dias da Operação Resgate.

"Logo que chegaram, pularam o meu quintal e, sem explicações, começaram a retirar todos os produtos que se encontravam dentro de casa e no quintal. Procurei saber as razões e apenas me disseram que eu não tinha documento que me autorizasse a guardar mercadorias no meu quintal", conta Isabel Pedro Infeliz, de 75 anos, proprietária de uma das várias residências invadidas.

A anciã disse também que as zungueiras, para reaverem as mercadorias confiscadas no seu quintal, tiveram de pagar 18 mil kwanzas cada a alguns fiscais no distrito do Sambizanga.

"Não acredito que este valor foi para a conta do Estado, é muito dinheiro e acho que o governador de Luanda deve tomar medidas contra os efectivos da fiscalização, porque não vi as razões para eles invadirem o meu quintal e retirar as mercadorias".

Beatriz Adelino, de 33 anos, zungueira há oito anos, que também foi vítima da acção dos polícias e fiscais, confirmou ter paga do 18 mil kwanzas na Direcção de Fiscalização do Sambizanga para reaver a sua mercadoria.

"Deram-nos um número de uma conta do BCI para depositarmos os valores. Quando chegámos à administração, receberam-nos todos os papéis e ficámos sem nada, para não termos o nome do proprietário da conta. Só sei que é muito dinheiro. Só nós, que guardamos as coisas neste quintal, somos 40 pessoas", contou a jovem.

A vendedora confidenciou ao NJ que um grupo de zungueiras apresentou queixa a uma esquadra da polícia no Sambizanga, porque não acredita que os valores pagos tenham entrado na conta do Estado.

"Nós só tivemos a coragem de apresentar a queixa quando chegámos à fiscalização e nos receberam os papéis que nos deram no banco. Esperamos que nos resolvam a situação porque é muito dinheiro que pagamos e nós não ganhamos esse valor por 'dia", lamentou.

Quem não teve a mesma sorte de Beatriz Adelino foi Cândida Alfredo, que pagou 18 mil kwanzas mas viu a mercadoria extraviada.

"Paguei os 18 mil kwanzas, mas, quando cheguei à administração para receber os produtos, as minhas

coisas tinham sumido e ninguém sabia explicar para onde foram parar. Os fiscais desviam as nossas mercadorias e vendem-nas nos mercados. Já têm quem as compra", acusou a vendedora.

Muito abalada com a situação, Beatriz, que disse ser mãe de cinco filhos, revelou que, na mesma condição, se encontram outras zungueiras.

O NJ apurou que grande parte das vendedoras que circulava nas avenidas Ngola Kiluanje e cónego Manuel das Neves foi convidada pela Administração do Município de Luanda a ocupar lugares em mercados das mediações. Entretanto, poucas aceitaram o convite, alegadamente por falta de clientes.

Na próxima terça-feira, 11, a Polícia Nacional vai fazer balanço dos primeiros 30 dias da Operação Resgate.

Suspensão comandante do distrito urbano do Rangel

O Comando provincial de Luanda da Polícia Nacional suspendeu nesta quarta-feira, 5, o comandante do distrito do Rangel, devido às acusações feitas pelas zungueiras de que efectivos da polícia e da fiscalização teriam entrado à força nas casas de processo onde as zungueiras guardam as mercadorias, soube o NJ de uma fonte da Polícia Nacional.

De acordo com a fonte, para além do comandante do distrito, também foi suspensão o responsável da fiscalização do Rangel e todos os efectivos que participaram da operação.

"Todos os efectivos da polícia e da fiscalização que participaram da operação estão suspensos. Há um processo de inquérito para se apurar mais responsabilidades porque os polícias é que devem ser responsabilizados em primeira instância. Não houve nenhuma orientação superior para procederem desta forma. O que nós orientamos é que se sensibilize as zungueiras de que há mercados para vender, que nas ruas não é o local certo", informou a fonte.

O presidente da Associação dos vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL), José Cassoma, disse que a associação está preocupada com os últimos acontecimentos vividos pelas zungueiras em Luanda e que tudo está a ser feito para que situações do género não voltem a acontecer. Num futuro breve, a associação vai abrir um gabinete jurídico, disse.

Segundo José Cassoma, a questão entre fiscais e zungueiras não tem a ver apenas com os excessos, mas também com aproveitamento, porque nunca dizem às zungueiras para onde são levadas as

mercadorias. "Os fiscais, pelo caminho, desviam as mercadorias importantes, já têm clientes e levam essas mercadorias aos mercados também informais", denunciou, acrescentando que a AVAL reúne quase 4.000 comerciantes informais e tem enfrentado muitas dificuldades.

No ano passado, o director municipal do Serviço de Fiscalização de Luanda, Fernando João, anunciou que, no distrito urbano do Rangel, foram expulsos 18 fiscais da corporação, suspensos 20, enquanto sete respondem em processo disciplinar por desvio de mercadorias.

De acordo com o director da fiscalização, o incumprimento das normas administrativas esteve na base das medidas sancionatórias aplicadas, para quem a actividade fiscal não deve ser apenas coerciva. "O agente da fiscalização deve assumir um papel pedagógico e ter capacidade de dialogar com o cidadão sobre o motivo das sanções de transgressão aplicadas", afirmou.

### 3.14 "Zungueiras" em fúria

*Jornal Manchete*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Moreira Mário*

Cerca de meia centena de "zungueiras" manifestaram-se, domingo dia 3 do mês em curso, em Luanda, contestando a impossibilidade de venderem nas ruas durante este mês de Dezembro, tendo sido impedidas pela Polícia, que não permitiu que chegassem ao Palácio Presidencial.

Em causa está a "Operação Resgate" colocada em prática pelas autoridades desde o passado dia 06 de Novembro, com o objectivo de repor a ordem na capital. Recentemente, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) anunciou a proibição de vendas nas ruas das Gajajeiras, Soba Mandume, Luís Baster e Ngola Mbandi, no distrito urbano do Rangel, a partir do dia 04 deste mês. São locais onde se vendem tudo um pouco desde roupas, calçados, electrodomésticos, entre outros produtos e que são feitos a céu aberto, ante grandes amontoados de lixo. As autoridades convidaram as vendedoras a irem ocupar os lugares vagos no mercado da Chapada, onde alguns seriam transferidos a partir desta semana.

As "zungueiras" rejeitaram e apelaram a sua continuidade nas ruas durante o mês de Dezembro, solicitação que foi negada pela presidente da CACL, Maria Nelumba, que na ocasião se encontrava presente no local aquando do anúncio da proibição de vendas na rua da Gajajeira e outros pontos da

zona do São Paulo. A responsável considerou necessário organizar o comércio para se garantir o saneamento básico, livre circulação, salubridade ambiental e melhor qualidade de vida dos moradores.

Mesmo assim as justificações da governante não foram suficientes para que no domingo dia 3, cerca de 50 "zungueiras", surpreendessem as autoridades com protestos que só conseguiram pará-las a poucas centenas de metros do Palácio Presidencial, sem que se tenham registado quaisquer incidentes.

As contestatárias queriam apenas obter uma resposta ao pedido de as deixarem vender nos passeios durante o mês de Dezembro, caso contrário, voltariam poucos dias depois para invadir o Palácio.

"Nós não vendemos na rua, vendemos no passeio. Outras vendem atrás da gajajeira. Já nos disseram que vamos sair do São Paulo a partir de Janeiro. Só queremos vender durante o mês de Dezembro": disseram.

Cerca de uma hora depois, a Polícia, já na zona da Maianga, conseguiu dispersar a meia centena de "zungueiras", que partiram, a pé e a cantar, de volta a zona do São Paulo, depois de a Polícia lhes ter dado garantias que os produtos confiscados e guardados nas gajajeiras serão devolvidos.

### 3.15 Chefe da brigada que dirigiu operação contra zungueiras em Luanda foi suspenso

*Jornal Manchete*

*7 De Dezembro de 2018*

O responsável da brigada de fiscalização que, na segunda-feira, 3, dirigiu a operação contra as zungueiras no Mercado de São Paulo, na capital angolana, Paulo Gonçalves Diogo, foi suspenso pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

O anúncio foi feito nesta quarta-feira, 5, pelo director do órgão, Francisco Andrade, em comunicado, no qual classifica a actuação de Diogo de "desobediência e de excesso de zelo"

Ele ficará suspenso enquanto decorrer um inquérito já em curso que, num prazo de três dias, deve apresentar um "relatório circunstanciado" sobre as razões que estiveram na base de tal prática. "Uma vez confirmadas as suspeitas de excessos por parte dos efectivos,

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, dará a conhecer que os prevaricadores serão punidos

"de acordo com a lei": escreve Francisco Andrade, que, no entanto, garante que "ninguém vai colocar em causa os nobres propósitos da Operação Resgate".

Na segunda-feira, cerca de meia centena de zungueiras, corno são conhecidas as vendedeiras de rua em Angola, marchou em direcção ao Palácio Presidencial em protesto pela acção da brigada de fiscalização e da polícia que apreendeu as suas mercadorias no Mercado de São Paulo.

As acções foram consideradas de violentas.

O protesto terminou quando as zungueiras tiveram a garantia, por parte da polícia, que os produtos confiscados serão devolvidos.

Fonte: VOA

### 3.16 Armazéns e cantinas fecham por medo

*Jornal Manchete*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Moreira Mário*

A venda de peças sobressalentes de veículo automóvel no mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, em Luanda, foi proibida pelas autoridades desde o passado dia 30 de Novembro, na sequência -da "Operação Resgate":

Segundo os vendedores que falaram ao Manchete, a Polícia chegou no local sem aviso prévio e confiscou todas mercadorias. Os interlocutores falam em prejuízos avultados avaliados em milhões de kwanzas.

Esta acção acontece poucas semanas depois de as autoridades terem encerrado o mercado dos Correios, no Golf Dois, também conhecido como o maior mercado informal de acessórios para automóveis, sobre o qual recaem suspeitas de ser local de venda de material furtado. A proibição de venda de peças de viaturas em mercados informais e na via pública consta num decreto presidencial, datado de Junho deste ano, com o objectivo de travar a onda de roubo a viaturas que nos últimos tempos tem vindo a crescer no país.

Segundo as autoridades, o mercado dos Kwanzas é também um dos maiores pontos de recepção de venda de materiais roubados, não sendo para menos que já foram detectados muitos casos pela Polícia que resultaram em detenções.

A semelhança dos extintos mercados dos Correios e Afalga Cinco, nos Kwanzas o negócio é igualmente

dominado por cidadãos estrangeiros, mais concretamente os da República Democrática do Congo.

Neste momento os acessos do local de venda de peças de automóvel encontra-se vedado na sua totalidade e não é permitido a entrada de qualquer pessoa no seu interior. Um dos vendedores não escondeu a sua preocupação, por se tratar do seu negócio onde arrecada receitas para sustentar a sua família.

"É aqui que tiramos o pão nosso de cada dia, conseguimos sustentar a família. Preocupa-me muito porque não teremos sítio para trabalhar. Além disso perdemos todo o dinheiro o que vai complicar mais ainda as nossas vidas": disse. Outro comerciante entende que a solução não passa pela proibição da actividade, mas pela legalização e uma fiscalização rigorosa. "Proibir é como tiram-nos o emprego": lamentou o vendedor que agora começa a fazer contas à vida.

O administrador adjunto do mercado dos Kwanzas, Domingos Puinda, rejeita que os vendedores não tinham sido prevenidos. Muito antes do arranque da operação o comandante da Divisão da Polícia no Cazenga, levou a cabo um trabalho de sensibilização aos mesmos.

Entre as recomendações do comandante, segundo o responsável, os vendedores foram orientados a se dirigirem a administração do distrito do Hoji-Ya-Henda, para se cadastrarem e legalizarem as suas actividades.

Quanto ao futuro que reserva aos comerciantes de venda de peças de carro, "a actividade está completamente proibida", disse Domingos Puinda e esclarece que o espaço agora vago, dará lugar a outros negócios normais.

### 3.17 As ordens superiores

*Jornal Folha 8*

*8 De Dezembro de 2018*

Entretanto, o Governo diz que passou a considerar o assunto da defesa dos direitos humanos (seja lá o que isso for para o MPLA) "um aspecto importante da segurança nacional", por isso devem estar asseguradas garantias fundamentais dos cidadãos.

A posição foi expressa pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, quando procedia à abertura do referido "workshop" para a recolha de contribuições sobre a proposta da Estratégia do Executivo sobre os Direitos Humanos. Frederico Cardoso considerou

que quanto melhor estiverem asseguradas as garantias e as liberdades individuais e colectivas, os direitos políticos e civis, o acesso a bens públicos, nomeadamente a saúde, educação, saneamento básico e direito a um ambiente saudável e sustentável, maiores serão as garantias de bem-estar e de felicidade para os cidadãos. Brilhante. Brilhante o raciocínio do chefe da Casa Civil do Presidente da República. Embora seja, de fio a pavio, uma verdade de La Palice, Frederico Cardoso conseguiu dar-lhe uma vestimenta de tal maneira poética que, para além de o candidatar "in continentem" ao galarim do anedotário nacional, o projecta para próximo vencedor de um Nobel da literatura... poética.

Segundo o governante, caso estes direitos não estejam assegurados "a própria segurança nacional estará então ameaçada". É quem define se os direitos estão assegurados? Nem mais nem menos do que os "arquitectos" da "Operação Resgate".

"Por esta razão, a estratégia do executivo eleva a matéria dos direitos humanos ao nível de questão de segurança nacional, merecedora de uma avaliação específica e periódica no Conselho de Segurança Nacional, tal como têm sido avaliadas a defesa, segurança e a ordem interna do país nesse órgão", disse Frederico Cardoso.

Para a avaliação "correcta" do estado dos direitos humanos em Angola, o chefe da Casa Civil avançou que o Governo chama a esta tarefa os comités provinciais dos direitos humanos do MPLA, as associações e outros actores da sociedade civil valorizados em função dos critérios da "educação patriótica", para que "exerçam o seu papel e produzam informações e relatórios que permitam ao executivo a elaboração de um balanço objectivo sobre o assunto".

Pode parecer lunático, o Conselho de Segurança Nacional, integrado, preferencialmente, por órgãos castrenses: Forças Armadas, Segurança do Estado, Polícia Nacional, entre outros, passar a contar, também, com organizações de Direitos Humanos, cujo objecto é a defesa de direitos, liberdades e garantias do cidadão, contrária a coercibilidade e musculatura militar e para militar. Ainda assim, o ministro considerou também que o conhecimento em tempo útil e o devido tratamento dessa informação, facilitará ao Governo a tomada de medidas preventivas ou correctivas que se imponham, no sentido da reposição da legalidade e da normalidade constitucional violadas. "Aproveitamos igualmente o ensejo para encorajar as individualidades e as organizações que se dedicam à defesa e à promoção dos direitos humanos, a prosseguirem o seu trabalho com o mesmo zelo e empenho", referiu. "Parece-nos

ser já tempo de se instituir um instrumento, uma referência, que de modo periódico reconheça publicamente o mérito e a devoção do trabalho destes cidadãos", ajuntou.

O papel activo da sociedade civil na formulação da estratégia do Executivo para os direitos humanos constitui, de acordo com Frederico Cardoso, a garantia de que Angola terá um documento orientador resultante das várias opiniões e sensibilidades sobre o assunto.

Por sua vez, o ministro da justiça e Direitos Humanos de Angola, Francisco Queiroz, disse esperar uma participação social acentuada para que o resultado final seja o concurso da sociedade angolana. Francisco Queiroz referiu que o principal objectivo a alcançar é Angola atingir a maioria nacional em direitos humanos.

"Temos que se nós próprios os angolanos com capacidade para fazermos a avaliação dos nossos direitos humanos, dos erros que cometemos, nós próprios fazermos os juízos, a condenação e a correcção, para não estarmos dependentes das avaliações que fazem lá de fora, de pessoas que nem sempre conhecem a nossa realidade, não sabem qual é a complexidade da nossa situação e aparecem muitas vezes com posições paternalistas de nos dizerem o que devemos ou não em direitos humanos", disse o ministro. Em síntese, tal como noutros tempos, o peixe podre, a fuba podre e a porrada se refilarmos são crimes contra a humanidade. Só falta mesmo saber se - por exemplo - as zungueiras e os 20 milhões de pobres podem ser considerados como parte dessa... humanidade.

### 3.18 "Batata podre" suspensa

*Jornal Folha 8*  
*8 De Dezembro de 2018*

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anunciou no dia 05 de Dezembro a "suspensão" do responsável da brigada de fiscalização que, no 03.12, praticou actos de "desobediência e de excesso de zelo" no Mercado de São Paulo sobre vendedoras de rua, as zungueiras.

Em comunicado, Francisco Andrade, director da Comissão, sublinhou que a suspensão de Paulo Gonçalves Diogo irá vigorar enquanto decorrer o inquérito para, num prazo de 72 horas, ser apresentado um "relatório circunstanciado" sobre as razões que estiveram na base de tal prática.

"Uma vez confirmadas as suspeitas de excessos por parte dos efectivos, a Comissão Administrativa da

Cidade de Luanda, dará a conhecer que os prevaricadores serão punidos "de acordo com a lei", refere Francisco Andrade. "A Comissão reitera que não vai permitir, quer da parte dos efectivos bem como dos cidadãos qualquer comportamento que ponha em causa os propósitos nobres da 'Operação Resgate' e aproveita a oportunidade para apelar à denúncia de práticas contrárias às normas e procedimentos administrativos", lê-se no documento. Segundo Francisco Andrade, os actos de "desobediência e de excesso de zelo" foram praticados por uma brigada dos serviços de fiscalização local no perímetro da Gajageira, no bairro de São Paulo, distrito de Rangel.

Segunda-feira, a acção da fiscalização da brigada e da Polícia apreendeu as mercadorias das zungueiras, o que gerou um protesto espontâneo das vendedoras que decidiram dirigir-se ao Palácio Presidencial, em Luanda, para pedir a intervenção do chefe de Estado angolano, João Lourenço.

No entanto, acabaram por ser impedidas por um cordão policial a cerca de 500/600 metros do Palácio. Cerca de uma hora depois, a polícia, já na zona da Maianga, conseguiu dispersar a meia centena de zungueiras, que partiram, a pé e a cantar, de volta ao Mercado de São Paulo, depois de a polícia lhes ter dado garantias que os produtos confiscados seriam devolvidos.

No 04.12, os ministros do Interior, Ângelo Veiga Tavares, e da Justiça, Francisco Queiroz, desdramatizaram o incidente registado segunda-feira de manhã, com o primeiro a admitir, porém, uma acção "menos correta" da brigada e o segundo a reconhecer tratar-se de interesses comerciais.

Em causa está a "Operação Resgate", colocada em prática pelas autoridades angolanas a 6 de Novembro e que visa, de acordo com a terminologia oficial, reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores desencadeadores da desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária, aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal, e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais.

### 3.19 Batatas... Podres

*Jornal Folha 8*

*8 De Dezembro de 2018*

Recorde-se que o próprio comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, admitiu no dia 26 de Outubro que vários agentes policiais praticam

"burlas, falsificações e extorsões a cidadãos", prometendo combater as "batatas podres" no seio da corporação. Ainda bem que, ao que parece, os chefes não armazenam "batatas podres".

E de onde parte o exemplo? Recorde-se que Paulo Gaspar de Almeida é arguido num processo que está a ser apreciado pelo Tribunal Supremo. O comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida, foi constituído arguido (processo n.º 16/17-DNIAP) por esbulho violento de uma quinta de 12 hectares, em posse do camponês Armando Manuel, de 71 anos, há quase 40 anos. A disputa com o então 'segundo comandante-geral da Polícia Nacional remonta a 12 de Dezembro de 2016.

Um despacho do procurador-geral adjunto da República, Domingos Baxe, de Fevereiro deste ano, atesta que "existem nos autos indícios mais que suficientes que o participado Comissário-Chefe Paulo Gaspar de Almeida cometeu o crime de abuso de poder (...) razão pela qual deveria ter sido constituído arguido e ouvido em auto de interrogatório". Segundo Paulo de Almeida, que falava durante uma formatura dos efectivos da corporação no âmbito da "Operação Resgate", pelo menos um efectivo da polícia angolana, em média, e "a coberto da farda", envolve-se diariamente em acções criminais.

Paulo de Almeida lembrou que a operação policial visa essencialmente o "resgate do civismo, da ordem, da conduta sã e da dignidade", pelo que "a ordem deve começar no seio da polícia", reconhecendo que vários agentes praticam "burlas, falsificações e extorsões a cidadãos".

"Estou preocupado com o número de polícias envolvidos em acções criminais. Todas as semanas, para não dizer dias, registamos a participação de um ou outro agente da polícia envolvido em acções criminais. Isso tira-nos a autoridade", lamentou Paulo de Almeida

"Retira a nossa capacidade, frustra a nossa acção. Quero aqui dizer que, em representação de toda a Polícia do país, temos de combater essas batatas podres no nosso seio", adiantou Paulo de Almeida.

O comissário-geral da Polícia assegurou mesmo a necessidade de "neutralizar agentes que, a coberto da farda, cometem diariamente crimes diversos", apelando à "vigilância" aos agentes da polícia e à sociedade para que "denunciem essas práticas". A "Operação Resgate", segundo as autoridades, visa "repor a autoridade do Estado, combater o crime, a imigração ilegal, transgressões administrativas e demais práticas anti-sociais" e terá carácter "repressivo e pedagógico".

Para Paulo de Almeida, se a Polícia Nacional tenciona impor a ordem, no âmbito desta operação, é necessário, inicialmente, que os efectivos da corporação que tutela "sejam ordeiros e disciplinados para que a operação decorra sem máculas".

"Não queremos realizar uma operação com essas manchas no nosso seio. É preciso que cada um seja o vigilante do outro, é preciso que cada um identifique e denuncie aqueles que estão com comportamentos marginais no nosso seio. É preciso ganhar e resgatar a confiança da população à polícia nacional", exortou o oficial superior. Durante a sua intervenção, o comandante geral da Polícia disse que há elementos da corporação que se dedicam à "burla e à falsificação", considerando que os "batuqueiros e penteadores" serão "banidos da corporação". "Não é a extorsão ou o crime, que vos vai (efectivos da Polícia) dar glórias ou oportunidades. As grandes glórias vão sair do vosso empenho e desempenho", realçou. Ciente das dificuldades que a Polícia ainda enfrenta, como a carência de "infra-estruturas, de meios de locomoção e dificuldades técnicas e logísticas", Paulo de Almeida admitiu que as dificuldades "não serão superáveis a curto prazo".

"Mas a nossa firmeza e determinação vai fazer com que nós ultrapassemos isto. Sem esforço não haverá êxitos na nossa missão", assegurou.

A "ampla operação", acrescentou, vai envolver toda a sociedade, órgãos judiciais, de segurança, da administração pública e todos efectivos da polícia nacional.

"Se queremos um país próspero, se queremos desenvolver o país, temos de ter segurança e quem garante a segurança somos nós", rematou.

### 3.20 Governo aborta "golpe de estado" das zungueiras

*Jornal Folha 8*

*8 De Dezembro de 2018*

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Francisco Queiroz, rejeitou no 06.12 que a manifestação de zungueiras nas ruas de Luanda, tenha a ver com direitos humanos, mas sim com os seus interesses comerciais. Luvualu de Carvalho, João Pinto, ou qualquer outro sipaio do MPLA não diria melhor. É, aliás, uma clara demonstração de nepotismo e escravagismo deste MPLA de João Lourenço. Francisco Queiroz, que falava à imprensa à margem do "workshop" para a recolha de contribuições à proposta da estratégia do executivo sobre os Direitos Humanos, foi instado a comentar

as manifestações que têm ocorrido nos últimos dias na capital. Cerca de meia centena de zungueiras saíram à rua, tendo sido impedidas (como nos "velhos" tempos em que João Lourenço era vice-presidente do MPLA e ministro da Defesa) pela Polícia, que não permitiu que chegassem ao Palácio Presidencial. Para o ministro, estas manifestações "têm mais a ver com interesses comerciais de cada um".

"Não sei se têm a ver com direitos humanos, se calhar, tem mais a ver com interesses comerciais de cada um", disse o governante angolano, acrescentando que "cada um está a defender os seus direitos comerciais".

"São interesses comerciais. O Estado tem um interesse, esse sim, é de direitos humanos, é manter a ordem e a tranquilidade", realçou o titular da pasta da Justiça e Direitos Humanos em Angola.

Em causa está a "Operação Resgate", colocada em prática pelas autoridades angolanas a 6 de Novembro e que visa - na versão oficial - reforçar a autoridade (ou autoritarismo) do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores desencadeadores da desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária, aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal, e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais. No 03.12, aparentemente de forma espontânea, cerca de 50 zungueiras, todas oriundas do Mercado de São Paulo, em Luanda, surpreenderam as autoridades locais que só conseguiram pará-las a poucas centenas de metros do Palácio Presidencial, sem que se tenham registado quaisquer incidentes. Recorde-se que manifestações junto ao Palácio é só naqueles países do terceiro mundo onde vigoram regimes democráticos...

Cerca de uma hora depois, a Polícia, já na zona da Maianga, conseguiu dispersar a meia centena de zungueiras, que partiram, a pé e a cantar: "João Lourenço se prepara, as zungueiras, estão a virrrrrr" e, antes do vento fazer a curva, estas mulheres/país, suporte de várias famílias, antes mesmo de dois anos, adiantando-se a própria igreja católica, canonizam José Eduardo dos Santos, considerado o diabo, o vilão, o maior corrupto, pela actual direcção do MPLA e executivo, mas, face ao combate contra os pobres, através da "Operação Resgate", num de repente, o monstro é visto, face aos erros actuais, como salvador, pelas mulheres sofridas, diariamente ROUBADAS, pelos agentes da Fiscalização, um órgão visto, pela maioria dos populares, como a maior quadrilha institucional de LADRÕES e esturpadores, com cobertura no aparelho do Estado.



Dai terem, paradoxalmente, cantado (vídeo circula nas redes sociais): "queremos ZEDÚ, queremos Zédu, João Lourenço fora, João Lourenço fora" e foi com estas melodias, que rasgaram, de novo a cidade, da baixa ao Mercado de São Paulo, depois de a Polícia lhes ter dado garantias de que os produtos confiscados seriam devolvidos. Clamorosa MENTIRA, porquanto não tendo a mercadoria sido registada, quantificada e nominada, só com um toque de muito feitiço, se efectivaria, eventual entrega, porquanto ela foi atirada para as carroçarias de carrinhas e tambores. Mas, a Polícia agiu bem, diz o Governo, porque nunca se sabe se as zungueiras estarão a preparar um golpe... de Estado. Claro, quando se trata de espancar, assassinar ou discriminar os pobres, os fracos, os deserdados, a Polícia age, na óptica, do partido no poder, sempre bem...

### 3.21 Jovem do Cuito vendeu água para comprar livros escolares

*Jornal de Angola*

*9 De Dezembro de 2018*

*Texto: Rui Ramos*

Bussulo Dolivro nasceu na cidade do Cuito, Bié, e teve a sua infância dividida entre as cidades de Caxito e Luanda. Caxito foi o local de refúgio da guerra fratricida que assolava o país nos anos noventa. Bussulo Dolivro não revela a sua idade mas ela começou, sem dúvida, naqueles anos que vieram do reinício da guerra, depois de 1992. E também não nos elucida se tem outro nome, além de Bussulo Dolivro, nem sequer o nome dos pais. É ele, só ele perante a vida, relevando a importância da escrita no seu viver diário.

Em Porto Kipiri, em casa de capim, ainda em tenra idade, Bussulo Dolivro aprendeu a pescar, a caçar e a confeccionar material de pesca com os seus avós e aprendeu também a cuidar dos animais e a cultivar a terra.

Bussulo Dolivro, desde muito novo, partilhava a responsabilidade na plantação de hortícolas e no processo de colheita e venda na cidade de Luanda.

Mas o objectivo do jovem do Cuito estava definido, não era apenas um sonho, poupar dinheiro para arrendar uma casa em Luanda e aí começar uma nova vida, pois a distância de Caxito a Luanda prejudicava o processo de aquisição e venda dos produtos agrícolas, assim como a alimentação, que escasseava.

Em Caxito, Bussulo Dolivro teve as primeiras noções de escolaridade. "O meu pai era também meu professor na escola e meu catequista na igreja. Foram

momentos extremos vividos nos anos 1990, entre 1991 e 1993, o meu pai era pastor da igreja tradicional na margem do Rio Dande, no bairro Sungue em Porto Kipiri e aí iniciei a minha educação escolar."

Em 1994 Bussulo Dolivro abandona Caxito e vai para Luanda com os pais. Na capital, as dificuldades pareciam, para Bussulo, maiores em relação à vida campestre de Caxito.

A guerra foi o motivo da fuga, pois a sua aldeia tinha sido sitiada e a população começava a viver na indigência e muitas pessoas fugiam, corriam ao longo da estrada desesperando um apoio que não vinha, as crianças foram entregues a si próprias, era um tempo de horror.

Já em Luanda, Bussulo Dolivro teve de ajudar novamente os pais, desempregados e sem recursos para sustentarem a família. "Vendi água para comprar bata, cadernos, livros e o resto dos valores dava à minha mãe, a quem devo muito."

Com o pouco dinheiro arrecadado na venda de água no mercado do Kikolo, Bussulo Dolivro conseguiu partilhar o investimento com a sua mãe, que posteriormente o obrigou a deixar a venda para se dedicar exclusivamente à escolaridade.

Bussulo Dolivro fez carros de lata para vender aos outros rapazes, pintou e desenhou para colegas da escola para sobreviver. Em Luanda frequentou as escolas Católicas de São Pedro no bairro Boa Esperança III, Sabatinas no bairro Boa Esperança II e Neopentecostal, na qual frequentou o ensino pré-universitário, no curso de Ciências Jurídicas e Económicas. Apesar de dificuldades extremas, Bussulo Dolivro recebeu um certificado de mérito no ensino primário (quarto ano) e no ensino médio (12.º ano).

Bussulo Dolivro entrou na Universidade Agostinho Neto em 2006 com 14 valores. Era o início de uma nova fase no então Instituto Superior de Ciências de Educação' ISCED, de Luanda, hoje unidade orgânica independente da UAN. "No Instituto Superior de Ciências de Educação especializei-me em Ensino de História, tive um percurso académico difícil, ligado ao modelo de ensino de alguns professores, e também tive momentos felizes, fui um dos primeiros estudantes a obter a classificação de 15 e 19 valores em cadeiras semestrais. "

Durante a sua formação universitária Bussulo Dolivro fez despertar em si o que há muito estava incubado, o gosto pela arte poética e pela escrita.

Entre os anos 2005 e 2007 Bussulo Dolivro foi eleito o melhor leitor do semanário "Independente" de

Luanda e aí escreveu os seus primeiros contos, poemas e crónicas no Suplemento Cultural.

Em 2009 e 2013 publicou as obras poéticas "Gritos e Penumbras" e "Laços de Emoções".

Bussulo Dolivro foi um dos vencedores do concurso de poesia em rádio "Gente e Arte" patrocinado por uma estação privada de rádio, num projecto que culminou com a edição de um CD de poesia, em 2007.

Bussulo Dolivro formou-se em Jornalismo no Cefojor em 2010 e foi seleccionado para colaborar no jornal "Factual" e posteriormente teve uma passagem na rádio.

Bussulo Dolivro é professor especialista em ensino de História licenciado pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), de Luanda No dia 25 de Outubro deste ano, Bussulo Dolivro lançou a sua terceira obra literária, "Um Carro de lata no fim da Lua".

### 3.22 “Operação resgate” no seio das instituições...

*Jornal de Angola*

*14 De Dezembro, 2018*

*Texto: Filomeno Manaças*

Saudamo-nos efusivamente, com aquela alegria de quem revê um velho amigo. Fazia tempo que não nos víamos e era preciso, como se diz na gíria, pôr a “fofoca” em dia. A conversa flui normalmente.

Ele indaga-me pela saúde, a família e sobre o trabalho e eu digo que as coisas estão a correr na graça de Deus. Devolvo-lhe cordialmente as perguntas e ele responde que a saúde vai bem. Quanto à família, revela-me que perdeu recentemente a mãe, aos 72 anos. “Coitada, já não se aguentava, estava muito enferma”, disse. “Que Deus a tenha!” - retorqui, ao mesmo tempo que lhe dava as condolências pelo infortúnio.

A conversa derivou para outros assuntos da actualidade política e económica do país. A visita do Presidente João Lourenço a Portugal e todo o ambiente que, antes, durante e depois, a rodeou. Abordamos a abertura informativa e a forma como a imprensa pública está agora a tratar dos diferentes assuntos, com maior transparência. Concordamos em que a Comunicação Social tem um papel relevante a jogar em todo o processo de transformações que está em curso e sobre a necessidade de ela ser mesmo

activa, não vacilar, sob pena de muita coisa que está mal persistir e não ser corrigida.

Falámos também da decisão do Governo de elevar a problemática dos Direitos Humanos a assunto a ser tratado pelo Conselho de Segurança Nacional. Ele realçou o facto de João Lourenço ter aberto as portas do Palácio da Cidade Alta a muita gente que, antes, nem sequer sonhava que a sua voz fosse escutada lá. E disse que “vai ser bom para Angola, se realmente conseguir implementar todas as reformas”.

O tema do combate à corrupção era inevitável. O homem mostrou que está a acompanhar a par e passo as iniciativas do Governo nesta matéria, além das medidas tomadas noutros domínios para fazer de Angola um país mais atractivo para o investimento estrangeiro. Não tem dúvidas de que tudo isso vai requerer muito trabalho, “um trabalho gigantesco”, repetiu a ideia de forma a dar-lhe mais ênfase.

Aqui chegados, o comerciante ganhou coragem para me fulminar com a seguinte pergunta:

- Mas... Senhor Manaças, quando é que a “Operação Resgate” vai terminar?

Olhei incrédulo para o meu amigo e fui-lhe explicando que a Operação é para durar, é para pôr as coisas no lugar, porque há muita desordem e o Estado perde muito com esse tipo de coisas; que parece uma anarquia criada propositadamente para uns ganharem e o Estado ficar sempre a perder. Que isso (a operação) é um processo e que há certas coisas que vão levar anos até se conseguir que entrem nos eixos...

Terminada a explicação, e com a mesma incredulidade com que recebi, devolvi-lhe a pergunta nos seguintes termos:

- Porque está preocupado com o prazo de duração da “Operação Resgate”?

Sem esconder a apreensão que lhe ia na alma, o comerciante avançou:

- É que, algumas coisas que estão a acontecer são a repetição do que já acontecia anteriormente, no passado. Sempre que se aproxima este mês do Natal, quando estamos próximo da quadra festiva, os agentes da fiscalização económica vêm nos autuar... recebem os valores e vão se embora.

Prosseguindo, disse: - Os meus colegas no Hoji ya Henda contam que, às vezes uma equipa já passou, mas depois passa outra. E quando são informados que já passou uma outra equipa, interrogam como é

que ela passou se essa não é a sua área de actuação?

Ou seja, há disputa de território entre as equipas.

O comerciante prefere ficar no anonimato. Apoiar os objectivos da “Operação Resgate”, embora considere que há gente que esteja a aproveitar-se dela e a manchar a imagem das instituições que estão envolvidas na sua realização.

Acredito que sim, que há, nas instituições, pessoas que ainda não mudaram de mentalidade e, por isso, estão a ser também tomadas medidas sérias para disciplinar quem insiste em práticas antigas, como foi o caso dos agentes da Polícia que, na Gajajeira, arrombaram os armazéns e de lá retiraram os bens que as vendedoras haviam depositado. Razão por que foi instaurado um processo contra todos os envolvidos.

A “Operação Resgate” não visa corrigir só o que está errado ao nível da sociedade e fora das instituições. Dentro das instituições também é preciso resgatar valores e princípios. O apelo à integridade dos agentes da administração pública não pode cair em saco roto.

Preocupa o facto de, por temer represálias, quem sofra desmandos não os denuncie ou não tenha como. Gostariam os comerciantes afectados que as coisas mudassem, mas desconfiam até mesmo que uma denúncia possa resultar em prejuízos para o seu próprio negócio.

Essa é a outra corrupção que também é preciso combater: a das equipas de agentes que vão auatar, encontram uma ou outra irregularidade de pequena monta, exigem dinheiro, metem no bolso e toca a assobiar.

Esses pequenos actos contribuem também para que Angola figure como o país mais corrupto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o quinto pior da União Africana.

### **3.23 Administradores de mercados recebem mais de 200 novos vendedores por dia**

*Jornal A República*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Isidro Kangandjo*

Empreendedoras explicam que trabalhar como vendedora ambulante não tem sido fácil, muitos já desistiram, outros foram procurar lugares nos mercados de referência na cidade de Luanda o Jornal

A REPÚBLICA efectuou uma visita no dia 11 deste mês nos mercados dos Kwanzas, Kicolo e Praça das Mulheres para saber dos administradores sobre a concorrência dos novos vendedores, um mês depois do início da referida operação.

Gilberto Campos, administrador da Praça das mulheres, localizado no município do Cazenga, disse que trabalha com administração distrital do 11 de Novembro. Desde o dia em que se decretou a mesma operação fizeram enquadramento de novos vendedores que se encontravam nas ruas e hoje há um número elevado de solicitantes e de clientes.

"Anteriormente, o mercado estava quase vazio, mas hoje está cheio, porque diariamente recebemos aproximadamente 100 ou 200 novos comerciantes. Por ser um mercado de roupas e de calçados, aqueles que são indicados pela administração são recebidos na hora, porque a nossa pretensão é que o mercado seja totalmente ocupado: disse.

Para ter direito a um espaço no Mercado das mulheres, exige-se apenas duas fotografias tipo passe, cópia do B.I e três mil kwanzas do cartão. Embora existam algumas bancadas desocupadas, Gilberto campos afirma que o mercado vai ficando sem espaço para atender novos vendedores, mas não descarta a possibilidade de albergar mais vendedores interessados.

O administrador do mercado do Kicolo, Constantino Gervásio, diz que há um número elevado de solicitantes e que tem atendido a demanda, uma vez que o mercado tem muito espaço. De acordo com o cadastramento feito, diariamente, o mercado recebe mais de 300 pessoas em diversas áreas.

Para se considerar alguém como parte integrante do mercado, exige-se o pagamento de uma taxa fixa no valor de 1500 kwanzas, incluindo o cartão de vendedor. "O espaço não se vende o vendedor vai apenas cumprir com o pagamento diário no valor de 150 kwanzas"

O mercado do Kicolo controla mais de sete mil e duzentos vendedores. Atendendo o número de vendedores com vários escalões, os comerciantes solicitam um banco para facilitar o depósito dos seus rendimentos. Constantino Gervásio disse que receberam, recentemente, uma comissão do Banco BAI que, em breve, poderá erguer uma agência no mercado para atender as necessidades dos vendedores, e diz que ainda assim não será suficiente pois o número de vendedores é elevado. "Não vai poder satisfazer a necessidade de todos, mas, numa primeira fase, vai servir como uma pré solução: concluiu.

Os desafios são muitos, o mercado vai sendo coberto de naves para dar o devido conforto aos vendedores e clientes, as ruas estão organizadas, faltando apenas as valas de drenagem para o escoamento das águas residuais.

No mercado dos kwanzas, o cenário é o mesmo, há concorrência, mas o maior problema é que a mercadoria dos comerciantes desaparece e a direcção não se responsabiliza, o que preocupa os vendedores mais antigos do mercado, provocando a fuga destes para outros locais de venda onde haja segurança.

### 3.24 Continua o braço de ferro entre as Zungueiras e a Polícia

*Jornal Visão*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Nádía Fernandes*

Zungueiras saturadas com a "operação resgate" saíram à rua, nesta segunda-feira 03, para reivindicar os seus direitos, e manifestarem-se contra o alegado "abuso do poder" das forças da ordem. Falam mesmo em excesso de zelo, no desempenho das suas actividades.

Revelaram que alguns agentes da polícia nacional e dos serviços de fiscalização estão a cometer erros que podem inviabilizar o sucesso da operação resgate.

"O Presidente da República e o Comandante-Geral mandaram fazer uma coisa, e a polícia nas ruas, faz-se outra coisa" referiu uma zungueira apenas identificada por Maria.

Pelas mesmas razões, as zungueiras do golfe 2 também pretendem sair à rua para fazerem ouvir a sua voz, pelo facto de terem sido encerradas, nesta semana alguns mercados a nível da cidade de Luanda, com realce para o mercado dos Correios, considerado o maior mercado informal de peças de automóveis do país.

Os automobilistas estão preocupados e afirmam que não existem condições para compra de acessórios no mercado formal. Tal é o caso de Mafilo Caputo que afirma que "o mercado dos correios" sempre foi o espaço onde adquiria acessórios da sua viatura, num preço acessível.

Ele diz não ter capacidade de frequentar o mercado formal, tendo concluído que, com esta medida, o Estado está beneficiar alguns, mas a prejudicar a 'maioria.

O encerramento do mercado da 'gajajeira' fez com que as zungueiras realizassem outra manifestação que

começou no palácio da justiça, cujo término seria na cidade alta, mais concretamente no palácio presidencial, mas acabaram impedidas pelo forte cordão de segurança.

Como a senhora Maria, está também a senhora Imaculada, uma zungueira bem referenciada no mercado do Golf 2. Contou à nossa reportagem que, certo dia, estava parada com uma trouxa na cabeça a espera do táxi, e foi surpreendida por agente da ordem pública que recebeu os seus pertences, alegando que os estava a vender.

Todas as tentativas feitas por Imaculada no sentido de reaver a sua trouxa não foram bem-sucedidas, pois o agente em causa desapareceu do mapa. Nem mesmo a queixa que apresentava na esquadra da Urbanização Nova Vida, contra o referido agente valeu a pena.

"Estive no local, mas nada foi feito até agora", conta, denunciando que essa situação não aconteceu somente com ela; também vendedoras do são Paulo perderam muitos produtos, muitos dos quais em faziam parte dos seus negócios.

Desesperadas as vendedoras ouvidas por este Jornal, pedem ajuda, e responsabilização criminal dos efectivos que espoliaram os seus bens. "Esperamos que a nossa polícia, sobretudo os chefes, tomem medidas duras contra esses agentes por pautarem por uma conduta indecorosa; que tiram partido da operação para extorquir os cidadãos, sobretudo nós zungueiras donas de casas", referiram.

De recordar que o Ministro do Interior fez garantiu esta terça-feira 03, na unidade operativa de Luanda, quando fazia a entrega de meios rolantes, que serão sancionados todos efectivos com a conduta indecorosa, realçando, que os fiscais envolvidos na senda já estão expulsos.

### 3.25 Relatório operacional «oculta» excessos dos efectivos

*Novo Jornal*

*14 De Dezembro de 2018*

O relatório da Operação Resgate, apresentado esta semana, em Luanda, pela Polícia Nacional, não foi detalhista em relação aos processos a que estão envolvidos efectivos da polícia e agentes da fiscalização, detidos e encaminhados a tribunal por excessos e crimes diversos, com destaque para tentativa de extorsão, conduta indecorosa, descaminho de bens e homicídio voluntário.

Entretanto, o porta-voz da Polícia Nacional, comissário Orlando Bernardo, reconheceu que os casos foram maioritariamente denunciados por cidadãos lesados.

Com excepção do efectivo da corporação que, na última semana, disparou mortalmente contra a adolescente de 13 anos, o relatório da PN não faz referência a outros agentes até agora envolvidos na prática de crimes de homicídio.

Entretanto, cita cinco elementos da polícia que vão a julgamento por descaminho de bens, quatro por conduta indecorosa, três por embriaguez, outros quatro por negligência e um por ameaça.

A Operação Resgate - que pretende reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, a pôr termo à desordem e a insegurança, a sinistralidade rodoviária, e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais e que teve início no mês passado - tem sido alvo de muitas críticas devido à actuação de alguns agentes da polícia e da fiscalização.

Um dos casos que teve bastante impacto na imprensa foi a acção desencadeada na zona do mercado do São Paulo, em que agentes se apropriaram de bens de vendedoras.

### 3.26 As ofertas dos informais

*Jornal Economia e Finanças*  
14 De Dezembro de 2018  
Texto: Yola do Carmo

Os habituais supermercados em que levantamos os preços semanais, os produtos promocionais são mais concorridos dos clientes. Por opção ou estratégia de marketing, o posicionamento das prateleiras ou frutaria segue sempre a lógica do que atrai facilmente os clientes pelos olhos.

Numa semana em que continuam as promoções de vários produtos, há também muita fruta, própria da estação do ano que estamos a viver. Manga, maçã, uvas, ananás e banana são das que mais abundam nestes locais de venda.

Os preços parecem não ressentirem a pressão de um mês em que há mais massa monetária em circulação.

Em quase todos os supermercados, os clientes mostram tranquilidade uma vez que conseguem comprar muito mais com menos dinheiro.

Ainda assim, na ronda aos habituais supermercados em que o JE tem feito o levantamento de alguns

produtos básicos, constatamos a presença de agentes informais a entrarem nos supermercados pelos produtos em promoção ou em busca deste ou daquele em escassez.

No Kero do Kilamba, por exemplo, e no Candando do Morro Bento, a presença das senhoras revendedoras é quase que permanente nestes dias. Ovo, manteiga e algum queijo são as ofertas informais que as "vendedoras camufladas" têm como oferta aos clientes que elas mesmas acenam com um assobio ou gesto de mãos.

### 3.27 É preciso resgatar (pôr fim) esta "Operação Resgate"

*Jornal Folha 8*  
15 De Dezembro de 2018  
Texto: Orlando Castro

Numa conferência de imprensa destinada a fazer um balanço daquela operação, que decorre há mais de um mês em todo o país, o porta-voz da Polícia Nacional, comissário Orlando Bernardo, indicou que os casos foram maioritariamente denunciados por cidadãos lesados.

Dos elementos já sob custódia da policia, explicou, cinco elementos vão a julgamento por descaminho de bens, quatro por conduta indecorosa, três por embriaguez, quatro por negligência e um por ameaça. Quando se começa a construir a casa pelo telhado o resultado é este. Não teria sido mais aconselhável limpar primeiro a casa e só depois ir limpar a casa do vizinho? É uma vergonha. Só não é uma enorme vergonha porque, com excepção do Governo, todos sabiam que isso iria acontecer. Pena é que a responsabilização não comece de cima para baixo.

A operação, iniciada a 6 de Novembro, decorre por entre protestos da sociedade civil e já deu origem a algumas manifestações, sobretudo de zungueiras, devido aos excessos das autoridades.

A Polícia informou igualmente que deteve um efectivo da corporação que, na última semana, "disparou mortalmente" contra uma adolescente de 13 anos, em Luanda, adiantando que o agente em causa foi submetido a um processo "disciplinar e criminal", por ser um crime de homicídio voluntário, ocorrido fora do âmbito da "Operação Resgate".

Nesse domínio, acrescentou o oficial superior, 40 vendedores ambulantes foram julgados e condenados em tribunal a penas de prisão, convertidas em multa, por desobediência às autoridades policiais. Segundo Orlando Bernardo, ao longo dos mais de 30 dias da

operação, destinada a "resgatar a autoridade" do Estado e que deverá decorrer por "tempo indeterminado", foram detidos 4.735 cidadãos, encerrados 1.208 mercados de rua, 1.735 estabelecimentos comerciais e 1.606 igrejas ilegais.

Foram ainda desmantelados pelo menos 18 grupos de marginais, recuperadas 23 viaturas e cinco toneladas de acessórios de automóveis.

### 3.28 Serviços de Fiscalização “versus” Polícia Nacional

*Jornal OPAÍS*

*15 De Dezembro de 2018*

*Texto: Ireneu Mujoco*

Em carta/denúncia enviada a OPAIS, os fiscais alegam haver usurpação de competências no seu trabalho por parte da Polícia Nacional, quando estão no terreno para desempenharem as suas actividades.

Eles dizem que a Polícia Nacional tem estado a interferir no seu trabalho, remetendo-os à simples observadores, passando ela a actuar, "ao contrário do que estabelece o regulamento do funcionamento dos Serviços de Fiscalização", lê-se numa das passagens da carta.

Segundo referem, o regulamento dos Serviços de Fiscalização dos Governos Provinciais confere competências aos fiscais como sendo a única entidade a realizar o seu trabalho, sem interferência de nenhum órgão, como é o caso da Polícia Nacional. Face a esta situação, os denunciantes querem uma clarificação do papel dos efectivos da Polícia Nacional por parte do Governo Provincial de Luanda (GPL) e do Comando Provincial de Luanda (CPL) da Polícia Nacional.

Informaram que já apresentaram esta reclamação às respectivas administrações municipais, há cerca de três anos, mas sem sucesso, e a situação está a tomar contornos imprevisíveis.

Na missiva, questionam também o facto de os directores provinciais e municipais dos Serviços de Fiscalização serem membros da Polícia Nacional, sendo que os Serviços de Fiscalização englobam uma direcção no organograma dos governos provinciais.

Ameaças de paralisação Alertam que se a situação não for resolvida pretendem, nos próximos dias, paralisar as suas actividades para forçar as autoridades competentes a resolverem a situação. Na carta, escrevem ainda que "a Polícia Nacional, em vez de desempenhar a sua actividade que é a de proteger os

fiscais em qualquer eventualidade, é ela que passa a fiscalizar as obras de construção de moradias, armazéns e afins". Os fiscais remetem-se apenas a passar notificações em caso de transgressão administrativa, e esta situação "tem dado azo para que os agentes da Polícia Nacional se comportem como sendo os chefes dos fiscais, violando, desse modo, as normas de trabalho", lamentam.

Actualização de salários

Na mesma missiva, os fiscais queixam-se da falta da actualização dos seus salários. Cada fiscal auferem mensalmente a módica quantia de 29 mil kwanzas, e defendem aumentos para corresponder ao custo devida.

Também reclamam de subsídios de alimentação, bem como de horas-extras, sendo que iniciam o trabalho a partir das 6 e vão até às 17 horas, de Segunda a Sábado.

GPL diz ser assunto das administrações

Sobre o assunto, o director do Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo Provincial de Luanda, Sebastião José, contactado ontem por OPAÍS, informou que há mais de dois anos que os Serviços de Fiscalização estão sob tutela das administrações municipais, aos quais compete resolver este assunto.

Ainda assim, explicou que sobre a presença da Polícia Nacional, em alguns casos, em trabalho conjuntos, "é tão somente para manter a ordem e a tranquilidade em situações que requerem uma intervenção policial".

Referiu que "há situações de demolições de obras ilegais, construções anárquicas de residências, armazéns e outros estabelecimentos, em que, às vezes, os fiscais encontram resistência dos municípios".

### 3.29 O sal do conflito entre produtores artesanais e o Governo de Benguela

*Jornal O PAÍS*

*16 De Dezembro de 2018*

*Texto: Constantino Eduardo*

Os produtores artesanais do também conhecido "ouro branco" no bairro do Cassaí, comuna da Canata, em Benguela, alegam que o espaço é uma herança deixada pelos seus pais e, antes mesmo de se pensar em retirá-los de lá, seria bom que o Governo

acautelasse determinadas questões de ordem social, como a garantia de emprego, por exemplo.

Sustentam que o sal produzido é utilizado apenas para a salga de peixe e alimentação do gado. Contrariamente à posição dos especialistas e do Ministério das Pescas e do Mar, os micro-produtores garantem que o sal não faz mal à saúde, embora conscientes de que a prática, naquele espaço, esteja à margem da decisão das instituições do Estado.

Acossados regularmente pelos fiscais da Administração do Lobito, os cidadãos lamentam o facto de, em determinadas circunstâncias, lhes serem apreendidas enormes quantidades de sal a pretexto de cumprimento de uma ordem governamental que interditou a zona, e pedem apenas que se lhes conceda uma moratória (sem precisar o tempo) para que consigam uma outra actividade que sirva de sustento para as suas famílias.

"Vocês são fiscais, não é?", pergunta a senhora Ana Toya, que há 5 anos se dedica à exploração de sal no Cassai, à reportagem do O PAÍS. Ela acha que não é justo que sejam retirados daquele sítio sem que tenham outro lugar para garantir sustentabilidade da família. Félix Calueyo, que trabalha na exploração do sal há 38 anos, refere que os compradores do sal produzido são maioritariamente cidadãos que se dedicam à actividade pesqueira. "O saco custa 2 mil Kz. Para nós, aqui é a fonte de sustento. Nós somos os netos dos que aqui trabalharam com o colono português", disse Calueyo, que não conseguiu precisar o número de canteiros existentes.

O técnico de Saúde António Carlos Aurélio não tem dúvidas de que o sal produzido no bairro do Cassai atenta contra a saúde pública, por ser um lugar que não reúne condições higiene-sanitárias sãs, qualificando-o de "extremamente péssimo", facto que, no seu ponto de vista, desfavorece a promoção de boa saúde humana.

Problemas com a carência de iodo "Tal como acontece com todas as salinas, o sal tem que ser iodizado", disse, para quem o bócio é a doença decorrente do consumo de sal não iodizado. O iodo, sublinha, é uma substância bastante importante no organismo humano.

As declarações do técnico de saúde motivou a equipa do jornal. O PAÍS a consultar as autoridades sanitárias para obter registos de casos de má nutrição em consequência do consumo daquele sal. No centro de nutrição, instituição afecta ao Hospital Geral de Benguela, recebemos garantias de que não havia nenhum caso que apontasse para aquela direcção.

Há dois anos que as autoridades deram por finda a exploração de sal naquela área, transferindo-a para a conhecida "Cidade do Sal" na comuna do Chamume, município da Baía - Farta. De lá para cá, tanto o Governo local quanto Ministério das Pescas e do Mar têm desincentivado a prática de exploração naquele sítio.

Totas Garrido, ligado à Associação dos Produtores de Sal, chama a atenção para nunca se perder de vista a história recente da cidade dos flamingos.

Totas Garrido reprova a prática da exploração naquele local, por reconhecer que as condições de salubridade já não a permitem, "não há drenagem das águas, as águas são reaproveitadas e, a nível da produção de sal, isso torna-se perigoso, porque os componentes, o cloreto de sódio pelo essencial, não são expelidos", justifica. Por essa razão defende a necessidade que se deixe uma porção de terra no Cassai para posteridade, a fim de que se saiba que o Lobito foi uma potência neste domínio.

Por outro lado, apela à Administração local, à Polícia e a outros órgãos afins que encerrem o mais rapidamente possível aquela zona e que se direcione um aproveitamento para aquela zona, sem se esquecer jamais que durante 50 anos o Lobito produziu sal de boa qualidade.

"E que se mantenha uma porção de terreno para então fazer-se uma salina de experiências para que possamos preservar a imagem do Lobito como produtora de sal e mostrarmos às futuras gerações como é que se faz o sal", sustenta, ligado à actividade do sal há anos.

### 3.30 O sal do conflito entre produtores artesanais e o Governo de Benguela

*Jornal O PAÍS*

*16 De Dezembro de 2018*

*Texto: Constantino Eduardo*

Os produtores artesanais do também conhecido "ouro branco" no bairro do Cassai, comuna da Canata, em Benguela, alegam que o espaço é uma herança deixada pelos seus pais e, antes mesmo de se pensar em retirá-los de lá, seria bom que o Governo acautelasse determinadas questões de ordem social, como a garantia de emprego, por exemplo.

Sustentam que o sal produzido é utilizado apenas para a salga de peixe e alimentação do gado. Contrariamente à posição dos especialistas e do Ministério das Pescas e do Mar, os micro-produtores

garantem que o sal não faz mal à saúde, embora conscientes de que a prática, naquele espaço, esteja à margem da decisão das instituições do Estado.

Acosados regularmente pelos fiscais da Administração do Lobito, os cidadãos lamentam o facto de, em determinadas circunstâncias, lhes serem apreendidas enormes quantidades de sal a pretexto de cumprimento de uma ordem governamental que interditou a zona, e pedem apenas que se lhes conceda uma moratória (sem precisar o tempo) para que consigam uma outra actividade que sirva de sustento para as suas famílias.

"Vocês são fiscais, não é?", pergunta a senhora Ana Toya, que há 5 anos se dedica à exploração de sal no Cassai, à reportagem do O PAÍS. Ela acha que não é justo que sejam retirados daquele sítio sem que tenham outro lugar para garantir sustentabilidade da família. Félix Calueyo, que trabalha na exploração do sal há 38 anos, refere que os compradores do sal produzido são maioritariamente cidadãos que se dedicam à actividade pesqueira. "O saco custa 2 mil Kz. Para nós, aqui é a fonte de sustento. Nós somos os netos dos que aqui trabalharam com o colono português", disse Calueyo, que não conseguiu precisar o número de canteiros existentes.

O técnico de Saúde António Carlos Aurélio não tem dúvidas de que o sal produzido no bairro do Cassai atenta contra a saúde pública, por ser um lugar que não reúne condições hígieno-sanitárias sãs, qualificando-o de "extremamente péssimo", facto que, no seu ponto de vista, desfavorece a promoção de boa saúde humana.

Problemas com a carência de iodo "Tal como acontece com todas as salinas, o sal tem que ser iodizado", disse, para quem o bócio é a doença decorrente do consumo de sal não iodizado. O iodo, sublinha, é uma substância bastante importante no organismo humano.

As declarações do técnico de saúde motivou a equipa do jornal O PAÍS a consultar as autoridades sanitárias para obter registos de casos de má nutrição em consequência do consumo daquele sal. o centro de nutrição, instituição afecta ao Hospital Geral de Benguela, recebemos garantias de que não havia nenhum caso que apontasse para aquela direcção.

Há dois anos que as autoridades deram por finda a exploração de sal naquela área, transferindo-a para a conhecida "Cidade do Sal" na comuna do Chamume, município da Baía - Farta. De lá para cá, tanto o Governo local quanto Ministério das Pescas e do Mar têm desincentivado a prática de exploração naquele sítio.

Totas Garrido, ligado à Associação dos Produtores de Sal, chama a atenção para nunca se perder de vista a história recente da cidade dos flamingos.

Totas Garrido reprova a prática da exploração naquele local, por reconhecer que as condições de salubridade já não a permitem, "não há drenagem das águas, as águas são reaproveitadas e, a nível da produção de sal, isso torna-se perigoso, porque os componentes, o cloreto de sódio pelo essencial, não são expelidos", justifica. Por essa razão defende a necessidade que se deixe uma porção de terra no Cassai para posteridade, a fim de que se saiba que o Lobito foi uma potência neste domínio.

Por outro lado, apela à Administração local, à Polícia e a outros órgãos afins que encerrem o mais rapidamente possível aquela zona e que se direcione um aproveitamento para aquela zona, sem se esquecer jamais que durante 50 anos o Lobito produziu sal de boa qualidade.

"E que se mantenha uma porção de terreno para então fazer-se uma salina de experiências para que possamos preservar a imagem do Lobito como produtora de sal e mostramos às futuras gerações como é que se faz o sal", sustenta, ligado à actividade do sal há anos.

### 3.31 “A Policia tornou-se o cartaz principal da Operação Resgate”

*Jornal O PAÍS*

*18 De Dezembro de 2018*

*Texto: Milton Manaça*

Passado pouco mais de um mês desde o lançamento da Operação Resgate, que avaliação faz?

Tivemos a oportunidade de fazer algumas reflexões no acto do lançamento e apresentamos algumas críticas e sugestões e tinha-nos sido garantido que no tempo oportuno seriam tidas em consideração, por se tratar de um projecto permanente que vai sofrer diversas alterações mediante a sua aplicação. Ficou acente que houve pouca auscultação pública, mas todos nós fomos unânimes em concordar que era um processo pontual. O problema foi a forma como ela se desenhou, o modus operandi e as pessoas que deram a cara na referida operação.

Ela é bem vinda, mas, na minha opinião, não deveria ser a Polícia a dar a cara. Este processo deveria ser da total responsabilidade das administrações. E poderíamos até arrolar este processo à campanha das autarquias, o que não seria de todo errado. Não se trataria de uma mistura de assuntos, antes pelo



contrário, seria uma preparação organizacional e de consciência por um dos grandes calcanhares de Aquiles que emperra o desenvolvimento ser a nossa mentalidade. Acredito que se as administrações tivessem assumido o seu verdadeiro papel desde o início da operação, na divulgação e na forma como ela vem sendo empregue, as consciências estariam preparadas de forma diferenciada. A Polícia é um elemento fundamental, é a força operativa, mas vamos concordar que ela não é a força administrativa.

Está a querer dizer que o envolvimento da Polícia nesta operação é um erro?

De modo algum. Não é um erro, de todo, mas eu acho que confunde-se o papel da Polícia Nacional. Quem tem que dar a cara não é a Polícia. A essência da Polícia é a garantir a ordem e a tranquilidade públicas, mas quando ela aparece como capa de cartaz ou o cartaz principal desta operação, os erros da Polícia têm outra dimensão nesta empreitada. Repare nas muitas situações que já vivenciamos, mas de que, hoje, temos uma outra leitura por conta do que nos foi sendo transmitido. Ontem aconteceu o caso do assassinato da mãe e filha que iam comprar gás. Nós ainda não entendemos a essência do problema, por que razão um agente da ordem tira uma arma e dispara contra as pessoas. Há muita coisa ainda que precisamos de perceber, mas a primeira leitura que o cidadão faz é: a Polícia está ali para nos proteger e não para nos amedrontar. Por isso, ela tem a necessidade urgente de se reconciliar com a população em termos de confiança.

No início da operação gerou-se medo e cepticismo por parte da população. Com os actuais cenários de mortes e ferimentos está a confirmar-se o sentimento vivido na altura?

Sou um pouco suspeita para dizer que sim, porque gosto de falar com dados precisos. O que é verdade, e volta e meia o Gabinete de Comunicação da Polícia vem reconhecendo, é a forte necessidade que há de se fazer um trabalho conjunto para aumentar a confiança da população. O cidadão não pode ter medo da Polícia Nacional, e quando se desenvolvem políticas de aproximação para com a população é porque se reconhece que existe um certo afastamento.

Não nos podemos sentir amedrontados com o delinquente e ao mesmo tempo com a Polícia.

Um dos grandes pilares da actuação desta operação é a venda desordenada. Do seu ponto de vista, como deveria ser estruturada?

Tinha de haver regras, afinal de contas, mercados existem. E as administrações vêm fazendo apelo e indicando os locais próprios para se fazer o comércio de diversos produtos. Não vamos aqui confundir o aspecto cultural da Kitandeira com a necessidade urgente, por exemplo, das donas de casa sustentarem as suas famílias e as zungueiras fazem o trabalho árduo e heróico de terem os seus filhos vivos, educados e com saúde. Mas existem lugares próprios para a venda e nós temos que consciencializar o cidadão que faz a compra em locais impróprios. Acho que está a faltar também esta compreensão, porque o grupo alvo não é necessariamente a zungueira. A zungueira nunca foi o grupo alvo da Polícia, nós temos ali a fiscalização e todas essas forças precisam de sofrer permanentemente readaptação e reeducação nos seus modus operandi porque vamos nos deparando com situações menos desagradáveis na via pública, mas a situação das zungueiras precisava mesmo de alguma regra. Era desconfortável termos nas passadeiras pequenos mercados. Não podemos pegar nas deficiências governamentais para criarmos outras situações que só prejudicam a nós mesmos. E uma questão de organização social. Nos mercados municipais e comunais elas estão bem mais protegidas.

O impacto que está a ter a Operação resgate é o que dela se esperava?

Eu acho que esperávamos resultados melhores, mas temos que incentivar os órgãos de direito para continuarem com a operação, porque a anarquia traz outros problemas...

Falemos um pouco dos aspectos positivos, pois as autoridades falam na arrecadação de milhões de Kwanzas resultantes do licenciamento de estabelecimentos comerciais.

Sim. nós tínhamos estabelecimentos a funcionar de forma ilegal e que não pagavam impostos. Sabemos para que servem os dinheiros pagos pelo imposto. Havia ainda casos de funcionários em determinadas instituições que tinham a situação da reforma comprometida porque não lhe era descontado na segurança social pela ilegalidade da empresa, para não dizer dos - casos de cidadãos nacionais que acobertavam estrangeiros e faziam negócios com eles. São essas situações que a operação veio destapar e que nos fazem perceber as suas próprias vantagens. Em momento algum devemos dizer que o resgate não deve continuar.

Mas temos que perceber que quando falamos da diversificação da economia só vai acontecer se estivermos organizados, porque temos produtos nacionais que mereciam um tratamento diferente.

Temos cidadãos com muita força de vontade, proprietários de pequenas e médias empresas que poderiam expandir-se e fazer chegar os produtos locais à mesa do cidadão se lhe fosse prestada a devida atenção, porque muitos desses empresários não conseguiam exercer a sua actividade por conta da funcionalidade e inexistência da Lei da Concorrência. Não é normal tu teres um cidadão ilegal com um estabelecimento que não paga os impostos que o nacional paga e que não presta assistência aos seus funcionários. Isso é concorrência desleal, que empenha o desenvolvimento do próprio comércio. A desorganização é prejudicial a todos os níveis, porque são muitos milhões de Kwanzas que não eram revertidos para os cofres do Estado.

### 3.32 Comerciantes estrangeiros dizem-se livres de “suborno” de fiscais

*Jornal O PAÍS*

*18 De Dezembro de 2018*

*Texto: Alberto Bambi*

Uma boa parte dos estrangeiros que se dedicam ao comércio nos bairros Mundial, Quilómetro 30, Benfica, Futungo e Morro Bento, afectos aos municípios de Talatona e Belas, em Luanda, foram unânimes ao considerar que, desde o final de 2017 até à data desta reportagem, se regista um jejum na investida dos fiscais.

De acordo com os mesmos, antes desse período de graça, conforme classificaram os mais ousados' os seus estabelecimentos comerciais dificilmente ficavam um mês sem serem visitados por fiscais do Governo da Província de Luanda (GPL), do Comércio e por agentes policiais com o fim único de lhes cobrarem dinheiro, sob pretexto de ilegalidade.

"Era demais, todas as vezes que chegavam aqui pediam-nos entre 30 e 60 mil Kwanzas, ameaçando fechar o armazém, a loja ou a cantina, no caso de mostrarmos indisponibilidade financeira", contou Alex, cidadão da Guiné Bissau, que se recorda de um suposto chefe da fiscalização que encabeçava todas as equipas que passavam, a pente fino, as suas instituições instaladas no Mercado do Mundial, popularmente conhecido como Praça Nova.

Segundo conta o guineense de Bissau, alguns contrabandistas seus e os vizinhos de Konacri desistiram da actividade, ao ponto de abandonarem Angola para encontrarem outros pontos de África onde o sistema permite sobreviver.

Alex recordou que um dos documentos que os fiscais mais pediam era o alvará comercial, pois, na altura, a aquisição dessa escritura impunha muita burocracia e alguns gastos avultados.

Hoje, o forasteiro conseguiu o referido documento que o deixa confortável no desempenho da sua actividade, esforçando-se apenas por pagar os impostos que são devidos e prestando outras contribuições afins.

O seu fiel de armazém recorda o dia em que os fiscais chegaram e mandaram encerrar o armazém, com eles dentro do estabelecimento' onde ficaram mais de uma hora a negociar, porque não queriam levar menos de 60 mil Kwanzas.

"E tivemos de lhes dar essa quantia, o que chegou a representar uma queda nos lucros", recordou o trabalhador de Alex, que viu o emprego por um fio.

O que Ousman François sempre quis perceber era a razão pela qual estes fiscais não davam nenhum papel para justificar que a cobrança era legal.

"Um dia tentei pedir satisfação sobre isso, custou-me uma detenção imediata", revelou o senegalês do Morro Bento, que chegou a ser mesmo transportado por uma viatura de marca Toyota-Híllux até uma esquadra próxima do bairro, onde, segundo ele, já havia agentes da Polícia ligados ao que considera uma rede organizada.

Ousman François também tinha dificuldade para perceber o motivo que levava os supostos fiscais a usar os seus carros particulares para uma empreitada que diziam ser institucional.

Relativamente à documentação, aplaudiu a abertura criada pelo Estado angolano no processo de aquisição dos mesmos.

"Tratei este ano o alvará comercial na Maianga e não custou nada, nem muito tempo, nem muito dinheiro", gabou-se o estrangeiro, que também viu muitos contrabandistas a optarem por outras paragens do continente africano.

À vontade a meio

Embora reconheça estarem a gozar períodos calmos, no que às empreitadas da fiscalização diz respeito, um nigeriano, um ivoríense e um libanês ligados à venda de peças e acessórios de carros no corredor Futungo-Benfica, na Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", desabafaram dizendo, sob anonimato, que ainda são visitados constantemente por agentes da Polícia de alguns postos policiais próximos e

supostos fiscais da Administração dos distrito urbano do Benfica e Futungo.

"O grande problema é que as nossas lojas estão muito próximos deles. Basta pensarem em almoçar, vêm aqui fazer um dinheiro", disse o nigeriano, que foi interpelado ainda na semana passada. O lojista da Côte D'Ivoire reclamou pelo facto de, às vezes ser obrigado a dar alguns acessórios aos fiscais e polícias.

"Eles dizem que, depois vão pagar, mas não pagam e eu é que fico prejudicado, não posso reclamar muito, porque, quando eles ficam chateados mandam a toda a hora agentes do Serviço de Migração e Estrangeiro aqui, para perguntar se eu estou legal", desabafou o costa marfinense.

Questionado se reside no país de forma ilegal, o entrevistado confessou que lhe falta o cartão de residente, mas assegurou possuir outros documentos que lhe garantem uma estada normal.

"E estou em constante contacto com a minha embaixada para tratar já o cartão", disse o lojista, exibindo uma declaração do seu consulado que confirma as diligências por si narradas. Por sua vez, o libanês limitou -se a pedir que os agentes da fiscalização de Talatona sigam o ritmo de gestão que o país está a ganhar, de tal forma que responsabilizem apenas os comerciantes se não cumprirem com o pagamento de impostos e outras contribuições que lhes são incumbidas.

#### Operação resgate anima os armazenistas

Sobre a Operação Resgate em curso no país, os armazenistas e lojistas que falaram ao Jornal O PAÍS aplaudiram a atitude dos polícias e outros agentes envolvidos nesta empreitada do Governo, pelo facto de a eles se dirigirem de forma pedagógica, informando e orientando sobre os procedimentos para legalizar completamente os seus estabelecimentos comerciais.

Encorajaram, igualmente, o Estado a continuar a apostar em políticas que visam organizar o país, chamando a atenção ao Executivo para não poupar esforços em responsabilizar criminalmente os que se excederem durante o desempenho das suas funções.

Finalmente, os estrangeiros pediram ao Governo para tornar mais viável o processo de aquisição dos cartões de residência para os estrangeiros, pois, segundo as suas embaixadas, ainda existem algumas burocracias por parte do Estado angolano.

### 3.33 40 mil táxis “caçam” clientes dia-a-dia nas inúmeras estradas de Luanda

*Jornal de Angola*

*19 De Dezembro, 2018*

*Texto: Ana Paulo*

Circulam actualmente pelas estradas de Luanda cerca de 40 mil veículos que exercem actividade de táxi, mas destes apenas 28 mil estão legalizados, dos quais 18 mil controlados pela Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) e três mil pela ATL, o que permitiu 75 por cento de emprego directo a jovens dos 18 aos 40 anos.

O presidente da Nova Aliança dos Taxistas de Angola, Geraldo Wanga, que prestou a informação ao Jornal de Angola, defende a necessidade de se realizar um novo cadastramento de taxistas por existirem milhares a exercerem diariamente, em Luanda e arredores, a actividade de transporte público de passageiros, fora do controlo das associações existentes.

Além dos veículos convencionais de transporte de passageiros, os chamados “azuis e brancos”, Toyota Hiace, Quadrado, só para citar esses, existem os mini-autocarros, que efectuam rotas intermunicipais e interprovinciais, os “Girabairro”, que circulam na periferia e casco urbano, sem falar das moto-táxi e moto-boy. Por Luanda, circulam também os veículos personalizados, com taxímetro, e paragens determinadas, entre o AeroPorto, porto, hotéis e supermercados, os chamados “táxi-turismo”, bem como aqueles que vão ao encontro do cliente mediante chamada telefónica, pertencentes a algumas empresas privadas.

De acordo com o dirigente associativo, todos esses servidores públicos chegam a atingir 40 mil viaturas em circulação nas estradas de Luanda, com 300 mil jovens inseridos na actividade, entre motoristas, cobradores e os chamados “lotadores”.

Geraldo Wanga defende um novo cadastramento, para saber ao certo quantos táxis circulam em Luanda e no resto do país, assim como um maior apoio do sector financeiro para que os agentes do sector possam obter créditos para adquirir meios de transporte para satisfazer a demanda e aferir o número de veículos existentes, seus integrantes e proprietários.

Os taxistas enfrentam inúmeras dificuldades na realização das suas actividades diárias, disse o líder da Nova Aliança enumerando o mau estado das vias principais, secundárias e terciárias, parque automóvel envelhecido, falta de acessórios de reposição, escassez de divisas para a importação de meios, entre outros.

A Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola controla em todo o país aproximadamente 24 mil associados, com maior realce para a província de Luanda, com 18.500 associados, seguido de Benguela, Huíla e Huambo.

#### Municipalização dos serviços

Manuel Faustino, presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), disse ao Jornal de Angola que a sua agremiação apoia a ideia do Executivo em municipalizar a actividade de táxi, para que os utentes efectuem o trabalho apenas na localidade onde for emitida a licença.

O veterano presidente da ATL, cuja agremiação nunca realizou renovação de mandatos desde que foi fundada, há mais de 20 anos, acha que ainda não é o momento certo para serem definidas as áreas de actuação, porque existem municípios com uma extensão territorial muito pequena, o que não satisfaz o rendimento diário, semanal ou mensal dos profissionais.

Nesse ínterim, Geraldo Wanga, contradiz dizendo que com a implementação da municipalização dos serviços de táxi, as rotas seriam reduzidas, o que criaria transtornos não só aos profissionais, como também aos passageiros.

A homóloga ATL queixa-se também da escassez de divisas no mercado financeiro, o que tem dificultado aos seus associados a aquisição de novos veículos e respectivos acessórios, já que a frota é antiga, inoperante e sem esperanças de recuperação.

A ATL controla cerca de três mil táxis devidamente licenciados, mas o presidente da agremiação afirma que o número de utentes que circula pelas várias artérias de Luanda é inversamente proporcional àqueles que estão legalizados e associados.

“Temos realizado campanhas de sensibilização, apelando aos proprietários dos táxis e os próprios taxistas a legalizarem-se e a inscreverem-se nas associações existentes, para determinar o número de táxis em circulação em Luanda”, disse Manuel Faustino.

#### Ensino superior a meta dos associados

Fundada em 2012, a ANATA, está representada no Bié, Bengo, Benguela, Cabinda, Cuanza-Sul, Huambo, Huíla, Malanje e Uíge e tem como objectivo desenvolver projectos de âmbito nacional em benefício dos taxistas, e procurar soluções viáveis para os problemas dos associados.

Para o quinquénio 2018- 2021, a associação tem como foco formar e transformar o profissional para melhor servirem a sociedade, tendo estabelecido uma parceria com o Instituto de Ensino Superior Uni-Belas para disponibilizar para o ano académico 2019-2020, um total de 50 bolsas de estudo, em regime de comparticipação.

Numa primeira fase, vão ser priorizados 30 profissionais para o curso de Direito, 10 para Psicologia, cinco para Gestão de Empresas e cinco para Medicina, solicitados pelos próprios associados, em função dos seus desejos.

Outra parceria foi estabelecida com a clínica privada Anjo-Cuba, para um plano de saúde, para permitir aos profissionais do sector e seus agregados familiares contribuírem com uma quota de apenas 10 mil kwanzas por mês, para terem direito a assistência médica e medicamentosa.

#### Hiaces proibidos a longo curso

Através de um Decreto Presidencial, o Executivo angolano proibiu os veículos com menos de 15 lugares, em particular, os de marca Toyota Hiace a efectuarem actividades de táxis nas rotas inter-provinciais, devido ao incumprimento das regras do código de estrada, por parte de alguns utentes.

Além dos elevados acidentes de viação e mortes na sua maioria envolvendo esse tipo de veículos, a falta de condições para o transporte de carga dos passageiros, numa distância de 300 quilómetros, foram as outras razões avançadas pelas autoridades para a proibição do uso de viaturas Toyota Hiace para serviço de táxi de longo curso.

O presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas aplaude a medida do Executivo, considerando-a correcta, aludindo que as autoridades pretendem apenas salvaguardar a vida dos seus concidadãos, já que os acidentes de viação são a segunda causa de morte no país, apenas superada pela malária.

A proibição do uso de veículos da série Toyota Hiace para transporte de longo curso, contribuiu para o aumento de carros dessa marca em Luanda, gerando automaticamente concorrência desleal, porque alguns meios de grande porte não cumprem as rotas obrigatórias.

#### Conflitos entre Hiaces e autocarros

Os autocarros e mini-autocarros estão hoje a competir com os taxistas dentro das localidades, e a praticar uma tarifa inferior à estipulada que é de 150 kwanzas, “o que não é correcto, por gerar conflitos entre os motoristas”, disse Geraldo Wanga. A fonte do Jornal de Angola é de opinião que os utentes de autocarros e mini-autocarros devem circular apenas nas rotas inter-provinciais e inter-municipais, ou seja, fora das localidades, e deixarem as carreiras urbanas para os taxistas de veículos convencionais.

“Os autocarros de grande porte devem circular apenas nas rotas Cacuaco-Benfica, Estalagem-Catete, Benfica-Barra do Kwanza, Benfica-Zango 4, Mercado do Quilómetro 30-Catete/Cabala/-Muxima”, sugeriu o líder da Nova Aliança dos Taxistas.

“Hoje no troço Luanda-Viana, pela Avenida Deolinda Rodrigues, até ao Largo da Independência, circula um grande número de autocarros e mini-autocarros a carregarem e descarregarem passageiros, o que devia ser evitado”, disse acrescentando que essa tarefa está apenas reservada às operadoras de transporte público privado que operam no casco urbano, no caso da TCUL, TURA, Ango-Real e SGO.

“O Executivo deve analisar e definir os modelos de táxi que devem ser importados e os que podem circular nas zonas urbanas e suburbanas das cidades do país”, sublinhou a propósito.

#### Taxistas trabalham 16 horas/dia

A profissionalização dos serviços de táxi a nível do país, é um dos maiores desejos da ANATA, que pugna pela existência de um diploma legal para regular o exercício da actividade, inscrição na Segurança Social, para garantir a sua aposentação, bem como regularizar os turnos de trabalho.

Segundo Geraldo Wanga, os taxistas em Luanda trabalham durante 16 horas por dia e 96 horas por semana, e diariamente é-lhes exigida a entrega ao proprietário da viatura 17 mil kwanzas, o que não é fácil arrecadar, “numa cidade engarrafada, com as vias em mau estado e muitos concorrentes”.

Para Geraldo Wanga, com a regularização dos serviços de táxi, os profissionais vão poder trabalhar por turnos, dividindo um grupo no período da manhã (das 6H00 às 15H00), e o outro das 15H00 às 22H00.

A crise financeira tem causado transtornos ao sector dos transportes de passageiros, havendo, por isso, um parque automóvel envelhecido, e falta de peças de reposição, que coloca fora de circulação um grande número de veículos e muito desemprego no seio de muitos jovens.

#### Lotadores estão melhor organizados

Fruto do aperto económico do país, o serviço de táxis foi invadido por um número crescente de jovens lotadores, que se concentram em centenas de paragens em busca de sustento familiar, renda de casa e propinas escolares. Segundo Geraldo Wanga, a ANATA como parceiro social do Estado, e no intuito de ajudar no combate à delinquência, enquadraram como membros vários jovens para continuarem a exercer a actividade de lotador, mas de forma controlada e organizada, num total de 1.210 elementos distribuídos em várias paragens.

“Hoje, os lotadores reconhecidos pelas diversas associações de taxistas de Luanda, trabalham em várias paragens, trajando um colete de cor verde, com símbolo da associação, ajudando os cobradores na recolha de clientes”, disse a propósito. Instado a referir-se acerca do papel dos lotadores, o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas, disse que esses jovens exercem também a função de activistas sociais e fiscalizadores da área onde actuam, organizando os vendedores ambulantes e quitadeiras a trabalharem de forma correcta e organizada nos diversos locais.

Como fiscalizadores, os lotadores colaboram com os agentes da Polícia Nacional, na identificação de alguns malfeitores que atormentam e furtam pessoas que pretendem apanhar um táxi, vendedores ou outros transeuntes.

“Com o enquadramento destes jovens, a desordem que se vivenciava nas paragens de Luanda diminuiu, sobretudo, os assaltados no interior dos táxis”, sublinhou Geraldo Wanga, reconhecendo que não foi fácil sensibilizá-los, “porque muitos deles faziam

parte de grupos de meliantes que furtavam passageiros, sob efeito de drogas ilícitas”.

Staf: novo modelo de identificação dos veículos

Para a melhor organização e identificação das viaturas que efectuam serviço de táxi, a ANATA implementou, em Luanda, um novo modelo de controlo denominado “Staf”, composto até ao momento por 395 grupos de Viana, Cacuaco e Kilamba-Kiayi, onde 80 por cento dos filiados fazem parte.

As “Stafs”, são pequenos grupos de taxistas distribuídos por municípios, distritos e bairros, identificados por siglas, nomeadamente, “Rádio Cazenga”, “Os 23 do Zango”, “Potência Máxima de Viana”, “Os Confirmas do Rangel”, “Eu e Elas”, “FBI”, “Os Milionários”, entre outras designações, com rotas previamente definidas durante o dia e geralmente inalteráveis.

“As denominações dos grupos são estampadas no exterior dos táxis, em partes visíveis, para melhor identificação dos profissionais da área”, disse o líder da Associação Nova Aliança dos Taxistas, tendo frisado que a ideia da implementação das “Stafs” visa facilitar os passageiros e órgãos da Polícia Nacional na localização do veículo e do seu utente em caso de ocorrência de uma acção criminal. No final da jornada laboral, as “Stafs” reúnem-se num determinado ponto da sua área de jurisdição, montam tendas e realizam uma pequena tertúlia, onde cada profissional expõe os principais constrangimentos e ocorrências registadas durante a actividade. Para Geraldo Wanga, o serviço de táxi não é apenas para indivíduos com um nível de escolaridade baixo, como muita gente supõe, alegando ser uma actividade laboral onde muitos dos integrantes possuem formação superior, mas exercem essa profissão por falta de emprego no ramo de formação.

Assaltos no interior dos táxis

Nos últimos meses registaram-se na cidade de Luanda inúmeros assaltos à mão armada no interior dos táxis, por presumíveis taxistas, que actuavam fora das localidades.

A ANATA, preocupada com a situação, colaborou com a Polícia Nacional na identificação dos supostos criminosos, tendo sido detidos alguns indivíduos residentes no município do Cazenga, entre taxistas e cobradores, que alegaram serem aliciados por meliantes, com 25 mil kwanzas por dia.

Os indivíduos furtavam os veículos no centro da cidade e actuavam nas áreas do Benfica, Kilamba,

Vila de Viana, Primeiro de Maio e no final da actividade abandonavam os meios nos bairros.

“Com a intervenção oportuna da Polícia Nacional, em colaboração com os profissionais do sector, alguns casos já foram esclarecidos, estando de momento a situação sob controlo, e os meliantes a contas com a justiça”, afirmou Geraldo Wanga, satisfeito com o resultado.

### 3.34 Equipa multisectorial fiscaliza mercado informal

*Jornal de Angola*

*22 De Dezembro de 2018*

*Texto: Marcelo Manuel*

Uma equipa multisectorial da província do Cuanza-Norte, encabeçada pela vice-governadora para o sector Económico, Leonor Garibaldi, constituída à luz da "Operação Natal Seguro", esteve ontem no mercado informal de Ndalatando "Lenga - Lenga", para avaliar os preços dos principais produtos nesta quadra festiva e consequentemente as condições higiénicas.

Saltou à vista dos "inspectores" a falta de higiene, o débil saneamento básico e a exposição de alimentos e utensílios diversos ao ar livre. A comida confeccionada em locais sem o mínimo de condições higiénicas também despertou a atenção da comitiva.

Com cerca de 500 metros quadrados, o "Lenga-Lenga" serve de alternativa para a compra de produtos mais baratos, como electrodomésticos, roupa, calçado, bens alimentares, bebidas diversas e material de construção.

Lina Panzo, urna vendedora do mercado desde a sua abertura em 2007, reconhece que as condições, no geral, não são adequadas para se praticar actividade comercial no local. "Realmente, não há higiene neste mercado, mas não temos outro lugar onde possamos vender. É aqui onde sai o sustento de centenas de vendedoras e muitas não têm esposo, sustentam sozinha os filhos", disse.

Ezequiel António, de 35 anos, frequentador assíduo do mercado, disse que, durante o período nocturno, vários indivíduos se servem do local para fazerem necessidades fisiológicas.

### 3.35 Mercado informal estimula consumidor a seleccionar as aquisições

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro*

*Texto: Madalena José*

Os mercados de São Paulo e dos Congolenses têm disponíveis cabazes de Natal feitos de acordo com o pedido do cliente, envolvendo bata-rena, gasosa, cerveja, arroz, óleo alimentar, ovos e açúcar, a preços situados entre cinco mil e 30 mil kwanzas.

O Jornal de Angola verificou cabazes nos mercados informais como o Banga, com produtos da cesta básica, o Seleccion alimentar e o Prestige, o maior de todos, é bem mais caro. Em Malanje; segundo notícias da nossa delegação, empresários introduziram um cabaz chamado Uatoala, composto por produtos locais, entre os quais figuram bebidas, doces e cereais. Contam-se entre os produtos a mandioca, feijão, cogumelos, farinha torrada, jinguba, fuba, ovos, água mineral, aguardente caseira, açúcar de Capanda e outros; comprados num pacote avaliado entre os 35 e 45 mil kwanzas.

A presidente da Associação de Mulheres Empresárias de Malanje, Ana José, disse que iniciativa surgiu da necessidade de consciencializar a população a adquirir produtos nacionais.

### 3.36 "Operação Resgate" encerrou locais de venda desordenada

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2018*

*Texto: Pedro Bica*

A "Operação Resgate" fiscalizou<sup>39</sup> farmácias, sete centros de saúde e três laboratórios e detectou 55 infracções, sendo quatro de matéria criminal e 51 contravencional.

O documento menciona a detenção de quatro indivíduos, três dos quais por exercício ilegal de função pública e um por fraude comercial. Foram apreendidos 147 quilos de medicamentos com prazo qual a Polícia informa que foram ainda desactivados, no mesmo período vários locais inadequados para o embarque e descarga de passageiros e mercadorias.

No período em referência, lê-se no documento, foram apreendidas, por várias infracções, oito viaturas, uma das quais envolvida no auxílio à imigração ilegal e no transporte ilegal de madeira.

A Polícia Nacional desactivou, na província do Bengo, entre 6 de outubro e 14 de Dezembro, 109 locais de venda desordenada, incluindo mercados informais, no âmbito da "Operação Resgate".

A informação consta de um relatório, a que o Jornal de Angola teve acesso, no vencido. Na província do Bengo, foram encerrados, no mesmo período, seis estabelecimentos de saúde, três dos quais por falta de licença e condições de trabalho.

Um total de 5 denominações religiosas foram fiscalizadas, trabalho que deu origem ao encerramento de 11 por não terem estruturas físicas adequadas para a realização de cultos. A maioria das igrejas encerradas funcionava no município do Dande.

No mesmo período, foram registadas 20 infracções tributárias, resultantes do transporte de mercadorias não declaradas, tendo levado à apreensão de 20 contentores.

Num trabalho coordenado com a Polícia Nacional, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) interpelou e deteve 75 estrangeiros - 35 da República Democrática do Congo, quatro da Guiné-Conacry e um de Cuba - e 35 angolanos, por promoção e auxílio à imigração ilegal.

No relatório, a Polícia Nacional informa ter encaminhado 26 cidadãos da República Democrática do Congo à representação do Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire para serem repatriados, 16 de forma administrativa e oito por via judicial.

No período que deu origem ao relatório, a Polícia Nacional registou na província do Bengo 48 crimes e deteve 204 suspeitos.

### 3.37 Lucapa era uma terra de estrangeiros ilegais

*Jornal de Angola*

*29 De Dezembro de 2018*

*Texto: Armando Sapalo*

Cerca de 316 mil cidadãos estrangeiros, maioritariamente da República Democrática do Congo (RDC) em situação migratória ilegal, que se dedicavam à exploração e tráfico ilícito e diamantes no município do Lucapa, Lunda-Norte, foram repatriados no âmbito da Operação Transparência.

A informação foi avançada quinta-feira, na cidade do Dundo, pelo administrador municipal do Lucapa, Rogério Fangana, durante o encontro com a

sociedade civil da Lunda-Norte, promovido pelo governador Ernesto Muangala, que serviu para reforçar as acções, de sensibilização e conjugação de esforços para o combate à imigração ilegal.

Rogério Fangana disse que a quantidade de pessoas repatriadas para os países, de origem evidencia que mais da metade da população que residia na região era composta por estrangeiros ilegais.

Apontou que o diamante extraído no Lucapa é de alto valor comercial no mercado internacional, salientando ter sido a causa dos altos índices de imigração ilegal na região.

Dos 316 mil estrangeiros repatriados, referiu, 32 mil saíram de forma voluntária. No município do Lucapa, acrescentou, foram encerradas 32 casas de compra e venda de diamantes, que funcionavam ilegalmente.

O administrador do Lucapa informou que as autoridades policiais, militares e civis do município estão a: cumprir com todas as indicações deixadas pelas estruturas centrais, que visam libertar todas as áreas de garimpo, e manter o controlo das mesmas.

Rogério Fangana garantiu que três meses após o lançamento da Operação Transparência, o município do Lucapa, tido como o epicentro do garimpo de diamantes, está agora desafogado. O administrador confirmou o retorno gradual de estrangeiros às zonas de exploração de diamantes, e declarou que oficialmente as forças de defesa e segurança ainda não confirmaram a detenção de imigrantes que retomaram às áreas de garimpo.

### **3.38 Cidadã acusa alta patente da polícia de apropriar-se de terreno**

*Jornal Visão*

*7 De Dezembro de 2018*

Na denúncia, Guilhermina Viegas Vicente diz que a referida parcela é uma herança do seu falecido avô, "ocupado em 2012 por Victor Inaculo, Comissário da Polícia Nacional": explicou.

Segundo fez saber, a família tem toda documentação que confirma a titularidade das referidas terras, pois, antes do seu avô falecer, em 2010, deixou tudo actualizado, "porque estava a ser vítima de perseguição e chantagem da parte do comissário", denunciou.

"Durante o ano de 2012 até ao ano seguinte ele ligava constantemente para a minha mãe a dizer que daria

15 mil dólares para que lhe fosse cedido aquele espaço como não aceitamos, começaram os conflitos': sustentou, para depois dizer que as ameaças e intimidações eram tantas que, inclusive, carros da Polícia Nacional ficavam de plantão a guarnecer o terreno.

Por este' facto, acrescenta, ficaram impedidas de entrar no espaço. "Eu como neta, ao ver aquela injustiça toda, não resisti e tentei por várias vezes questionar esta imposição. Mas fomos ameaçados de morte, porque eles diziam que matariam quem não cumprisse as ordens do comissário': acrescentou, para depois dizer que teve que fugir da zona onde vivia por temer pela sua vida.

Advogados e juizes comprados?

É o que se pode depreender das explicações dadas pela cidadã Guilhermina Viegas Vicente.

De acordo com ela, em virtude da perseguição que a família era alvo, constituíram um advogado para ver se saíssem daquele dilema.

"Desta feita, constituímos advogados das Mãos Livres e levamos o caso a tribunal. Em 2013, na primeira audiência o comissário não apareceu. Mandou o seu advogado que não teve argumentos para provar em tribunal que o terreno era pertença do senhor Inaculo, principalmente porque os documentos que usava eram falsos': denunciou.

Guilhermina Viegas diz que a documentação é falsa pelo simples facto de estar visível para todos: "Ele alega que o espaço é dele e os documentos são de 1992. Mas, para fazer fé que os documentos são mesmo falsos, a assinatura que está na documentação é da

Nem água vai, nem água vem

Para o espanto de Guilhermina Viegas Vicente e a sua família, aquilo que seria meio caminho andado para ganharem a causa em tribunal e a sua família ter de volta o seu património, esbarrou naquilo que ela chama demora propositada para ludibriar a opinião pública. Casas dos netos do meu avô e algum material de construção que o senhor Inaculo foi usando para benefício próprio, mesmo o terreno não sendo seu. O que denota um claro abuso de poder, situações que a mais alta entidade da Nação está a combater': sublinha, solicitando a quem de direito a intervir a favor da sua família.

"Insatisfeita, a minha mãe foi as Mãos Livres e encontrou-se com o advogado António Gaspar e colocou o caso. Este, por sua vez, foi arrogante com



ela e deu o nosso caso de nada. O que nos deixa sem saber o que se passa de facto".

Em gesto de conclusão disse que o comissário até agora só vedou o espaço e tem algumas casas dos netos do meu avô e algum material de construção que o senhor Inaculo foi usando para benefício próprio, mesmo o terreno não sendo seu. O que denota um claro abuso de poder, situações que a mais alta entidade da Nação está a combater': sublinha, solicitando a quem de direito a intervir a favor da sua família.

Comissário nega acusações e acusa Guilhermina de aproveitadora.

Contactado via telefónica, o Comissário Victor Inaculo negou as acusações, e fez saber que é detentor de uma sentença julgada pelo Tribunal de Luanda que julgou o caso e o ilibou das acusações que agora voltam à baila.

"O tribunal comprovou que eles tinham a documentação falsa e deu a sentença favorável para mim. Temos testemunhas que comprovam que o terreno é minha pertença e mesmo a comunidade do Bita Tanque sabe que aquele terreno é meu': defendeu-se.

Segundo o responsável, está em marcha um processo nos Serviços de Investigação criminal (SIC), contra a jovem.

"A menina que diz que o terreno é seu está a tentar aproveitar resolver um problema dela. Ela vendeu terreno para outras pessoas, e estas pessoas andam atrás dela para receber o que ela prometeu': acusou, acrescentando que esta é a real causa que fez com que ela fugisse para o Uíge.

"O terreno foi negociado com o avó dela, e é de 129 hectares. Naquela altura quando negocieei ela ainda não existia, só mais tarde é que apareceu a fazer confusão. Tenho documentos do GPL e do Tribunal e possuo posse da terra" disse.

Questionado da originalidade dos mesmos, já que a família que acusa também possui documentos passados pelas administrações do Estado, Inaculo fez saber que possui os seus desde 1991.

Fonte: Portal de Angola

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 OGE para 2019 não contempla o acesso ao direito à justiça

*Novo Jornal*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: António Gaspar*

O relatório de análise do Orçamento Geral do Estado (OGE) apresentado esta semana pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e pelo Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF, em inglês) revela que a proposta do OGE para 2019 não contempla o Programa de Promoção do Acesso ao Direito e à Justiça.

O relatório afirma ainda que persistem as assimetrias em termos de investimentos por província e per capita. Segundo o documento, apresentado no Memorial Dr. António Agostinho Neto, a nível da Justiça constata-se que o programa de massificação do registo teve, nesta proposta, um reforço importante, sendo dotado com dois mil milhões de kwanzas, o que cor responde a 4,65% do orçamento destinado ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos. Entretanto, o montante orçamentado, segundo o documento da ADRA, não chega a um terço do valor nominal que o programa teve em 2017.

A acta, que cita o Censo de 2014, lembra que 53% da população nacional e 25% das crianças com idade inferior a cinco anos não têm registos de nascimento, pelo que o aumento proposto de 2 mil milhões de kwanzas para o programa de massificação do registo permanece muito aquém das necessidades. O documento considera crucial triplicar o orçamento para este programa.

O mesmo documento refere ainda que programa de modernização do bilhete de identidade e informatização do registo criminal, previsto no OGE para 2019, sofreu um corte de 34% em relação a 2018, passando a usufruir de 306 mil milhões de kwanzas.

O programa de Reforma e Modernização da Justiça absorve 25% do orçamento dedicado ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

De acordo com a análise feita, não se identificam, igualmente, referências claras directamente relacionadas com a temática da justiça para a criança, havendo apenas menção aos encargos com o Centro de Internamento de Menores de Calumbo e aos encargos com o Observatório do Julgado de Menores do Zango 3.

Por outro lado, líderes dos partidos políticos presentes no evento criticaram o Orçamento Geral do Estado para 2019, afirmando que "não será suficiente para colmatar a demanda dos cidadãos".

O presidente do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, salientou que em nenhum momento o OGE para 2019 poderá cobrir as necessidades que o Ministério da Justiça e Direitos Humanos requer, essencialmente no que concerne ao registo de nascimento que hoje é ainda um "grande dilema" no país.

"Nós temos uma população elevada para ser registada. Segundo dados a que tivemos acesso durante o encontro, cerca de 25% das crianças no país não estão registadas, bem como um número elevadíssimo de adultos por registar e para se atribuir o bilhete de identidade", disse Benedito Daniel.

O mesmo fez ainda questão de destacar que "é preciso haver um esforço por parte do governo nos próximos anos em aumentar a fatia do orçamento para este sector, a fim de acabar com o dilema de acesso ao registo civil no país".

Por seu turno, o presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, realçou que o acesso ao registo de nascimento no país ainda está muito aquém das expectativas. "Ao invés de diminuir a fatia, devíamos aumentá-la para acelerar este processo de atribuição de documentos aos nossos cidadãos, sobretudo o bilhete de identidade. Esta situação afecta a vida diária dos cidadãos, assim como também a própria cidadania em si", explicou.

Saliente-se que a proposta de OGE para 2019 não inclui explicitamente nenhuma intervenção ou projecto referente à transferência monetária, de bens ou renda, apesar de estas estarem previstas no plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

## 4.2 Será o OGE injusto com a Justiça?

*Jornal Expansão*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Carlos Rosado de Carvalho*

Longe vão os tempos em que bastava a palavra e um simples aperto de mãos para selar um negócio. Hoje são necessários contratos escritos. De nada vale um contrato se não houver alguém que force a parte que violou o acordado a reparar os danos causados à outra parte num horizonte temporal adequado e a um custo suportável. Num Estado Democrático e de Direito esse papel cabe aos Tribunais.

Mais do que remediar, reparando danos, a aplicação da justiça pelos tribunais a tempo e a horas e a um preço justo ajuda a prevenir, obrigando eventuais prevaricadores a pensarem duas vezes antes de o fazerem.

Sem uma justiça pronta e eficaz, os negócios só são feitos em círculos fechados entre familiares, amigos e conhecidos, devido àquilo que em economia se chama a simetria de informação. Uma forma de dizer que as partes não dispõem da mesma informação.

Tomemos como exemplo uma simples transacção de mercadorias. Até que a mercadoria muda de mãos, quem vende está em vantagem sobre o comprador porque sabe se tem, ou vai ter, o produto para entrega e se esse preenche os requisitos acordados. A partir do momento em que a mercadoria muda de mãos, quem compra passa a estar em vantagem sobre o vendedor porque sabe se tem ou vai ter, em tempo útil, os valores para efectuar o respectivo pagamento.

Segundo o relatório Doing Business 2019, em Angola, uma disputa comercial para a cobrança de cerca de um milhão de Kz de mercadoria demora 1.296 dias e custa 444 mil Kz, o que coloca o país em 186.º lugar entre 190 países.

Com esta demora e a este preço, muitas transacções económicas, de mercadorias ou outras, não chegam sequer a realizar-se. Sem troca não há produção de excedentes, que gera lucros, cria emprego e dá poder de compra. Sem poder de compra não há mercado. Numa palavra, não há economia.

Tribunais prontos e eficazes reduzem os riscos inerentes à assimetria de informação e consequentemente facilitam a actividade económica. a estado caótico em que se encontra a Justiça em Angola não surpreende. a OGE para 2019 prevê 48,9 mil milhões Kz para os órgãos judiciais. Não sei se é

muito, ou se é pouco. Mas para termos ideia onde estão os tribunais em matéria de prioridades orçamentais, só a Casa de Segurança do Presidente da República deverá receber do OGE 2019 quase o dobro de todos os órgãos judiciais juntos: 85,2 mil milhões Kz.

## 4.3 Municípios com verbas para combate à pobreza

*Jornal Visão*

*7 De Dezembro de 2018*

O incremento está maioritariamente nos municípios. Todas as províncias tiveram incrementos de verbas em termos de despesa social, principalmente para a saúde, programa de combate à pobreza e acções de carácter social", disse.

Aia Eza da Silva, que falava durante o debate na especialidade do OGE, explicou que as verbas para os municípios começaram a ser atribuídas no âmbito do programa de combate à pobreza.

A ideia, segundo a secretária de Estado do Orçamento, é preparar os municípios para que possam enfrentar o processo das autarquias e torná-los o mais independente possível da execução central.

De salientar que no âmbito da execução da verba mensal dos recursos consignados especiais de KZ25.000.000, 00 (Vinte e Cinco Milhões de Kwanzas), foi disponibilizado um montante de KZ16.400.000.000 (Dezasseis Mil e Quatrocentos Milhões de Kwanzas), à todos os municípios do País, representando um valor de KZ100.000.000,00 (Cem Milhões de Kwanzas) por município.

Até à data foi executado o valor total de KZ13 379 690151 (Treze Mil, Trezentos e Setenta e Nove Milhões, Seiscentos e Noventa Mil, Cento e Cinquenta e Um Kwanzas), representando uma execução de 80% do valor disponibilizado.

O referido Orçamento que, ultrapassa os 9,6 biliões referentes ao exercício económico anterior, foi elaborado com base numa referência de 68 dólares por barril de petróleo e projectado a partir dos 83 programas previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para o período 2018- 2022, tendo como principal pressuposto o relançamento da economia nacional.

Distribuído por sectores, este orçamento prioriza as vertentes sociais como a Educação e a Saúde em favor das quais foram atribuídas cifras significativas que representam sete e seis por cento, respectivamente, do total do Orçamento, estando

assim alinhado com as recomendações das Nações Unidas segundo as quais deveria ser atribuída uma quota de 10 por cento aos referidos sectores.

#### 4.4 Aprovação do OGE só na segunda-feira

*Jornal de Angola*

*8 De Dezembro de 2018*

*Texto: Adelina Inácio*

Os deputados à Assembleia Nacional decidiram ontem adiar para segunda-feira a aprovação, na especialidade, da proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, inicialmente prevista para a sessão de ontem.

O Orçamento Geral do Estado vai à aprovação final global na próxima sexta-feira. A presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, disse à imprensa que os relatórios-pareceres do Orçamento englobam matérias sobre os vários sectores do Governo que consumiram muito pouco tempo para análise.

Ruth Mendes adiantou que, apesar dos relatórios estarem prontos, "não houve tempo para os deputados lerem e, posteriormente, serem aprovados". "O Orçamento, por ser um documento importante para a vida do país, deve merecer uma atenção especial e preferimos adiar a sua aprovação em sede de especialidade", sustentou.

Quanto à revisão ou não do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, Ruth Mendes reconheceu que há oscilação do preço do barril do petróleo no mercado mundial e qualquer governo avisado, nestas condições, pode prever uma revisão.

Os deputados, acrescentou, vão recomendar ao Executivo maior atenção para que, caso o preço do barril do petróleo continue a baixar em relação ao preço que é apresentado na proposta do OGE, se faça uma revisão.

"Da mesma forma que o preço do petróleo está a baixar também pode subir, por isso há que se ter alguma cautela, porque seria precipitado se propuséssemos a revisão para agora ou nos primeiros meses do ano. A revisão ou não do OGE está a depender da tendência do preço do barril do petróleo nos próximos meses", afirmou a presidente da Comissão de Economia e Finanças.

Estado das Finanças

Ontem, estavam também previstos esclarecimentos do Executivo sobre o estado das Finanças Públicas

do país particularmente no período que antecedeu a eleições do ano passado, o preço do petróleo de referência para o OGE, o peso e a sustentabilidade da dívida pública, sobre as acções específicas para assegurar o desenvolvimento inclusivo do país e as políticas globais que devem ser adoptadas no domínio do OGE.

Os deputados prepararam também ontem para discussão, na generalidade, a Proposta de Lei de Bases das Privatizações. A proposta, de iniciativa do Presidente da República, decorre da necessidade de clarificar algumas dúvidas que resultam da aplicação da Lei das Privatizações e da Lei de Alteração à Lei das Privatizações, por se apresentarem desajustadas da Constituição e do contexto político e socioeconómico vigente no país.

"O Orçamento, por ser um documento importante para a vida do país, deve merecer uma atenção especial e preferimos adiar a sua aprovação em sede de especialidade"

A proposta de lei traz, em destaque, a adequação de alguns conceitos, particularmente no que respeita à classificação das empresas do Sector Empresarial Público, a introdução de mais modalidades de privatização, a sistematização das fases processuais de privatização.

O documento acolhe as novas modalidades de privatizações consentâneas com uma maior participação de investidores particulares e com uma maior arrecadação de receitas para o Estado, sem prejudicar a transparência e a eficiência do processo, como é o caso das privatizações por via do Mercado de Valores Mobiliários.

De acordo com o relatório parecer conjunto da Proposta de Lei de Base das Privatizações, o Estado vai reforçar o seu papel de regulador e fiscalizador da economia e, para que tal objectivo se realize de forma natural, é necessário que, do ponto de vista legal, estejam criadas as condições que permitam que o processo de privatizações seja executado de forma eficiente.

#### 4.5 Província do Huambo com menos dinheiro

*Jornal de Angola*

*10 De Dezembro de 2018*

A proposta de Lei ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 prevê para a província do Huambo 108 mil milhões, 703 milhões, 275 mil e 711 kwanzas,

menos 6,66 por cento, comparativamente ao montante cabimentado em 2018.

Os números foram apresentados na sexta - feira pelo chefe do Departamento do Orçamento da Delegação das Finanças no Huambo, César Augusto Mateus, no decurso do IV Conselho Consultivo da instituição, realizado na cidade do Huambo.

Do montante global previsto, 85 mil milhões, 126 milhões, 156 mil e 834 kwanzas serão alocados a despesas correntes e 69 mil milhões, 778 milhões, 522 mil e 019 mil a despesas com pessoal.

Entre as despesas a efectuar, César Augusto Mateus destacou os gastos em bens serviços (23 mil milhões, 151 milhões 536 mil e 144 kwanzas), as transferências correntes (dois mil milhões, 797 milhões, 118 mil e 505 kwanzas) e a aquisição de bens de capital fixo (15 mil milhões, 347 milhões, 634 mil e 815 kwanzas).

Para o Programa de Investimentos Públicos (PIP), o OGE reserva dois mil milhões, 357 milhões, 317 mil e 898 kwanzas para 23 projectos. a maioria dos quais no município do Huambo.

O PIP para 2019, de com César Augusto Mateus, dá prioridade à construção de escolas, reabilitação de unidades hospitalar, estradas secunda bem como a conclusão de projectos pendentes.

César Augusto Mateus recomendou aos gestores maior rigor nas despesas a efectuar.

## 4.6 Executivo reafirma aposta na proposta do Orçamento

*Jornal de Angola*

*11 De Dezembro de 2018*

*Texto: Adelina Inácio*

O Executivo vai manter a proposta inicial do Orçamento Geral do Estado, apesar do comportamento negativo do preço do petróleo.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, que falava aos deputados durante aprovação do Orçamento Geral do Estado, na especialidade, disse não ser recomendável fazer urna revisão do Orçamento Geral do Estado neste momento.

"O comportamento do preço do petróleo é bastante volátil e imprevisível, é preferível que se observe o comportamento desta variável nos próximos meses e se a tendência baixista se mantiver, ai sim, o

Executivo avança para uma revisão do OGE", esclareceu.

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, entende ser esta a atitude mais segura e prudente " Se fizermos a revisão seria um acto de certo modo precipitado e sem termos uma ideia clara de qual é o preço que deveríamos usar como sendo de base", disse.

Os parlamentares discutem ainda hoje a proposta de Lei de Bases das Privatizações que propõe novas modalidades de privatizações adequadas a uma maior participação de investidores particulares e com maior arrecadação das receitas para o Estado.

O porta-voz da Assembleia Nacional, Raul Lima, explicou, em declarações ao Jornal de Angola, que o documento que foi preparado pelas comissões especializadas da Assembleia Nacional está agora em condições de ser discutido e votado na generalidade. O deputado explicou que a proposta de Lei é de iniciativa legislativa do Presidente da República e pretende-se reforçar o papel regular e fiscalizador da economia. Para que tal aconteça, a proposta de Lei explica que é necessário que do ponto de vista legal estejam criadas as condições que permitam que o processo de privatização seja executado de forma eficiente.

O porta-voz da Assembleia Nacional disse que da agenda de sete pontos dos parlamentares, consta também a proposta de Lei sobre o Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros. A proposta sobre a situação jurídica do cidadão estrangeiro compreende os regimes de entrada, saída, permanência, e residência. A decisão foi tomada ontem na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, orientada pelo presidente da Assembleia Fernando, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Raul Lima, declarou que a proposta de Lei deu entrada em Outubro e tem como objectivo estabelecer as regras gerais sobre o regime jurídico dos cidadãos estrangeiros em Angola.

Na mesma sessão, os deputados vão discutir e votar, na generalidade, a proposta de Lei de Bases das Privatizações. O deputado Raul Lima explicou que a proposta estabelece as regras e os procedimentos que regulam o processo de privatizações.

Conta Única do Tesouro

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social esclareceu a situação financeira do país, da Conta Única do Tesouro, da dívida pública, entre outras acções do Executivo.

Manuel Nunes Júnior afirmou que a Conta Única do Tesouro, em moedas externas, caiu de cerca de 15.86 mil milhões de dólares americanos em 2013, para cerca de 6.98 mil milhões de dólares americanos em Setembro de 2017.

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social referiu que os défices que se evidenciaram a partir de 2014 levaram a um elevado endividamento do Estado. "Quando se recorre em défice é preciso buscar recursos em algum sítio para fazer face a este défice, estes recursos são por via do endividamento. Isso quer dizer que vivia-se um processo de elevado endividamento" sustentou. A dívida pública, segundo Manuel Nunes Júnior, passou de menos de 30 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2013, para cerca de 79 por cento do PIB, em 2017.

Para o ministro de Estado, estes números revelam que o país estava a viver uma situação caracterizada por fracos recursos de tesouraria associado a um aumento crescente de endividamento público, e registou, desde 2015, taxas de crescimentos negativas. "Ao invés de o país crescer, estava a regredir", disse, acrescentando que o país estava igualmente num processo de recessão económica.

O ministro de Estado esclareceu que este ano, o país vai ter um crescimento negativo, maior do que foi 2015, 2016 e 2017. Segundo o ministro de Estado, é preciso garantir que o país deixe de regredir do ponto de vista económico.

#### **4.7 Governo angolano só admite revisão ao orçamento de 2019 depois de Março**

*Jornal A República*

*14 De Dezembro de 2018*

Luanda - O Governo angolano vai manter os pressupostos da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, apesar da contínua queda do valor do barril de petróleo, remetendo uma revisão para depois do primeiro trimestre.

A posição foi hoje expressa pelo ministro das Finanças de Angola, Archer Manguêira, em declarações aos jornalistas após a aprovação, no parlamento, na especialidade, do Relatório Parecer/Conjunto da proposta de Lei do OGE para 2019, com 36 votos a favor, nove contra e duas abstenções.

"Logicamente, se assistirmos a uma contínua queda do preço do petróleo, seremos forçados a propor à

Assembleia Nacional um orçamento rectificativo" disse Archer Manguêira, acrescentando que essa observação será no mínimo de três meses.

"A queda começou em Novembro, temos estado a acompanhar o mês de Dezembro e, pelo menos até o primeiro trimestre de 2019, temos de ir acompanhando, para ter uma série temporal bastante justificativa para fazermos uma alteração do OGE", referiu o governante angolano.

A proposta de Lei do OGE para o exercício económico de 2019, que vai sexta-feira à votação final global na Assembleia Nacional, estima receitas e fixa despesas em 11,3 biliões de kwanzas (32,2 mil milhões de euros) e tem como preço de referência para o barril de petróleo exportado o valor de 68 dólares.

Actualmente, a cotação de crude no mercado internacional ronda os 60 dólares por barril.

O documento hoje aprovado no parlamento com votos contra de deputados do grupo parlamentar da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), maior partido da oposição angolana, e abstenções da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), recomenda ao executivo que um acompanhamento do preço do petróleo, bastante volátil, nos próximos meses.

Na reunião com os deputados, o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, defendeu que o Governo angolano prefere observar o comportamento do preço do petróleo, referência de elaboração da proposta de OGE para 2019, que poderá ditar a necessidade ou não, nos próximos meses, de uma revisão do documento.

"Esta parece-nos ser a abordagem mais segura e também mais prudente, porque fazermos já agora uma revisão do orçamento poderia ser um ato, de certo modo, precipitado e sem termos uma ideia muito clara do preço que iríamos utilizar como sendo de base, podemos aguardar a evolução e na altura própria depois vamos fazer essa revisão se se impuser efectivamente", disse Manuel Nunes Júnior.

Fonte: Lusa

## 4.8 Deputados querem publicação de balanços de execução do OGE

*Jornal de Angola*

*15 De Dezembro de 2018*

*Texto: Adelina Inácio*

Os deputados recomendaram ontem ao Executivo a disponibilização dos balanços de execução orçamental à sociedade, no quadro dos esforços de promoção da transparência na gestão do erário.

De acordo com o relatório parecer conjunto do Orçamento Geral do Estado/2019, aprovado ontem com 133 votos favoráveis do MPLA, 55 contra da UNITA e da CASA-CEe três abstenções do PRS e da FNLA, os parlamentares propuseram que este processo seja feito de forma pública, para que todos os cidadãos tenham acesso à informação.

O Orçamento fixa receitas e despesas, em igual valor, estimadas em kwanzas, no valor global de 11.355.138.- 688.790,00 (onze biliões, trezentos e cinquenta e cinco mil milhões, cento e trinta e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e setecentos e noventa). Os parlamentares recomendaram aos gestores públicos a observarem a disciplina orçamental no processo de execução do OGE. Os deputados solicitaram o aumento de verbas atribuídas aos programas prioritários do sector da Saúde, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção e de controlo do surto de raiva. Neste sector, defendem ainda o reforço dos programas de vacinação anti-rábica em todo o país.

No sector da Educação, os deputados recomendaram a conclusão do processo de admissão e promoção de professores iniciado este ano.

Para o sector da Agricultura, os deputados reconheceram a necessidade de se redinamizar a agricultura familiar e a investigação científica nos subsectores da agricultura, como a pecuária, silvicultura e florestas.

Ao Ministério do Interior, os parlamentares recomendaram o aumento das verbas destinadas ao repatriamento de imigrantes ilegais.

### Preço do petróleo

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, reafirmou que o Executivo vai acompanhar a evolução do preço do petróleo no mercado internacional.

"Se a tendência se mantiver baixista, tal como aconteceu nos últimos tempos, então aí pode ser feita uma avaliação mais profunda e, se houver necessidade, farse-á então uma revisão do OGE", disse.

Manuel Nunes Júnior reconheceu que a fiscalização da dívida pública e do OGE é uma questão que tem sido colocada de maneira recorrente. "Os órgãos próprios da Assembleia Nacional terão que aprofundar o debate e verem em que áreas é possível aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização da actividade do Executivo", disse.

"A dívida existe e é solicitar uma auditoria. Há órgãos no país que tratam esse tipo de assuntos, como o Tribunal de Contas e outros, mas se houver necessidade de se avançar para outro mecanismo é algo que fica para ser apreciado", disse.

### Regresso do FMI

Em relação às negociações sobre o financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro de Estado, Manuel Nunes Júnior, esclareceu que começaram em Outubro e, nessa altura, "o que estava na mesa era o financiamento que podia chegar até 4.5 mil milhões de dólares".

Durante as conversações entre as partes, adiantou o ministro, concluiu-se que, tendo em conta os grandes indicadores fiscais e as previsões de crescimento da economia angolana e as avaliações feitas em conjunto, o valor que foi atribuído seria suficiente para garantir que o FMI pudesse apoiar as reformas que o Governo está a levar a cabo nos vários domínios. O ministro das Finanças, Archer Mangureira, indicou que o Executivo está no segundo ano de estabilização macroeconómica e pretende continuar a fazer o exercício de consolidação fiscal e de recuperação económica.

Segundo o governante, "o preço do petróleo acarreta risco, mas temos estado a trabalhar em cenários alternativos que, depois de acompanhar a evolução dos preços e da produção, nos permitam termos uma projecção mais próxima que garanta estarmos em condições de decidir sobre a revisão ou não do OGE".

No âmbito do processo de consolidação fiscal, o ministro das Finanças informou que o Executivo pretende introduzir o IVA (Imposto de Valor Acrescentado) a partir do segundo semestre do próximo ano.

O ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, disse que o sector vai agora trabalhar para aumentar a capacidade de mobilização dos fundos.

Marcos Nhunga garantiu o aumento da produção a nível da agricultura, pecuária e das florestas. A prioridade do sector continua a ser o alcance da auto-suficiência alimentar, segundo o ministro.

"Se conseguirmos atingir a auto-suficiência alimentar, vamos diminuir a importação e o país vai gastar muito menos divisas", disse.

O ministro entende que se deve priorizar a cultura do cacau, café, palmar, cajú, produtos que facilitam também a exportação.

#### Sector da Saúde

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, garantiu que o trabalho no sector é no sentido de aumentar a verba.

Quanto ao ingresso de novos quadros na Saúde, a ministra afirmou que o concurso público feito é de alta complexidade porque abrange quatro carreiras de profissionais do sector, nomeadamente médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e pessoal de apoio.

"Estamos a fazer, pela primeira vez, um concurso com esta dimensão, mas acreditamos que nos próximos anos vamos continuar a fazer concursos nem que, para isso, sejam feitos apenas com recurso ao fundo salarial", garantiu a ministra da Saúde.

#### Declaração de voto

Na declaração de voto, o presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, explicou que o partido votou contra pelo facto de a Lei do OGE para 2019 continuar a conceder poderes excessivos ao Presidente da República de contrair dívidas em empréstimos que endividam o país, sem que a Assembleia Nacional seja consultada e fiscalize o destino destes empréstimos.

Adalberto Costa Júnior salientou que a UNITA esperava que na proposta orçamental para o próximo ano fossem incluídas novidades sobre novas formas de administração do país, como indicadores claros de combate à corrupção e apostas decisivas no sector produtivo, como forma de diversificar a economia, mitigar o desemprego e combater a fome e a pobreza.

O vice-presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Manuel Fernandes, disse que a coligação votou contra pelo facto de o anunciado aumento salarial previsto para o próximo ano não estar reflectido no instrumento financeiro de governação.

O OGE, frisou, retém dinheiros para fundos desnecessários, quando se devia identificar directamente as necessidades e alocar as verbas para as suprir.

A CASA-CE considerou o OGE aprovado "falso e as projecções macroeconómicas de crescimento baseiam-se numa excessiva expectativa de receitas do barril de petróleo a 68 dólares quando, na verdade, está a ser comercializado a um preço bastante inferior" a deputado afirmou que metade do OGE para o próximo ano destina-se ao pagamento da dívida pública.

O presidente do grupo parlamentar do PRS, Benedito Daniel, explicou que o seu partido absteve-se porque o Executivo não explicou os critérios para a elaboração do OGE, particularmente para as províncias.

## 4.9 Oposição vota contra o OGE para 2019

*Jornal OPAÍS*

*15 De Dezembro de 2018*

*Texto: Neusa Filipe*

A residente da bancada parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, justificou o voto do seu partido alegando que votaram contra porque a Lei do OGE para 2019 continua a conceder poderes excessivos ao Presidente da República, podendo contrair empréstimos que obrigam o país sem que a Assembleia Nacional seja consultada e sem que os deputados possam fiscalizar o destino dado a estes empréstimos, que afirma não serem pequenos.

Adalberto da Costa Júnior avançou que esperava-se, na proposta orçamental para 2019, novidades que anunciassem novas formas de administração do país, com indicadores claros no combate à corrupção e com apostas decisivas no sector produtivo, como forma de diversificar a economia, mitigar o desemprego e combater a fome e a pobreza, o analfabetismo e as doenças tropicais que retardam o desenvolvimento. O voto contra da UNITA justifica-se ainda por considerar que o OGE para 2019 não traz medidas inclusivas.

O deputado do PRS Benedito Daniel justificou a abstenção do seu partido alegando que o Orçamento para 2019, apesar de ter sido elaborado com algum esforço, não satisfaz as necessidades dos cidadãos. Considerou que, apesar de ter havido reforços em alguns sectores, houve cortes em outros sectores muito prioritários.



"Algumas províncias, como a Lunda-Sul, por exemplo, foram muito penalizadas por não beneficiarem de uma cifra orçamental que ultrapasse os 0,30 por cento, significa dizer que é o Orçamento mais fraco em relação às demais províncias", disse.

Outra razão apontada pelo deputado deve-se ao facto de a verba para o sector da educação ter decaído substancialmente em relação ao Orçamento anterior.

#### Perspectivas económicas para 2019

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, disse que as perspectivas económicas de Angola para 2019 são de recuperação, visto que o Executivo está a trabalhar no segundo ano do programa de Estabilização Macroeconómica e, para tal, pretende-se continuar a fazer o exercício de consolidação fiscal e de recuperação económica. Archer Mangureira admitiu que o preço do petróleo em si acarreta um risco, porém, garantiu, por outro lado, que o Executivo tem estado a trabalhar em cenários alternativos e que só depois de se acompanhar a evolução dos preços e da produção será possível obter uma projecção mais próxima do que poderá acontecer para, posteriormente, se permitir a revisão, ou não, do OGE. No âmbito do processo de consolidação fiscal, o ministro informou que está prevista a introdução do IVA a partir do segundo semestre de 2019. Afirmou que houve um aumento significativo na dotação para o sector social, com destaque para os sectores da saúde e da educação e para o sector de protecção social do idoso.

#### Revisão do OGE

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, descartou a ideia de uma possível revisão imediata ao OGE, considerando que seria precipitado, tendo em conta que o preço do barril do petróleo no mercado internacional é muito volátil e imprevisível.

"Fazer uma revisão do Orçamento já agora poderia ser considerado um acto muito precipitado, vai-se dar um tempo para acompanharmos a evolução do preço do petróleo no mercado internacional, se a tendência se mantiver baixista vai-se fazer uma avaliação mais profunda e se houver necessidade se fará uma revisão ao OGE para 2019", afirmou.

O governante admitiu a existência de dívida pública, e, relativamente a solicitação de uma auditoria proposta pelo grupo parlamentar da UNITA, disse haver no país órgãos como o Tribunal de Contas que tratam de situações dessa natureza. "Se houver necessidade de se avançar para outros mecanismos é algo que fica para ser apreciado", avançou.

#### Prioridade para o sector agrícola

Para o ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, a prioridade para o sector agrícola continua a ser o alcance da auto-suficiência alimentar e fazer com que o país consiga obter mais divisas implantando culturas como o milho e o café.

Relativamente à verba atribuída ao sector, Marcos Nhunga disse ter havido um avanço, saindo de um orçamento de 0,4 para 1.6.

"Vamos sempre lutar para que se possa consignar mais verbas para o sector da agricultura e podermos trabalhar muito mais. A nossa base de trabalho é a agricultura familiar, porque é a que garante mais de 90 por cento de tudo o que se produz e que se consome no nosso país", disse.

#### Incrementos na saúde

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, enalteceu o incremento da verba atribuída ao sector que dirige, alegando que tinham no OGE anterior uma percentagem de 3.6, que agora subiu para 6.6, garantindo que vão continuar a trabalhar no sentido de se aumentar a percentagem, a fim de se atingir o que está estabelecido nos acordos internacionais. Sílvia Lutucuta referiu que ante a situação económica que se vive actualmente, foi um ganho o sector ter conseguido esse incremento. No que respeita ao concurso público na Saúde, a ministra disse que os trabalhos estão ainda a decorrer, visto que se trata de um concurso de alta complexidade que abrange as quatro carreiras de profissionais do sector da saúde, nomeadamente, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e pessoal de apoio de regime geral.

## 4.10 Revisão do Orçamento Geral do Estado para 2019 em "Stand by"

*Jornal Expansão*

*15 De Dezembro de 2018*

*Texto: Nelson Francisco Sul*

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, reafirmou a posição do Governo e afasta, para já, qualquer revisão do preço do barril do petróleo no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, apesar de os preços nos mercados internacionais estarem abaixo do projectado em sede orçamental. Talvez lá para Março, refere Archer.

Numa altura em que o barril de petróleo ronda os 60 USD, depois de há pouco mais de um mês ter estado próximo dos 90 USD, abriu-se a discussão no parlamento sobre a necessidade de o Governo rever os 68 USD que inscreveu no orçamento do Estado como estimativa de preço médio do barril para o ano de 2019.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior já tinha afastado essa possibilidade e Archer Mangureira reafirmou a posição do Governo: para já ainda não. "Se assistirmos a uma contínua queda do preço do petróleo, seremos forçados a propor à Assembleia Nacional um orçamento rectificativo", disse. Luanda tem acompanhado de perto e com "alguma preocupação" a queda dos preços da matéria-prima e aguarda, agora, pelos resultados práticos do novo corte anunciado pela OPEP e aliados, de 1,2 milhões de barris diários por um período de seis meses a partir de Janeiro.

Segundo analistas, a manter-se a tendência de descida do Brent, o segundo maior produtor petrolífero no continente africano, terá de fazer contas à vida.

Laurinda Hoygaard, consultora económica, continua a defender a "elaboração de um documento mais realista", que não dependa dos acordos da OPEP, devido "às condicionantes políticas e sobretudo a correlação de forças entre os poderes" que norteiam esta organização.

Contudo, a economista entende que uma alteração neste momento "traria muita confusão". "Já existem muitas dúvidas sobre a possibilidade de cobertura das despesas que estão previstas, portanto, se quiserem fazer uma revisão, isto pode ser mais lá para frente. Por ora, eu acho que se deve trabalhar num programa de ajustes já em função de uma reversão do preço do petróleo", disse Hoygaard.

#### 4.11 Bié com aumento AKz 26,3 mil milhões no orçamento 2019

*Jornal OPAÍS*

*18 De Dezembro de 2018*

Este aumento da dotação orçamental, segundo declarações do governador do Bié, Pereira Alfredo, na primeira reunião ordinária do Conselho de Concertação Social, é positivo, pois vai contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

Pereira Alfredo reiterou a necessidade de responsabilidade dos gestores públicos administrarem

com transparência e lisura o erário e encorajou as populações dos municípios de Camacupa, Nhârea, Catabola, Cunhinga, Chitembo, Chinguar, Cuemba, Andulo e Cuito a fiscalizá-los.

O governador pediu aos membros da sociedade civil para ajudar o Governo a encontrar soluções em 2019, sobretudo, para os problemas relacionados com a educação, saúde, infra-estruturas, agricultura, transportes, cultura, estradas, visando satisfazer as necessidades das comunidades.

Os membros do Conselho de Concertação Social debatem, entre outros, assuntos como apreciação do OGE 2019, do concurso público da saúde e educação, situação sanitária da província e iluminação pública à cidade do Cuito, sede capital do Bié.

Comparativamente ao ano 2016 houve um decréscimo de 1 bilião e 821 milhões, 474 mil e 74 kwanzas. A quota que a província beneficia do OGE destina-se a encargos com despesas públicas' distribuídas às unidades orçamentadas, entre as quais direcções provinciais, repartições e administrações municipais, unidades sanitárias e estabelecimentos escolares.

#### 4.12 Orçamento do Cunene aumenta 17,1 por cento

*Jornal de Angola*

*19 De Dezembro de 2018*

Os 13 mil milhões de kwanzas, atribuídos ao Cunene, no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, representam 17,1 mais, em relação a 2018, garante uma margem financeira para a execução dos 12 projectos inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP), aprovados pelo Governo Provincial para 2019, afirmou na segunda-feira, em Ondjiva, o director do Gabinete do Plano.

Luís Silva, citado pela agência Angop, referiu que o incremento da dotação financeira permite implementar os projectos aprovados para o próximo ano, com reflexos na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Trata -se, segundo disse, da construção de infra-estruturas nos sectores da Saúde, Educação, Agropecuária e Energia e Água. A verba pode servir ainda para cobrir acções de apoio social, também inscritas no programa do Governo Provincial para 2019.

A transferência de algumas atribuições dos ministérios para os governos provinciais e destes para as administrações municipais' que ocorreu este ano,

de acordo com Luís Silva, "alarga a folga orçamental" dos governos provinciais.

No caso concreto do Cunene, o orçamento de 2019 deixa as autoridades provinciais optimistas face aos desafios sociais e económicos para a melhoria da vida das populações e das empresas.

#### 4.13 OGE 2019 saiu da Assembleia Nacional tal e qual como entrou

*Jornal Expansão*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Nelson Francisco Sul*

O Orçamento Geral do Estado para 2019 foi aprovado sem alterações apesar da descida do preço do petróleo para níveis bastante inferiores aos 68 USD o barril que serviram de base à proposta do Governo.

O documento foi aprovado em votação final global no dia 14 de Dezembro com 138 votos a favor, 50 contra e 18 abstenções. Votaram favoravelmente os deputados do MPLA, a UNITA votou contra, enquanto a CASA-CE, o PRS e a FNLA optaram pela abstenção.

O preço médio do barril de petróleo bruto do OGE de 2019 mantém-se nos 68 USD, podendo, como admitiu o ministro das Finanças, Archer Mangureira, o Governo vir a ser forçado a "propor à Assembleia Nacional um orçamento rectificativo" dentro de três meses, ou seja, em Março.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior também avançou que "o Executivo vai acompanhar a situação durante o primeiro trimestre do próximo ano, para depois se pronunciar sobre esta possibilidade", garantiu.

Com receitas e despesas estimadas em 11,4 biliões Kz, o relatório de parecer conjunto das comissões de trabalho da Assembleia Nacional projecta em 39,8% o peso do Sector Social da despesa total prevista no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019.

A ser executado tal como foi aprovado, de acordo com o documento que dita as linhas mestras de previsão das receitas e despesas a realizar pelo Estado, a Saúde e Educação terão no conjunto mais despesas do que Administração (20,6%) e a Defesa e Segurança e Ordem Pública (17,8%), mantendo assim a proposta inicial do OGE para o exercício económico do próximo ano.

Em comparação com a dotação orçamental ainda em execução (2018), o OGE 2019 prevê um incremento de 33% para o Ministério da Educação, enquanto o Ministério da Saúde teve um incremento de 34%.

Com estas medidas, Luanda diz que o Orçamento Geral de Estado para o exercício económico de 2019, assume os grandes objectivos nacionais definidos no Plano Desenvolvimento Nacional (PDN) de médio prazo 2018-2022, estando organizados em seis eixos de intervenção, entre os quais o Desenvolvimento Económico e Sustentável, Diversificado e Inclusivo e o Desenvolvimento Humano e Bem-Estar.

Agricultura e Florestas também têm reforço

Na agricultura e florestas prevê-se um maior crescimento em 2019, ou seja, a dotação orçamental atribuída ao Ministério está fixada em mais de cinquenta e seis mil milhões Kz, representando um acréscimo de 101% comparado com o orçamento de 2018.

Esta medida que visa dar melhor desempenho da agricultura em 2019 pode ser justificada com o facto deste sector ter merecido bastante atenção durante a campanha eleitoral, tendo, o Presidente Lourenço se comprometido em dar oxigénio para o relançamento de um sector que no passado já foi a fonte sustentabilidade da economia angolana.

Há anos que especialistas afirmam que o desenvolvimento e diversificação da economia angolana depende de sobremaneira dos investimentos no sector agrícola.

Segundo as projecções macroeconómicas, em 2019 o sector não petrolífero deverá acelerar para uma taxa de crescimento de 2,8%, contra 1% este ano.

A taxa de crescimento do PIB Petrolífero deverá passar de -8,2% este ano para 3% no próximo ano. Em termos globais a economia vai sair da recessão. Depois de recuar 1,1 % este ano, o PIB deverá crescer 2,8% em 2019.

#### 4.14 "Programa estabelece um nível mínimo de gastos sociais no orçamento"

*Jornal Expansão*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Carlos Rosado de Carvalho*

O que a traz a Angola?

Permita-me começar por lhe agradecer esta entrevista ao *Expansão*. Trata-se da minha primeira visita a Angola e congratulo-me com a oportunidade de ver em primeira mão os progressos alcançados e como o País se está a centrar nos desafios futuros.guardo com expectativa o meu encontro com o Presidente João Lourenço, os decisores políticos, legisladores, líderes mulheres e representantes da sociedade civil. Desejo partilhar as opiniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) mas, antes de tudo, estou aqui para ouvir.

Há várias questões fundamentais que desejo discutir durante a minha visita. Gostaria de compreender melhor a estratégia de desenvolvimento de Angola. Como é que pode abordar questões sociais importantes, como a redução da pobreza e da desigualdade - incluindo a desigualdade de géneros? Existe ainda o desafio de ter de eliminar a dependência do petróleo. Igualmente, como é possível arrecadar mais receitas não petrolíferas para aumentar as despesas na saúde e educação?

Qual a sua mensagem para os angolanos?

A minha mensagem de apoio é a seguinte: Angola é hoje a terceira maior economia da África Subsaariana e dispõe de uma oportunidade única para melhorar o bem-estar dos seus cidadãos. A implementação das muito necessárias reformas para restaurar a estabilidade macroeconómica deve assentar as bases para o crescimento inclusivo e a diversificação económica. Mas lembrem-se: os angolanos não estão sozinhos. Conforme demonstrado pelo acordo no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa) recentemente aprovado, o FMI está aqui para apoiar Angola através de assistência financeira, para além do aconselhamento em matéria de política e do fortalecimento das capacidades.

A sua visita ocorre duas semanas depois da aprovação do programa com Angola...

Defacto, a minha visita acontece na sequência da aprovação pelo Conselho de Administração do FMI, em 7 de Dezembro, do acordo EFF em apoio ao programa económico de Angola. O acordo visa

apoiar a implementação das próprias reformas do Governo ao abrigo do Programa de Estabilização Macroeconómica e do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-22. O acordo disponibilizará 3,8 mil milhões USD ao longo dos próximos três anos, em conjunto com aconselhamento em matéria de política e assistência técnica.

Quais são os principais objectivos do programa e as medidas planeadas para os alcançar?

No âmbito do acordo, o Governo pretende: conduzir a dívida para níveis mais seguros, através da redução do seu défice orçamental; liberalizar o regime de câmbio para assegurar o uso mais eficiente dos recursos em moeda estrangeira do País e apoiar o crescimento liderado pelas exportações; fortalecer o sector financeiro e a legislação em matéria de CBC/FT (combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo), protegendo os mais vulneráveis. Apoiará também os esforços em curso de reforço da governação. Ao abrigo do programa do Governo, estas medidas devem proporcionar sinais positivos aos outros intervenientes, incluindo a facilitação de um melhor acesso aos mercados financeiros internacionais.

Os programas do FMI envolverem, em geral, medidas de austeridade que têm um impacto negativo na vida das pessoas, pelo menos no curto prazo. Como responde a estas críticas?

O impacto das reformas económicas sobre os grupos mais vulneráveis é uma das nossas principais preocupações no FMI. Por isso, as medidas de protecção aos pobres devem ser uma componente principal dos programas que apoiamos.

Que medidas vão mitigar possíveis efeitos negativos?

O programa recentemente acordado com as autoridades angolanas inclui medidas para reforçar a rede de segurança social para proteger os pobres. A reforma dos subsídios aos combustíveis é importante para a sustentabilidade orçamental, mas também para a justiça social, uma vez que esses subsídios beneficiam sobretudo os mais ricos.

O programa visa reforçar os actuais mecanismos de apoio social e implementar um programa de transferências sociais. Estabelece também um nível mínimo de gastos sociais no orçamento para garantir a sua protecção contra possíveis cortes de despesa.

As projecções do FMI para Angola até 2023 apontam para um crescimento médio anual igual ou até inferior ao crescimento da população. O que é necessário mudar nas políticas para que estas projecções não se materializem?

Espera-se que o crescimento económico recupere e estabilize em 3,2% no final do programa, impulsionado por melhorias nas actividades económicas não petrolíferas, como a agricultura e a construção. O Governo está, acertadamente, a orientar os seus esforços para reduzir a dívida, melhorar a governação, promover a flexibilidade cambial e seguir políticas monetárias mais restritivas para controlar a inflação. No entanto, manter o PIB angolano numa tendência superior ao crescimento da população requer um crescimento mais rápido e inclusivo. Para isso, o País tem de enfrentar o desafio de diversificar a sua economia com um sentido renovado de urgência. A experiência dos últimos quatro anos é um alerta para a forma como a volatilidade dos preços do petróleo pode perturbar o progresso económico.

Como diversificar?

A diversificação económica exige a criação das condições certas para que o sector privado lidere o próximo ciclo de crescimento económico. Isto envolverá a redução dos custos de produção no sector não petrolífero, a melhoria do acesso ao financiamento, o reforço do ambiente de negócios e da governação, a facilitação da operação e do investimento das empresas e a capacidade para lidar com os estrangulamentos em termos de infra-estruturas e capital humano. Tal ajudará a reduzir a pobreza e a criar os tão necessários empregos para os jovens.

Acredita que a administração do Presidente João Lourenço terá capacidade para o realizar?

O empenho demonstrado até agora, incluindo o acordo EFF, mostra a intenção do Governo de melhorar as vidas de todos os angolanos. Congratulamo-nos também com as iniciativas tomadas até ao momento pelo Presidente João Lourenço nos seus esforços para abordar a corrupção.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 “O processo de selecção e de formação dos candidatos a presidentes de câmara deve obedecer a critérios objectivos...”

*Jornal de Angola*  
1 De Dezembro de 2018

Camaradas membros do Comité Central,

Camaradas militantes e simpatizantes do MPLA,

Caros cidadãos angolanos,

Minhas senhoras,

Meus senhores,

Após a realização do 6.º Congresso Ordinário do Partido, onde fui eleito Presidente do MPLA, presidido pela primeira vez uma sessão de trabalhos do Comité Central, que não tem a responsabilidade de eleger, apenas, órgãos de direcção deste glorioso Partido, com enormes responsabilidades na condução dos destinos do País e inspirado na sabedoria e dinamismo dos seus fundadores, na consolidação da democracia e do desenvolvimento económico e social do País.

Permita-me, por isso, saudar os militantes das estruturas de base do MPLA, da OMA e da JMPLA, aqui representados pelos camaradas membros do Comité Central, aos amigos e simpatizantes do MPLA, a quem expresse as minhas saudações patrióticas.

Estamos a escassos dias das celebrações do 10 de Dezembro, que nos deve lembrar os objectivos pelos quais nossos pais lutaram, não se tendo deixado vergar pelas dificuldades, obstáculos e ameaças do seu tempo.

O MPLA tem de continuar a ser o fiel depositário dos ideais de liberdade do povo angolano e, com os esforços abnegados dos seus militantes e todos os angolanos, melhorarmos as condições de vida dos cidadãos, através de um processo de distribuição da riqueza por via das políticas públicas e sociais, de

uma gestão responsável e rigorosa dos recursos que o País dispõe e que a todos devem beneficiar.

A força deste grandioso MPLA reside no facto de ser um Partido que está em contínua renovação, adaptando-se, sempre, às condições das várias fases e etapas da luta do povo angolano, que nos mantém sempre firmes, unidos e coesos.

Embora o nosso Partido assente sua acção no Programa e Estatutos e no Programa de Governação sufragado nas urnas pelos eleitores, em Setembro de 2017, considero fundamental, nesta reunião, definir claramente o rumo a seguir daqui para frente, respeitando precisamente as políticas traçadas naqueles referidos documentos reitores.

Não basta termos um bom programa, bons estatutos. Importa que a nossa prática, a nossa atitude, enquanto Partido, esteja em conformidade, alinhada com o conteúdo dos documentos que aprovamos, em Congresso ou a outro nível de direcção.

Que MPLA temos, que defendemos e pretendemos construir?

Vivemos novos tempos, com uma oposição mais combativa, uma imprensa mais livre e investigativa, uma sociedade civil mais interventiva e rigorosa na exigência ao estrito cumprimento da lei, do respeito pelo erário público, do respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos.

Por esta razão, o nosso Partido deve acompanhar essa dinâmica do tempo, da nossa sociedade e do mundo global em que vivemos e de que somos parte integrante e activa.

O Partido deve ser aquilo que os nossos eleitores e a sociedade espera de nós, um Partido aberto ao diálogo, mas, sobretudo, um Partido que, pela sua prática quotidiana, pelo exemplo dos seus militantes e dirigentes, seja uma referência moral para os angolanos.

Há comportamentos e atitudes que urge corrigir, porque colocam em causa o bom-nome do Partido.

Militantes há que, a coberto do nome do Partido ou da sua condição de dirigentes, lesam gravemente o interesse público, cometem desmandos, arbitrariedades e abuso de poder, em detrimento de pacatos cidadãos, evocando, muitas vezes, a figura caricata do incógnito camarada “ordens superiores”, que deve ser banido ou passar a ter, a partir de agora, nome e rosto.

É evidente que não podemos subscrever por baixo tudo quanto de mal, de errado, foi feito, caso

contrário não teríamos defendido o slogan de campanha “melhorar o que está bem, corrigir o que está mal”.

O nosso Programa de Governo 2017/2022, sufragado nas urnas, no que concerne ao combate ao crime económico e à corrupção, diz, na página 58, o seguinte: “combater todas as formas de corrupção, por ser uma prática que fragiliza as instituições democráticas e mina a confiança dos cidadãos e dos investidores no aparelho do Estado.

Aprofundar o quadro jurídico de responsabilização, tanto de natureza penal como de natureza civil e reintegrativa e, ainda, tomar as medidas disciplinares necessárias, de modo a desincentivar, perseguir e punir os actos de corrupção que lesem o Estado e os superiores interesses do País”.

Ao defendermos esse Programa de Governo, no que ao combate à corrupção diz respeito, fizemo-lo, não apenas para cativar os votos dos eleitores, mas, sobretudo, porque tínhamos consciência da necessidade de cumprir com este compromisso que se afigura vital para o nosso País.

É o que estamos a fazer, mobilizando todas as instituições e a sociedade civil a se juntar à luta que é de todos.

Caros camaradas,

Diz-se que o poder corrompe. Daí a necessidade de nas democracias, para além dos tribunais cuja missão é julgar e condenar se for caso disso, para prevenir o crime devem existir sistemas de freios, como o são o papel fiscalizador do Parlamento, órgão eleito representando os interesses do povo ou, ainda, a acção da sociedade civil que, embora não eleita, representa também os interesses de estratos e franjas da população.

Considero importante que o nosso próprio Partido, pelas responsabilidades que tem, pela necessidade de partirem de si os bons exemplos para a sociedade, deve desempenhar, também, esse papel dissuasor, de freio aos eventuais apetites dos gestores dos recursos do Estado.

O Partido deve ser o primeiro a levantar sua voz sempre que surjam sinais preocupantes de constituição de um império económico de uma família, uma pessoa, não importa quem, sobretudo quando são comprovadamente usados fundos públicos ou de empresas públicas, empreendimentos que depois aparecem registados como privados.

Se empresas públicas forem passadas para o domínio privado, a favor de familiares nossos, sem que se

tenha conhecimento de algum concurso público, o Partido deve ser o primeiro a denunciar, contrariar e impedir.

O Partido deve condenar e impedir, que as empreitadas das grandes obras públicas, como portos, aeroportos, centrais hidroeléctricas, cimenteiras, ordenamento e gestão de cidades e outros, sejam entregues aos nossos filhos, familiares ou outros próximos, se não obedecerem as regras e normas do concurso público, da contratação e da concorrência.

O Partido não deve aceitar, nunca, o monopólio de um único grupo económico, na comercialização de um produto tão valioso como os diamantes, o que pode ter como consequência a fuga das multinacionais do sector, que, no entanto, investem em outros países, até nossos vizinhos.

Se, de forma pouco responsável, se confiarem a um jovem inexperiente a gestão de milhões de dólares americanos do País, o Partido não pode ficar indiferente. Tem de bater o pé, perante tamanha afronta aos verdadeiros donos desses recursos - o povo angolano.

Quando tivermos a coragem de assumir essa postura, então o País sairá a ganhar, porque se o exemplo vier de nós temos a certeza que toda a sociedade nos seguirá.

Neste combate contra a corrupção, aqueles que vêm perdendo privilégios, auto adquiridos ao longo dos anos, deviam ter a sensatez e humildade de agradecer a esse povo generoso, por lhes ter dado essa possibilidade e não se fazer de vítimas, porque a única vítima do seu comportamento ganancioso foi o povo.

Este povo, que permitiu que uns poucos privilegiados mergulhassem no ‘pote do mel’, com insaciável apetite, não merece tamanha ingratidão com manifestações de quem se julga no direito de manter o estatuto indevidamente adquirido.

Só mesmo a falta de patriotismo pode levar um cidadão nacional a desencorajar o investimento privado estrangeiro no seu próprio país, que pode trazer emprego e o pão à mesa dos angolanos.

Surpreende-nos o facto de cidadãos nacionais evocarem, quem sabe desejarem e até financiar uma provável instabilidade política, num país, como Angola, já bastante martirizado por anos de conflito. Tratando-se de um assunto de segurança nacional, com certeza vamos acompanhar com a seriedade que o assunto requer.

Este processo de reformas políticas e económicas em curso no País já é irreversível. Angola jamais voltará a ser a mesma de uns anos atrás. A Angola das oportunidades restringidas a uns quantos intocáveis que tudo podiam, essa pertence a história.

Caros camaradas,

Governantes, empresários, cooperativas, associações empresariais, organizações não-governamentais, académicos, investigadores, enfim, todo o País está mobilizado para enfrentar e vencer o grande desafio da diversificação da economia.

Para o êxito desta missão, contamos também com os recursos financeiros e outro tipo de activos colocados ilicitamente fora do País, em paraísos fiscais e não só e que devem ser repatriados voluntária ou coercivamente, à luz das leis sobre o repatriamento de capitais e de mais legislação em vigor.

Esses recursos serão investidos na nossa economia, contribuindo no esforço nacional de aumento da produção interna de bens e serviços na geração de empregos.

Também aqui, o Partido é chamado a liderar esta operação, sobretudo e por maioria de razão se alguns dos visados forem militantes, dirigentes, ou outras altas figuras do nosso próprio Partido.

Caros camaradas,

Durante este primeiro ano de governação, procuramos criar um melhor ambiente de negócio, através de medidas de moralização da nossa sociedade, através da aprovação de um conjunto de leis para pôr cobro a existência de monopólios, acabar com a concorrência desleal, facilitar o processo de investimento privado, particularmente estrangeiro, isentar ou agilizar ao máximo o processo de concessão de vistos, em particular para os investidores.

Levamos a cabo, ao mais alto nível, uma verdadeira campanha de diplomacia económica, mais virada para a mobilização do investidor estrangeiro e que deve ser continuada a outros níveis do Executivo, da agência AIPEX, das missões diplomáticas e da comunicação social.

Estamos, também, a negociar um programa de financiamento com o Fundo Monetário Internacional, em condições consideradas não só aceitáveis, mas, sobretudo, recomendáveis para a credibilidade de Angola, junto dos credores e organismos financeiros internacionais.

Todas estas acções visam preparar as condições que hoje me parecem reunidas para, a partir de 2019, o País dar um salto, no que diz respeito ao aumento da oferta de bens, serviços e geração de empregos.

A tendência baixista do preço do barril do petróleo não nos deve desanimar, antes pelo contrário devemos ter sempre presente que ‘são as dificuldades que aguçam o engenho’, com isso aumentar a nossa determinação em apostar na produção interna e consequente aumento das exportações e redução das importações.

Caros camaradas,

Na nossa agenda temos em mãos a organização e realização das autarquias para os próximos anos.

É um processo novo para todos nós e, por isso mesmo, temos a obrigação de procurar conhecer todo o processo autárquico, estudando, trocando experiências com aqueles países onde este tipo de poder está implantado há anos e funciona normalmente, com vantagens para as populações que habitam nos respectivos municípios.

O pacote legislativo autárquico, depois de ter sido submetido à consulta popular, estará agora à disposição dos senhores deputados à Assembleia Nacional, para análise, debate, votação e aprovação.

A proposta do Executivo prevê para o arranque, como primeira experiência, a realização de eleições em alguns municípios de cada uma das províncias do País, em número a definir, por entendimento entre as forças políticas no Parlamento.

Contrariamente aos receios levantados com relação a um eventual estímulo às assimetrias regionais, este perigo não se coloca, porquanto haverá eleições autárquicas em todas as províncias do País. Simplesmente em alguns municípios de cada província, até que, num período não superior a 10 anos da realização das primeiras, se cubram os 164 municípios com o poder autárquico.

O Partido deve-se preparar convenientemente para estas eleições autárquicas, planificando todas as acções a realizar, por forma a evitar imprevistos e trabalho sob pressão do tempo.

Quando chegar o momento, o processo de selecção e de formação dos candidatos a presidentes de câmara deve obedecer a critérios objectivos de competência, idoneidade, compromisso com o trabalho e aceitação junto dos cidadãos dos municípios, entre outros.



Caros camaradas,

O quadro aqui traçado é o rumo que defini como sendo o ideal na actual conjuntura da política interna e internacional e que nos vai levar a um futuro promissor.

O que estou a pedir ao Comité Central, ao Partido, é que o Partido fiscalize as acções do Presidente do Partido, do Presidente da República, do Executivo, para que eles, enquanto seres humanos, não caiam em certas tentações, algumas das quais citadas atrás.

Exorto-vos, pois, a mantermos a unidade e coesão do Partido, verdadeiramente comprometidos com a transparência, a boa governação, com o combate contra a corrupção, contra a impunidade, contra o nepotismo, pela defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos.

MELHORAR O QUE ESTÁ BEM, CORRIGIR O QUE ESTÁ MAL

VIVA O MPLA

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA

## 5.2 Organizações propõem uma plataforma comum

*Jornal de Angola*

*4 De Dezembro de 2018*

*Texto: Adelina Inácio*

O presidente da Associação Mãos Livres, Salvador Freire, propôs ontem, em Luanda, que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e as organizações da sociedade civil encontrem uma plataforma comum de entendimento na abordagem dos Direitos Humanos no país.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos leva à consulta pública, hoje, a “Proposta da Estratégia do Executivo para os Direitos Humanos” e o “Projecto de Decreto de criação do Prémio Nacional de Direitos Humanos”. A consulta decorre no anfiteatro do Palácio da Justiça, em Luanda.

Salvador Freire, que falava ao Jornal de Angola, a propósito da apresentação hoje da Estratégia dos Direitos Humanos, considerou “importante” o facto de o Executivo apresentar uma estratégia sobre os direitos humanos, mas defende que a mesma seja discutida com todas as organizações da sociedade civil.

“É importante que o próprio Estado comece a levar a sério a questão relacionada com os direitos humanos, porque ganham todos e Angola vai progredir em função do interesse pelo bem-estar dos cidadãos”, disse.

Para Salvador Freire, Direitos Humanos é assunto que devia ser discutido por todos os actores internamente, antes de ser levado para os fóruns internacionais, “para que não sejamos chamados a atenção por outros governos”.

O advogado da “Mãos Livres” afirmou que Angola precisa “melhorar muito” os Direitos Humanos e criar um Plano Nacional de Direitos Humanos com o envolvimento de toda a sociedade civil, igrejas, partidos políticos e o Executivo.

“O Executivo deve dar voz às organizações da sociedade civil, porque o que fazemos é exactamente aquilo que o Governo não faz”, referiu, adiantando que a organização recebe todos os anos mais de 20 mil processos de pessoas que precisam de apoio jurídico. Não obstante este trabalho, frisou, a organização não recebe qualquer tipo de apoio do Governo.

Quanto ao Prémio Nacional de Direitos Humanos, Salvador Freire considera que o mesmo vai enaltecer as figuras que vão receber a distinção e reconhecer o empenho destes no processo de paz.

Fernando Pacheco, membro da ADRA (Associação de Desenvolvimento Rural e Ambiente), espera que a questão dos Direitos Humanos no país passe a ser vista finalmente em termos globais. “Os direitos civis e políticos devem estar em equilíbrio com os direitos económicos, sociais e culturais”, disse, salientando que caso venha a acontecer é um pressuposto para o reforço da cidadania e da qualidade da democracia. “A História mostra que países onde existe este equilíbrio são países nos quais os cidadãos têm maior qualidade de vida, mais garantias de solução dos seus problemas económicos, sociais e uma maior participação na vida do país”, disse.

Fernando Pacheco defende que nesta estratégia saiam recomendações para que o país possa encontrar formas de punição a quem violar os direitos humanos.

A consulta pública sobre a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos visa proporcionar o mais amplo debate e envolver a sociedade civil para participar na produção dos referidos instrumentos.

Objectivos do prémio

O Prémio Nacional de Direitos Humanos será instituído como uma forma de reconhecimento das acções em prol da promoção e protecção dos Direitos Humanos no país e de estímulo para os diferentes actores que têm prestado um relevante contributo ao país.

A distinção será atribuída em cada ano pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, no dia 4 de Abril, data da comemoração do Dia da Paz e da Reconciliação Nacional, a pessoas físicas ou jurídicas que tenham contribuído com destaque para a protecção, promoção e aprofundamento dos Direitos Humanos e da Cidadania em Angola.

De acordo com a proposta, o Prémio Nacional de Direitos Humanos pode ser concedido nas categorias “Personalidade do Ano em Direitos Humanos”, “Pesquisa em Direitos Humanos”, “Acções Comunitárias e Humanitárias” e “Cultura de Paz e Cidadania”.

A nota explica que a Estratégia para os Direitos Humanos é apresentada como um documento orientador que visa enquadrar a actuação do Governo no âmbito dos Direitos Humanos, tendo como referência o Plano de Governação 2017-2022 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Com a concretização desta estratégia, o Executivo pretende conquistar autonomia interna em termos de auto-avaliação, denúncia, condenação e correcção das próprias falhas, num processo conducente à “maioridade nacional em Direitos Humanos” e tornar o país numa referência internacional em Direitos Humanos.

### 5.3 Sociedade civil e Executivo traçam canal de comunicação

*Jornal de Angola*

*5 De Dezembro de 2018*

*Texto: Santos Vilola*

As organizações da sociedade civil concordaram ontem, em Luanda, em criar um canal de comunicação com o Executivo para dar contribuições para a construção de um país inclusivo.

O primeiro de muitos encontros que o Presidente da República, João Lourenço, está disponível para fazer ao longo do seu mandato, reuniu no Palácio da Cidade Alta, durante duas horas, representantes de 12 organizações da sociedade civil.

O Executivo justificou o encontro com o "estilo muito próprio" que o Presidente João Lourenço

definiu na sua maneira de se inteirar e se dedicar à resolução dos problemas da sociedade angolana, por via de uma "presidência aberta, dialogante e de proximidade".

A abertura promovida pelo Presidente João Lourenço tem como objectivo estender o diálogo a organizações da sociedade civil que reclamam' há muito, o direito a serem ouvidas e a contribuir, com os seus pontos de vista e opiniões, para a melhoria do desempenho da acção governativa em relação a variadíssimos assuntos.

A sala de espera preparada no Palácio Presidencial da Cidade Alta começou a receber os primos convidados ao encontro inédito a partir das 11 horas, entre os quais José Patrocínio, da Associação OMUNGA, que veio de Benguela de propósito para o encontro. Luaty Beirão, da Associação HANDECA, entre os primeiros a chegar, capitalizou a atenção da imprensa em função de um passado não muito distante em que chegou a ser preso por integrar o movimento que exigia a saída do poder do então Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A antiga vice-ministra da Educação, Alexandra Simeão, da HANDECA, Sérgio Calundungo, do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Maria Lúcia Silveira, da Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Salvador Freire, da Associação Mãos livres (AML), Frei Júlio Candeeiro do Centro Cultural Mosaiko - Instituto de Cidadania, Belarmino Jelembi, da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), António Mateus, do Conselho Provincial da Juventude de Luanda, Elias Isaac da Fundação Open Society, e Job Capapinha, da AMANGOLA - União das Associações Locais de Angola, sentaram - se na sala de reuniões do Palácio da Cidade Alta para apresentar as preocupações das associações que representam sobre os desafios do país. O grande ausente no encontro foi o jornalista de investigação Rafael Marques, anunciado previamente pela Casa Civil do Presidente da República.

Acto simbólico

À imprensa, no final do encontro, os participantes foram convergentes nas opiniões em relação ao mecanismo de troca de informação com o Governo e em relação ao simbolismo da reunião. Sérgio Calundungo, da OPSA, considerou "um acto simbólico que marca um momento muito importante, que é a aproximação da instituição Presidente da República a vozes da sociedade civil que, durante muito tempo, se bateram de forma crítica contra a governação que tivemos". Sérgio Calundungo considera "simbolismo" o facto de o Presidente da

República receber e abordar, de forma bastante aberta, com a sociedade civil, uma série de assuntos, permitindo a todos expressarem aquilo que lhes vai na alma.

"O Presidente da República colheu com bastante atenção aquilo que sentimos, aquilo que foram as nossas principais preocupações", disse Sérgio Calundungo, acrescentando que "está a nascer uma nova fase na relação entre o Estado e a sociedade civil". O responsável indicou que "estamos no início de urna longa caminhada que começou com um primeiro passo".

#### 5.4 Secretário dos CAPs do MPLA poderão ser autarcas em 2020

*Novo Jornal*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Borrallho Ndomba*

O MPLA vai eleger no próximo ano os seus candidatos às eleições autárquicas de 2020, e entre os concorrentes vão constar igualmente os secretários dos Comités de Acção do Partido (CAPS) que apresentarem os perfis exigidos pelo regulamento elaborado pelo núcleo duro da organização.

A informação foi avançada ao Novo Jornal pelo porta-voz da organização política que suporta o governo, Paulo Pombolo.

A decisão de ter autarcas oriundos das bases do partido foi tomada durante a 6.º sessão ordinária dos membros do Comité Central (CC) dos camaradas, que decorreu no sábado, 1, sob orientação do seu líder, João Lourenço.

No encontro, foi aprovada a resolução sobre a metodologia para a selecção e composição das listas de candidatos e do Regulamento para as Eleições Internas dos candidatos aos órgãos autárquicos.

Quanto ao regulamento para as eleições internas dos concorrentes do MPLA às eleições autárquicas, Paulo Pombolo disse que serão válidas as candidaturas de figuras que granjeiam a simpatia dos militantes de base nas diferentes zonas.

Ainda de acordo com as regras para ser autarca pelo MPLA, deverão primeiramente conquistar o apoio de 30 Comités de Acção do Partido, e ser um militante que respeita a disciplina partidária.

"O MPLA vai indicar os seus representantes através de eleições internas. Isso significa que os militantes que acham que podem concorrer devem fazê-lo com base nos princípios estabelecidos durante a reunião

do Comité Central realizada na sexta-feira passada", explicou Paulo Pombolo, sublinhando que "é preciso que o futuro candidato recolha 30 assinaturas nas organizações de base, sendo essa uma das condições fundamentais. E se não o fizer, não terá como concorrer".

O cidadão que queira ser edil através do Movimento Popular de Libertação de Angola, segundo a metodologia para a selecção e composição das listas de candidatos aos órgãos autárquicos do país, "tem de ser um militante assíduo, que participa nas actividades do partido a nível da base, que tem as quotas em dia, e que goze de alguma simpatia na localidade", referiu o secretário para a Informação do MPLA.

"Um secretário do CAP ou um militante normal que ache que pode ser o presidente da Câmara Municipal em representação do MPLA pode concorrer. Mas tem de seguir todos estes princípios que estão no regulamento. Primeiro tem de conquistar o apoio de 30 CAP e se estas organizações o apoiarem, ele pode apresentar a sua candidatura à comissão de verificação e validação das candidaturas", disse.

Paulo Pombolo avançou que, a partir de Agosto do próximo ano, o partido vai definir como serão apresentadas as candidaturas. Os futuros autarcas em representação do MPLA serão escolhidos por intermédio de eleições internas.

Para cada autarquia, segundo o regulamento aprovado pelo CC, três militantes vão disputar internamente a vaga através de conferências municipais do MPLA que serão realizadas em 2019. Quem for eleito será o candidato às eleições autárquicas de 2020.

Perfis dos candidatos conhecidos em breve

Os partidos da oposição anunciaram que, nos próximos dias, vão apresentar os requisitos principais para quem quiser ser autarca através destas forças políticas que pretendem partilhar poder com o MPLA.

A UNITA, segundo o seu secretário adjunto para as questões eleitorais, José Pedro Cachiungo, vai anunciar os requisitos das figuras que pretendam candidatar-se às autarquias, através da lista daquela formação política.

Falando ao Novo Jornal, o deputado informou que a apresentação será feita dentro de uma semana pelo líder da organização, Isaías Samakuva.

A CASA-CE está a trabalhar também no mesmo sentido e, segundo o seu coordenador para os

assuntos eleitorais, Justino Pinto de Andrade, em breve será conhecido o perfil da personalidade que ambicione ser autarca com apoio da coligação.

Entretanto, enquanto os partidos se preparam para as eleições autárquicas que se avizinham, o governo e a Assembleia Nacional continuam a trabalhar para a implementação do poder local.

Nesta quinta-feira, o executivo propôs ao Parlamento a redução do período de implementação das autarquias em todo o país, e solicitou uma alteração para permitir a participação de observadores internacionais nas eleições autárquicas.

O ministro da Administração do Território e da Reforma do Estado, Adão de Almeida, disse à imprensa, no final da reunião do Conselho de Ministros, que para as candidaturas a presidente de Câmaras foi estabelecido que o número vai variar em função da quantidade de eleitores que cada município tiver.

## 5.5 A proposta do executivo para as autarquias

*Novo Jornal*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Ismael Mateus*

O executivo aprovou esta semana a proposta de lei orgânica sobre as eleições autárquicas, que é o documento de base de todo o processo autárquico e deverá ser analisado e discutido pelos deputados.

Estão assim apresentadas as linhas mestras das eleições autárquicas na óptica do governo. No geral, é um documento sem surpresas e algumas das dúvidas geradas pela Constituição, mantêm-se. Uma delas é o âmbito territorial. A proposta do governo esclarece que: "Considera-se território da autarquia local o território do município, se ela for municipal, do conjunto de municípios, se ela for supramunicipal ou da Comuna ou Distrito Urbano, se ela for inframunicipal", Todas as hipóteses estão em aberto. Veremos o que a Assembleia Nacional vai determinar.

Diz a proposta do governo que "o registo eleitoral dos cidadãos é condição indispensável para o exercício do direito de votar", havendo por isso necessidade de clarificar se teremos um novo registo ou se será usado o registo eleitoral anterior e em que termos ele se aplica às eleições autárquicas. Em termos de capacidade eleitoral activa, podem ser eleitores, os cidadãos maiores de 18 anos que residam no território da autarquia local. No entanto, para ser

eleito presidente de Câmara pode ou não ser residente no município. Só depois, defende o governo, uma vez eleito, "o presidente de câmara deve obrigatoriamente" residir no território da respectiva autarquia local".

As autoridades tradicionais não podem ser eleitas para os órgãos das autarquias locais.

O sistema eleitoral proposto pelo governo é uma cópia do sistema atípico previsto pelos órgãos centrais, nomeadamente a indicação para presidente de câmara do cabeça de lista do partido político, ou do grupo de cidadãos mais votado. Apesar de o cabeça de lista vir a ser identificado, junto dos eleitores no boletim de voto, como prevê a proposta, convém precisar que não se trata de uma lista uninominal. São listas plurinominais como acontece com as eleições gerais.

A composição das assembleias depende do número de eleitores inscritos, variando de 25, nas autarquias com menos de cinquenta mil eleitores a 55, nas áreas com 500 mil ou mais eleitores.

Um documento fundamental é a proposta de lei de institucionalização das autarquias locais, documento que estabelece os critérios e regras afins relacionadas com a criação das autarquias, Compete ao parlamento aprovar e definir por lei a lista dos municípios e demais territórios nos quais devem ser institucionalizadas as autarquias. Diz o governo que a criação de novas autarquias locais tem lugar gradual e sequencialmente no início de cada novo ciclo eleitoral. O processo de institucionalização das autarquias locais em todos os municípios do país deve ser concluído num período não superior a 10 anos, após a realização das primeiras eleições autárquicas. Nos municípios que não venham a ser escolhidos para esta primeira fase, o executivo deve promover a criação de modo progressivo de condições infra-estruturais necessárias para a institucionalização das autarquias. O governo realça também que os municípios não seleccionados na primeira fase não ficam excluídos do processo gradual de transferência de competências, meios técnicos, humanos e financeiros, no âmbito da desconcentração administração e financeira.

No município ou território que venha a ser escolhido, devem ser realizadas um conjunto de acções preparatórias como a instalação do sistema de administração fiscal, do tribunal da comarca, dos equipamentos essenciais ao funcionamento dos órgãos executivo e deliberativo da autarquia, instalação de pelo menos uma agência bancária e da rede de telecomunicações que permitam o acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Estas condições técnicas abarcam também os recursos humanos: As futuras autarquias deverão ter no seu quadro de pessoal pelo menos um técnico superior nas áreas de especialidade essenciais ao funcionamento das autarquias. Caberá ao executivo implementar um programa de formação para os funcionários administrativos dos órgãos da administração local, para dotá-los de conhecimentos mínimos para o funcionamento das áreas e serviços municipais da autarquia.

Finalmente o governo também aprovou e vai submeter à assembleia nacional a proposta de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais. É nela que encontramos a definição dos órgãos das autarquias locais: nomeadamente a assembleia municipal como órgão deliberativo e o executivo, integrado pelo presidente e seus coadjuvantes. Dotada de poderes deliberativos, um órgão executivo colegial e presidente da autarquia. Uma vez mais é uma transposição do chamado modelo "atípico" que vigora ao nível central para a esfera municipal.

O plenário é o órgão supremo da Assembleia da autarquia local. A Assembleia reúne, em sessão ordinária, quatro (4) vezes ao ano, podendo reunir-se em sessão extraordinária para tratar de assuntos urgentes, sempre que convocada pelo seu presidente, ou, ainda, a requerimento de 1/3 dos seus membros em efectividade de funções ou do presidente da Câmara.

De acordo com o projecto de lei, a Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia, pelo seu presidente e, em situações devidamente fundamentadas, por um secretário da Câmara por si expressamente designado.

Como acima referimos, os poderes executivos são exercidos pela Câmara Municipal, que responde, politicamente, perante a assembleia. A Câmara Municipal é constituída pelo presidente, como órgão executivo singular e pelos seus coadjuvantes.

Estes podem ser desconcentrados, se forem, por exemplo, representantes do presidente da Câmara em comunas ou distritos urbanos ou auxiliares da actividade governativa, como são os casos dos secretários para as áreas temáticas. Segundo a proposta do governo, os vereadores serão, no nosso caso, tratados por secretários tal como os administradores dos distritos urbanos ou comunais. Os secretários da Câmara Municipal são nomeados e exonerados, livremente, pelo presidente da Câmara Municipal, perante quem são responsáveis e respondem por pelouros específicos de actividade, no âmbito de competências delegadas. O número de

secretários da Câmara Municipal varia em função do número de cidadãos eleitores registados na área da respectiva autarquia, designadamente até um máximo de 15 secretários da Câmara Municipal, para as autarquias com 500.000 eleitores ou mais; ou no mínimo, até 11 secretários da Câmara Municipal, para as autarquias com menos de 50.000 eleitores.

A Câmara Municipal terá dois órgãos consultivos, designadamente o Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade e o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

O Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade tem por objectivo apoiar o presidente da Câmara Municipal na apreciação e na tomada de medidas de natureza política, económica e social, no território da autarquia local. Na sua composição, incluem-se, entre outros, representantes dos partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores, com assento na Assembleia Municipal; das autoridades tradicionais; das Comissões de Moradores; do sector empresarial público e privado com sede no território da autarquia; das associações de camponeses; e das ONGs e igrejas.

## 5.6 Municípios com verbas para combate à pobreza

*Jornal Visão*

*7 De Dezembro de 2018*

O incremento está maioritariamente nos municípios. Todas as províncias tiveram incrementos de verbas em termos de despesa social, principalmente para a saúde, programa de combate à pobreza e acções de carácter social", disse.

Aia Eza da Silva, que falava durante o debate na especialidade do OGE, explicou que as verbas para os municípios começaram a ser atribuídas no âmbito do programa de combate à pobreza.

A ideia, segundo a secretária de Estado do Orçamento, é preparar os municípios para que possam enfrentar o processo das autarquias e torná-los o mais independente possível da execução central.

De salientar que no âmbito da execução da verba mensal dos recursos consignados especiais de KZ25.000.000, 00 (Vinte e Cinco Milhões de Kwanzas), foi disponibilizado um montante de KZ16.400.000.000 (Dezasseis Mil e Quatrocentos Milhões de Kwanzas), à todos os municípios do País, representando um valor de KZ100.000.000,00 (Cem Milhões de Kwanzas) por município.

Até à data foi executado o valor total de KZ13 379 690151 (Treze Mil, Trezentos e Setenta e Nove Milhões, Seiscentos e Noventa Mil, Cento e Cinquenta e Um Kwanzas), representando uma execução de 80% do valor disponibilizado.

O referido Orçamento que, ultrapassa os 9,6 biliões referentes ao exercício económico anterior, foi elaborado com base numa referência de 68 dólares por barril de petróleo e projectado a partir dos 83 programas previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para o período 2018- 2022, tendo como principal pressuposto o relançamento da economia nacional.

Distribuído por sectores, este orçamento prioriza as vertentes sociais como a Educação e a Saúde em favor das quais foram atribuídas cifras significativas que representam sete e seis por cento, respectivamente, do total do Orçamento, estando assim alinhado com as recomendações das Nações Unidas segundo as quais deveria ser atribuída uma quota de 10 por cento aos referidos sectores.

## 5.7 Governo propõe 2020, 2025 e 2030 para a sua realização

*Jornal 24 Horas*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Japer Kanambwa*

O comunicado final da reunião do Conselho de Ministros, o Governo propõe aos deputados à Assembleia Nacional uma redução do período de implementação das autarquias a nível nacional, e uma alteração para permitir também a participação internacional de peritos no processo eleitoral autárquico, contrariando a versão inicial submetida à consulta pública, que previa apenas observadores eleitorais nacionais.

Segundo o ministro da Administração do Território e da Reforma do Estado, Adão de Almeida, em declarações à imprensa no final da reunião, para a subscrição para as candidaturas a presidente da câmara ficou definido que o número vai variar em função do número de eleitores de cada município, quando, na proposta inicial, o número de subscrições era de 500 a 550 cidadãos residentes no município.

Assim sendo, a proposta do Governo contempla também um mecanismo que salvaguarda o equilíbrio na participação do género, segundo o ministro. "Consagrou-se o princípio da representação equilibrada do género nas listas para as assembleias municipais e abriu-se a possibilidade de o Executivo aprovar mecanismos de premiação de candidaturas

que consigam fazer eleger pelo menos 40 por cento de mulheres nas suas listas", afirmou.

Adão de Almeida informou que, de acordo com esta proposta, não é permitido às autoridades tradicionais concorrerem a órgãos das autarquias locais, por fazerem parte do grupo de inelegíveis, garantindo, no entanto, que fica salvaguardada uma participação permanente destas autoridades e de comissões de moradores nas assembleias das autarquias locais.

"A proposta apresentada estabelece que, além dos membros eleitos para as assembleias das autarquias locais, possam também fazer parte delas representantes de autoridades tradicionais com direito à palavra e à participação em todas as assembleias municipais, por um lado, e, por outro lado, representantes de comissões de moradores que também passam a indicar individualidades que participarão nas assembleias", declarou.

O ministro da Administração do Território defendeu que a proposta de legislação autárquica representa "o modelo adequado à realidade" nacional e explicou que o pacote, depois de terminada a consulta pública, consagra o princípio da separação de poderes e garante a participação das autoridades tradicionais e das comissões de moradores, realçando que o processo elimina a possibilidade de o Executivo interferir nas nomeações, em caso de vacaturas, que deverão ser assumidas pelo segundo elemento da lista ou por alguém da assembleia municipal.

O responsável ressaltou, por outro lado, que neste pacote legislativo é proposto que o poder autárquico passe a tutelar o ensino pré-escolar e primário, a gestão dos postos e centros médicos e hospitais municipais, a produção e distribuição de energia eléctrica até cinco megawatts, a construção e reabilitação de vias secundárias e terciárias.

"Mas os recursos humanos terão dependência das estruturas centrais", afirmou, lembrando que há também uma proposta que determina o regime financeiro e de taxas para as autarquias.

## 5.8 UNITA projecta autarquias para combater assimetrias

*Jornal de Angola*

*11 De Dezembro de 2018*

A UNITA no Cuanza -Norte está empenhada na capacitação dos militantes sobre as estratégias do partido viradas para a criação de uma lei sobre autarquias que assegure a eliminação das assimetrias

regionais e desigualdades entre os cidadãos, afirmou o secretário provincial do partido, Francisco Falua.

O político fez as declarações na sexta reunião ordinária do comité provincial do partido, lembrando que entre as prioridades da UNITA na região destaque para a formação e preparação dos militantes sobre as vantagens da implementação das eleições autárquicas de forma simultânea em todos os municípios do país.

A UNITA já tem estratégias para a publicitação das vantagens das autarquias em todo o território nacional, numa altura em que a organização já conta com representações nos dez municípios do Cuanza - Norte e na maioria das sedes comunais, onde tem criadas bases políticas, sobretudo de mobilização de novos membros para as suas fileiras.

Francisco Falua criticou a proposta gradual para a implementação do processo autárquico por constituir uma medida que promove as assimetrias e eleva o crescimento desigual dos municípios do país.

O encontro em que participaram delegados dos dez municípios do Cuanza -Norte também analisou o actual nível de crescimento económico da província e o reforço da cooperação com as igrejas para adopção de estratégias conjuntas de resgate dos valores morais e cívicos da sociedade.

A problemática do aumento dos níveis de infecção do VIH-Sida na província, considerada a terceira mais infectada do país, o fenómeno da criminalidade e o desemprego no seio da camada juvenil constituíram também temas do encontro, que aprovou o relatório de actividades do partido referente ao presente e ao próximo ano.

## 5.9 Especialistas analisam finanças autárquicas

*Jornal de Angola*

*10 De Dezembro de 2018*

*Texto: Edna Dala*

O núcleo de especialistas em Finanças Autárquicas promoveu sábado, na sede do IFAL, uma tertúlia para reflectir sobre os desafios financeiros actuais e futuros no âmbito da realização das locais autarquias gerais previstas para 2020.

A vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda para a Área Económica, Financeira e Orçamental, Amélia Rita, disse que o encontro permitiu reflectir sobre o financiamento local e como

é que se processa a atribuição dos recursos aos municípios.

A responsável reforçou que a interacção entre as administrações municipais, governos provinciais e o Governo central na distribuição dos recursos financeiros para se fazer face às despesas de carácter local, deve afinar um mecanismo funcional e abrangente.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, Amélia Rita disse que as pessoas querem conhecer como é que decorre o processo de desconcentração e descentralização administrativa e financeira, visando a implementação das autarquias.

O núcleo, informou, manifestou interesse em saber como é que isso vai se processar. "De que forma é que o poder local está a reagir para a recepção destas novas responsabilidades e como é que o Governo Central está a lidar com a situação derivada da cedência de algumas competências na afirmação do poder local?", questionou. Toda a mudança gera alguma resistência e vão surgir alguns constrangimentos, referiu Amélia Rita.

## 5.10 As autarquias e a venda de ilusões

*Jornal de Angola*

*13 De Dezembro de 2018*

A Constituição da República define as Autarquias como "pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações".

O elementar em todo esse processo, cujas discussões, debates e processo legislativo já começou, é que as explicações passadas às populações relativamente às autarquias sejam claras, exactas e proporcionais ao que as pessoas precisam de saber e esperar.

Com as autarquias pretende-se, basicamente, que o "conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional", enquanto autarquias, sobrevivam apenas com as próprias actividades, que sejam auto-suficientes. É essa, fundamentalmente, a ideia que deve ser passada às populações, aos militantes e à base eleitoral de cada partido político, em vez do discurso confuso e prejudicial para o processo, que mais se assemelha à venda de ilusões.

As estratégias que alguns partidos políticos estão a usar para publicitar não apenas o que vão fazer com as autarquias, mas também sobre o que trarão as autarquias, equivale à publicidade enganosa. Quem é que está a dizer que com as autarquias se vão resolver todos os problemas, como se a mesma fosse uma varinha mágica por via da qual as circunscrições administrativas que passarão a autarquias resolverão tudo?

Quando a UNITA, pela voz do seu delegado provincial no Cuanza Norte, diz que o seu partido capacita os seus militantes e trabalha para que as autarquias venham assegurar a eliminação das assimetrias regionais, é completamente ilusório. Em qualquer parte do Mundo não existem países com regiões simétricas do ponto de vista das dinâmicas económicas, sociais, culturais e outras, nem se espera que o processo autárquico alguma vez contrarie essa realidade.

As assimetrias regionais não se eliminam, mas reduzem-se à medida que o poder local se autonomiza, se torna auto-suficiente e que, com recursos próprios, contribui para o desenvolvimento, bem-estar e satisfação das suas colectividades. Não é recomendável que os dirigentes partidários, pessoas com responsabilidades acrescidas no cenário político angolano, vendam a ideia, absurda até certo sentido, de que com as autarquias se acabarão todos os males. Quase todos os dias, ouvem-se agentes políticos a relacionarem quase tudo o que constitua hoje um desafio de determinadas comunidades às autarquias, quando a ideia predominante deve ser a da autonomia, ou seja, a de contarem consigo mesmas para resolverem os seus problemas. Tudo o resto deve ser enquadrado como consequência de um processo que deve ser bem explicado às populações para que, passado algum tempo, as mesmas não venham a sentir-se enganadas pelos políticos.

## 5.11 Administrações obrigadas a apresentar Plano Director

*Jornal de Angola*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Mazarino da Cunha*

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação vai fiscalizar as administrações municipais e responsabilizar os gestores que não elaborarem o Plano Director Municipal em tempo útil, disse ontem, no distrito de Cabo Ledo, município da Quiçama, em Luanda, o secretário de Estado para o Ordenamento do Território. Manuel Pimentel.

Falando na primeira jornada técnica do Governo Provincial de Luanda, Manuel Pimentel justificou a medida como forma de tornar eficaz a implementação do processo de desconcentração e descentralização em curso no país. Até ao momento, frisou o responsável, dos nove municípios que compõem a província de Luanda, Viana, Icolo e Bengo e Quiçama são uns únicos que apresentaram e estão em fase de aprovação os seus respectivos Planos Directores. O secretário de Estado para o Ordenamento do Território disse que os actuais problemas sociais, técnicos e de infra-estrutura que afectam a província de Luanda devem-se à inexistência de Plano Director Municipal.

Manuel Pimentel alerta que caso não se conclua os demais planos directores, as administrações municipais vão continuar a ter as mesmas dificuldades, no fornecimento de energia, água, saneamento básico, mobilidade rodoviária, demográfica e de outros serviços públicos destinados às populações. Na visão do secretário de Estado para o Ordenamento do Território, a realização das primeiras jornadas técnicas vai impulsionar as administrações municipais a elaborarem as suas políticas e estratégias de acordo com a realidade social e geográfica.

O vice-governador de Luanda para os Serviços Técnicos e Infra -estruturas, José Paulo Kai, disse que, em relação as demais províncias, Luanda tem dado passos seguros e lidera o processo de municipalização dos serviços, com vista à implementação das autarquias locais.

Para uma acção mais dinâmica nas políticas que visam dar resposta aos problemas dos municípios, José Paulo Kai defendeu como prioridade a requalificação dos bairros e o melhoramento no fornecimento de energia eléctrica e água potável às populações.

Sob o lema "Descentralização e Desconcentrar para Melhor Governar", o encontro vai definir estratégias técnicas com o objectivo de pôr fim a ocupação ilegal de terrenos, a falta de saneamento básico, energia e água e o melhoramento das vias secundárias e terciárias e requalificação dos bairros.

O encontro, que termina hoje, debateu ontem temas sobre "Ordenamento do Território e seus efeitos", "Municipalização dos Serviços de Saneamento do Ambiente", e "Estratégias para melhoria das Infra -estruturas de Transportes Públicos e da Mobilidade de Luanda". Nele participam membros do Executivo, administradores municipais, distritais e comunais.



## 5.12 Sobas devem ser interventivos

*Jornal de Angola*  
17 De Dezembro de 2018

As autoridades tradicionais devem ter maior intervenção na identificação dos problemas que afligem as populações para permitir ao Governo resolvê-los de forma gradual, defendeu ontem, em Ondjiva, o governador provincial do Cunene, Vigílio Tyova.

O governante, que falava num encontro com as autoridades tradicionais dos seis municípios que compõem a província do Cunene, referiu que os sobas e seculos são interlocutores válidos junto das comunidades e conhecem melhor as dificuldades locais.

Vigílio Tyova disse que o Governo precisa ter parceiros fortes e dinâmicos e os sobas podem reforçar a informação ao Governo sobre questões ligadas ao acesso a água potável, energia eléctrica, educação e saúde.

O governador enalteceu o trabalho prestado pelas autoridades tradicionais nas comunidades locais, o que tem vindo a contribuir na efectivação cada vez maior da governação participativa e inclusiva.

Durante o encontro, os sobas comprometeram-se a prestar todo o apoio ao Governo da província, com vista à solução de vários problemas das populações e contribuir para o desenvolvimento da região.

A província do Cunene possui seis municípios, 20 com unas, 273 aldeias e uma população estimada em 965 mil 288 habitantes.

## 5.13 Mais um passo rumo ao contestado gradualismo

*Jornal Folha 8*  
15 De Dezembro de 2018  
Texto: Sedrick de Carvalho

A primeira - sobre a institucionalização das autarquias locais "estabelece os princípios e regras para selecção inicial dos municípios" a serem escolhidos para a primeira fase de implementação das autarquias. Ou seja, é a proposta que, ao ser aprovada no parlamento, como certamente será, consuma o contestado gradualismo geográfico.

Estamos, assim, a um passo do cumprimento de mais uma política de exclusão que caracteriza o longo governo do MPLA. Estão excluídas, à partida, as contribuições da sociedade civil e partidos na

oposição que vezes sem conta recomendaram a implementação das autarquias em todo o território nacional, mas sobretudo e mais grave a exclusão de milhões de munícipes que terão de aguardar até quinze anos para serem iguais aos outros perante a constituição e a lei, prazo previsto na proposta para concluir a sua implementação, ou dez anos segundo declaração de Adão de Almeida, ministro da Administração e Território, no final da sessão do Conselho de Ministros.

Ta referida proposta estão estabelecidos os critérios para a escolha dos primeiros municípios para o que o governo denomina "experiência inicial". Ora, uma autarquia não é uma "experiência". Esse conceito se enquadra na argumentação institucional de justificação ao gradualismo territorial, alegando que será preciso ver como os primeiros autarcas vão gerir as autarquias para só depois ser decidida a extensão para outros municípios. À letra, pressupõe que se a "experiência inicial" correr mal, como é possível em qualquer experiência, então a implementação das autarquias será cancelada. Tão creio que seja por aí que o governo vai enveredar, sendo mais uma "força de expressão" transcrita que deve ser corrigida pelos deputados no parlamento. Não deverá existir pretensões de recuo face ao vergonhoso atraso nessa matéria. Talvez seja melhor denominar por "implementação inicial".

Há seis grupos de critérios para serem escolhidos os municípios para a "experiência inicial". Esses critérios determinam que alguns municípios só serão candidatos a "experiência inicial" se tiverem "um historial de capacidade de arrecadação de receita de pelo menos 15% face à média da despesa pública orçamental nos últimos três anos". Sendo três anos anteriores às autarquias, então será necessário apresentar-se relatórios exaustivos das receitas arrecadadas pelas actuais administrações municipais, órgãos do executivo. Exemplifiquemos: para que o município do Cazenga esteja entre a "experiência inicial" prevista para 2020 terá de provar que em 2017, 2018 e 2019 arrecadou 15 por cento da média das despesas públicas que fez nesses mesmos anos. Se for seguido à risca, e perante o desvio de cinco mil milhões de dólares por agentes públicos entre 2016 e 2017, que mostra a continuidade do saque sem pudor, Cazenga arrisca-se a não servir para a "experiência inicial". Porém, em consequência, o ex-administrador Tany Narciso, apontado como o principal comerciante do município, deverá ser encaminhado às barras do tribunal, pois as receitas fiscais, segundo denúncias, foram maioritariamente desviadas para as suas contas pessoais.

O critério quanto ao número de habitantes terá graves implicações nos municípios das províncias

com população inferior a dois milhões. Porém, importa frisar que os outros critérios alargam a possibilidade de mais municípios, senão todos mesmo, estarem dentro dos padrões exigidos para a implementação das autarquias, pois a proposta prevê "experiência inicial" também em alguns municípios "independentemente da sua capacidade de arrecadação de receita". Há margem legal, se for aprovada como está, para que os municípios reclamem a implementação nas suas localidades independentemente dos municípios que o parlamento, certamente por indicação do governo, venha a aprovar para a "experiência inicial". Portanto, o modelo moçambicano seguirá, o que deverá aprofundar as assimetrias regionais. Especialistas moçambicanos estiveram em Luanda e desaconselharam o governo a adoptar o gradualismo geográfico. Quem também desaconselha é José Ribeiro e Castro, advogado e ex-presidente do partido português CDS-PP, num artigo intitulado "Autárquicas: a lição de Moçambique para Angola" publicado no jornal Vanguarda.

Ribeiro e Castro elenca vários problemas no processo autárquico gradual em Moçambique, país que em 20 anos apenas conseguiu implementar as autarquias em 58 municípios, "Penso que o gradualismo geográfico piora as coisas, porque é filho de uma concepção do castelo do Poder': há um partido dominante, centralista, senhor do castelo altaneiro, de que vai libertando umas parcelas para o povo se entreter. Esta visão da descentralização agudiza os conflitos, não os atenua. Os concorrentes estão sempre a olhar para o castelo do Poder', em vez de se focarem exclusivamente nas responsabilidades autárquicas que vão assumir e partilhar, por todo o país ao mesmo tempo, para serviço das populações", diz o advogado.

Olhando para Moçambique, Ribeiro e Castro acredita que esse exemplo só pode significar que o país do Indico está a dizer a Angola: "Façam melhor do que nós." E realmente Angola pode fazer melhor em todos os aspectos, e tem Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e também Portugal como melhores exemplos. Mas a exclusão e arrogância impera.

Quanto à proposta de lei orgânica sobre a organização e funcionamento das autarquias locais, abordaremos noutra ocasião, a começar pelos longos cinco anos de mandato autárquico.

## 5.14 As autarquias e a defesa do ambiente

*Jornal de Angola*

*15 De Dezembro de 2018*

*Texto: Joaquim Camacho*

A degradação de recursos naturais e das condições de vida de boa parte da população é hoje um problema muito sentido, designada mente em várias regiões do país. Na verdade, é conhecida a tendência de os governos e empresas privadas gizarem projectos de construção de fábricas (indústrias e barragens eléctricas) com consequências desastrosas para o ambiente e, conseqüentemente, os problemas ecológicos que isso acarreta às populações que habitam essas áreas. As preocupações ecológicas nos tempos que correm estão na agenda de todos os Estados. Nestes termos, com a institucionalização das autarquias locais, torna-se urgente, no âmbito das suas competências e atribuições, fazer um esforço real no domínio do saneamento básico, da criação de zonas verdes ou do ordenamento racional do seu território. Entretanto, e porque se trata de um problema importante para as populações, torna-se necessário prestar uma atenção crescente aos problemas do meio físico e seu ordenamento. Na verdade, a degradação do ambiente é um problema real, designadamente nas sociedades industriais ou em vias de industrialização, quer devido à intensa exploração dos recursos naturais e a sua transformação, quer devido à grande concentração das populações em áreas limitadas. Ambos os processos, que actuam por vezes simultaneamente nas mesmas áreas, atingem os recursos naturais, quer físicos quer biológicos, provocando efeitos imediatos como a destruição do relevo geográfico, redução e poluição dos recursos aquíferos, climatéricas, a destruição dos solos agrícolas, a destruição de espécies animais e vegetais, o aumento de incidência de certas doenças que atacam os animais e as plantas cultivadas e mesmo perturbações no comportamento das pessoas.

No seu conjunto estes efeitos aparecem duma maneira muito nítida ao nível da vida quotidiana, quer nas cidades quer nos campos, traduzindo-se numa série de problemas concretos.

A resolução de parte importante desses problemas depende do poder central e do próprio sistema político, económico e social que vier a ser adoptado pelo nosso país. A política económica, os investimentos industriais e energéticos, a gestão dos recursos hídricos, a política de pescas, o turismo, o ordenamento territorial, a defesa do solo agrícola, etc, deverão ter em conta, como uma das suas componentes essenciais, a necessidade de preservação do meio físico. Em relação aos problemas que dependem do Poder Central, caberá ao Poder Local democrático, a partir do conhecimento profundo da sua área de jurisdição e actuação, reivindicar as melhores soluções. Em relação a outros problemas, que dependem directamente das autarquias, cabe às autarquias democráticas, na sequência do trabalho realizado, dar uma crescente atenção a tais problemas, no sentido de que venham a ser resolvidos. Vejamos então quais os principais problemas que se colocam:

A maior parte dos 164 municípios do país são atingidos por problemas de água, quer quanto à quantidade disponível, que se vai reduzindo, quer quanto à qualidade, que se vai deteriorando, tornando-se por vezes imprópria para qualquer uso. A quantidade de água reduz-se sobretudo devido à exploração a grandes profundidades pelas indústrias, garimpo de água para fins lucrativos por parte de pessoas e empresas e à destruição das nascentes pelo corte das matas, etc, etc.

Quanto à degradação da qualidade, ela resulta sobretudo do lançamento nos terrenos, nos cursos de água e no mar dos efluentes industriais, dos esgotos urbanos, de excedentes de produtos agro-químicos, do escurrimto das lixeiras urbanas.

Outro problema é o da poluição da atmosfera. Muitas populações que habitam próximo de grandes centros industriais e urbanos são afectadas, às vezes de forma grave, pela poluição atmosférica provocada pelos gases e poeiras das fábricas, pelos gases dos esgotos e lixeiras, pelas concentrações de tráfego de automóveis e pelos ruídos. Refira - se ainda os problemas do solo. Como é sabido e consabido, as sociedades rurais e urbanas são atingidas diferentemente por problemas relacionados com o uso do solo, mas que num caso e outro se tem agravado.

A falta de terrenos para fixar habitação; a falta de terrenos para exercício das funções sociais e de lazer; a erosão, os incêndios e a destruição dos terrenos agrícolas são alguns dos mais graves problemas existentes, os quais contribuem seguramente para acelerar fenómenos de desertificação latentes ou já em curso em algumas regiões do país.

Finalmente, refira-se os problemas de "imagem". São problemas igualmente importantes, ainda que frequentemente marginalizados, que resultam da destruição do quadro em que as pessoas vivem, em especial da destruição dos conjuntos urbanos e monumentos e da destruição das paisagens.

O controlo destes factores, que afectam as condições de vida das populações e contribuem para o agravamento dos problemas económicos em geral, exige uma série de intervenções, das quais destacamos o controlo da localização das indústrias; garantia de tratamento dos efluentes industriais; controlo da ocupação urbana do território; programas de saneamento básico; preservação do património vegetal e controlo das explorações florestais; racionalização dos sistemas agro-pecuários; preservação dos valores culturais e paisagísticos.

Através do controlo destas situações concretas será possível assegurar o mínimo de protecção do ambiente. Assim se define um conjunto de medidas cautelares, sempre mais económicas, a ter em conta na gestão autárquica.

Em muitos casos é necessário ir além das medidas cautelares e programar intervenções tendentes a recuperar situações degradadas. A protecção do ambiente fundamenta-se, no entanto, nos programas preventivos, mais económicos e eficientes. Os programas de recuperação são tecnicamente complexos e muitas vezes economicamente inviáveis.

O conjunto de medidas tendentes a salvaguardar o ambiente integra-se normalmente na planificação de actividades dos órgãos autárquicos. O instrumento mais eficaz dessa planificação será o Plano Director Municipal.

As condições básicas que conduzem à degradação do ambiente resultam em princípio de factores colectivos, como a migração para as cidades e as necessidades de desenvolvimento industrial, mas dependem, nos seus aspectos concretos, de pressões exercidas pelas empresas dos sectores industrial, da construção civil, etc.

Muitas vezes o agente de transformação do ambiente identifica-se com uma empresa com apoio do Poder Central ou é o próprio Poder Central através dos seus organismos.

Nestas condições, as autarquias não só têm de dispor de programas bem definidos que lhes permitam um controlo efectivo do meio, como têm de enfrentar poderosos aparelhos de pressão.

Por outro lado, as tarefas que as autarquias possam realizar por si, exigem frequentemente meios

financeiros que nem sempre estão ao alcance do orçamento do município. Para a realização dos objectivos correspondentes à preservação e regeneração do ambiente, o Poder Local dispõe dos meios legais, fundamentados na legislação existente, e dos meios financeiros próprios e das empresas instaladas no município. Dispõe também da sua capacidade reivindicativa e do apoio das populações cujos interesses irá defender junto do Poder Central.

Entre os principais meios dependentes da lei geral refira-se a lei da protecção dos solos, as leis de protecção de áreas demarcadas, as leis de protecção de conjuntos ou espécies arbóreas e as leis de controlo do consumo das águas (só para alguns municípios). Por outro lado, os municípios dispõem de poder e autoridade para recusar a instalação, em território sob sua jurisdição, de actividades que possam prejudicar a economia local ou as condições de vida das populações. Em suma, as autarquias têm o direito de administrar partes significativas do seu território. A eficácia da legislação de protecção de solos, da natureza e do ambiente depende frequentemente de uma maior intervenção das autarquias.

Quanto aos meios financeiros, sabe-se que as verbas ao dispor dos municípios, apesar das limitações arbitrarias impostas, têm sido utilizadas nos municípios mais progressivos para melhorar as condições de vida das populações em aspectos relacionados com as infra-estruturas e o equipamento. Para investimentos muito elevados, como por exemplo estações de tratamento de esgotos ou de lixo, é curial estabelecer acordos com municípios vizinhos para reduzir os investimentos e viabilizar as iniciativas.

Em casos excepcionais e bem definidos, as autarquias podem exigir às empresas que pretendam instalar-se no território do município que suportem os encargos das infra-estruturas ou outros melhoramentos relacionados com as condições de instalação, e assegurar a sua realização através de fianças.

A mobilização de todos os meios, de acordo com programas bem definidos e o apoio das populações permanentemente informadas dos objectivos dos órgãos autárquicos, confere-lhes um poder de iniciativa que permitirá, em muitos casos, inverter o processo de degradação do ambiente em curso e iniciar a sua regeneração.

Por outro lado, torna-se mister e evidente que o reforço dos meios financeiros das autarquias e das suas competências legais será, em geral, uma importante medida de defesa do ambiente.

Resumindo e concluindo, as autarquias democráticas darão uma crescente atenção aos problemas do ambiente, quer aproveitando integralmente os meios existentes, quer reivindicando mais meios e competências, quer reivindicando à cabeça das lutas das populações, que o Poder Central assumira as suas específicas responsabilidades na defesa de um meio físico saudável e equilibrado.

## 5.15 A visão económica das autarquias

*Jornal Economia e Finanças*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Sabino da Conceição*

Volvidos 121 dias do termo da consulta pública em todo o território nacional para a implementação das autarquias em Angola, processo organizado pelo Executivo angolano através do Ministério da Administração do Território, a agenda política para a implementação das autarquias vem cumprir com o imperativo constitucional no seu Artigo nº 164 sobre a Organização e Funcionamento do Poder Local e da participação dos cidadãos no seu exercício.

Foram submetidos para a consulta pública seis propostas de Leis estruturantes que conformam o suporte legal do processo de institucional das autarquias locais em Angola, nomeadamente: Lei de Tutela Administrativa; Lei de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais; Lei da Institucionalização das Autarquias Locais; Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais; Lei Orgânica das Eleições Autárquicas e Lei das Finanças Locais.

Após vários meses do encerramento da auscultação sobre a implementação das autarquias, constata-se que grande parte da sociedade foi influenciada por diversos analistas que encaram as autarquias numa espécie de "varinha mágica", que deverá alavancar o desenvolvimento dos municípios, muitos deles ainda defendem a sua implementação generalizada a nível de todo o território nos 164 municípios, por uma questão de salvaguardar o princípio da igualdade.

No entanto, o momento é cativante para o realismo e é abominável para o romantismo, é extremamente preocupante a visão angular que se disseminou em torno do dossier autarquias locais, os debates aflorados foram dominados pelas abordagens e inquietações meramente políticas e legalistas, em que as atenções estiveram concentradas fundamentalmente no Artigo 242, que despertou interpretações subjectivas em diferentes especialistas

sobre a problemática do gradualismo funcional ou geográfico.

Expandiu-se a ideia de que a perspectiva gradativa das autarquias irá beneficiar alguns municípios e prejudicar os restantes, condenando-os para o eterno atraso do desenvolvimento económico social e contínua subordinação do poder central.

O jogo político para a ascensão do poder local teve uma grande relevância na movimentação dos opinion makers, a visão subjectiva dominou a visão objectiva, esqueceu-se completamente das variáveis endógenas e exógenas que podem condicionar os resultados pretendidos na implementação das autarquias locais em Angola.

É ponto assente que o actual modelo de governação centralizado em vigor em Angola apresenta inúmeras insuficiências, perante administrativo e financeiros, o que eleva o hiato entre os problemas identificados e o timing da sua resolução, ou seja perante um problema identificado num determinado município, o tempo necessário para a tomada de decisão visando a sua resolução é exageradamente elevado. A concentração excessiva do poder retarda a capacidade de resolução dos problemas económicos e sociais de forma célere, e por esta razão recomenda-se a transferência de poderes para um ente público com maior proximidade nas populações, e neste caso as autarquias locais apresentam-se como o melhor instrumento político versado a uma governação participativa dos cidadãos a nível local.

O desafio da implementação das autarquias locais em Angola na visão económica é reorganizar e harmonizar o actual modelo de desenvolvimento económico, social e territorial a nível local, mitigação da problemática das assimetrias de desenvolvimento, aceleração do processo produtivo local, desconcentração populacional em determinados centros urbanos e eficiência da administração pública a nível local com aproximação do centro de decisão à população.

Os debates realizados diluíram as opiniões públicas apenas na perspectiva da sustentabilidade política e jurídica das autarquias, esqueceu-se da sustentabilidade económica, financeira e fiscal. Não foi suficientemente discutido se o país pretende implementar um modelo autárquico assente na sustentabilidade ou insustentabilidade económica e financeira, os municípios autárquicos ao gozarem de autonomia administrativa e financeira terão realmente poder financeiro de resolução dos problemas económicos e sociais que os afligem ou dependerão cronicamente de transferências do Governo central? A proposta da Lei das Finanças Locais no seu Artigo

30 no primeiro ponto faz menção que as autarquias locais têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respectivos órgãos", ainda no mesmo artigo no segundo ponto referencia que a autonomia financeira das autarquias locais assenta na aprovação.

## 5.16 Localização do Reino

*Jornal O PAÍS*

*16 De Dezembro de 2018*

O Alto Zambeze é um dos municípios da província do Moxico, cuja sede se encontra na vila de Cazombo. O município possui uma área de 48 mil e 356 km<sup>2</sup> e cerca de 20 mil habitantes.

A municipalidade é composta pelas comunas de Cazombo, Kavungo, Kaianda, Lóvua, Kalunda, Macondo e Lumbala-Kakengue. Mas actualmente, os nativos desta região não poupam esforços para inserir, na lista da composição, os territórios de Lucusse e Kamanongue e outros, alguns dos quais se justifica pela conversão de nomes.

Quanto aos limites, a circunscrição faz fronteira com a República Democrática do Congo e Zâmbia, respectivamente a Norte e Leste, sendo que, a Oeste, divide os limites com os municípios de Bundas, Lumeje e Luacano. Não faltam líderes locais que integram estes municípios na constituição do Reino do Luena.

## 5.17 Legislação autárquica atarefa deputados em 2019

*Jornal O PAÍS*

*16 De Dezembro de 2018*

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, informou nesta Sexta-feira, em Luanda, que a discussão do pacote legislativo sobre autarquias será o principal desafio do parlamento em 2019.

Trata-se de um conjunto de diplomas que inclui as leis orgânicas da Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, das Eleições Autárquicas, da Institucionalização das Autarquias Locais, das

Finanças Locais e Transferências, bem como das Atribuições e Competências para as Autarquias Locais.

Segundo Fernando da Piedade Dias dos Santos, que falava na cerimónia de cumprimento de fim-de-ano, nesse processo estão criadas as condições para o contínuo cumprimento da missão do parlamento.

Sublinhou o facto de alguns dos diplomas do pacote sobre autarquias já estarem em posse da Assembleia Nacional.

Para o ano de 2019, o presidente da Assembleia Nacional pede perseverança, serenidade, determinação dos membros do parlamento.

"Vamos continuar a lutar, tendo em conta as nossas limitações no sentido de irmos minimizando as dificuldades", avançou.

Após aprovação final global do OGE 2019, nesta Sexta-feira, os deputados à Assembleia Nacional observam uma pausa parlamentar de 20 de Dezembro de 2018 a 15 de Janeiro de 2019.

## 5.18 “As autarquias não devem ser monopolizadas pelos partidos políticos”

*Jornal Manchete*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Moreira Mário*

Em que vertente se apresenta o Projecto Agir?

É um projecto essencialmente jovem no sentido de buscar a participação do cidadão na implementação do processo das autarquias locais em Angola.

Este é o principal objectivo da organização?

Por outro lado, é importante referir que o Projecto Agir defende que os cidadãos, independentemente da sua filiação partidária, fossem tidos e achados no processo autárquico de acordo com as suas competências e influências, porque na vida pública enquanto uma sociedade livre e democrática, este processo não pode ser monopolizado pelos partidos políticos.

Há quantos anos existe o projecto?

Projecto Agir é uma sequência de eventos anteriores, pelo que estamos na vida pública desde 2014.

Em 2015 tivemos a nossa primeira intervenção pública devido ao "Processo 15+2": em que muitos jovens activistas opositores ao partido no poder, passaram por um método que todos conhecemos. Porém, ressurgirmos em 2018 mais estrutura do e mais compacto no sentido de participarmos de modo independente do processo autárquico.

Que alusão faz quanto aos preparativos deste processo no país?

A iniciativa do Presidente da República em cumprimento do artigo 218 para o lançamento das autarquias locais em Angola é bem-vinda. Mas estamos a ver que o debate sobre o processo autárquico começou a ser monopolizado pelos partidos políticos. Por esta razão entendemos que muito ainda precisa ser feito para que a sociedade perceba, afinal de contas o que é isso de autarquias, que valência poderá trazer esse processo na vida completa das pessoas?

Nesse caso...

Nesse caso é necessário fazer com que as autarquias produzam riqueza local, que poderá resolver os problemas identificados localmente.

Que tem a dizer em relação a posição do MPLA, que defende o princípio do gradualismo na implementação das autarquias?

O Projecto Agir compreende que a Constituição da República deve estar acima de tudo e que o processo autárquico não pode ser visto como um espaço de estratégia partidária. Ou seja, o interesse nacional deve prevalecer. O artigo 242 que lança o princípio do gradualismo no seu número 1, não deve ser lido de forma desconstruída no artigo 219 que lança também as atribuições do fundo... O gradualismo que a Constituição se refere é no âmbito da atribuição das competências, sendo este processo uma experiência nova, os autarcas não terão todos os dossiês integral num único momento. Então vão dominando os dossiês gradualmente, é isto que o elemento segundo do gradualismo se refere.

Qual a sua opinião sobre a questão do gradualismo geográfico?

Precisamos referir que o Executivo eleito em 2017 só tem legitimidade para definir as nossas vidas até 2022, pelo que tudo que for definir depois desse ano se torna ilegítimo. Logo, se o Executivo entendeu que as autarquias são um desafio para 2020, então deve fazê-lo dentro do seu mandato. Sabemos que foi o Presidente João Lourenço, quem efectivou o objecto de lançamento das autarquias em Angola. Mas a ideia de esquivarmos para o gradualismo geográfico poderá ser perigoso enquanto país, e podemos entrar numa linha em que como nação sairemos todos aborrecidos. Por outro lado, a única experiência do gradualismo geográfico que nos fazem alusão, como o de Moçambique, é pior exemplo que existe no mundo. Eles próprios reconheceram que foi um fracasso. Então era bom que partíssemos para experiências mais válidas como de Cabo Verde, por exemplo.

Independentemente dos exemplos daquilo que os angolanos querem, qual a posição do Projecto Agir?

O Projecto Agir pela sua experiência pelo país a dentro, julgamos que uma grande maioria dos angolanos querem eleições autárquicas em todos os municípios, mas essa maioria é uma maioria silenciada e sem voz. Pelo que é urgente numa fase como esta, da discussão, o Executivo pensar num referendo para ouvir a posição da sociedade sobre este processo.

Não acha que existe ainda pouca informação junto do cidadão em relação as autarquias?

É neste preciso momento que pedimos o papel da imprensa. A imprensa deve situar-se na dianteira das informações para fazer pelo menos o seu papel de quarto poder e não se marimbar como parte do poder. É preciso colocar os actores independentes a falarem, porque os actores partidários mostraram que não estão para o interesse nacional, e sim, para posições partidárias. Dai que é urgente a sociedade encarar o Projecto Agir como uma alternativa que venha capitalizar essas vozes e fazer chegar a quem de direito. Desde já dizer que serão os jornalistas que poderão fazer o eco das diversas vozes que se pretendem discutir e participar daquilo que é o processo autárquico a nível nacional.

Relativamente as questões que acaba de fazer referência, quais as outras que também preocupam o Projecto Agir?

Enquanto organização da sociedade civil, o Projecto Agir está preocupado em perceber, porque os partidos políticos estão muitos empenhados em participar no processo autárquico. Seria ético se os partidos neste novo desafio apoiassem os cidadãos independentes, porque isso ajudaria a aliviar a pressão partidária sobre o Estado. Ou seja, os partidos deviam preocupar-se mais com o poder central permitissem que os cidadãos independentes participassem também do processo autárquico, uma vez que à luz da Constituição de 2010 os cidadãos independentes não podem participar nas eleições gerais. Dai que o Projecto Agir reitera que seria bom os partidos articulassem as suas agendas no sentido de poderem permitir que os cidadãos independentes contassem com o seu apoio nas eleições autárquicas, e ver se dentro das alianças feitas, os mesmos poderem também ter apoio destes nas eleições gerais. É uma forma de desafogar o Estado da pressão partidária.

Acha que isso tem influenciado a ideia ao cidadão que as autarquias são um processo vocacionado apenas para os partidos políticos?

Sem dúvida. Essa ideia dos partidos formar candidatos para as autarquias é mesmo da pressão partidária que há sobre o Estado, porque volta e meia poderão depois formar candidatos para Presidente da República, visto que o autarca é um pequeno presidente.

Logo, quem se propõe a dirigir uma autarquia tem de ser aquela pessoa que inicialmente se achou competente e a sociedade civil depositou confiança, para que então aplique aquilo que são as suas visões, aspirações e vontades gerais. As pessoas têm uma linha de formação que vem da academia, o que lhe dota de competência. Por esta razão o autarca é uma pessoa dotada de idoneidade para resolver os problemas locais. Quando os partidos formam candidatos isso será engraçado porque depois vamos formar candidatos a deputados, candidato a Presidente da República. Então o Projecto Agir entende que se retirarmos a pressão partidária sobre o Estado, poderemos compreender as autarquias num outro ângulo e não nesta de formação de candidatos, porque se este reprovar será engraçado! o ano 2018 está prestes a terminar.

Que perspectivas tem o vosso projecto para o ano 2019?

O ano 2018 termina da melhor maneira para o Projecto Agir visto que todas as acções, preconizadas no nosso calendário de actividade anual foram cumpridas. O próximo ano o Projecto Agir tem como meta arrancar com campanhas de alfabetização nas comunidades e vai intensificar as conferências. Ainda este ano, de 15 a 20 deste mês, teremos um seminário de formação e contaremos com activistas que virão de quatro províncias do país, e o próximo ano, faremos o acompanhamento de implementação de formação que vai acontecer aqui em Luanda.

Além destas actividades quais são as outras que o projecto está também ligado?

O Projecto Agir tem realizado conferências municipais, mesas redondas, palestras, serões comunitários, consultas jurídicas gratuitas. No entanto, o projecto tem um longo caminho pelo país à dentro visando sensibilizar as comunidades, dar voz aos sem voz, esclarecer às populações sobre aquilo que poderão ser as vantagens das autarquias.

Gostaria de acrescentar mais algo?

É também nosso propósito evitar que o debate sobre as autarquias se leve na perspectiva económica, mas que se procure ver na perspectiva da descentralização administrativa. É em função desta ideia que as pessoas se aperceberem que as autarquias serão

apenas para legitimar ao nível local e que esta pessoa tem a incumbência de resolver os problemas localmente. Então estamos conscientes de que população poderá aderir com maior afinco daquilo que são os desafios das autarquias sem qualquer querela partidárias.

### 5.19 UNITA elege candidatos para eleições autárquicas

*Jornal de Angola*

*27 De Dezembro de 2018*

O secretariado provincial da UNITA no Moxico elegeu os candidatos às eleições autárquicas previstas para o ano de 2020, disse à imprensa o secretariado daquele partido no Moxico, João Muzaza Caweza. De acordo com a Angop, João Muzaza Caweza Java a margem de uma cerimónia de cumprimentos de fim de ano, na cidade do Luena, na segunda-feira.

O dirigente partidário disse que a UNITA elegeu os candidatos às eleições autárquicas previstas para 2020, nós nove municípios da província e que os militantes seleccionados vão ser apresentados ao público tão logo que as leis sejam aprovadas na Assembleia Nacional.

João Muzaza Caweza defendeu a realização das eleições autárquicas em todos os municípios de forma simultânea e considerou ser "perigoso" a realização gradual das eleições autárquicas, O político disse que a UNITA pretende vencer as eleições autárquicas em todos municípios do Moxico, sobretudo no município do Luena.

O responsável disse que a UNITA criou 143 brigadas de mobilização em todos municípios e comunas, com a missão de explicar os planos do partido ao povo nos domínios social, económico e político.

No quadro da mobilização geral e urbana, João Caweza considerou de positivas as actividades de mobilização desenvolvidas através de comícios, palestras, colóquios e jornadas políticas e patrióticas de denominadas "sentadas de cidadania". Sublinhou que as acções de mobilização permitiram elevar o nível de consciencialização política da população, sobretudo, sobre as autarquias, através de brigadas móveis e fixas.

O também deputado da UNITA à Assembleia Nacional disse que o ano 2019 será um ano de grandes desafios, porque a UNITA vai realizar o seu XIII Congresso Ordinário.

### 5.20 FNLA prepara jovens para as autarquias

*Jornal Visão*

*28 De Dezembro de 2018*

O líder juvenil, que discursou na abertura da reunião metodológica da organização, realizada na última sexta-feira, no Sumbe, cidade do Kuanza-Sul, indicou que a direcção nacional do partido espera da juventude da FNLA um "trabalho de excelência"

Segundo Figueiredo Fortunato Fernandes, a FNLA aposta na juventude, que sempre foi a força motriz que contribuiu para o alcance da Independência Nacional, a 11 Novembro de 1975.

"É importante que a FNLA esteja municiada de conhecimentos para que, quando chegar o momento, todos possam estar preparados e responder positivamente à pré-campanha para as autarquias", sublinhou, acrescentando que "a juventude deve estar na linha da frente para levar a bom porto este processo que marca e relança o país na descentralização administrativa".

### 5.21 UNITA elege candidatos para autarquias de 2020

*Jornal Visão*

*28 De Dezembro de 2018*

A informação foi avançada à imprensa na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, aos militantes do partido, esclarecendo que os seleccionados serão apresentados ao público, logo que as leis forem aprovadas pela Assembleia Nacional.

O dirigente político demonstrou igualmente, o interesse de vencer as eleições autárquicas, sobretudo, no município do Moxico (sede).

Para tal, indicou, o partido criou 143 brigadas de mobilização em todos municípios e com umas, que passarão a explicar os planos da UNITA para com o povo, estado do país no domínio social, económico e político.

No quadro da mobilização geral e urbana, João Caweza considerou de positivas as actividades desenvolvidas, por intermédio de comícios, palestras, colóquios e "sentadas de cidadania, para elevar o nível de consciencialização política da população, mormente, sobre as autarquias, por meio de brigadas móveis e fixas.



O também deputado a Assembleia Nacional disse ser "perigoso" implementar as autarquias de forma gradual, sugerindo o desejo de materializá-las em simultâneo em todas as regiões do país.

Apontou que 2019 será um ano de grandes desafios para a Unita, por prever a realização do seu XIII Congresso Ordinário, onde serão afinadas e delineadas as estratégias para a conquista das autarquias e das eleições de 2022, com vista a alargar o número de deputados no Moxico.

Assegurou que a UNITA vai continuar a trabalhar com as instituições do estado na preservação da paz, estabilidade política, consolidação da reconciliação nacional, bem como exigir a igualdade de tratamento e melhorar o relacionamento com os vários extractos da sociedade civil.

Nas últimas eleições gerais do país, a UNITA obteve 61.059 pontos, com 51 lugares na Assembleia Nacional (AN), garantindo a posição do segundo maior partido de Angola. Na província do Moxico, o partido do "Galo Negro" conquistou 36.012 pontos, com direito a um deputado a AN.

## 5.22 UNITA quer mulher a concorrer nas eleições autárquicas

*Jornal Visão*

*28 De Dezembro de 2018*

O desafio foi lançado, domingo, na vila do município do Bailundo, 75 quilómetros a norte da cidade do Huambo, pela deputada Miraldina Jaka Jamba, no encerramento do ano político do partido.

Segundo a política, muitas mulheres filiadas na LIMA, organização feminina da UNITA, têm dado provas suficientes de disputar as autarquias em igualdade de circunstância com os homens.

Anunciou, na ocasião, que em 2019 acontecerá o congresso do partido e da LIMA, dois importantes eventos que exigem, igualmente, a preparação de toda massa militante para o seu êxito.

Explicou que ambas actividades são preparatórias para a realização no país, pela primeira vez, de eleições autárquicas.

## 5.23 UNITA anuncia formação sobre autarquias

*Jornal de Angola*

*31 De Dezembro de 2018*

A UNITA pretende, em 2019, continuar a formar os militantes sobre as normas e organização das autarquias, através de seminários, informou ontem o secretário provincial na Huíla, Augusto Samuel.

O político, que discursou num encontro com militantes, considerou a formação como sendo um desafio "enorme", a nível do partido, com vista a forjar quadros que possam ajudar a dar resposta a vários problemas que afligem a sociedade.

"Nesta direcção temos uma batalha a travar, pelo facto do actual Governo pretender realizá-las (autarquias) apenas em alguns municípios, mesmo sabendo que isso viola os princípios do Estado Democrático e de Direito, da igualdade de todos perante a Constituição da República e a Lei", disse.

O político apontou a mobilização e sensibilização de mais jovens para as fileiras do partido.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Algumas notas sobre a questão do pagamento do IPU

*Novo Jornal*

*7 De Dezembro de 2018*

*Texto: Augusto Inglês*

A propósito de ter ouvido lamúrias de uma pacata cidadã que, para habitar num apartamento de prédio integrante da Centralidade do Kilamba, teve que intervir, como Contraente, num Contrato-Promessa de Compra e Venda de Habitação em Propriedade Resolúvel; Estando a Administração-Geral Tributária (AGT) a exigir-lhe o pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU); Tendo eu, jurista de formação e de profissão, sérias e profundas dúvidas sobre a legalidade dessa injunção; No exercício do meu dever de cidadania, ocorreu-me dar a conhecer à sociedade civil a minha posição sobre a questão.

Eis o que, sobre o tema, para início da sua abordagem, tenho a aduzir: Cada uma das partes (desanexáveis ou não) de edifícios multifamiliares que podem constituir unidades independentes, distintas e isoladas, com saída própria para uma parte comum do edifício ou para a via pública, não pode ser objecto de contrato de compra e venda sem que, antes, seja ou desanexada ou, as que são susceptíveis disso, autonomizadas (serem volvidas em fracções, como resultado da implementação, no edifício, do regime da propriedade horizontal).

À medida que "compra e venda é o contrato pelo qual se transmite a propriedade de uma coisa, ou outro direito..." (cf Art. 874.º do Código Civil). Tendo a compra e venda, como dois dos três efeitos essenciais: "[a] transmissão da propriedade da coisa ..." e "[a] obrigação de entregar a coisa;" [cf Art. 879.º, a) e b) do Código Civil].

Cada uma das partes, como as caracterizadas no primeiro parágrafo, que integra um edifício multifamiliar, não pode ser objecto de compra e venda sem, antes, respectivamente, ser desanexada ou se volver em fracção autónoma.

É verdade que sobre ela se possa conceber e firmar contratos promessa de compra e venda. Nos quais só podem figurar como objectos remotos dos mesmos por via da celebração do contrato definitivo. O por via dele prometido. Que nunca poderá ser celebrado

sem antes a parte poder, juridicamente, ser concretizada.

O que só ocorre quando for desanexada ou se volver em fracção autónoma o contrato-promessa de compra e venda não tem como objecto coisas (no caso, designadamente casas)! Por conseguinte, mesmo só nos estritos limites do Direito Civil vigente no nosso país, para nos atermos só aos condomínios, seja de apartamentos, seja de moradias, juridicamente, não pode haver venda desses bens sem que os mesmos condomínios deixem de ser, apenas, de facto.

As vendas só podem acontecer após a sua conversão em condomínios de direito, com a instituição, neles, do regime da propriedade horizontal.

Só nesse estágio é que o bem (condomínio), que em princípio tem de começar a ser regularizado juridicamente [legalização do terreno no Registo Predial e da construção (na Matriz Predial Urbana e no Registo Predial)], em nome do seu promotor, deixa de, juridicamente, ser uma única unidade sobre a qual só pode incidir um único direito de propriedade, para se volver em tantas unidades quantas as fracções em que se dividir.

Só nessa altura ficam criados os pressupostos para o promotor do mesmo (condomínio) as alienar (as novas unidades, as fracções) a terceiros [em nome dos quais, depois dessa operação (alienação) os dados das fracções, que constam da Matriz Predial Urbana e do Registo Predial, passam a estar].

Antes de isso ocorrer, em todas as instâncias, os tais condomínios não podem deixar de constar em nome dos promotores!

Recaindo sobre estes, mormente, o pagamento das obrigações fiscais, designadamente o Imposto Predial Urbano.

Não fazendo um qualquer sentido impor-se, aos Promitentes Compradores de fracções, a virem a ser constituídas nas Centralidades, o pagamento do Imposto Predial Urbano.

Nem que se chame à colação a figura da propriedade resolúvel!

É que, não estando constituído o regime da propriedade horizontal, como já propugnado, não pode ser delineado nenhum contrato transmissivo da propriedade! Em que, outrossim, se analisa compra e venda em propriedade resolúvel.

Como supra-referido, esta é uma perspectiva da abordagem do assunto que exponho à apreciação da sociedade

## 6.2 Recomendada matéria local para a construção

*Jornal de Angola*

*9 De Dezembro de 2018*

*Texto: Quinto Kanhameni / Albino*

*Hitotonanye*

O II Conselho Consultivo do Ministério do Ordenamento do Território, realizado em Ondjiva, Cunene, incentivou a utilização de materiais locais para a construção de equipamentos sociais, como escolas e centros de saúde, de modo a garantir sustentabilidade dos projectos.

Orientado pela ministra Ana Paula de Carvalho, o conselho consultivo conclui que devem ser criadas as condições que favoreçam o uso de matéria - prima local com vista a proporcionar a construção de habitação e equipamentos sociais a baixo custo.

O encontro, que ontem terminou, incentivou ainda a reflorestação do Namibe e a implementação do programa de arborização nas centralidades da Praia Amélia e Cinco de Abril, naquela província.

O encontro, que decorreu sob o lema " Ordenamento do território, factor de desenvolvimento sustentável", defendeu a urbanização inclusiva, redução do número de pessoas atingidas por catástrofes naturais, sustentabilidade ambiental e salvaguarda do património cultural.

### Centralidade

Durante a sua estadia em Ondjiva, a ministra Ana Paula de Carvalho, visitou o local onde será erguida a centralidade do Ekuma, arredores da cidade. A primeira pedra foi lançada em Setembro de 2017, mas até ao momento as obras ainda não arrancaram aguardando pela certificação de visto do Tribunal de Contas.

Numa primeira fase, na centralidade do Ekuma, cujas obras estarão a cargo da construtora Chinesa CITIC-Construções, vão ser erguidos 14 edifícios de três andares, num total de 200 unidades habitacionais.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação garantiu que as obras de construção da centralidade arrancam no próximo ano, logo que o espaço seja certificado pelo Tribunal de Contas.

"Temos alguns pendentes com o Tribunal de Contas, mas estamos a trabalhar no sentido de ultrapassar a situação no mais curto espaço de tempo", assegurou.

## 6.3 Administrações obrigadas a apresentar Plano Director

*Jornal de Angola*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Mazarino da Cunha*

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação vai fiscalizar as administrações municipais e responsabilizar os gestores que não elaborarem o Plano Director Municipal em tempo útil, disse ontem, no distrito de Cabo Ledo, município da Quiçama, em Luanda, o secretário de Estado para o Ordenamento do Território. Manuel Pimentel.

Falando na primeira jornada técnica do Governo Provincial de Luanda, Manuel Pimentel justificou a medida como forma de tornar eficaz a implementação do processo de desconcentração e descentralização em curso no país. Até ao momento, frisou o responsável, dos nove municípios que compõem a província de Luanda, Viana, Icolo e Bengo e Quiçama são uns únicos que apresentaram e estão em fase de aprovação os seus respectivos Planos Directores. O secretário de Estado para o Ordenamento do Território disse que os actuais problemas sociais, técnicos e de infra-estrutura que afectam a província de Luanda devem-se à inexistência de Plano Director Municipal.

Manuel Pimentel alerta que caso não se conclua os demais planos directores, as administrações municipais vão continuar a ter as mesmas dificuldades, no fornecimento de energia, água, saneamento básico, mobilidade rodoviária, demográfica e de outros serviços públicos destinados às populações. Na visão do secretário de Estado para o Ordenamento do Território, a realização das primeiras jornadas técnicas vai impulsionar as administrações municipais a elaborarem as suas políticas e estratégias de acordo com a realidade social e geográfica.

O vice-governador de Luanda para os Serviços Técnicos e Infra -estruturas, José Paulo Kai, disse que, em relação as demais províncias, Luanda tem dado passos seguros e lidera o processo de municipalização dos serviços, com vista à implementação das autarquias locais.

Para uma acção mais dinâmica nas políticas que visam dar resposta aos problemas dos municípios, José Paulo Kai defendeu como prioridade a

requalificação dos bairros e o melhoramento no fornecimento de energia eléctrica e água potável às populações.

Sob o lema "Descentralização e Desconcentrar para Melhor Governar", o encontro vai definir estratégias técnicas com o objectivo de pôr fim a ocupação ilegal de terrenos, a falta de saneamento básico, energia e água e o melhoramento das vias secundárias e terciárias e requalificação dos bairros.

O encontro, que termina hoje, debateu ontem temas sobre "Ordenamento do Território e seus efeitos", "Municipalização dos Serviços de Saneamento do Ambiente", e "Estratégias para melhoria das Infra-estruturas de Transportes Públicos e da Mobilidade de Luanda". Nele participam membros do Executivo, administradores municipais, distritais e comunais.

## 6.4 Imposto predial urbano – moradores divergem, mas entendem que IPU deve ser pago por todos

*Jornal Economia e Finanças*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Yola Carmo*

A cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU) aos imóveis públicos ou privados e que estão sob arrendamento, neste momento, é ainda um tema que diverge as opiniões.

Para muitos, principalmente naqueles casos em que o ocupante é um promitente comprador (possui um contrato promessa de compra e venda), dever-se-ia imputar ao ainda senhorio o cumprimento desta obrigação.

Essa é, aliás, a situação das centralidades construídas pelo Estado, e como defendida por muitos, que se devia deduzir o respectivo imposto às rendas mensais que são cobradas ou ao valor da respectiva renda.

Nesse aparente "braço de ferro" entre ocupantes e autoridades fiscais, há a advertência de que um processo de execução pode ocorrer devido aos incumprimentos, pelo que ao cidadão apela-se ao cumprimento desta obrigação.

Para a estudante universitária de Gestão de Empresas, Fernanda Moura, o Estado devia criar medidas menos coercivas para a cobrança desses impostos, visto que muitos que conseguiram uma casa nas centralidades acabaram no desemprego devido à actual situação económica.

Já Luís Domingos, funcionário em Relações Públicas, entende que se assiste, neste momento, ao crescimento exponencial do parque imobiliário. No entanto, grande parte dos edifícios e condomínios não está registado nas Repartições, o que dificulta quando o Estado quer fazer cobranças. Porém, os imóveis da Centralidade do Kilamba estão na inscrição e na tributação do IPU, situação que ajuda o Estado a fazer a cobrança dos impostos.

Por seu lado, o engenheiro informático Peterson Pitra sublinha que a falta do pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) leva o contribuinte a acumular dívidas fiscais, às quais podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal. "Ao Estado resta cobrar de forma coerciva o imposto em falta. Há quem considera as taxas muito altas, mas deve-se pagar esta obrigação fiscal de uma ou de outra forma", afirmou.

Cesaltina Domingos, funcionária pública, disse ser uma grande inquietação pagar o Imposto Predial Urbano (IPU), visto que a lei do contrato compra e venda das centralidades estabelecia que deve pagar esse imposto quem é proprietário da casa, nesse caso o Estado. Para ela, pagar uma casa que, legalmente não é sua, é uma situação nada boa.

O funcionário João Feijó sem opor-se ao pagamento desta obrigação fiscal, recomenda que o cidadão precisa sentir os efeitos do que paga pelo IPU. Entende que as taxas são altas e o poder de compra acaba muitas vezes por não satisfazer as próprias necessidades do cidadão.

"O Estado precisa de receitas e a medida é boa, mas é preciso mostrar ao cidadão que vale a pena pagar", confere.

Para o economista José Gaspar o IPU incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos ou sobre o seu rendimento quando se encontram arrendados. Lembra que todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, que possui imóveis deve inscrever-los na Repartição Fiscal da área da respectiva localização. Do mesmo modo, estes devem, todos os anos, durante os meses de Janeiro e Julho, dirigir-se à Repartição Fiscal da área de localização dos imóveis, para liquidar esta obrigação. O economista diz ainda que o benefício é geral, pois a manutenção de determinados serviços é garantida por via da receita fiscal.

## 6.5 Governo afasta IMOGESTIN da gestão das centralidades

*Jornal Expansão*

15 De Dezembro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

A IMOGESTIN, gestora de projectos imobiliários, foi afastada da gestão imobiliária das 14 centralidades, bem como da construção e venda de projectos habitacionais públicos adjudicados pelo Governo, que passa a gestão para o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), ligado ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH), soube o Expansão de fonte governamental.

A medida abrange também o fim da gestão directa dos dinheiros públicos destinados ao financiamento da construção de novos projectos venda de habitações e a execução do processo de cobranças das rendas dos imóveis. O fraco retorno dos financiamentos públicos aplicados no quadro do Programa de Fomento Habitacional Social em Angola terá precipitado o afastamento da IMOGESTIN.

Fonte do Expansão aponta que a falta de prestação de contas do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH), por parte da promotora imobiliária, também contribuiu para a rescisão do contrato de gestão e construção das 14 centralidades e outros projectos de habitacionais.

De acordo com fonte da IMOGESTIN, a imobiliária contratou, nos últimos anos, um sindicato de bancos para captar investimentos e financiamento e para captar os pagamentos das habitações vendidas ao público no quadro da política do Executivo da promoção da habitação social. No entanto desconhece-se quer o montante já depositado no Fundo de Activos pelos inquilinos das centralidades, quer por aqueles que compraram casas com dinheiro público

Quanto aos reembolsos dos valores devidos ao Estado, o FFH adianta que pessoas que compraram apartamentos nas novas centralidades com financiamento do Estado não estão a fazer os reembolsos, situação que põe em causa a continuidade da implementação do Programa de Fomento à Habitação Social em Angola.

O Fundo funciona de forma autónoma e os dados indicam que 50% dos inquilinos de apartamentos das centralidades do Kilamba e Sequele, em Luanda, têm as rendas resolúveis em atraso, apesar dos descontos feitos pelo Estado, em 2017.

O FFH, é um fundo público, criado em Setembro de 2007.

## 6.6 Kilamba Kiaxi precisa de um plano director

*Jornal de Angola*

15 De Dezembro de 2018

O município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, precisa de um plano director municipal de gestão urbanística para o ordenamento do território, informou a directora municipal de Gestão Urbanística e Ordenamento do Território.

Em declarações à Angop, Nilda Francisco, arquitecta de formação, acentuou que a criação de um plano vai dar resposta aos problemas urbanísticos do município do Kilamba Kiaxi, que está descaracterizado por carecer de infra-estruturas básicas e apresentar défices na drenagem e nas redes técnicas de água e luz.

Nilda Francisco adiantou que o município precisa de um plano director com a máxima urgência e alertou que, por o Kilamba Kiaxi ter várias linhas de água, na construção dos imóveis não se teve em conta este facto.

"Vários moradores obstruíram as linhas de água e o município está completamente descaracterizado", salientou a arquitecta, revelando que, a nível do Governo Provincial de Luanda, existe preocupação quanto à necessidade de elaboração de um plano director municipal.

Nilda Francisco pediu aos habitantes do Kilamba Kiaxi para legalizarem as propriedades que possuem, a fim de terem a documentação que comprove a titularidade.

A responsável disse ser importante a legalização dos espaços, por permitir, por exemplo, a um jovem empreendedor solicitar crédito bancário' dando como garantia a sua propriedade.

A arquitecta Nilda Francisco disse que as propriedades localizadas em zonas consideradas de risco não devem ser legalizadas.

## 6.7 "A IMOGESTIN não tinha poder político de gerir activos"

*Jornal Expansão*

21 De Dezembro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

Três perguntas a José Severino

A extinção do FADEH diz-lhe alguma coisa?

O Governo sabe dos problemas que a IMOGESTIN atravessava, com a gestão dos activos colocados à sua disposição. Não tinha poder político para executar determinadas tarefas, porque não tinha poder político. Sabemos que a imobiliária atravessou muitos problemas, mas com o ressurgimento do Fundo de Fomento à Habitação, isso vai revelar maior capacidade por parte do Governo de estar por dentro dos projectos e vamos ter um Instituto da Habitação mais articulado.

Como é que olha para os Indicadores do mercado Imobiliário?

A nova medida vai permitir reposicionar o mercado e isso quer dizer que o Estado está a relançar o mercado imobiliário. Como industriais, pensamos que é chegado o momento de o Governo olhar para a indústria da construção. Queremos que haja dinamismo e que se resolvam os constrangimentos com as empresas que prestaram serviços ao Estado. A procura por habitação continua em alta.

Como é que o Estado pode resolver o problema da habitação?

A extinção do Fundo de Activos e Desenvolvimento da Habitação (FADEH) vai permitir que o mercado esteja aberto às parcerias público-privadas. O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) pode ser um catalisador para dinamizar o mercado e aumentar a oferta de habitações sociais de média e baixa renda. O segmento de alta renda faliu e, com a integração de mais funcionários públicos, a procura pode aumentar, o que vai permitir mais investimentos no sector e isso gerar emprego. As parcerias vão revelar-se em responsabilidade dupla, por um lado, o regulador e, por outro, o investidor.

## 6.8 Fundo de Fomento à Habitação financia construção de projectos habitacionais

*Jornal Expansão*

21 De Dezembro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O Fundo de Fomento à Habitação (FFH) passará a financiar as actividades de promoção, urbanização, construção e gestão imobiliária, tendo em conta o Programa Nacional de Habitação lançado pelo Governo, indica o Decreto Presidencial n.º 297/18, de 14 de Dezembro, publicado em Diário da República, na semana passada.

O FFH, como entidade pública, visa, por outro lado, a gestão dos fluxos financeiros decorrentes de toda a actividade de fomento do sector imobiliário. No mesmo documento, o Presidente da República extinguiu o fundo de Activos do Desenvolvimento Habitacional (FADEH), que nos últimos quatro anos esteve sob gestão da Imogestín.

A medida que também aprova o Estatuto Orgânico do FFH e estabelece as suas atribuições, define que "todo o património do FADEH, bens, direitos e obrigações, são transferidos para o FFH". O Decreto revogou quatro decretos, nomeadamente o n.º 54/09, de 28 de Setembro, que regula a estrutura financeira, funcional e organizacional do FFH e revogou, por outro lado, o Decreto Presidencial n.º 329/14, de 29 de Dezembro, que cessa toda a actividade da empresa Sonip, nos domínios da gestão, construção, vendas e outras formas de transmissão de habitação e outros projectos que integram o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e designa a empresa Imogestín, para, em representação do Estado, proceder à gestão da construção.

Este último decreto, de acordo com uma fonte do FFH, embora ainda venham a decorrer conversações entre os ministérios das Finanças e do Ordenamento do Território e Habitação, dá por finda a actividade que a imobiliária Imogestín vinha exercendo em nome do Estado na promoção, construção e venda de habitações nas centralidades financiadas pelo Estado conforme noticia o *Expansão* em primeira mão na edição passada.

A mesma fonte acrescenta que, em concreto, nada ainda está definido, porque o fundo tem subordinação dupla, primeiro por ser uma unidade orçamental e em segundo um órgão que vai promover e financiar projectos habitacionais em que Estado esteja envolvido.

Entre as várias atribuições, constantes dos novos estatutos, o FFH será o titular dos projectos habitacionais, ao abrigo do programa de fomento à habitação. Criará, entre outros mecanismos, a bonificação dos juros dos empréstimos habitacionais, ou seja, o FFH vai assegurar as garantias de crédito à habitação.

O empresário José Lopes diz que o FFH poderá recorrer a serviço de terceiros para assegurar eficiência e foi por isso que o Governo acautelou que o Fundo venha a trabalhar na coordenação e preparação das medidas de política financeira do sector em conjunto com o Instituto Nacional de Habitação. "Os estatutos deixam tudo em aberto porque permitem que o FFH recorra às instituições financeiras para a contratação de crédito para financiar projectos habitacionais em que o Estado esteja envolvido", disse o empresário.

M.C

## 6.9 Mais de 90 mil habitações concluídas, equivalente a 45% da meta do Governo

*Jornal Expansão*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Martins Chambassuco*

O País conta com cerca de 90.652 habitações concluídas, o equivalente a 45,2% do total previsto pelo Governo, até final do ano passado, no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação.

Em 2015, no fórum sobre o mercado imobiliário angolano, organizado pela Imogestin, no seu 17.º aniversário, o Governo definiu como meta a construção de 200 mil fogos habitacionais e 14 centralidades, até finais de 2017.

Embora não se conheça o valor global do investimento público no imobiliário, contas feitas pelo Expansão indicam que o grau de execução está longe dos objectivos traçados. Estão em construção, em todo o País, 33 projectos habitacionais desde o início do programa de fomento à habitação em 2008 e apenas 12, entre centralidades e urbanizações, estão concluídos.

Dados do Instituto Nacional da Habitação (INH), órgão do Estado encarregue de manter actualizado o cadastro habitacional do Estado, Luanda com cinco projectos imobiliários tem a maior oferta de habitações sociais num total de 47.558 habitações construídas, correspondendo a 52,4% da totalidade das casas erguidas em todo o País, seguindo-se a província da Huíla, que conta com uma centralidade e 7.910 moradias (ver infografia na página 4).

Benguela e Bié, com 6 mil e 4.044 habitações, entre apartamentos e vivendas, ocupam o terceiro e quarto lugar, respectivamente, das regiões com maior oferta de moradias em Angola.

Das mais de 47 mil moradias erguidas na capital do País, 25.002 apartamentos constituem a centralidade do Kilamba, uma cidade construída de raiz, e comercializadas a 100%.

O Governo aprovou, em 2016, um valor adicional destinado à construção de mais 10 mil vivendas para a expansão do Kilamba, que se prevê venha a ter 90.000 fogos habitacionais.

Fonte do Instituto Nacional da Habitação avançou que os mais de 25 mil fogos construídos no Kilamba estão comercializados e habitados em cerca de 90%.

Em termos de preços, de acordo com os dados divulgados no ano passado pela Imogestin, aquando do lançamento da campanha de comercialização das habitações, nas novas centralidades e urbanizações, sob gestão da imobiliária, Luanda com as suas especificidades económicas, tem os preços mais elevados.

Preços mais elevados

A centralidade do Zango 0, com 8 mil fogos habitacionais, tem os preços mais elevados, superado apenas pelo Kilamba e Sequele. Os preços variam em função da tipologia e um apartamento T3 chegou mesmo a valer no mil USD, enquanto um T4 custa 140 mil USD (ver infografia). A Centralidade do Dundo, na Lunda Norte, a região diamantífera, os preços variam entre os 65 mil USD e 140 mil USD, para apartamento de tipologia T3 a T5+ L Na Quilemba, na Huíla, um apartamento T3 chegou a custar 60 mil USD e uma vivenda T4, 80 mil USD.

Para o promotor imobiliário José Lopes, embora o Governo tenha adoptado a comercialização das moradias em kwanzas, o equivalente em USD, a falta de financiamentos da banca comercial e a alta dos juros estão a condicionar as famílias para a realização do sonho da casa própria. O empresário lembrou que, há três anos, o Governo suspendeu as linhas de crédito bonificadas para a habitação. "É um cenário

bastante desolador para muitos. A alta dos preços reflecte a realidade de um País que não tem muito para oferecer para os seus cidadãos", disse, o gestor, lembrando ainda que muitos angolanos viram reduzido o seu poder de compra e hoje não conseguem pagar as habitações que adquiriram a título de crédito, nem aqueles que optaram pela renda resolúvel.

Kora Angola

É a segunda maior promotora imobiliária do País, depois da Imogestín. A Kora Angola tem previsto a construção de 40 mil habitações e gere 15 projectos imobiliários, Está presente em seis províncias, onde promove a construção e venda de moradias financiadas pelo Estado e já comercializou 5.533, entre apartamentos e vivendas, dos quais 2.661, o equivalente a 48% do total comercializado pela imobiliária, foram vendidas na Centralidade Horizonte do Cuíto, no Bié. A Centralidade do Lossambo, no Huambo, já foi comercializada a 100%, ou seja, os 2.009 apartamentos já têm donos, enquanto na central idade do Quilomosso, no Uíge, foram vendidas apenas 750 unidades de diferentes tipologias (ver infografia página 4).

Ainda em termos de vendas, cerca de 2% do total de habitações comercializadas pela imobiliária, enquadram-se na modalidade de venda a pronto pagamento, 26% em arrendamento e 72% foram disponibilizadas para renda resolúvel.

Quanto à cobertura dos custos com a construção, a Kora Angola garante que o investimento cobre os custos da construção e "os projectos, por serem do Governo, não pretendem ser rentáveis, apenas se pretende que os custos sejam cobertos com a venda ou arrendamento dos imóveis. O retorno é a longo prazo e não a curto prazo".

## 6.10 Palmas

*Jornal Manchete*

*21 De Dezembro de 2018*

O Governo afastou a IMOGESTIN da gestão imobiliária das centralidades, tendo a gestão de projectos imobiliários passado para o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), ligado ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH). Na origem do afastamento estão o fraco retorno dos financiamentos e a não prestação de contas.

A medida compreende também o fim da gestão directa do dinheiro públicos reservados ao financiamento da construção de novos projectos, a venda de habitações e a execução do processo de

cobranças das rendas dos imóveis. A IMOGESTIN era gestora das centralidades desde 2014, depois do ex - Presidente JES ter retirado das mãos da SONIP.

## 6.11 Acesso dos jovens à habitação social nas centralidades

*Jornal de Angola*

*22 De Dezembro de 2018*

Senhor Presidente, o acesso à habitação ainda é um terror para muitas famílias. É um terror que muitos pais de família enfrentam; é um terror que muitos jovens enfrentam. O acesso às centralidades habitacionais esteve sempre envolto em processos fraudulentos. Alguns cidadãos tiveram acesso sem reunirem as mínimas condições para honrar o compromisso com o Estado. Outros ocuparam ilegalmente e outros ainda subalugaram. Ganham dinheiro com as casas que o Estado construiu para a população. Eu quero saber do Senhor Presidente o que é que será feito para corrigir esta situação; quais as medidas que serão tomadas contra os inquilinos que até ao momento não pagaram qualquer prestação da renda resolúvel? E por outro lado, se o Governo do Senhor Presidente tem noção de quanto é que o Estado já arrecadou, quanto é que os cofres do Estado já têm acesso a comercialização destas habitações?

Começando pelo fim. Pelo que já se arrecadou, ainda não deu para amortizar o investimento feito. Aliás, o período de amortização leva sempre alguns anos. Que medidas foram tomadas ou serão tomadas no sentido de corrigir os males? Bom, eu acredito que algumas medidas já vem sendo tomadas, talvez não as suficientes. Precisamos de continuar a corrigir esta situação que está errada. Eu louvo, digamos, a sua intenção de ver ordem na sociedade, mas, paradoxalmente, se as autoridades expulsarem algumas dessas pessoas, expulsá-las dos apartamentos ocupados ilegalmente, talvez alguns dos seus colegas sejam os primeiros a apontar o dedo ao Executivo, acusando-o de violação dos Direitos Humanos. "Coitados, agora onde é que vão com as famílias?", como se antes de ocuparem estes apartamentos vivessem ao relento. Não é verdade? Não concorda comigo? Concorda comigo? Ainda bem! Mas são situações com que vivemos e que temos que enfrentar, daí a razão da "Operação Resgate". A "Operação Resgate" visa precisamente pôr cobro a esta quebra de valores, lançando mão a um conjunto de acções, que erradamente se pensa e se diz que são apenas acções de carácter policial, antes pelo contrário. E aí vamos voltar à questão da corrupção.



Aliás, a corrupção é também uma das quebras de valores. Quando eu dizia em relação à corrupção, que nós não queremos ter o monopólio desta luta, é uma luta de todos, também em relação à "Operação Resgate" dos valores é uma luta de toda a sociedade, não é uma luta apenas da Polícia. Portanto, que não caíamos no erro de pensar que é a Polícia quem vai resgatar os valores. A Polícia só vai actuar aquelas situações mais aberrantes. De resto, o trabalho de educação permanente não é para fazer em um mês, em seis meses e nem em um ano, mas é para fazermos sempre, enquanto estivermos vivos. Isto é da responsabilidade de toda a sociedade, de todos nós. O Executivo, partidos políticos, associações, igrejas, escolas, aliás, é de pequeno que se torce o pepino. Portanto, é na escola onde a gente deve começar a transmitir aos jovens os mais nobres valores da nossa sociedade. Também em relação ao resgate destes valores todos nós devemos estar envolvidos.

## 6.12 Arrendar a ilegais dá pena de prisão

*Jornal de Angola*  
25 De Dezembro de 2018

O arrendamento de imóveis a estrangeiros em situação migratória ilegal pode resultar em pena de prisão que vai de dois a oito anos, esclareceu ontem o director do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), na Luanda-Sul, João Ângelo. A chamada de atenção acontece numa altura em que muitos estrangeiros ilegais encontram na região diamantífera protecção de cidadãos nacionais que arrendam as suas residências a estrangeiros sem a observância da lei.

O director do SME na Luanda-Sul disse que o arrendamento de casas a cidadãos estrangeiros de forma ilegal está a dificultar o trabalho de combate à emigração ilegal. João Ângelo apelou aos habitantes a denunciarem práticas ilegais, sublinhando que a imigração ilegal constitui uma ameaça à estabilidade socioeconómica e política do país.

A província da Luanda-Sul é uma zona de exploração de diamantes artesanal e atrai muitos cidadãos estrangeiros.

Em Malanje, a direcção do SME apresentou há uma semana um grupo de cidadãos que se encontrava em situação ilegal no país.

O grupo de cidadãos, composto por seis elementos, quatro homens e duas crianças do sexo feminino,

tinha como proveniência a província da Lunda - Norte com destino a Luanda.

Os estrangeiros foram interpelados pela Polícia Nacional no município de Caculama, a 54 quilómetros da capital da província.

## 6.13 Margoso de ontem e de hoje

*Jornal de Angola*  
30 De Dezembro de 2018  
Texto: César André

Pertencente ao sector do Prenda, a circunscrição tinha grandes paisagens. No trajecto para quem sobe da antiga Avenida Lisboa, hoje Revolução de Outubro, até ao actual túnel do Prenda, havia plantas comestíveis, as piteiras, que a rapaziada gostava de degustar ao longo das suas brincadeiras.

Nos anos setenta era lindo de ver os maximbombos (autocarros) números 11, 12, 13 e 14, este último era de primeiro andar e fazia o trajecto Aeroporto/Mutamba a "serpentear" a Avenida Revolução de Outubro; os outros saíam da Baixa da cidade com destino, respectivamente, aos lotes do Prenda, Comissão do Prenda e Kassequel do Lourenço.

No entanto, nos anos sessenta ainda não existia a avenida hoje conhecida por Comandante Argueles, que ligava o bairro Margoso ao actual Zamba Dois. No local havia casas construídas com madeira e pau-a-pique e que, posteriormente, o Governo colonial entendeu demolir, realojando os seus habitantes em diversos bairros.

Naquela época o Margoso tinha como principais referências a Casa Kibala, um local de comércio de bebidas espirituosas, cujo proprietário era o senhor Américo, um português de Trás-os-Montes, e mais em baixo ficava o estabelecimento do comerciante luso Só Coutinho, que aos habitantes de baixa renda dava créditos para compra de bens de primeira necessidade.

Reza a história que o imóvel do senhor Américo teve a designação Casa Kibala pelo facto de ter sido construído no seio da comunidade dos naturais daquele município do Cuanza-Sul, que têm o ngoia como seu idioma materno.

Para complemento do seu negócio o proprietário da Casa Kibala instalou nas redondezas uma enorme pocilga e um pombal. Os porcos e as pombas eram depois abatidos e a sua carne vendida. A pocilga trouxe dissabores à rapaziada que vivia ali perto: muitos apanhavam a famosa bitacaia, a pulga que

penetra nos dedos dos pés e dá uma comichão que só para com a extracção do bichinho.

O facto deu origem ao surgimento no bairro de pseudónimos inusitados, aplicados aos rapazes que tivessem a má sorte de serem afectados pelas bitacaias. Tais foram os casos de Zé Bita, Finifini da Gareli, entre outros.

No período pós-independência a Casa Kibala passou a ser propriedade do senhor Cipriano Tchiula, um autóctone proveniente do Planalto Central. Hoje o estabelecimento está ocupado por alguém que se intitulou "herdeiro legítimo" de Cipriano Tchiula.

A loja do Só Coutinho foi ocupada por gente desconhecida. Das lembranças antigas sobre este comerciante português o destaque vai para um seu empregado, o cota Cazola, um dos melhores torradores de ginguba do bairro Margoso.

A circunscrição tinha também, nos tempos de outrora, um grande sapateiro. Tratava-se do senhor Bravo, cabo-verdiano proveniente da ilha, do Fogo, que se instalou em Angola nos anos cinquenta. Progenitor da Nela (falecida), Joya, Kapisso e tantos outros, velho Bravo era um exímio retocador e fabricante de calçados. Os seus clientes, de vários estratos sociais, provinham de partes distintas da cidade capital.

Mas havia outras referências, como o senhor Alfredo, um agente da PIDE muito temido e que não "passava cartão" aos habitantes da circunscrição. Ao seu cão foi atribuído o apelido "Soca Pirata".

Havia também o senhor Pedro, um comerciante português que residia no local onde hoje está a discoteca do Durão, bem próximo à antiga casa do Só Coutinho.

De referências não é tudo: nos anos setenta foi construído no bairro um dos grandes centros hospitalares de Luanda, que passou a chamar-se Clínica D. João II, a actual Clínica do Prenda. É nesse complexo hospitalar que famílias de vários pontos da cidade buscam assistência médica e medicamentosa.

No local onde foi erguida a instituição hospitalar existia um quarteirão de moradias habitadas por pessoas de baixa renda e que foram realojadas nas comissões do Prenda, Cazenga, Cassequel do Lourenço e Rangel. Mas antes das obras, lembram-se os daquele tempo, o local foi transformado em palco de diversão dos adolescentes que lá iam jogar a bola de trapos e brincar aos papagaios e às corridas de trotinetas.

Tambarineiros

O bairro tinha como cartão de visita uns tambarineiros, que a rapaziada, depois de cansada de brincar ao "garrafão", "está quieto" e "bica bidon", trepava para degustar os famosos tambarinos, dos quais sobressaíam os mulocos, que eram comidos com cinza de carvão.

As piteiras, denominação do fruto de uma árvore silvestre que crescia também na zona do Só Coutinho, eram muito concorridas pelos adolescentes do bairro. Mesmo com bastantes picos à volta, o fruto era degustado com paciência.

Papelões improvisados para escorregar o Morro da Kinanga a baixo, até ao local onde se situam os serviços de tuberculose e lepra, era um dos atractivos dos miúdos irrequietos, que não hesitavam em caçar pássaros como o "pica - flor", "rabo de junco", "boca-de-lacre", "rola" "canarinho" e "celeste", que pousavam distraidamente nas árvores junto ao Rio Seco.

Em tempos idos alguns pacientes de lepra, depois de receberem alta, iam morar junto ao Dispensário, onde tinham como ocupação o fabrico de artigos de chapas tais como fogueiros, banheiras' malas e outros, que depois comercializavam. A circunscrição, que também faz fronteira a nordeste com o bairro Catambor, e a sul com a vala de drenagem de águas residuais provenientes do Rio Seco e que escoia para a zona da Samba Pequena, foi sempre um lugar de gente humilde, a maioria proveniente das regiões do Cuanza-Sul, mais concretamente dos municípios da Kibala, Calulo e Gabela.

Geograficamente, o bairro era distribuído por gente das seguintes regiões linguísticas: os kibalistas instalaram-se por detrás da Clínica do Prenda, os calulenses em frente e os malanjinos mais em baixo do hospital, em direcção ao Dispensário da tuberculose e lepra.

Zé Keno era o Rei das Trotinetas

Zé Keno, o génio angolano da guitarra, foi uma das referências do bairro Margoso. Com o pseudónimo José Pequeno, com o qual gravou dois singles a solo que incluíam os temas "Filho doente", "Tokito" e "jipambo", começou a sua exuberante carreira em 1968, no agrupamento os Sembas, no bairro Margoso, onde vivia com os seus progenitores.

O guitarrista foi, na sua juventude, um notável construtor de trotinetas. "Era engraçado ver o homem com muita paciência a dar retoques na trotineta que acabava de construir para posteriormente experimentá-la, sob o olhar atento da

rapaziada curiosa que o rodeava", conta Alberto André Kandov, um dos seus contemporâneos.

Para ensaiar a trotineta por si confeccionada o homem que veio da Mucasa, Malanje, onde nasceu em 1959, "gostava de descer embalado o asfalto da circunscrição em direcção à Samba Pequena, sempre com a sua viola de lata de azeite doce às costas", sublinha Kandov.

Considerado então como "o rei das trotinetas", Zé Keno fazia com mestria este meio de entretenimento, o que agradava imenso aos seus muitos amigos. "Era um dom que ele tinha. Além da trotineta ele tinha vocação para a viola e viria mesmo a ser um grande solista", diz Alberto André Kandov.

No emblemático Margoso foi implantado, nos anos setenta, o Clube Sporting da Kíbala, formação desportiva que deu muitas alegrias aos naturais e amigos da localidade. Posteriormente viria a designar-se Sporting da Maianga.

Além dessa agremiação desportiva havia outras, como o Guimarães Futebol Clube, os Merenguitos e um clube composto maioritariamente por gente de Calulo. Já no pós-independência surgiria o Margoso Futebol Clube.

#### Lutas e arruaças

De recordações não é tudo: quando se tratava de lutas e arruaças o bairro tinha a famosa Mana Fatita das Cabeçadas, um apelido que lhe foi dado devido às cabeçadas que aplicava aos seus adversários nas contendadas.

Das Cabeçadas, como carinhosamente Mana Fatita era tratada, era irmã mais nova do Passos Mundial, um exímio lutador de luta livre. À semelhança do que acontecia no Rangel com Fernando Mayombola, defensor do bairro,

Margoso, e em geral todo musseque Prenda, tinha como seu "escudo" o aguerrido Passos Mundial. De estatura mediana, Passos Mundial era referência quando se tratava de defender os interesses da circunscrição. Foram várias as pelejas, algumas das quais ficaram para sempre na memória de muitos, em que Passos Mundial defendeu com dedicação e bravura a honra da comunidade.

Ainda nessa vertente, não é tudo: havia no bairro o também muito conhecido Lobo da Costa, um exímio lutador de luta livre. Lobo da Costa era também organizador de entretenimentos como Carrosséis, ali em baixo, na divisão entre o Margoso e o sector do Shabá, propriamente na zona do Zamba Dois.

Habitava igualmente no bairro um dos mais famosos vaidosos de Luanda. Trata-se de Rui Bangão, jovem que pela sua banga fazia trinta minutos a caminhar entre o lugar onde hoje está a Clínica do Prenda até ao mercado informal Ango Chula.

Rui Bangão andava com tanto estilo e tão devagar que nem um camaleão, desfilando todo o seu perfume de simpatia, razão pela qual era admirado pelos munícipes, que deixavam teimosamente as suas casas para ir apreciar o seu talento no vestir e no andar.

Os irmãos Sansão, protagonistas de grandes contendadas e que moravam próximo à actual pedonal em betão no segundo portão da Clínica do Prenda, eram também muito conhecidos. E havia também o cota Tumba Tumba grande "baçulador", com a sua fama a alcançar zonas distantes de Luanda. E o cota Salazar, vulgo "Sangue Minha", ele que guardava as chaves do chafariz e era um dos "carrascos" dos que chegavam tarde para acarretar água. "Mesmo a faltar um segundo, o homem das chaves não aceitava abrir a torneira para encher o balde, porque' a hora tinha chegado", conta um dos antigos moradores.

#### O nome do bairro

O bairro Margoso no tempo colonial era parte integrante da circunscrição do Prenda. Só em 1974 viria a autonomizar-se como tal. No entanto, existem algumas divergências quanto à atribuição do seu nome.

Mário Lopes, filho da falecida Dona Filipa, que se instalou no bairro nos anos cinquenta, diz que a designação Margoso surgiu pelo sentimento de revolta causa do pela repressão às farras de quintal que eram promovidas pelos senhores Passos e Adão.

"A Polícia de Segurança Pública, sempre que houvesse farras de quintal, rondava o bairro, no intuito de ameaçar os jovens. Um dia desses os frequentadores das farras aborreceram - se com as ameaças e decidiram enfrentá-los. Diziam que o bairro era Margoso e que ninguém tinha medo da repressão policial. Daí surgiu o nome do bairro", conta Mário Lopes.

Mário Lopes salientou que antes de ser Margoso o bairro chamava-se Prenda 2, isso nos anos 60. Disse ainda que "é bom que fique bem claro que o nome Margoso vem desde há muito tempo, devido à resistência dos farristas de quintal perante a Polícia portuguesa".

Mas essa versão é contrariada por António Júlio Zamba, antigo morador, que defende que o bairro ganhou o nome Margoso devido às constantes visitas que o antigo comandante da Primeira Região político-militar do MPLA, general Margoso, efectuava à base de pioneiros do MPLA comandante Stona, situada na circunscrição.

Um dos objectivos da visita do referido comandante, segundo Júlio Zamba, que pertenceu-a base comandante Stona, era dar recomendações pertinentes sobre a guerrilha. "A anteceder ao içar da bandeira, já o comandante Margoso estava presente. A partir daí entendemos que o bairro deveria passar a chamar-se Margoso, em sua homenagem", sublinha Zamba.

"À semelhança do que acontece com outras localidades de Luanda, e não só, a designação Margoso foi dada ao bairro pelos pioneiros. Não existe um registo oficial da atribuição do nome ao bairro por parte do Governo", diz Júlio Zamba, em conclusão.

#### Pós-independência

Após a independência nem tudo foi um mar de rosas para o bairro. A circunscrição foi "invadida" por gente proveniente de várias regiões do país, que transportava consigo os seus hábitos e costumes.

Surgiram construções desordenadas que culminaram com a interdição de ruas que davam acesso a locais de referência. Além disso, as ruelas de acesso também foram fechadas e o saneamento básico ficou ainda mais caótico.

"A circunscrição perdeu o brilho que tinha outrora e agora está mergulhada num mar de dificuldades", lamenta um antigo morador, de nome Alfredo Luguenda. O nosso entrevistado defende a necessidade de se pôr ordem à venda ambulante defronte ao Hospital do Prenda e a resolução das questões relacionadas com a limpeza e o saneamento básico. "Sem a resolução dessa situação a desordem vai continuar". Morador do bairro há mais de rima década, Luguenda refere a existência de descatos constantes entre moradores e vendedores devido à ocupação de lugares nos passeios e passagens aéreas, além do consumo elevado de bebidas alcoólicas.

Além disso, a delinquência e a prostituição "residem" sobretudo debaixo do viaduto localizado no segundo portão da Clínica do Prenda, onde existem duas roullotes que comercializam cervejas e bebidas espirituosas, negócio que se estende até ao beco que dá acesso à antiga Discoteca Lamoncha.

Um dos actos reprováveis apontados por Alfredo Luguenda está relacionado com a comercialização, por parte de algumas zungueiras, de iguarias e outros produtos defronte ao primeiro portão daquele estabelecimento hospitalar, o que impede a fluidez da circulação das pessoas que pretendem dirigir -se à unidade sanitária.

A delinquência é assustadora devido às famosas "reives". Crianças dos 13 aos 15 anos são as principais referências quando se trata de assaltos, roubos e mortes. A título de exemplo, o bairro perdeu recentemente Eduardo Kitongo "Man Pina", um influente enfermeiro anestesista colocado na Maternidade Augusto Ngangula, baleado no beco do também já falecido tio Benjamim Cardoso.

De resto, esse é o retrato incompleto de um bairro cujos habitantes viveram, há um ano, dias terríveis nas suas vidas, por causa de um despacho do gabinete de requalificação do Governo de Luanda, que dava como certa a demolição das suas casas e a sua transferência para o Zango 4, local que dista a mais de 20 quilómetros do centro da cidade.

## 7. TERRA

### 7.1 Visita do ministro dos antigos combatentes

*Jornal Hora*

*7 De Dezembro de 2018*

Quando o ministro dos antigos combatentes, João Ernesto Liberdade, visitou o distrito de Quenguela, depois de ser informado do que se estava a passar na área, disse que os militares e as armas devem ficar na unidade e as terras pertencem aos camponeses. O senhor Cândido, que estava na tribuna, ficou sem jeito e os militares que atormentavam as pessoas foram retirados do local.

Depois de um tempo, a administração fez uma publicidade enganosa, dizendo que iriam cadastrar os camponeses e entregar-lhes os documentos das suas parcelas de terra, o que não aconteceu, porque uns receberam documentos e a outros lhes foi indício outros espaços que não eram os seus.

"Quando pedimos para realizarmos uma reunião com a administração eles não aparecem".

"Estamos a ser raptados nas nossas casas por elementos com carros com vidros fumados e trajados a civil. Não sabemos se são bandidos contratados para o efeito, nós temos o carregador de munições de um agente que havia abandonado o terreno, portanto nós não matamos ninguém e gostaríamos que não nos fizessem buscas; se quiserem mandem-nos notificação e vamos aparecer onde quer que seja", salientou Kitadi Sucula Kacunga.

"Nós somos um fenómeno da guerra; saímos das nossas províncias para defender o país e posteriormente viemos aqui por uma causa. Hoje somos vítimas de negócios dos políticos que matam os pobres para se enriquecerem".

### 7.2 Abuso e violação à lei administrador de Quenguela acusado de vender terrenos dos camponeses

*Jornal Hora*

*7 De Dezembro de 2018*

A administração do distrito de Quenguela, município de Belas, província de Luanda, está a ser acusada pelos camponeses de invadir as suas lavras e vender os terrenos aos generais e pessoas da sua convivência, disse recentemente ao Jornal Hora H, Luzia José Diogo

Ana Mendes

Segundo a camponesa, depois da administração invadir os espaços e comercializar os terrenos, passou a ameaçar os proprietários de morte para abandonarem as lavras alegando que as mesmas já não pertencem aos proprietários legítimos.

"Aqui na minha lavra havia aparecido o senhor Isaac com um branco e obrigaram-me a parar com as plantações porque o terreno é do Estado. Me dirigi à administração para saber o que é que está a acontecer de concreto e fomos informados pelo camarada Vanduném que as terras já não nos pertencem porque o Presidente da República, João Lourenço, orientou para vender porque o país não tem dinheiro", afirmou Luzia Diogo.

Por outro lado, a camponesa salientou que depois de verem que os camponeses estavam a reclamar muito, decidiram que dividissem ao meio as lavras, ficando uma parte para o invasor e outra para o proprietário. Mas isso trouxe ainda outra confusão porque eles estão desorganizados e não dominam as divisões administrativas.

Luzia Diogo, acrescentou ainda que a administração prometeu a todos os camponeses que iria tirá-los dos terrenos que é de cem por cem, "para nos darem dois lotes de trinta por vinte, isso mesmo é justo?", questionou a interlocutora.

"O terreno que o general Camorteiro comprou na Administração do Quenguela, aos senhores Cândido e Van-dúnem, uma parte invadiu o meu terreno que, segundo os bandidos, já foi também vendido ao general Correia Victor, que nunca vi", denunciou Luzia Diogo.

"Como é que a administração está a nos forçar abandonar as nossas terras se é lá onde conseguimos verbas para pagarmos as propinas dos nossos filhos, rendas e para comermos?", voltou a questionar chorosa.

Por outro lado, o activista Kitadi Sucula Kakunga, em solidariedade aos camponeses disse que "a causa que lhes leva a reclamar a titularidade das terras é justa, porque têm titularidade das terras que saiu no Diário da República e outros officios que os identifica".

"No princípio os camponeses pensavam que estavam a ser invadidos por invasores comuns, mas no fim constatou-se que era mesmo a própria administração que estava a fazer negócios escuros com generais e empresários que ostentam poder financeiro no país", disse Kitadi Sucula.

A administração de Quenguela, quando se apercebeu que foram descobertos, fizeram contracto com os militares da PCU, Polícias e agentes da Fiscalização nas matas, para controlarem os proprietários das terras e não permitirem que entrassem nas suas lavras.

### 7.3 Declarações do coordenador do bitatanque

*Jornal Hora*

*7 De Dezembro de 2018*

"Recentemente havíamos reunido com alguns membros da Administração do distrito de Quenguela e o senhor Van-dúnem disse-nos que os terrenos já não pertenciam aos camponeses porque ele tem uma lista onde constam os verdadeiros donos das terras. Pedimos que chamasse os nomes ou as pessoas que alegava e vimos que não são os proprietários verdadeiros", salientou Jorge Domingos Balanga, o coordenador da zona A do Bita Tanque.

"Eu sou o coordenador do Bita Tanque e conheço todos camponeses a quem pertencem as lavras aqui. A lista de nomes que eles têm é das pessoas a quem a administração vendeu os terrenos", acusou.

O coordenador Jorge Domingos Balanga afirmou ainda que o desejo do povo é retomar as suas lavras para serem transformadas em bairros e pedir ao governo para construir escolas, hospitais, parques

recreativos e outros serviços que garantam melhor desenvolvimento para a população, disse.

O representante dos camponeses afirmou que está na área desde 1991 e a primeira população que chegou ao Bita Tanque foi em 1981 e os últimos em 2001. "Quem nos meteu aqui foi o governo e nos distribuiu as parcelas de terra de cem por cem para fazermos a nossa vida", certificou.

"Em dois mil e quinze apareceu um grupo de invasores com máquinas para destruir as plantações, torturaram os camponeses e alegavam ser mandatados pelo administrador municipal de Belas, na altura o senhor Espanhol", afirmou o coordenador Jorge Domingos Balanga.

Este semanário procurou contactar o administrador do distrito urbano de Quenguela mas sem sucesso.

### 7.4 Administrador do Quenguela norte aproveita-se da operação resgate para demolir e vender terrenos

*Jornal Hora H*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Kabenguele Munanga*

Os moradores do bairro Cinco Fios, do distrito urbano do Kilamba, em conversa com o Jornal Hora -H, disseram que já recorreram ao governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, em virtude de o administrador de Quenguela norte, Cândido Manuel Domingos, mandar demolir um bairro que não está sob sua jurisdição para vender terrenos.

«Estas demolições datam de 2013, no tempo do general Higinio Carneiro que pretendia vender a alguns empresários. Mas esta situação tem a mão do administrador municipal de Belas, que tem mandado os seus capangas, comandados por Sebastião Macuzulo Chiló para depois comercializarem os espaços», disse o morador João Cambulo.

O mesmo refere que «em função destas demolições orientadas pelo administrador do município de Belas estão ao relento mais de mil famílias, para tirarem dividendos pessoais e o governador provincial não tem conhecimento deste crime? A existência do bairro é do conhecimento da administração de Belas e do Kilamba, e pagamos os emolumentos durante trinta e seis meses, e agora estão a partir as nossas casas. O officio n.º.178-SG/ ADUK109/08/20 17, confirma isto», denuncia. Catarina Pelinganga, moradora do bairro Cinco Fios desde 2013, esclarece

que «tenho a casa demolida e estou ao relento com a minha família, isto é um sofrimento, por causa de negócios ilegais partem as nossas casas, afinal aonde anda a PGR? Não conseguem preencher estes criminosos que aproveitam-se dos cargos de administradores para servirem-se? Nesta operação houve disparos de armas de fogo que resultou em morte de algumas crianças, assim como ferimentos, houve agressão moral e física provocada por elementos da Região Militar Luanda, comandados por um assassino que usa a farda para intimidar, identificado por capitão Contente», denunciou.

«Uns foram parar nos calabouços da polícia do Kilamba e para saírem tiveram de pagar aos polícias do Kilamba o valor de cinco mil kwanzas. O bairro Cinco Fios foi criado em 1973 e conta actualmente com quinze mil famílias.

Este jornal contactou via telefone o capitão Contente da região militar Luanda e está destacado naquela zona. O seu contacto esta desligado.

Já o administrador de Quenguele não atendeu as nossas chamadas, nem as mensagens. Mais dados na próxima edição.

Denúncia leva camponeses à prisão

Devido às denúncias dos camponeses que lhes estão a receber as suas terras por parte do administrador do Distrito Urbano do Quenguele Cândido Manuel Domingos, este usou da arrogância do poder mandou prender no último sábado 8.

Tudo porque é prática de um servidor público em vez de prestar serviço na comunidade está para se servir, e aproveita-se do nível académico 'destas populações para comercializar as suas terras através de alguns membros das comissões de moradores.

Sobre os negócios ilícitos do administrador do Quenguele Norte Cândido Manuel Domingos, mas dados na próxima edição.

## **7.5 Tribunal da Huíla retoma julgamento do governador do Cunene em Janeiro**

*Jornal OPAÍS*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: João Katombela*

Na primeira sessão de julgamento do processo nº 2014/225-B, nos autos de Acção Declarativa de Condenação movida por Fernando Simões dos Santos, decorrida na Sala do Cível do Tribunal

Provincial da Huíla, foram inicialmente ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes no referido processo. Depois das audições às testemunhas em que foram colhidos todos os depoimentos, a juíza presidente do Tribunal Provincial da Huíla, Tânia Pereira Brás, encontrou algumas dúvidas, facto que fez com que o tribunal se deslocasse ao terreno em litígio.

Na sequência da visita de inspecção judicial liderada pela própria juíza, o tribunal voltou a reunir -se na sala de audiências pelas 17 horas, tendo a sessão terminado por volta das 19 horas.

Próxima sessão em Janeiro

Entretanto, o tribunal na pessoa da juíza presidente, decidiu marcar uma próxima sessão para o dia 3 de Janeiro de 2019, altura que será feita a produção de provas, as respostas aos quesitos e, possivelmente, lida a sentença. O advogado da família Santos, Justo Cunha, explicou que a primeira sessão de audiência decorreu dentro da normalidade, dando a possibilidade de acreditar num possível desfecho favorável aos seus constituintes. "A sessão correu dentro daquilo que era esperado, foram ouvidas as testemunhas que se dignaram comparecer ao tribunal, o tribunal também aproveitou o dia para fazer uma inspecção judicial ao terreno, temos marcada a segunda sessão para o dia 3 de Janeiro, para a discussão das provas recolhidas e a apresentação dos quesitos" disse.

Acusado representado pelo advogado

O julgamento foi realizado com a ausência do acusado, Virgílio Tyova, por razões desconhecidas, tendo sido representado pelo seu advogado de defesa.

Entre as testemunhas de Tyova destaca-se o antigo administrador-adjunto do Lubango e actual secretário do Governo Provincial do Cunene, Domingos Wango. O advogado de defesa de Virgílio Tyova, Lizender André, que preferiu não falar aos jornalistas presentes no tribunal, à data dos factos desempenhava as funções de director do Gabinete Jurídico da Administração Municipal do Lubango.

Questionado se poderia ou não viciar o processo, Justo Cunha respondeu que esta é uma questão deontológica. "Esta é uma questão de fórum deontológico, é uma questão que nós discutimos internamente dentro do processo, mas não posso pronunciar-me sobre ela" explicou.

Para Fernando Simões dos Santos, autor da Acção Declarativa e Condenativa, em representação dos seus irmãos, com tudo o que se produziu na primeira

sessão de audiência pode-se vislumbrar uma luz no fundo do túnel.

"Nos sentimos mais satisfeitos pelo facto de se ter dado início ao processo, já que o mesmo data desde há décadas, a juíza foi ao local para averiguar a situação do terreno, vimos, de facto, que a coisa vai correndo como esperávamos e que a justiça seja feita", disse confiante num desfecho positivo.

## 7.6 População ganha lotes para construir moradias

*Jornal de Angola*  
20 De Dezembro de 2018  
Texto: Jesus Silva

A população que se encontra a residir nas zonas adjacentes ao aterro sanitário do Lobito vai beneficiar de terrenos para a auto-construção dirigida, no projecto do "Novo Lobito", garantiu ontem o administrador municipal, Nelson da Conceição.

"Aos que alegam não terem condições para pagar arrendamento, nós vamos criar um espaço provisório para que possam construir fora da lixeira, até que se criem condições' sobretudo de água, no projecto "Lobito Novo", onde essas pessoas possam construir as suas casas definitivas e viverem condignamente", salientou.

Nelson da Conceição frisou que esta medida visa proteger adultos e crianças que convivem quotidianamente com o lixo e livrá-los do contágio de doenças e infecções, por estarem expostos à vermes e insectos prejudiciais à saúde.

Segundo o administrador, a zona da lixeira já foi intervencionada com trabalhos de limpeza, tendo-se utilizado máquinas bulldozers e pás carregadoras, para empurrar o lixo para as células, no sentido dos resíduos sólidos serem colocados no centro do aterro sanitário e as vias de acesso ficarem livres.

A zona da Lixeira, localizada na área da "Caímbra", é o local onde diariamente são depositados os resíduos sólidos dos municípios do Lobito e da Catumbela, o que está a atrair pessoas em busca de cobre; bronze e alumínio, mormente latas vazias, que comercializam ao preço de 50 kwanzas o quilo. A imagem que o local apresenta nos últimos tempos contrasta com o nome que foi atribuído à cidade, pela sua beleza natural e forma calorosa de acolhimento aos visitantes: "Sala de Visitas de Angola".

Devido aos trabalhos em curso para a ampliação da estrada n.º 100 foi aberta uma passagem improvisada,

que passa pelo aterro sanitário, onde transeuntes assistem diariamente a um cenário desolador, com o movimento de adultos, jovens e crianças a transitarem de um lado para outro, em busca de algo que sirva para vender.

Os motoristas que por ali passam alegam que ao chegar àquele local são obrigados a reduzir a velocidade, por causa da movimentação constante de pessoas, numa passagem que já é estreita, para evitarem acidentes.

## 7.7 Ocupação ilegal de terrenos origina debate em Benguela

*Jornal de Angola*  
22 De Dezembro de 2018  
Texto: Maximiano Filipe

Várias entidades da sociedade civil na província de Benguela concluíram, ontem, durante um seminário sobre "Direitos Fundiários", que tem havido inobservância da Lei da Terra, em relação à ocupação de terrenos agrícolas nas comunidades rurais.

O evento, promovido pela organização não-governamental Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA), analisou os actuais métodos de exploração dos solos pelas diferentes franjas da sociedade, abordou os mecanismos de protecção das terras das comunidades rurais e a emissão de títulos de reconhecimento de terras comunitárias.

Os participantes debateram ainda questões sobre os mecanismos de identificação dos terrenos urbanos, comunitários e agrícolas e discutiram as consequências e os riscos provenientes dos conflitos fundiários.

Segundo o representante do provedor de Justiça de Benguela, Martinho Cussoca, que orientou os trabalhos têm-se registado muitos casos de conflitos sobre os direitos fundiários em todos os municípios da província. "A título de exemplo, devo revelar que, em 2016, a provedoria resolveu 47 casos de conflitos de terras, motivados por invasão de terrenos de pacatos cidadãos", disse.

Martinho Cussoca disse que as violações do direito fundiário mais recorrentes têm a ver com a expropriação dos espaços alheios, envolvendo entidades públicas, privadas e entre cidadãos.

"Estes factos são mencionados nos relatórios da provedoria que são encaminhados à Assembleia Nacional", frisou.



O representante do provedor informou que a instituição de que faz parte tem realizado sessões de esclarecimento sobre os direitos fundiários a entidades públicas e privadas em toda a província de Benguela, explicando as formas legais de aquisição de terra à luz da legislação em vigor. "Nesse domínio, considero que, à luz do Decreto 58/07 de 13 de Julho, referente ao Regulamento Geral de Terras, a Provedoria de Justiça tem mediado e conciliado com sucesso os conflitos de terras que ocorrem na província de Benguela", revelou Martinho Cussoca.

Para a responsável da ADRA em Benguela, Célia Sampaio, o encontro foi bastante proveitoso por ter criado mecanismos para habilitar os agentes comunitários sobre os direitos fundiários, na medida que tem havido muitos conflitos e vários cidadãos acabam prejudicados por desconhcerem a legislação que rege esta problemática. "Há mais de três anos, ajudámos a resolver, com recurso à Lei de Terras, um conflito que opunha uma brigada militar e uma cooperativa de camponeses", disse Célia Sampaio.

"A ADRA", prosseguiu, "vai continuar a realizar encontros formativos do género, com o objectivo de elevar o nível de conhecimento e percepção sobre o programa da Comissão Interministerial, órgão responsável pelo registo dos terrenos rurais. "

Célia Sampaio garantiu que o órgão que tutela vai continuar a criar instrumentos para ajudar a resolver os conflitos fundiários, "de modo a criar mais espaços de diálogo entre as administrações, as comunidades e serviços de aconselhamento.

O encontro, que decorreu em apenas um dia, juntou mais de 120 participantes, entre autoridades tradicionais, representantes do Governo Provincial de Benguela, membros das comunidades rurais, funcionários das regedorias e responsáveis municipais, entidades religiosas e organizações não-governamentais.

## 7.8 Altas figuras dificultam diversificação da economia

*Jornal Visão*

*28 De Dezembro de 2018*

*Texto: Saviola Suka*

Os estratégicos terrenos naquela área eram ocupados pelos camponeses há vários anos, mas as autoridades governamentais correram com os mesmos, alegando criação de reservas fundiárias para promoção de políticas habitacionais.

"Foi uma malandragem que utilizaram para ocuparam as terras deixadas pelos nossos antepassados. Hoje, nem política habitacional e nem nada foi implementada", lamenta Aurélio Sabino Capenda que perdeu dois hectares de terra junto do canal de irrigação de Kikuxi.

A revolta dos camponeses, segundo Aurélio Sabino Capenda, deve-se pelo facto de se observar, generais, ministros e outras figuras do poder ocuparem os terrenos, sem o devido aproveitamento das terras para a prática da agricultura.

"Vamos invadir os nossos terrenos ocupados com o pretexto de reservas fundiárias. Se o novo Presidente da República valoriza a agricultura, como é que alguns membros do seu Staff oponha-se a agricultura?" questionou Armando Fumbi, desalojado há oito anos.

Os antigos camponeses lamentam haver nestas quintas, apenas a existência da produção de mangueiras em abundância, em detrimento das hortícolas que contribuem substancialmente para a dieta alimentar na mesa dos angolanos.

"São pessoas que não têm tradição na agricultura e entendem que a produção de mangueiras é mais importante em relação as hortícolas" contou, Anita Kibuta lembrando que "os proprietários destas quintas só aparecem, aos finais-de-semanas, com amigos para comerem e beberem e não se preocupam no estímulo da agricultura para aproveitarem o canal de irrigação"

Anita Kibuta quer a implementação das palavras do Presidente da República, no Huambo na abertura da campanha agrícola 2017/18, quando afirmou que "o Estado angolano poderá, a curto prazo, retirar a concessão de terras aos proprietários agrícolas que não as exploram"

"Sé o PR disse que o Estado pretende dar início a redistribuição de terras e permitir que esse activo seja um factor impulsionador da diversificação da economia nacional. Como é que a vala de irrigação de Kikuxi continua a ser um autêntico deserto?" interrogou-se.

O técnico agrónomo Domingos junta-se a conversa dos camponeses, sublinhando que, nesta fase da diversificação da economia, a agricultura "é fundamental para o desenvolvimento do País"

"O Governo criou o sistema hidráulico do Kikuxi, que tem cerca de 25 quilómetros, sob gestão do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, visando apoiar a irrigação do perímetro agrícola local. Acho que quem ocupa urna área para agricultura

neste perímetro e não a explora deve urgentemente abandonar para dar lugar ao interessado': aconselhou o agrónomo.

Segundo o técnico, por se tratar de uma das principais actividades económicas do País desde os tempos passados, ninguém nega esta tarefa de desbravar a terra.

"Quase em todo o mundo, a agricultura continua a ter seu papel de importância sob diversos aspectos, sendo que em destaque estão o abastecimento da população urbana, que cresce em ritmo acelerado, e a geração de produtos para exportação': explicou.

Turismo sim, agricultura não

Se o processo de diversificação da economia, como defendem as autoridades, passa pela promoção da agricultura, por ser um sector abrangente e estratégico para do desenvolvimento das sociedades, no canal de irrigação do Kikuxi, município de Viana, a realidade é diferente.

Como já fizemos referência nesta reportagem, largos espaços de terra que deveriam servir para o desenvolvimento da agricultura, estão vedados e só servem para o turismo.

"Quando os meus avô trabalhavam aqui no passado mesmo sem a vala de irrigação, aqui saía muita produção. Mas hoje com condições criadas nada se vê", lamenta Castro Cabunza, também camponês.

Face a situação, um outro camponês, Fernando Tekela, é de opinião a que atitude dos proprietários destas quintas "é uma forma de desafiar as autoridades governamentais que de dia e noite, não cessam de apelar o fomento da agricultura, tendo em vista a diversificação da economia"

"Não colaboram para ajudar o Governo ultrapassar a crise. O que eles querem?", indagou Fernando Tekele que exigem que, a administração municipal de Viana deve fazer o levantamento de todas as terras não exploradas.

Tentativas fracassadas

Nas quintas há fortes de medidas de segurança. Na semana passada, um grupo de 12 pessoas na sua maioria camponesa tentou sem sucesso invadir, urnas parcelas de terra para o cultivo na região de Kikuxi. "Queremos negociar com os supostos donos destas quintas. Criem as condições financeiras e nós trabalhamos e na colheita fizemos a divisão da produção': opinou o camponês Cardoso Sumbo.

Habitado a produzir a terra, Sumbo lamenta ver, centenas de hectares de terra próximos do canal de irrigação sem produção. "Se a PGR está preocupada com outros crimes, o pior está aqui nas quintas. Não se admite observar terras inteiras adormecidas': acrescentou Cardoso Sumbo.

Um dos guardas que, disse que tem ordens de interditar qualquer pessoas que se exhibe ocupar as terras desocupadas. "O meu chefe disse que ele paga impostos, com ou sem a produção, as terras são deles", contou.

Viana tem que potenciar Luanda

A direcção da agricultura de Viana defende a intensificação da agricultura nas grandes unidades de produção da comuna de Calumbo e no perímetro de irrigação de Kikuxi.

"A agricultura deve essencialmente ser vista na perspectiva da diversificação da economia porque muito produto consumido vem do exterior quando podia ser de produção local e as cooperativas com os apoios indispensáveis podem abastecer o mercado com esses bens", disse , uma fonte da secção municipal da agricultura.

"Precisamos maior incentivo e apoio em termos de insumos e imputes isso vai de facto ajudar alcançar a autos suficiência alimentar e o combate a pobreza', sustentou a fonte acrescentando que "a secção municipal da agricultura vai atentamente acompanhar a situação na vala de irrigação de Kikuxe. "É uma vala que custou muito dinheiro aos cofres do Estado. Espero que os camponeses ali a fonte acrescentando que "a secção municipal da agricultura vai atentamente acompanhar a situação na vala de irrigação de Kikuxe. "É uma vala que custou muito dinheiro aos cofres do Estado. Espero que os camponeses ali instalados devem aproveitar o máximo o recurso hídrico" aconselhou.

Viana tem uma tradição agrícola, como no Kikuxi onde há grandes unidades de produção e Calumbo é uma zona privilegiada por estar próxima do rio Kwanza.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Município do Cazengo precisa de melhorias na distribuição de água potável

*Jornal O Crime*

*1 De Dezembro de 2018*

Cazengo é o município sede da província do Kwanza Norte, congrega a metade da população da província. O município regista um avanço considerável na distribuição de energia eléctrica aos munícipes, o mesmo não se pode dizer na distribuição de água, que é feita baseado em restrições.

Tem a cobertura de energia em cerca de 85% da população e cerca de 60% para a distribuição de água.

Segundo a sua administradora, Maria de Lurdes Gomes Salgado, são notórios os avanços que o município tem registado nos sectores da educação e saúde, principalmente.

Nestes sectores, segundo a mesma, o município possui 54 escolas e 19 unidades sanitárias, e estão em construção três escolas e um posto médico.

No sector das águas, existe já uma empresa que está a realizar estudos e recuperar as infra-estruturas ligadas ao sistema de captação e distribuição de águas.

Segundo a mesma, Cazengo é um município com insuficiência de rios e outras fontes de água nas suas proximidades e, por este motivo, está aprovado um projecto de âmbito central para construção de um sistema de captação e distribuição de água a partir do rio Lucala.

Com vista a melhorar os aspectos dos bairros periféricos no período nocturno e facilitar a circulação da população neste período, estão em curso dois projectos de iluminação pública nos bairros Catombe de baixo e dos Imbondeiros.

Por outro lado, a administradora fez saber que a Administração municipal está a fazer o loteamento de terrenos urbanizados para fazer a distribuição aos munícipes que vivem em zonas de risco.

Maria Salgado referiu que foi feito um estudo sobre as necessidades no sector da educação, que concluiu a insuficiência de 43 escolas, desde novas construções, reabilitação e ampliação de escolas antigas, o que vai resultar igualmente na inserção de novos professores.

Estão em construção três novas escolas para reforçar as já existentes, mas que ainda assim não farão face às necessidades existentes.

"O número de vagas de professores do último concurso público cabimentado para o município é considerado irrisório, uma vez que foi o município com menos vagas disponíveis" manifesta.

No sector da saúde, o município conta com 19 infra-estruturas já edificadas, mas é orientação do Governo provincial, como prioridade, a reabilitação e apetrechamento das infra-estruturas já existentes, realça.

"A Administração Municipal, cumprindo esta orientação, há cerca de um mês foi reabilitado e equipado centro de saúde da Quipata, e para próximo ano o projecto se estenderá noutras unidades do município a fim de serem reabilitadas, equipadas e distribuído medicamentos para que possam servir melhor a população".

No quadro da melhoria das condições de vida da população, o Governo provincial definiu como prioridades os sectores da saúde, educação, energia, água, reabilitação e construção de estradas.

Hednildo Lapes Teixeira, director do Gabinete de Estudo, Planificação e Estatística (GEPE), fez saber que a província do Kwanza Norte possui 132 escolas precárias, 65 mil alunos por excessos nas salas de aulas e 12 mil alunos do sistema de ensino.

Preocupado com a situação, segundo o mesmo, o Governo Provincial elaborou um programa de melhoria do sector da educação ao nível da província, na qual estão em construção 26 novas escolas que vão albergar cerca de 30 mil alunos.

O município do Cazengo, conta, estão em construção nove escolas que servirão para substituir todas as escolas precárias.

"Para o orçamento de 2019 está contemplada a construção de 52 novas escolas em toda a província, das quais 32 compreenderão 7 salas para o ensino primário e primeiro ciclo e 20 com 12 salas para o segundo ciclo".

o sector das águas, em 2014 o Ministério da Energia e Águas lançou um concurso público para construção de sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais, mas que foram paralisadas por problemas de pagamentos, cujos municípios afectados foram os da região norte, Cazengo e Cambambe, disse.

Em função da transferência de competências para as administrações municipais que está em curso,

segundo Hadnildo Teixeira, é bem provável que sejam as administrações municipais a concluir esses projectos no próximo exercício económico.

Ainda assim, salienta, no quadro do projecto "Água para Todos" estão em conclusão os projectos de distribuição de água à vila de Massangano e do Instituto Médio Agrário do Kwanza Norte, que vai abastecer às comunidades circunvizinhas.

Ndalatando só terá solucionado o problema da distribuição de água com o reforço do sistema de abastecimento a partir do rio Lucala.

Segundo o director do GEPE, o projecto é do Ministério da Energia e Aguas que será financiado pelo Banco Mundial, pelo que se aguarda pelo concurso público para adjudicação das obras.

"Para o município de Bolongongo, o mais crítico neste sector, está programado para o orçamento de 2019 a reabilitação da conduta de transporte de água a partir do município de Quiculungo".

Noutra vertente, o responsável afirma que a reabilitação da estrada que vai ligar os municípios da região norte já está em curso e é de âmbito central, cujas obras estão a cargo da empresa Grinner, com duração de 24 meses.

Quanto à estrada do município de Ngonguembo, que segundo o mesmo constitui maior preocupação do Governo da província, também é de âmbito central mas não está assegurada em nenhuma linha de financiamento.

"Em função disto, o governador provincial orientou ao INEA local e a empresas do sector da construção a efectuarem trabalhos paliativos na estrada a fim de minimizar as dificuldades que a população enfrenta para circular na referida estrada".

Quanto à energia, acrescenta, foi aprovado pelo Titular do Poder Executivo o projecto de electrificação dos municípios de Ngonguembo, Banga e Bolongongo.

"Neste momento decorrem as negociações da linha de financiamento e, pelo que se sabe, será financiado por um banco francês e tudo indica que no primeiro trimestre de 2019 irão arrancar os trabalhos".

A linha de financiamento irá contemplar as linhas de energia da rede pública aos sistemas de captação e abastecimento de água potável de todos os municípios, sabendo que estes ainda enfrentam dificuldades na distribuição de água à população por conta da falta de: combustíveis, uma vez que a

maioria dos sistemas é abastecido por geradores, disse.

O projecto contempla ainda a electrificação do aeroporto provincial, o horto-botano do Quilombo, bem como as comunas de Danje ya Menha e Camame.

"O acordo entre a empresa responsável pelo projecto e o Governo da província prevê a colocação de um posto de transformação de electricidade e iluminação pública em todas as aldeias por onde passarem as linhas de transporte de energia de média e alta tensão".

O grande problema que o Governo enfrenta tem a ver com a homologação das ordens de saque por parte do Ministério da Finanças, facto que tem condicionado a materialização e conclusão de muitos projectos.

Segundo o responsável, do orçamento aprovado para a província geralmente só tem chegado 35% a 40% de execução financeira. A título de exemplo, o orçamento do presente ano é de 26 mil milhões de kwanzas, mas até aqui ainda não está a 50% de execução financeira.

A par disso, refere, a disponibilidade tardia do orçamento também condiciona de certa forma os projectos dos governos provinciais, uma vez que a execução do orçamento do presente ano só começou a ser disponibilizado a partir do mês de Junho. "Foram adjudicadas algumas empreitadas no princípio do ano, mas as obras só tiveram início no mês de Agosto, a julgar pela disponibilidade financeira".

Seguindo o apelo do Ministério das Finanças em racionalizar os recursos, foi priorizado o sector da educação e os restantes já mencionados, finaliza.

Referir que a província do Kwanza arte possui 10 municípios, dos quais apenas três não possuem energia da rede nacional.

## 8.2 Água para todos' alegria do povo

*Jornal O Crime*

*1 De Dezembro de 2018*

Daniel Manuel Domingos, administrador municipal de Ngonguembo, referiu que o município que dirige nunca possuiu qualquer estrada asfaltada, o que tem dificultado a circulação de pessoas e bens, e por outro lado, as trocas comerciais entre os municípios da

região, o que tem condicionado o seu desenvolvimento a vários níveis.

Disse que os munícipes de Ngonguembo aguardam expectantemente pela extensão da linha de transporte de energia da rede nacional, que segundo informações, já tem o aval do Ministério das Finanças para a sua execução.

"No sector das águas, o projecto "Água para Todos" beneficiou o município, mas pelo facto das instituições que estiveram em frente do projecto não terem buscado a opinião da Administração Municipal, hoje a água no município apresenta inúmeras dificuldades para o seu funcionamento".

Como é um projecto de âmbito central e que ainda não foi entregue à Administração Municipal, logo impõe bastantes dificuldades para se puder resolver esta situação localmente, afirma.

### 8.3 Mar de lixo flutua no litoral da Chicala

*Jornal de Angola*  
4 De *Dezembro* de 2018  
Texto: *Manuela Gomes*

Logo à entrada da Chicala 2, na Ilha do Cabo, em Luanda, existe um enorme amontoado de resíduos sólidos, na sua maioria plásticos e dejectos humanos, produzidos pelos moradores da zona, que flutuam na água do mar ao longo da Marginal Sudeste, ante o olhar de todos, o que constitui um atentado à saúde pública e dos ecos sistemas marinhos.

Domingos Amaral, morador da Chicala 2, é pescador há nove anos, atraca a sua canoa no meio daquele amontoado de lixo, disse ao *Jornal de Angola* que este cenário já se regista há muito tempo e que nunca foi feita nenhuma campanha de limpeza naquela zona.

O pescador acusou os moradores, nomeadamente os da Chicala 1 e 2 como os causadores daquela poluição ambiental, pois segundo ele os mesmos depositam o lixo e dejectos directamente no mar.

A fonte do *Jornal de Angola* tem consciência de que aquela quantidade enorme de lixo depositado ao longo do litoral é nociva para a saúde das pessoas principalmente para as crianças que brincam junto ao mar.

Ontem, técnicos da Direcção Nacional do Ambiente e da Agência Nacional de Resíduos, estiveram no local para avaliar o impacto, e estudar formas para a

remoção do lixo existente naquela zona do litoral luandense.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o director nacional do Ambiente, Nascimento Soares, disse que o diagnóstico efectuado ontem, serviu para identificar as principais áreas com focos de lixo e a origem do problema.

"A situação nesta zona não é das melhores", disse o ambientalista para quem um dos grandes problemas que contribui para o acúmulo destes resíduos é a construção desordenada de casas, sem estruturas de saneamento de águas pútridas adequadas, e a falta de contentores de lixo"

### 8.4 Aldeias do Huambo com mais água potável

*Jornal de Angola*  
8 De *Dezembro* de 2018  
Texto: *Juliana Domingos*

Mas de 200 famílias das aldeias de Canjungue, Cambuiyo-Baixo e Ngondo, comuna do Sambo, município da Chicala Choloanga, na província do Huambo, contam, desde quinta-feira, com mais água potável, na sequência da inauguração de sistemas de captação e distribuição.

O administrador municipal de Chicala Choloanga, Luís Sampaio, considerou a inauguração dos referidos sistemas de captação e distribuição como um passo importante na resolução do problema de falta de água' que ainda afecta algumas áreas da região.

Luís Sampaio apelou a comunidade a preservar os meios postos à sua disposição e a denunciar os cidadãos que tencionam vandalizar os bens públicos.

O sistema de captação e distribuição de água, equipado com painéis solares e chatarizes, foi construído no âmbito do programa integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza, que está a ser executado pelo Executivo, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

### 8.5 Restrições no fornecimento de água a bairros de Luanda

*Jornal de Angola*  
9 De *Dezembro* de 2018

O abastecimento de água potável vai estar restringido em vários bairros da província de Luanda, de amanhã até quarta-feira, devido à paralisação da Estação de Tratamento de Água de Luanda Sul.

A Empresa Pública de Águas (EPAL) informa, num documento enviado ontem ao Jornal de Angola, que a paralisação da estação é resultante da reabilitação por etapas do tanque de contacto da Estação de Tratamento de Água de Luanda Sul, no âmbito do projecto de reabilitação das estações de tratamento de água.

O abastecimento sob restrição vai ocorrer nos bairros Luanda Sul, Sapu, KM9, Calemba II, Soba Capassa, 500 Casas, Regedoria, Comarca de Viana, Jacinto Tchipa, Urbanização Nova Vida e Talatona.

## 8.6 Escassez de água desespera cidadãos de Luanda em véspera de Natal

*Jornal OPAÍS*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Milton Manaça*

A carência de água em vários bairros de Luanda está a permitir aos proprietários de camiões cisterna especular os preços ao cliente.

Uma cisterna de 20 mil litros, por exemplo, está a ser comercializada a 6 mil Kz nas girafas, mas os revendedores dos camiões fazem chegar aos seus clientes a preços que variam de 25 a 40 mil Kz, de acordo a distância das residências, conforme garantiram a OPAÍS.

José Ângelo disse que há condutas a serem encerradas e, durante o dia, a pressão das girafas vai baixando, o que está a contribuir para diminuição do número de carregamentos por dia. "Antes conseguíamos fazer duas a três viagens por dia, mas agora temos que acordar muito cedo para fazermos pelo menos um carregamento", disse.

Quintino Filipe, camionista há sete anos, disse que não conseguem honrar o compromisso com os clientes, em virtude dos problemas que estão a registar nos centros de abastecimento, que, por serem poucos a funcionarem, não satisfazem a procura.

Nas girafas situadas nos arredores do Benfica e Patriota, chamam a atenção, há fila de dezenas de camiões que aguardam pela sua vez para o abastecimento com água potável.

Os motoristas ouvidos por este jornal dizem que a tendência é a mesma sempre que se aproxima a época festiva, com o aumento da procura por parte dos clientes, mas o horário estabelecido pelas girafas não tem ajudado.

"O que está a complicar as Os camionistas dizem que há dias em que não conseguem encher sequer uma única vez a cisterna, por causa da enorme fila coisas é o horário. Agora, até às 13h as girafas encerram, quando antes podíamos abastecer até depois das 15h", queixou-se o jovem Champanha, camionista há 10 anos.

Os camionistas dizem que há dias em que não conseguem encher sequer uma única vez a cisterna, por causa da enorme fila e da demora que se regista nos postos de abastecimento. Esta situação, segundo dizem, tem comprometido a prestação de contas com os patrões no fim do dia.

As áreas periféricas, onde a água canalizada da EPAL tarda a chegar, são as mais afectadas e há cidadãos que alegam estar há uma semana à espera que os camiões cheguem à sua casa, como é o caso de Zeferino da Costa, residente no Bairro Mundial, no município de Belas. Aliás, é nos compradores de bidões que a situação parece ser mais difícil, tudo porque o bidon de 20 litros está a ser adquirido ao preço de 50 a 100 Kwanzas.

"Estamos à espera do jovem que nos trás água há duas semanas. Enquanto isso, somos obrigados a comprar água dos famosos kupapatas, que vendem o bidão de 20 litros a 100 Kz", referiu Zeferino da Costa. OPAÍS contactou alguns responsáveis de girafas que se recusaram a gravar entrevista, realçando apenas que o horário e os preços são determinados pela EPAL, assim como a questão da pressão da água, que é regulada a partir dos centros de distribuição de água.

## 8.7 'Piscinas Verdes' travam circulação no Cazenga

*Jornal Visão*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Domingos Miguel*

A piscinas verdes continuam a infernizar a vida os moradores do Cazenga, o que nos remete a concluir que o saneamento básico na cidade capital ainda é uma situação que requer atenção redobrada, onde a malária lidera cada vez mais a taxa de mortalidade.

Algumas zonas, mesmo em época de cacimbo, registam águas paradas nas ruas que, de certa forma, perigam a saúde humana.

Os moradores mostram-se agastados com a situação e, aos gritos, dizem sentir-se excluídos da agenda de quem governa e já perderam a esperança de verem melhorada a sua condição de vida.

Aguardam por dias mais negros, porque com águas paradas (piscinas verdes) o paludismo vai continuar a ceifar vidas dos cidadãos, para além de dificultar a circulação de peões e viaturas.

"Não consigo entender se, realmente, o governo quer o nosso bem, porque, antes, na nossa rua poderia chover bastante e não acumulava águas, mas depois que passaram homens a fazerem escavações enquadradas no projecto Água para Todos foi suficiente para estragar as ruas e com fluxo de águas paradas, que se transformaram assim em autênticos centros de reprodução de mosquito", sublinhou um morador.

Para eles, o que resta é só esperança de ver esta situação resolvida. "Tememos pela vida dos nossos filhos que fazem disso um centro recreativo": disse, sustentando que "as nossas unidades sanitárias não inspiram confiança, onde o facto corrupção tem sido o causador de perdas de vidas humanas", referiu, deixando um apelo a quem de direito no sentido de regularizar o funcionamento normal dos hospitais.

Jovens estudantes são os que mais sofrem com as chuvas paradas nas ruas e em quintais que, de certa forma, contribuem para um clima insustentável nas comunidades. "Somos seres humanos, o facto de vivermos em zonas suburbanas não nos tira o direito usufruirmos dos benefícios da boa governação" desabafou Santos Miguel.

A situação agrava-se quando chove, porque nem conseguem sair de casa para escola. "O que não se emende é que os tais buracos são provocados pelas escavações que supostamente serviriam de canalização para a distribuição de água.

Tentamos contactar a administração distrital do Kalawenda, mas a reportagem deste jornal não foi bem sucedida.

## 8.8 Restrições no abastecimento de água deixa moradores agastados no Morro Bento

*Jornal A República*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Hilária de Castro*

Mais um ano está a terminar e o problema da falta de água em algumas zonas do Morro Bento está longe de ser resolvido, situação que deixa os moradores agastados.

A falta do precioso líquido tem tirado o sono de muitos moradores, estes afirmaram que o problema

tornou-se um calvário para quem reside naquela zona.

A falta de água vem-se arrastando ano após ano e já dura cerca de 20 anos, segundo os moradores, e que a situação está cada vez mais difícil para grande parte da população.

"Nós tínhamos esperança que ainda este ano teríamos água, mas pelo visto teremos de aguardar mais um ano", lamentou o senhor Agostinho Pedro.

Agostinho Pedro diz que o mais difícil é saber que algumas casas têm água, embora não seja regular, mas tem água. O que deixa alguns moradores inquiridos é a incerteza, se haverá água a jorrar nas torneiras de suas residências, uma vez que não sabem, porque em algumas casas a água jorra e noutras não.

De acordo com os moradores que têm água canalizada, o fornecimento da mesma não é regular, corre uma a duas vezes por mês. Logo, é como se não tivessem água e pedem que as autoridades competentes encontrem uma solução, porque são muitos anos a sofrer por falta de água.

O mês de Dezembro é apontado como sendo a época do ano em que mais sofrem por falta de água, porque as cisternas que abastecem os tanques desta zona, nesta altura do ano, ficam mais caras e difíceis.

Em época normal do ano, uma cisterna de 7 mil litros é comercializada a 12 000 ou 14 000 Kwanzas, ao passo que no mês de Dezembro a cisterna chega a custar 20 mil Kwanzas. Esta situação deixa muitos moradores revoltados, como é o caso da senhora Celeste António, que diz estar aborrecida, porque no ano em que colocaram a torneira em sua residência, prometeram que um pouco depois já teria água, mas quatro anos já se passaram e senhora diz que a torneira de casa apanhou ferrugem.

"Achamos que o nosso sofrimento chegaria ao fim, mas já faz quatro anos e continuamos a espera do dia em que deixaremos de recorrer às cisternas para termos água em casa, esperamos há anos e vamos continuar a esperar e gastar fortunas para ter água que, muitas vezes, chega a ser imprópria para o consumo, vamos fazer mais como, se este é o governo que temos, que promete na época das eleições e depois não cumpre, já estamos acostumados, mana. Lamentou a senhora Celeste, moradora do bairro Morro Bento há vinte anos.

Já a senhora Madalena Teixeira Considera que esta situação lamentável, uma vez que no bairro existem zonas onde desde ano passado jorra água nas torneiras e não se sabe por que outras ruas ainda não beneficiam da água e pede que a EPAL explique as

razões de uns terem água, embora não regularmente, e outros não. Os moradores dizem não compreender como em algumas casas corre água e em outras não, se a canalização foi feita no mesmo período. Na fase de experimentação, a água correu em todas as casas, mas agora, em casas da mesma rua umas têm água e outras não.

## 8.9 Governo quer diversificar as fontes de financiamento

*Jornal de Angola*

*18 De Dezembro de 2018*

Angola pretende diversificar as fontes de financiamento, elegendo novos parceiros para a obtenção de empréstimos, afirmou o ministro da Energia e Águas em recentes declarações, em Tóquio, ao jornal "Nihon Keizai Shimbun" (Nikkei).

João Baptista Borges disse que o país pretende receber financiamento de outros países ou instituições, a fim de reduzir a dependência de doadores internacionais e dos mesmos termos para os empréstimos.

Mencionou a aprovação, em Junho passado, da nova Lei do Investimento Privado, para declarar que o país pretende obter investimento e empréstimos do Japão, Europa e Estados Unidos. Reconhecendo ser a China "um país especial para Angola", o ministro adiantou pretender fomentar o relacionamento com o Japão, Europa e Estados Unidos, tendo acrescentado preferir dar prioridade a "países que estejam dispostos a transferir tecnologias e conhecimentos." João Baptista Borges disse que Angola está a trabalhar no sentido de reduzir a sua dependência das exportações de petróleo, para o que é necessário melhorar as infra-estruturas básicas, incluindo a energia eléctrica e o abastecimento de água, a fim de atrair a indústria.

Nas declarações proferidas ao "Nikkei", o ministro solicitou a assistência técnica e investimentos do Japão a fim de ajudar o país a construir centrais térmicas, redes de transporte de energia e centrais transformadoras.

A dívida do Estado angolano cifrava -se em Novembro em 69,5 mil milhões de dólares, segundo o director da Unidade de Gestão da Dívida, Walter Pacheco, que adiantou que, deste montante, 60 por cento ou cerca de 40 mil milhões de dólares correspondem a dívida externa, sendo os restantes 40 por cento ou 30 mil milhões de dólares relativos à dívida interna.

## 8.10 Executivo valida novo modelo de recolha de lixo para Luanda

*Jornal de Angola*

*21 De Dezembro de 2018*

*Texto: Santos Vilola*

Luanda vai ter um novo modelo de recolha de lixo, que vai reduzir metade dos cerca de 35 milhões de dólares que a cidade gasta actualmente por mês, retirar os contentores da zona urbana e aumentar a eficiência nesse trabalho.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros validou ontem o Memorando sobre a melhoria do modelo de limpeza pública, higienização, controlo de vectores e gestão dos resíduos sólidos da província de Luanda, que vai introduzir o novo modelo de recolha de lixo.

O documento apresenta uma abordagem histórica dos modelos usados no passado recente na capital do país, uma incursão sobre os modelos utilizados pelo mundo fora, avaliação dos aspectos positivos e negativos do actual modelo, bem como as propostas de correcção e o sistema de sustentação económica a adoptar para o novo modelo.

De acordo com o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, a implementação do novo modelo vai ser gradual e a recolha de lixo será feita de noite. O governador, que falava imprensa no final da reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, indicou que serão definidos dias e horas para a recolha de cada tipo de lixo (orgânico e selectivo). A implementação do novo modelo de recolha de lixo em Luanda vai levar cerca de 12 meses, segundo o governador, mas deve ser antecedida de uma fase de mobilização e de sensibilização da população.

O vice-governador da província de Luanda para o Sector Económico, Júlio Bessa, que participou ontem na reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, disse que o modelo actual tem algumas insuficiências, porque não envolve a população na recolha e tratamento dos resíduos sólidos. "Aos cidadãos cabe apenas depositar o lixo no contentor. Não deve ser assim e queremos estar alinhados com as boas práticas mundiais", disse.

Em relação a retirada dos contentores das zonas urbanas, Júlio Bessa lembrou que Luanda não tinha contentores e o lixo era recolhido porta-a-porta. O novo modelo, de acordo com o vice-governador, vai abranger todas as áreas de ocupação urbana da província. Júlio Bessa disse que o novo modelo traz



um serviço para as zonas urbanizadas (asfaltadas em que a limpeza, a higienização, a lavagem das ruas, a poda são feitas com meios mecânicos).

O novo modelo traz ainda um serviço para zonas urbanizadas mas não asfaltadas (como Benfica) e outro para zonas de difícil acesso a meios mecânicos (como Catambor, Rocha Pinto). "Aqui, teremos um envolvimento da comunidade; vamos contratar pequenos empresários, recolhedores de lixo, por via da subcontratação por operadoras".

O vice-governador esclarece que o novo modelo é fiscalmente mais eficiente para a cobrança pelo lixo. No entanto, esclarece: "não vamos aumentar as taxas nem fazer alterações bruscas".

A implementação do novo modelo de recolha de lixo em Luanda vai levar cerca de 12 meses, mas deve ser antecedida de uma fase de mobilização e de sensibilização da população ao preço. O que vamos fazer é que a ENDE passe a emitir apenas uma factura, ao invés de duas, mas o valor do lixo passa a constar da factura da ENDE". O modelo actual, segundo o vice-governador, tem também insuficiência na forma de financiamento.

"O modelo actual é insustentável, porque a forma como se faz a cobrança do lixo não é eficaz", disse.

### 8.11 Ministra pede melhor tratamento dos resíduos

*Jornal de Angola*  
23 De Dezembro de 2018

A ministra do Ambiente, Paula Francisco, apelou ontem à população para seleccionar os resíduos sólidos, principalmente durante a quadra festiva de forma a garantir um ambiente saudável.

Segundo a Angop, a governante fez este pronunciamento no final da I edição do programa "Matutino do Ambiente", promovido pelo Ministério do Ambiente, em colaboração com a Associação "Nação Verde".

A ministra lembrou que, normalmente, durante a quadra festiva produz-se muito lixo, por isso, deve-se dobrar os cuidados visando melhor acondicionamento.

As pessoas, sublinhou, devem estar conscientes das normas e da importância de separar o lixo orgânico do não orgânico, como plásticos, papéis, garrafas e restos de alimentos.

Este processo, explicou, facilita o manuseio dos resíduos por parte das entidades responsáveis pela recolha e tratamento. Ressaltou que as medidas de preservação do ambiente, como o acondicionamento adequado do lixo e as campanhas de limpeza nas comunidades, ajudam a prevenir a população de certas doenças.

O presidente do Conselho da Administração da Agência Nacional dos Resíduos, Monteiro Lumbo, pediu à população que modere o consumo, durante a quadra festiva, de forma a se evitar a poluição do meio.

A actividade começou com uma sessão de ginástica, seguida de uma caminhada feita num percurso de cerca de seis quilómetros. A segunda edição do evento realiza-se em Janeiro, sob o lema "Eu estou com o Ambiente para uma Angola consciente".

### 8.12 Quadra festiva sem água para consumo

*Jornal OPAÍS*  
29 De Dezembro de 2018  
Texto: Vivaldo Soba.

#### CARTA DO LEITOR

Saudações caro director do Jornal OPAÍS. Escrevo esta carta para mostrar o meu descontentamento sobre a situação que temos vivido durante já há algum tempo, a falta de água no bairro Nova Vida e Camama, onde resido, nos tem causado muitos transtornos obrigando-nos a recorrer a compra do precioso líquido em Kupapatas que comercializam o bidon á 100 Kwanzas.

Mas por ser quadra festiva os mesmos chegam a vender um bidon de 20 litros á 150 kwanzas, noutras vezes temos que nos deslocar há fontenários distantes, porque muitos deles estão abandonados por falta de manutenção e estragados, ou recorrer a casas que comercializam água comprada em cisternas de abastecimento e que os valores não se distanciam aos valores supracitados. Nós os munícipes gostaríamos muito de compreender, o porquê da falta de água que dura há quase um mês e porquê as torneiras deixaram de jorrar água e não há qualquer esclarecimento por parte da EPAL acerca disso. Estamos no período de quadras festivas será que esse é o presente do Estado para nós, Energia fraquinha e falta de água?

Ilustre director peço encarecidamente que nos ajude, e que faça chegar esse descontentamento a quem de direito, uma vez que todos os anos o Orçamento Geral do Estado (OGE) recebe verbas para o programa água para todos, e ainda assim, apenas ficou slogan água para alguns. Quem são esses todos se esse programa já vem do governo passado, e aqui a água sai um mês sim e outro não. Só que Dezembro calhou mesmo sem água. A vida esta difícil e estar a comprar os bidons a esse preço toma mais complicado bem como percorrer distancias e ter que atravessar estrada sobre o risco de ser atropelado, numa altura da quadra festiva. Ajudem-nos, por favor.

Vivaldo Soba, Camama.

### 8.13 Lixo invade as vias e quintais no Zango

*Jornal de Angola*

*31 De Dezembro de 2018*

*Texto: Mazarino da Cunha*

Amontoados de lixo, numa extensão de mais de 60 metros, estão a invadir várias ruas e quintais, no Distrito Urbano do Zango 1A, município de Viana, em Luanda.

Agastados com a situação, moradores queixam-se do silêncio por parte da administração local e da não recolha dos resíduos sólidos, há mais de três meses.

Além da existência de amontoados de lixo, que estão a tirar o sossego às famílias, cujas casas estão localizadas próximas dos principais focos, moradores daquela zona lamentam a falta de água e de energia, escolas públicas, centros de saúde e da fraca presença da Polícia Nacional.

Durante a ronda feita sábado, por algumas zonas da cidade de Luanda, pelo Jornal de Angola, constatou-se que havia muitos contentores cheios de lixo, outros ainda colocados distantes das residências e alguns em lugares de risco para os automobilistas.

Domingas Gongga, uma das moradoras, que assiste a cada dia à invasão do lixo, disse que há mais de dois meses que não vê a operadora Nova Ambiente a recolher os resíduos sólidos no seu quarteirão e lamentou o silêncio por parte da administração local e da ausência dos principais serviços públicos.

Irritada com os vários problemas que a comunidade vive, Domingas Gongga disse que, se não houver, dentro de poucos dias, a recolha do lixo, a situação vai agravar-se quando começar a cair chuva.

"Apelamos a quem de direito para resolver com urgência o problema da limpeza do bairro", alertou.

Tunicha Luis, uma outra moradora do Distrito Urbano do Zango IA, disse ao Jornal de Angola ter conhecimento de que a operadora Nova Ambiente está a atravessar momentos difíceis em termos financeiros. Com isso, disse a jovem, muitas zonas do município de Viana deixaram de ser intervencionadas por essa empresa.

Contactado pelo Jornal de Angola, um dos responsáveis, da Nova Ambiente, que não aceitou identificar -se e gravar a conversa, disse que a crise que o país está a viver afecta também o funcionamento normal das empresas privadas. "Lamentamos, mas não podemos fazer nada sobre a situação", frisou.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 MPLA quer sanções duras contra violência doméstica

*Jornal de Angola*

*9 De Dezembro de 2018*

*Texto: Casimira José e Víctor Pedra*

A vice-presidente do MPLA defendeu ontem, no Waku-Kungo, Cuanza-Sul, a revisão da actual Lei contra a Violência Doméstica, para incluir sanções mais duras contra os autores de crimes previstos nessa lei.

"Devemos encarar com seriedade a violência que paira no seio das famílias, por isso, defendemos a revisão da Lei contra a Violência Doméstica, aplicando sanções que desencorajem os prevaricadores", disse, ao discursar no acto central antecipado do 62º aniversário da fundação do MPLA, a assinalar-se amanhã.

Segundo Luísa Damião, a violência doméstica em Angola continua a ser uma ameaça à estabilidade no seio das famílias e, conseqüentemente, na sociedade.

A vice-presidente do MPLA defendeu o aprofundamento do diálogo nas famílias como forma de inverter o actual quadro, caracterizado pela desestruturação de muitas famílias.

Luísa Damião assinalou que os actuais desafios do país nos domínios político, económico e social clamam por uma atitude inovadora por parte dos militantes, no sentido de o povo continuar a depositar a sua confiança no MPLA.

Desde a sua fundação e nas diferentes etapas da existência de Angola independente, disse, o MPLA soube materializar as aspirações do povo angolano, primeiro com a realização do Programa Mínimo, que conduziu à luta até à proclamação da Independência, e o Programa Máximo, que consistiu na formação de quadros e da reconstrução nacional.

"O nosso partido tem uma trajectória que se confunde com a História de Angola, fruto do seu papel histórico desempenhado nas diferentes etapas de luta anticolonial e da defesa da integridade territorial", sublinhou Luísa Damião.

A dirigente defendeu a mudança de comportamento dos militantes, aos diferentes níveis, na liderança do processo de transformação da nova Angola, com

destaque para a materialização do Programa de Governo para o período 2018/2022.

Luísa Damião lançou um apelo para o despertar da consciência dos militantes e do povo, no geral, na homenagem aos que sacrificaram as vidas na luta contra o colonialismo português, pela bravura demonstrada e que foi determinante para o fim da opressão.

A vice-presidente do MPLA reiterou o apelo aos militantes a apoiarem a acção do Executivo na luta contra os males que corroem a sociedade, como a corrupção, o nepotismo e a bajulação.

A dirigente partidária exortou os militantes para a contínua interacção e diálogo permanente entre os quadros do partido e as comunidades, para identificarem e resolverem os problemas que afectam as populações e fiscalizarem as acções do Executivo. "Os militantes devem estar na vanguarda em todos os domínios, sobretudo no apoio e fiscalização do Programa de Governo do MPLA", exortou.

Tarefas imediatas

A vice-presidente do MPLA apontou como tarefas imediatas do partido a realização, no próximo ano, das assembleias de renovação de mandatos e acções viradas para dotar o partido de quadros competentes, capazes de responder aos desafios autárquicos, com a implementação das autarquias a partir de 2020.

"Temos enormes desafios em 2019, que passam pela renovação das nossas estruturas' da base ao topo, para que o MPLA tenha quadros competentes, que possam corresponder com a implementação das autarquias em Angola em 2020", frisou.

No domínio político-partidário' Luísa Damião apelou aos militantes a encararem a crítica e autocritica como pressupostos que concorrem para o fortalecimento do partido e o aprofundamento da democracia interna.

"O MPLA tem responsabilidades acrescidas, por isso os seus militantes devem ter uma postura firme e coerente perante a sociedade, devendo encarar com naturalidade a crítica e autocritica nas organizações de base", disse.

Nos domínios económico e social, Luísa Damião exortou os militantes do MPLA a engatarem-se na sensibilização das populações sobre a diversificação da economia, aumento da produção interna, enquanto no domínio social pediu o apoio às operações "Transparência" e "Resgate", que visam combater a imigração ilegal e a instauração da ordem pública no país.

## 9.2 Violência doméstica em Angola assume dimensão preocupante

*Jornal de Angola*

*17 De Dezembro de 2018*

A ministra da Cultura, Carolina Cerqueira, afirmou, em Luanda, que a lei da violência doméstica encoraja as vítimas a fazerem a denúncia, mas, "infelizmente, muitos casos não chegam aos tribunais e outros não são aceites nos postos da Polícia".

Carolina Cerqueira, que falava numa palestra sobre a violência doméstica, promovida pela Organização da Mulher Angolana (OMA), acentuou que a violência doméstica e, em particular, contra as mulheres, "estacada vez mais presente na nossa sociedade e nos comove" pelos dados assustadores.

A ministra da Cultura citou "muitos estudos" para acentuar que chega aos tribunais um reduzido número de casos e os grupos e associações de mulheres consideram a violência contra mulheres um fenómeno que existe em dimensões assustadoras.

"Os casos são inúmeros, graves, cruéis, desumanos, verdadeiros crimes contra a dignidade e a pessoa humana", alguns dos quais divulgados por jornais e cadeias de televisão, assim como disseminados nas redes sociais, acrescentou a ministra da Cultura.

Carolina Cerqueira lamentou que, mesmo sendo cada vez mais comum a "violência entrar pelas nossas casas e ser tema de conversa com vizinhas, amigas e colegas", as pessoas mantenham a posição passiva de observadoras.

"Infelizmente, somente quando os crimes ocorrem, tomamos consciência do peso negativo das ameaças e adquirimos consciência de que essa forma desumana e caluniosa, na maior parte das vezes de tratar as mulheres, é realmente violência", observou a antiga ministra da Comunicação Social.

Carolina Cerqueira lembrou que é "mais comum e grave" encontrar a violência doméstica no sistema social patriarcado e afirmou que a "violência contra a mulher reconhece-se nos meios culturais, nos costumes e hábitos tradicionais que perpetuam a condição inferior da mulher, através de práticas que as remetem a uma posição secundária na família, no local de trabalho, na comunidade e na sociedade.

Carolina Cerqueira disse serem muitas as causas motivadoras da violência contra as mulheres, uma das quais é a desigualdade do poder entre as mulheres e os homens.

No entender da ministra da Cultura, a ideia de superioridade feminina agrava a violência contra as mulheres, cujo fenómeno tem também carácter instrumental, por ser acompanhado de mecanismos psicológicos de manipulação para as mulheres aceitarem a sua situação de subordinação e verem no homem um ser superior.

"A violência é uma arma contra as mulheres e afecta as relações humanas entre os homens e as mulheres, interferindo nas esferas de vida das mulheres, das famílias, das sociedades, e também o mundo do trabalho, da diversão, cultura e os estilos de vida", salientou Carolina Cerqueira.

Na opinião da ministra da Cultura, as igrejas, escolas, as autoridades tradicionais, os órgãos do poder, os líderes políticos e comunitários, a sociedade civil, as universidades e as famílias "têm uma palavra a dizer e um abraço a dar para que as mulheres e todas as vítimas da violência sintam que há solidariedade e união para juntos dizer não e combater este flagelo que afecta as famílias, entristece a Nação e fragiliza a estrutura social do nosso país".

A ministra da Cultura lembrou que a ONU reconheceu, em Viena, em 1993, os direitos das mulheres como direitos humanos e declarou a violência contra 45 mulheres como uma violação dos direitos humanos. Em 1995, na Conferência de Pequim, capital da China, a violência do género foi reconhecida como problema social e adquiriu uma definição clara no contexto dos direitos humanos e da igualdade entre homens e mulheres.

## 9.3 Urge rever a lei sobre a violência doméstica

*Jornal Folha 8*

*22 De Dezembro de 2018*

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher de Angola, Vitória da Conceição, defendeu no 20.12 a revisão da lei da violência doméstica, crime que começa a "constituir-se num problema de saúde pública".

A governante, que falava, em Luanda, na cerimónia de encerramento da 1ª fase da consulta pública para avaliar a implementação, nos últimos sete anos, da Lei Contra a Violência Doméstica, apontou a necessidade da sua revisão em face das actuais mudanças. Segundo Vitória da Conceição, "após sete anos de execução e considerando as mudanças" na sociedade angolana, é preciso uma revisão deste

diploma, reflectindo, conjuntamente, para se "atestar a sua eficácia diante dos novos desafios".

De acordo com a ministra, lutar contra este crime "é responsabilidade de todos, e é um imperativo para o desenvolvimento harmonioso da sociedade".

Nos últimos meses, a sociedade civil angolana tem-se manifestado indignada com a crescente onda de crimes passionais e de violência doméstica, em que mulheres e crianças têm sido as principais vítimas.

"Este grande mal (violência doméstica) começa a constituir-se como um problema de saúde pública e deve ser combatido por todos os membros da sociedade, devemos engajar-nos todos nessa luta. Não cessemos", exortou. Concluída a primeira fase de consulta pública sobre a implementação da lei contra a violência doméstica, sete anos após a sua aprovação, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher assegurou que, em 2019, o processo será alargado ao resto do país.

Lucas Fumba publicou em 29 de Outubro de 2015, no era do conhecimento blog, um interessante artigo sobre esta matéria que, com a devida vénia, reproduzimos:

«A violência doméstica é uma relação abusiva, de poder desigual, logo opressora, abrangendo não só as mulheres, mas também os homens, os idosos, as crianças, Não existem vítimas típicas. A violência doméstica é uma forma de abuso que toca pessoas de várias idades, etnias, culturas, e de vários estratos sociais. É de um grande sofrimento para todos as que a vivenciam, directa ou indirectamente. Não se deixe vitimizar, quebre o silêncio e faça valer o seu direito a uma vida condigna, onde é respeitada(o).

Pode ser dividida em violência física - quando envolve agressão directa, contra pessoas queridas do agredido ou destruição de objectos e pertences do mesmo (patrimonial); violência psicológica - quando envolve agressão verbal, ameaça, gestos e posturas agressivas, juridicamente produzindo danos morais; e violência socioeconómica, quando envolve o controlo da vida social da vítima ou dos seus recursos económicos. Também alguns consideram violência doméstica o abandono e a negligência quanto a crianças, parceiros ou idosos. Enquadradas na tipologia proposta por Dahlberg Krug, na categoria interpessoais.

Subdividindo-se quanto à natureza Física, Sexual, Psicológica ou de Privação e Abandono. Afectando ainda a vida doméstica pode-se incluir na categoria auto-dirigida o comportamento suicida especialmente o suicídio ampliado (associado ao homicídio de

familiares) e de comportamentos de auto-abuso especialmente se consideramos o contexto de causalidade. É mais frequente o uso do termo "violência doméstica" para indicar a violência contra parceiros, contra a esposa, contra o marido e filho. A expressão substitui outras como "violência contra a mulher". Também existem as expressões "violência no relacionamento", "violência conjugal" e "violência intra-familiar".

Note que o poder num relacionamento envolve geralmente a percepção mútua e expectativas de reacção de ambas as partes calcada nos preconceitos e ou experiências vividas. Uma pessoa pode-se considerar como subjugada no relacionamento, enquanto um observador menos envolvido pode discordar disso.

Muitos casos de violência doméstica encontram-se associados ao consumo de álcool e drogas, pois o seu consumo pode tornar a pessoa mais irritável e agressiva especialmente nas crises de abstinência esses casos o agressor pode apresentar inclusive um comportamento absolutamente normal e até mesmo "amável" enquanto sóbrio, o que pode dificultar a decisão da parceira em denunciá-lo.

Violência e as doenças transmissíveis são as principais causas de morte prematura na humanidade desde tempos imemoriais, com os avanços da medicina, disponibilidade de água potável e melhorias da urbanização a redução das doenças infecciosas e parasitárias, tem voltado o foco da saúde pública para a ocorrência da violência Contudo este é um fenómeno que requer a colaboração interdisciplinar e acção multi-profissional, sem invalidar o papel da epidemiologia para o dimensionamento e compreensão do problema alerta para os riscos de reducionismo e necessidade de uma acção pública.

Há quem afirme que em geral os homens que batem nas mulheres o fazem entre quatro paredes, para que não sejam vistos por parentes, amigos, familiar e colegas do trabalho. A cultura popular tanto propõe a protecção das mulheres (em mulher não se bate nem com uma flor) como se estimula a agremiação contra as mulheres (mulher gosta de apanhar) chegando a aceitar o homicídio destas em casos de adultério, em defesa da honra Outra suposição é que a maioria dos casos de violência doméstica são classes financeiras mais baixas, a classe média e a alta também tem casos, mas as mulheres denunciam menos por vergonha e medo de se exporem e à sua família O fenómeno ocorre em todas as classes porém mais visíveis entre os indivíduos com fraco recurso económico.

A violência praticada contra o homem também existe, mas o homem tende a esconder mais por vergonha. Pode ter como agente tanto a própria mulher quanto parente ou amigos, convencidos a espancar ou humilhar o companheiro. Também existem caso em que o homem é apanhado de surpresa, por exemplo, enquanto dorme.

É impossível discutir a violência doméstica sem discutir os papéis de gênero, e se eles têm ou não têm impacto nessa violência. Algumas vezes a discussão de gênero pode encobrir qualquer outro tópico, em razão do grau de emoção que lhe é inerente.

Quando as mulheres passaram a reclamar pelos seus direitos, maior atenção passou a ser dada em relação à violência doméstica, e hoje o movimento feminista tem como uma de suas principais metas a luta para eliminar esse tipo de violência. O primeiro abrigo para mulheres violentadas foi fundado por Erin Pizzey (1939), nas proximidades de Londres, Inglaterra. Isso aconteceu na década de 1960. Pizzey fez certas críticas a linhas do movimento feminista, afirmando que a violência doméstica nada tinha a ver com o patriarcado, sendo praticada contra vítimas vulneráveis independentemente do sexo.

Vale ressaltar que os homens vítimas de violência doméstica, em função de se encontrarem numa sociedade sexista, acabam por não denunciar a violência que sofrem no âmbito familiar, tanto por vergonha quanto pelo facto de que a sociedade e as autoridades dão pouca atenção e auxílio a homens que denunciam. A situação de violência doméstica contra homens pode então chegar aos extremos de graves mutilações ou homicídio onde a vítima nem ao menos é ouvida.

Agressão física, abuso sexual, violação e ameaças. Além disso pode incluir criticismo destrutivo, táticas de pressão, falta de respeito, quebra de confiança, isolamento e perseguição. Alguns abusadores oferecem "recompensa " com certas condições para tentarem convencer o parceiro de que o abuso não voltará a acontecer. Por mais persuasivos que pareçam, a violência normalmente piora com o passar do tempo.

A violência doméstica raramente acontece uma só vez. Com o passar do tempo, o abuso físico e sexual tem tendência a aumentar em frequência e severidade. O comportamento abusivo e controlador tanto emocional como físico pode ser contínuo.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Líderes mundiais apelam a acções decisivas e urgentes

*Jornal de Angola*

*3 De Dezembro de 2018*

A secretária executiva das Nações Unidas para a Mudança do Clima alertou ontem que os impactos das alterações climáticas "nunca foram tão graves" e devem levar a comunidade internacional a "fazer muito mais" para contrariar a situação.

No primeiro dia da 24ª conferência da ONU para o clima (COP24), que decorre na cidade polaca de Katowice (Polónia), Patrícia Espinosa estimou que este ano seja "um dos quatro mais quentes alguma vez registados".

"As concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera estão num nível elevado e as emissões continuam a subir", acrescentou a responsável, sublinhando que os "impactos das alterações climáticas nunca foram tão grandes".

As alterações estão a atingir "comunidades em todo o planeta" e as "vitimas, destruição e sofrimento" estão a "tornar o trabalho mais urgente", realçou.

O presidente da COP24, Michal Kurtyka, instou a comunidade internacional a "imbuir de vida e conteúdo" o Acordo de Paris de 2015 para limitar a dois graus centígrados o aquecimento global.

Numa conferência de imprensa, no primeiro dia da cimeira que reúne cerca de 30 mil pessoas, Kurtyka sublinhou que a reunião na Polónia vai definir e articular o acordado em Paris.

"Não devemos esquecer as razões pelas quais aqui estamos. Estamos para articular a acção global contra as alterações climáticas. Nenhum Governo sozinho pode resolver este problema. É altura de imbuir de vida e conteúdo o Acordo de Paris", defendeu.

Representantes dos líderes mundiais que participar na cimeira apelaram, aos "governos de todo o mundo" a tomarem "acções decisivas" destinadas a enfrentar a "ameaça urgente" do aquecimento global.

O apelo foi feito na cerimónia que marcou o início da cimeira pelos presidentes dos últimos quatro encontros mundiais sobre o clima, concretamente o ex - ministro peruano do Meio Ambiente, Manuel Pulgar-Vidal (responsável pela COP20), ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Laurent Fabius

(COP21), o ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros, Salaheddine Mezouar (COP22) e o primeiro-ministro das Ilhas Fidji, Frank Bainimarama (COP23).

A cerimónia, Frank Bainimarama passou o mandato ao secretário de Estado da Energia da Polónia, Michal Kurtyka, que presidirá a 24.ª conferência da ONU para o clima (COP24), em Katowice.

"O mundo está numa encruzilhada e a acção decisiva nos próximos dois anos é crucial para enfrentar estas ameaças urgentes", disseram os líderes, na nota, em referência aos efeitos das alterações climáticas.

A nota tem como objectivo enviar uma "mensagem inequívoca" a todos os países para a redução das emissões de dióxido de carbono e acelerar a transformação da energia das economias para abandonar completamente os poluentes de combustíveis fósseis.

"Que aquilo que os ministros e outros líderes disserem e fizerem em Katowice na COP24 ajude a determinar os esforços dos próximos anos. Qualquer atraso só tomará mais difícil enfrentar a resposta à mudança climática", alertaram.

Os primeiros encontros da 24ª Conferência das Partes (COP24) da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas começaram ontem, mas a cerimónia oficial de abertura inicia-se apenas hoje.

A conferência junta os representantes das partes da UNFCCC e é organizada pela Polónia pela terceira vez. A propósito do início da COP24 realiza -se hoje, em Bruxelas, uma marcha pelo clima.

### 10.2 Projecto de protecção da Baía de Luanda foi lançado ontem

*Jornal de Angola*

*5 De Dezembro de 2018*

*Texto: Manuela Gomes*

"Luanda Water Front" é o nome de um projecto de protecção da Baía de Luanda, lançado, ontem, em Luanda, numa cerimónia presidida pela ministra das Pescas e do Mar, Vitória de Barros Neto.

Na ocasião, a ministra declarou que o continuo desenvolvimento urbano e industrial da zona adjacente à Baía de Luanda é uma das principais causas da perda da integridade ecológica da Baía de Luanda, um ecossistema sustentável.

A protecção da Baía de Luanda exige, na opinião da ministra, de medidas de gestão integradas, com vista ao estabelecimento do equilíbrio entre a necessidade de conservar a Baía de Luanda e o desenvolvimento económico.

A ministra das Pescas e do Mar salientou que é possível alcançar o equilíbrio, mas por via de informações científicas fundamentadas sobre o estado da Baía de Luanda e pela inclusão de todos os utilizadores do ecossistema.

No entender de Barros Neto, a Baía de Luanda representa uma plataforma importante para o desenvolvimento socioeconómico do país por albergar vários serviços, como o Porto Comercial e a Refinaria, e ser palco de actividades desportivas e recreativas.

A ministra das Pescas e do Mar declarou que o projecto "Luanda Water Front" é uma importante plataforma científica, por via da qual o Ministério vai compreender os impactos acumulativos das diferentes pressões antropogénicas exercidas na Baía de Luanda.

Os resultados do projecto vão servir de linha de base para um melhor ordenamento do espaço marinho, informou a ministra das Pescas e do Mar.

O projecto "Luanda Water Front" vai dar também origem à elaboração de cartas de riscos ambientais e à implementação de um programa de monitorização para a obtenção de vários cenários do estado ecológico da Baía de Luanda.

### 10.3 Plano para reflorestar o município da Ganda

*Jornal de Angola*

*9 De Dezembro de 2018*

*Texto: Maximiano Filipe*

Um total de 57 mil plantas de eucalipto vai ser plantado na comuna do Alto Catumbela, a 25 quilómetros da sede do município da Ganda, no âmbito do programa de recuperação da referida espécie, que constitui uma marca característica da região.

A campanha de plantação de árvores começou quinta-feira, sob responsabilidade da empresa "Estrela da Floresta", numa coordenação com a administração municipal da Ganda e apoio directo do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

A acção envolve mais de 250 técnicos e visa evitar o desaparecimento do eucalipto, bem como promover

a reposição das árvores em todo o perímetro da localidade afectada pelo abate ilegal feito por algumas empresas privadas e lenhadores. Segundo o responsável do projecto, Marcelo Garcia, já foi feita uma cobertura acima de 65 por cento em termos de plantação de árvores no espaço definido para a execução do projecto, que se estende até 2020.

Acrescentou que este projecto vai, sobretudo, apoiar as acções que serão implementadas no município da Ganda, junto da Celulose, a antiga fábrica de papel, que consta do plano das autoridades administrativas para -a sua recuperação.

De acordo com o responsável o programa de reflorescimento decorre também no Huambo e, de forma geral, visa criar estabilidade ao ciclo ambiental a nível das duas províncias, bem como promover e preservar o eucalipto, evitando o seu abate indiscriminado.

A Celulose é uma das grandes indústrias de Angola, que se encontra paralisada há mais de 20 anos, devido ao conflito armado. Durante os tempos áureos produziu milhares de toneladas de papel.

### 10.4 Empresas madeireiras negoceiam 200 milhões em empréstimos

*Jornal de Angola*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Graciete Mayer*

As empresas madeireiras angolanas podem habilitar-se a financiamentos de uma linha de crédito de 200 milhões de dólares aberta pelo Banco Africano de Importação e Exportação (Afreximbank) para a implantação de unidades de transformação em Angola e outros países do continente.

Isso mesmo foi declarado ao Jornal de Angola, na Feira Comercial Intra-Africana (IATF) 2018, no Cairo (Egipto), pelo presidente da Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (ANIMA), José Veríssimo, que revelou encontros com gestores do banco continental para a operacionalização da linha crédito.

Até final de Fevereiro, anunciou, o processo negocial iniciado no Cairo para desbloqueio da verba estará concluído mas, a preocupação da ANIMA reside em que a maior parte das empresas nacionais exploradoras de madeira e aquelas que "timidamente" a transformam em mobiliário e outros bens, não têm garantias fixas para beneficiar dessa linha de crédito.



" No âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi) e do Fundo de Garantia de Crédito, queremos contar com o apoio do Executivo para as garantias soberanas, no sentido de se agilizar a operacionalização do crédito, que será dado por via dos bancos nacionais", declarou.

A linha de crédito destina-se à transformação e produção de mobiliário, revestimentos, soalhos e contraplacados. "Hoje, a nossa produção reside apenas na exploração e com pequenos focos de transformação, mas não oferece a qualidade que o mercado exige", lamentou.

A ANIMA, no quadro do seu plano de acção para os próximos cinco anos, projecta aplicar um programa nacional de plantação florestal em cerca de 200 mil hectares. Para execução, serão necessários 500 mil dólares e "outros tantos milhões" para a edificação de infra-estruturas, o que se preconiza que seja da responsabilidade do Estado.

Estamos à procura de financiamento dentro da banca interna e externa, posto que o projecto vai empregar directa e indirectamente 200 mil jovens", sublinhou, acrescentando que o país "não pode continuar a explorar as florestas nativas" com os danos que isso implica para o ecossistema.

A média anual de produção de madeira em toro em Angola está calculada em 360 mil metros cúbicos, número considerado "muito aquém" das necessidades e das capacidades gerais de consumo, estimadas em cerca de 500 mil metros cúbicos, segundo dados do

. Ministério da Agricultura e Florestas. Mais de 90 empresas estão legalizadas para a exploração de madeiras, 50 das quais operam no Uíge, 23 no Bengo, 11 em Cabinda e nove no Cuanza - Norte.

O Governo elaborou, recentemente, um plano inserido no Programa de Relançamento da Indústria da Madeira, Mobiliário e Afins, adoptado pelos ministérios da Agricultura e Florestas e da Indústria. A intenção é reduzir o défice de produção estimado em mais de 150 mil metros cúbicos de madeira em toro.

O plano prevê a reanimação do sector de corte e transformação de madeira mediante a criação de oportunidades e incentivos para os empresários florestais.

Oportunidades atraem parceiros estrangeiros

A empresa egípcia Integrated Energy Solutions (IES) manifestou na Feira Comercial Intra-africana (IATF), no Cairo, interesse em instalar em Angola uma

fábrica de transformação de resíduos de madeira em fertilizantes e energia eléctrica, durante contactos estabelecidos entre o presidente executivo da companhia, Aiman Faheem, e a ANIMA.

No encontro, os representantes da ANIMA passaram informações sobre a legislação para investir em Angola, mas Aiman Faheem revelou ao Jornal de Angola que, a partir do próximo ano, vai preparar uma visita ao país. A IES é uma empresa de referência no mercado egípcio em termos de produção de energia de fontes naturais e quer implantar esse projecto no país. José Veríssimo, da ANIMA, considerou que o encontro com o empresário foi "frutífero" e disse acreditar que, a partir do próximo ano, estar-se-á "em condições de avançar com esse projecto". A imobiliária senegalesa Art Lighting Oesign propôs a compra de madeira semi-transformada e seca a Angola, para apoiar a construção civil, indústria de mobiliário e para produzir rolos de cabos eléctricos no Senegal.

Num encontro mantido com José Veríssimo, o presidente executivo da empresa, Moustapha Odoye, avançou um projecto de aquisição de cerca de três mil metros cúbicos de madeira no próximo ano. O presidente da ANIMA declarou que, até ontem, recebeu mais de 30 contactos para negócios de muitos países africanos e asiáticos.

As empresas angolanas de telecomunicações e engenharia de construção civil que participam na IATF 2018 também são procuradas por congéneres estrangeiras para formar parcerias, com a Angola Cables a propor os seus serviços de Internet e data center através de cabos submarinos de fibra óptica. A Angoglobal, uma empresa de consultoria e engenharia, trouxe para a IATF a oferta da expansão de negócios, promovendo parcerias com empresas africanas interessadas nos seus serviços.

A empresa de engenharia BOM quer captar investidores para os projectos a serem implementados em Angola nos domínios das infra-estruturas e centros de logística para apoiar o sector da construção, enquanto o grupo Refriango, além de lançar o seu mais recente produto no mercado, Super Malte, quer seleccionar empresas africanas que desejam instalar indústrias de bebidas não alcoólicas em Angola.

Comissão bilateral

O ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem, reuniu-se quarta-feira, no Cairo, com o seu homólogo egípcio, Amr Nassar, num encontro que deu lugar à constituição de uma equipa técnica mista para rever

os acordos de cooperação comercial entre os dois países, que remontam desde 1983.

Joffre Van-Dúnem entregou, durante o encontro, uma carta enviada pelo Presidente da República, João Lourenço, ao seu homólogo egípcio, Abdul Fatah Al-Sisi.

Na ocasião, o ministro do Comércio e Indústria do Egipto manifestou interesse em apoiar Angola e outros países africanos na instalação de indústrias transformadoras para reforçar as relações comerciais, o que se enquadra num projecto mais amplo da assumpção, pelo seu país, da presidência da União Africana, em 2.019.

## 10.5 As autarquias e a defesa do ambiente

*Jornal de Angola*  
15 De Dezembro de 2018  
Texto: Joaquim Camacho

A degradação de recursos naturais e das condições de vida de boa parte da população é hoje um problema muito sentido, designada mente em várias regiões do país. Na verdade, é conhecida a tendência de os governos e empresas privadas gizarem projectos de construção de fábricas (indústrias e barragens eléctricas) com consequências desastrosas para o ambiente e, conseqüentemente, os problemas ecológicos que isso acarreta às populações que habitam essas áreas. As preocupações ecológicas nos tempos que correm estão na agenda de todos os Estados. Nestes termos, com a institucionalização das autarquias locais, torna-se urgente, no âmbito das suas competências e atribuições, fazer um esforço real no domínio do saneamento básico, da criação de zonas verdes ou do ordenamento racional do seu território. Entretanto, e porque se trata de um problema importante para as populações, torna-se necessário prestar uma atenção crescente aos problemas do meio físico e seu ordenamento. Na verdade, a degradação do ambiente é um problema real, designadamente nas sociedades industriais ou em vias de industrialização, quer devido à intensa exploração dos recursos naturais e a sua transformação, quer devido à grande concentração das populações em áreas limitadas. Ambos os processos, que actuam por vezes simultaneamente nas mesmas áreas, atingem os recursos naturais, quer físicos quer biológicos, provocando efeitos imediatos como a destruição do relevo geográfico, redução e poluição dos recursos aquíferos, climáticas, a destruição dos solos agrícolas, a destruição de espécies animais e vegetais, o aumento de incidência de certas doenças que atacam os animais e as plantas

cultivadas e mesmo perturbações no comportamento das pessoas.

No seu conjunto estes efeitos aparecem duma maneira muito nítida ao nível da vida quotidiana, quer nas cidades quer nos campos, traduzindo-se numa série de problemas concretos.

A resolução de parte importante desses problemas depende do poder central e do próprio sistema político, económico e social que vier a ser adoptado pelo nosso país. A política económica, os investimentos industriais e energéticos, a gestão dos recursos hídricos, a política de pescas, o turismo, o ordenamento territorial, a defesa do solo agrícola, etc, deverão ter em conta, como uma das suas componentes essenciais, a necessidade de preservação do meio físico. Em relação aos problemas que dependem do Poder Central, caberá ao Poder Local democrático, a partir do conhecimento profundo da sua área de jurisdição e actuação, reivindicar as melhores soluções. Em relação a outros problemas, que dependem directamente das autarquias, cabe às autarquias democráticas, na sequência do trabalho realizado, dar uma crescente atenção a tais problemas, no sentido de que venham a ser resolvidos. Vejamos então quais os principais problemas que se colocam:

A maior parte dos 164 municípios do país são atingidos por problemas de água, quer quanto à quantidade disponível, que se vai reduzindo, quer quanto à qualidade, que se vai deteriorando, tornando-se por vezes imprópria para qualquer uso. A quantidade de água reduz-se sobretudo devido à exploração a grandes profundidades pelas indústrias, garimpo de água para fins lucrativos por parte de pessoas e empresas e à destruição das nascentes pelo corte das matas, etc, etc.

Quanto à degradação da qualidade, ela resulta sobretudo do lançamento nos terrenos, nos cursos de água e no mar dos efluentes industriais, dos esgotos urbanos, de excedentes de produtos agro-químicos, do escurrimto das lixeiras urbanas.

Outro problema é o da poluição da atmosfera. Muitas populações que habitam próximo de grandes centros industriais e urbanos são afectadas, às vezes de forma grave, pela poluição atmosférica provocada pelos gases e poeiras das fábricas, pelos gases dos esgotos e lixeiras, pelas concentrações de tráfego de automóveis e pelos ruídos. Refira - se ainda os problemas do solo. Como é sabido e consabido, as sociedades rurais e urbanas são atingidas diferentemente por problemas relacionados com o uso do solo, mas que num caso e outro se tem agravado.

A falta de terrenos para fixar habitação; a falta de terrenos para exercício das funções sociais e de lazer; a erosão, os incêndios e a destruição dos terrenos agrícolas são alguns dos mais graves problemas existentes, os quais contribuem seguramente para acelerar fenómenos de desertificação latentes ou já em curso em algumas regiões do país.

Finalmente, refira-se os problemas de "imagem". São problemas igualmente importantes, ainda que frequentemente marginalizados, que resultam da destruição do quadro em que as pessoas vivem, em especial da destruição dos conjuntos urbanos e monumentos e da destruição das paisagens.

O controlo destes factores, que afectam as condições de vida das populações e contribuem para o agravamento dos problemas económicos em geral, exige uma série de intervenções, das quais destacamos o controlo da localização das indústrias; garantia de tratamento dos efluentes industriais; controlo da ocupação urbana do território; programas de saneamento básico; preservação do património vegetal e controlo das explorações florestais; racionalização dos sistemas agro-pecuários; preservação dos valores culturais e paisagísticos.

Através do controlo destas situações concretas será possível assegurar o mínimo de protecção do ambiente. Assim se define um conjunto de medidas cautelares, sempre mais económicas, a ter em conta na gestão autárquica.

Em muitos casos é necessário ir além das medidas cautelares e programar intervenções tendentes a recuperar situações degradadas. A protecção do ambiente fundamenta-se, no entanto, nos programas preventivos, mais económicos e eficientes. Os programas de recuperação são tecnicamente complexos e muitas vezes economicamente inviáveis.

O conjunto de medidas tendentes a salvaguardar o ambiente integra-se normalmente na planificação de actividades dos órgãos autárquicos. O instrumento mais eficaz dessa planificação será o Plano Director Municipal.

As condições básicas que conduzem à degradação do ambiente resultam em princípio de factores colectivos, como a migração para as cidades e as necessidades de desenvolvimento industrial, mas dependem, nos seus aspectos concretos, de pressões exercidas pelas empresas dos sectores industrial, da construção civil, etc.

Muitas vezes o agente de transformação do ambiente identifica-se com uma empresa com apoio do Poder

Central ou é o próprio Poder Central através dos seus organismos.

Nestas condições, as autarquias não só têm de dispor de programas bem definidos que lhes permitam um controlo efectivo do meio, como têm de enfrentar poderosos aparelhos de pressão.

Por outro lado, as tarefas que as autarquias possam realizar por si, exigem frequentemente meios financeiros que nem sempre estão ao alcance do orçamento do município. Para a realização dos objectivos correspondentes à preservação e regeneração do ambiente, o Poder Local dispõe dos meios legais, fundamentados na legislação existente, e dos meios financeiros próprios e das empresas instaladas no município. Dispõe também da sua capacidade reivindicativa e do apoio das populações cujos interesses irá defender junto do Poder Central.

Entre os principais meios dependentes da lei geral refira-se a lei da protecção dos solos, as leis de protecção de áreas demarcadas, as leis de protecção de conjuntos ou espécies arbóreas e as leis de controlo do consumo das águas (só para alguns municípios). Por outro lado, os municípios dispõem de poder e autoridade para recusar a instalação, em território sob sua jurisdição, de actividades que possam prejudicar a economia local ou as condições de vida das populações. Em suma, as autarquias têm o direito de administrar partes significativas do seu território. A eficácia da legislação de protecção de solos, da natureza e do ambiente depende frequentemente de uma maior intervenção das autarquias.

Quanto aos meios financeiros, sabe-se que as verbas ao dispor dos municípios, apesar das limitações arbitrarias impostas, têm sido utilizadas nos municípios mais progressivos para melhorar as condições de vida das populações em aspectos relacionados com as infra-estruturas e o equipamento. Para investimentos muito elevados, como por exemplo estações de tratamento de esgotos ou de lixo, é curial estabelecer acordos com municípios vizinhos para reduzir os investimentos e viabilizar as iniciativas.

Em casos excepcionais e bem definidos, as autarquias podem exigir às empresas que pretendam instalar-se no território do município que suportem os encargos das infra-estruturas ou outros melhoramentos relacionados com as condições de instalação, e assegurar a sua realização através de fianças.

A mobilização de todos os meios, de acordo com programas bem definidos e o apoio das populações permanentemente informadas dos objectivos dos

órgãos autárquicos, confere-lhes um poder de iniciativa que permitirá, em muitos casos, inverter o processo de degradação do ambiente em curso e iniciar a sua regeneração.

Por outro lado, torna-se mister e evidente que o reforço dos meios financeiros das autarquias e das suas competências legais será, em geral, uma importante medida de defesa do ambiente.

Resumindo e concluindo, as autarquias democráticas darão uma crescente atenção aos problemas do ambiente, quer aproveitando integralmente os meios existentes, quer reivindicando mais meios e competências, quer reivindicando à cabeça das lutas das populações, que o Poder Central assuma as suas específicas responsabilidades na defesa de um meio físico saudável e equilibrado.

## 10.6 População ganha lotes para construir moradias

*Jornal de Angola*

*20 De Dezembro de 2018*

*Texto: Jesus Silva*

A população que se encontra a residir nas zonas adjacentes ao aterro sanitário do Lobito vai beneficiar de terrenos para a auto-construção dirigida, no projecto do "Novo Lobito", garantiu ontem o administrador municipal, Nelson da Conceição.

"Aos que alegam não terem condições para pagar arrendamento, nós vamos criar um espaço provisório para que possam construir fora da lixeira, até que se criem condições' sobretudo de água, no projecto "Lobito Novo", onde essas pessoas possam construir as suas casas definitivas e viverem condignamente", salientou.

Nelson da Conceição frisou que esta medida visa proteger adultos e crianças que convivem quotidianamente com o lixo e livrá-los do contágio de doenças e infecções, por estarem expostos à vermes e insectos prejudiciais à saúde.

Segundo o administrador, a zona da lixeira já foi intervencionada com trabalhos de limpeza, tendo-se utilizado máquinas bulldozers e pás carregadoras, para empurrar o lixo para as células, no sentido dos resíduos sólidos serem colocados no centro do aterro sanitário e as vias de acesso ficarem livres.

A zona da Lixeira, localizada na área da "Caímbra", é o local onde diariamente são depositados os resíduos sólidos dos municípios do Lobito e da Catumbela, o que está a atrair pessoas em busca de cobre; bronze e

alumínio, mormente latas vazias, que comercializam ao preço de 50 kwanzas o quilo. A imagem que o local apresenta nos últimos tempos contrasta com o nome que foi atribuído à cidade, pela sua beleza natural e forma calorosa de acolhimento aos visitantes: "Sala de Visitas de Angola".

Devido aos trabalhos em curso para a ampliação da estrada nº 100 foi aberta uma passagem improvisada, que passa pelo aterro sanitário, onde transeuntes assistem diariamente a um cenário desolador, com o movimento de adultos, jovens e crianças a transitarem de um lado para outro, em busca de algo que sirva para vender.

Os motoristas que por ali passam alegam que ao chegar àquele local são obrigados a reduzir a velocidade, por causa da movimentação constante de pessoas, numa passagem que já é estreita, para evitarem acidentes.

## 10.7 Chuva desaloja famílias bairro Quimacungo

*Jornal de Angola*

*20 De Dezembro de 2018*

*Texto: Valter Gomes*

Pelo menos oito famílias que residiam no perímetro da baixa do rio Calula, no bairro Quimacungo, ficaram sem abrigo, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a província do Uíge, nos últimos dias.

As famílias sinistradas, que moravam nos arredores da lagoa do rio Calula e que se encontram actualmente em residências provisórias de familiares, vizinhos e amigos, perderam todos os bens e clamam por apoio das autoridades competentes.

"Ficamos sem os bens, muita coisa ficou mergulhada na água, porque enquanto a chuva caía a manilha fechou e as águas subiam com grande pressão e não tivemos muito tempo para recuperar o que tínhamos", manifestou, ao *Jornal de Angola*, Alfredo Panzo, proprietário de uma das residências afectadas.

Madalena André, outra sinistrada, mãe de quatro filhos, disse estar preocupada com a situação, visto que já não sabe onde morar com as crianças, pois a residência do vizinho que os acolheu não tem espaço suficiente.

Pascoal Domingos, outro morador, teme que, comas chuvas constantes que se abatem sobre a província, caso não haja intervenção rápida do governo, as águas podem destruir também a estrada principal.

A lagoa do rio Calula está localizada entre os bairros Quimacungo, Candombe e Bairro Novo; bem perto da estrada nacional que liga os municípios de Negage, Bungo, Púri e outros.

## 10.8 Vias debilitadas travam escoamento da madeira

*Jornal de Angola*

*23 De Dezembro de 2018*

*Texto: Carlos Paulino*

Madeireiros na província do Cuando Cubango estão com dificuldades para escoarem mais de 50 mil metros cúbicos de madeira Mussivi dos seus estaleiros, situados na floresta, para a cidade de Menongue, onde é comercializado o produto.

Durante um encontro, sexta - feira, com o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André Moda, na cidade de Menongue, os madeireiros solicitaram a prorrogação do período da campanha florestal, que termina no próximo dia 31, para que possam transportar a madeira dos estaleiros para a cidade de Menongue fora do tempo estabelecido por lei.

Os empresários informaram ao secretário de Estado que, durante a campanha florestal de 2016/17 houve um corte desordenado de madeira de mais de 100 mil metros cúbicos. Metade deste produto continua nas matas e em estaleiros ao redor da cidade de Menongue.

Justificando o pedido de prorrogação da campanha florestal, os madeireiros alegam que só começaram a receber os certificados para a transportação da madeira em Outubro, um mês depois do arranque da campanha deste ano, daí a razão de terem muita madeira já cortada em estaleiros.

O presidente da Cooperativa dos Madeireiros do Cuando Cubango, Miguel Tchivo, disse, durante o encontro com o secretário de Estado, que muita madeira já cortada poderá deteriorar-se em consequência das chuvas que se abatem na região, caso não seja transportada brevemente para a cidade de Menongue. "Se as grandes quantidades de madeira que estão nos estaleiros se estragarem, os madeireiros terão danos irreparáveis, e o país também terá perdas, pois deixará de arrecadar os impostos pela comercialização", disse.

Miguel Tchivo disse que os locais de exploração de madeira estão situados a mais de 150 quilómetros da cidade de Menongue, onde é concentrado o produto e preparado blocos para tributação e comercialização. "Os madeireiros estão a correr contra o tempo, tendo

em conta a distância, o estado débil das vias de acesso, e o limite do tempo para a exploração e comercialização", sublinhou.

"Desde a campanha florestal de 2016 que os madeireiros na província recebem as licenças de exploração tardiamente, situação que tem contribuído também para acumulação de madeira fora do prazo estabelecido", disse.

Miguel Tchivo fez saber que a madeira Mussivi, explorada na província do Cuando Cubango, é comercializada na China, Vietname, arruma, Índia e Dubai.

Na óptica do presidente da Cooperativa dos Madeireiros, o Executivo deve potenciar os madeireiros angolanos com equipamentos modernos para que possam alentar a indústria deste sector no país. "Não se justifica que o país esteja a importar mobílias quando produz madeira de boa qualidade", realçou.

Miguel Tchivo disse que é preocupante o facto do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província não ter condições para desenvolver a actividade de fiscalização em todos os municípios. "É por falta de fiscalização que tem havido garimpo de madeira na região em grande escala, sobretudo por parte de cidadãos de nacionalidade chinesa", afirmou, para acrescentar "que o IDF sequer tem viatura para a fiscalização".

"A madeira, sendo o terceiro recurso natural mais valioso do país, deve merecer especial atenção do Executivo, bem aproveitado pode contribuir para alavancar a economia", opinou.

### Entrepasto de madeira

O secretário de Estado André Moda prometeu apresentar as preocupações dos madeireiros às entidades competentes, particularmente no que toca à prorrogação do período florestal. " Até novas medidas, a madeira que não estiver no entreposto até ao dia 31 de Dezembro não será exportada. Portanto, por enquanto, temos de cumprir escrupulosamente a lei".

André Moda disse que o Entrepasto de Fiscalização e Comercialização em Menongue, cujas obras estão na fase final, funciona desde Novembro de forma experimental, para permitir o controlo da exportação na presente campanha florestal. "Desde Novembro que está proibido a exportação da madeira sem passar pelo entreposto de Menongue, e o empresário que infringir esta norma verá o seu produto confiscado", advertiu.

O entreposto vai comportar várias áreas de serviço, designadamente balança, escritórios, espaço de recepção e processamento de madeira, estação de tratamento de lixo, zona de armazenamento e de controlo, classificação e processamento, área de contentorização, oficina, posto de combustível, estacionamento e zona de segurança.

As obras, orçadas em cinco milhões de dólares, estão a cargo da empresa chinesa CBTGC.

## 10.9 Mais de três mil pessoas vivem em zonas consideradas de risco

*Jornal de Angola*  
24 De Dezembro de 2018  
Texto: *Arão Martins*

Um total de 3.265 pessoas vive em zonas de risco na cidade do Lubango, província da Huíla, anunciou ontem o administrador local.

Armando Vieira, que prestou a informação na tradicional cerimónia de cumprimentos de fim de ano, disse que 1.242 pessoas que se encontram em zonas de risco já receberam lotes de mil metros quadrados e material para a construção de residências. O responsável disse que estão em curso trabalhos de requalificação das infra-estruturas integradas e o desassoreamento do rio Caculuar.

"Apesar dos trabalhos em curso, muitas pessoas continuam a construir casas e a depositar lixo nas margens do rio. Por isso, vamos reforçar o combate às construções anárquicas, pelo que alertamos os funcionários da administração que forem cúmplices nesses processos que serão responsabilizados criminalmente", advertiu. O administrador municipal do Lubango assegurou que no próximo ano a centralidade da Quilemba, que terá 800 residências, vai ter água corrente.

Em relação à Educação, anunciou a construção de escolas e, consequentemente, a redução do número de alunos fora do sistema de ensino.

"Existe actualmente no município do Lubango um elevado número de crianças fora do sistema de ensino. Portanto, trata-se de uma situação preocupante que em 2019 vai continuar a merecer prioridade", garantiu.

## 10.10 Apreendidos mais de três mil toros de madeira Mussivi

*Jornal de Angola*  
30 De Dezembro de 2018  
Texto: *Carlos Paulino*

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) da província do Cuando Cubango apreendeu na cidade de Menongue 3.702 toros de madeira do tipo Mussivi, cortados recentemente, depois da proibição do abate desta espécie em todo o país, informou ontem ao *Jornal de Angola* a chefe do Entreposto Provincial da Madeira.

Segundo Brígida Cândida, as quantidades de madeira apreendidas, que correspondem a 902,44 metros cúbicos, foram cortadas por seis empresas nos municípios de Menongue e Cuito Cuanavale. "Os gestores destas empresas sabem que está proibido, por um período de dois anos, o corte da madeira Mussivi em todo o país, mas ainda assim insistiram", disse.

Brígida Cândida disse que a madeira foi apreendida no Entreposto Provincial, numa altura em que agentes das empresas implicadas tentavam retirar o produto para comercializar no exterior do país. "Ao fazermos a vistoria demos conta de que a madeira ainda estava fresca, e logo concluímos que foi cortada há pouco tempo, depois da interdição decretada pelo Ministério da Agricultura", disse.

Devido à transgressão, as empresas foram multadas e a madeira revertida a favor do Estado. "Desta forma, pensamos desencorajar os empresários deste ramo que pretendem desafiar o Estado, atropelando a legislação em vigor no país", considerou Brígida Cândida, para acrescentar: "Apelo aos madeireiros que continuam a cortar a madeira Mussivi para pararem. O Instituto de Desenvolvimento Florestal está apenas a criar condições para, futuramente, Angola ter muito mais madeira deste tipo. Portanto, têm de ter paciência para colherem os frutos mais tarde, ao invés de abraçarem práticas incorrectas sujeitas a avultados prejuízos financeiros."

Segundo a responsável do Entrepósito, na campanha florestal em curso, que termina amanhã, as empresas do ramo da província foram credenciadas apenas com certificados para a exportação da madeira cortada em campanhas anteriores, sobretudo em 2016 e 2017. “Nesta altura foi cortada muita madeira de Mussivi, cujas quantidades ultrapassaram 100 mil metros cúbicos”, detalhou.

#### Condições do IDF

Brígida Cândida informou que a instituição que dirige controla 100 empresas que exploram e comercializam madeira, cujas actividades são desenvolvidas essencialmente nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale, Cuangar e Dirico, localidades com grandes recursos florestais, particularmente no que concerne à espécie Mussivi, das mais solicitadas nos principais mercados internacionais.

A actividade de fiscalização do IDF, de acordo com Brígida Cândida, é feita apenas por 12 agentes em toda a província. “O facto de termos poucos fiscais, aliado à falta de meios rolantes, encoraja as pessoas de má fé. A nossa floresta é intensa, e sem meios não conseguimos desempenhar a actividade de fiscalização. Precisamos urgentemente de mais fiscais, viaturas ou motas de quatro rodas vocacionadas para circular na mata”, disse.

“Está a ser possível apreender a madeira Mussivi, porque todo o produto tem de passar pelo entreposto para ser comercializado. De outro modo, ou seja por meio da fiscalização nas matas, não seria possível pelas razões que referi. Como a finalidade do entreposto é fiscalizar, controlar e comercializar não deixamos passar nenhuma irregularidade”, disse.

## 10.11 Comercialização de madeira rende nove milhões de dólares

*Jornal de Angola*  
30 De Dezembro de 2018

O país fez um encaxe de nove milhões de dólares norte-americanos, de Setembro a Dezembro deste ano, com a exportação de 22.341 metros cúbicos de madeira serrada, revelou na quinta-feira, em Luanda, o ministro da Agricultura e Florestas.

Marcos Nhunga, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano, disse que o montante foi depositado a favor dos agentes exportadores, em harmonia com a legislação em vigor, que condiciona a saída de madeira à confirmação pela banca nacional da entrada de cambiais no país.

No passado, as receitas resultantes da exportação de madeira, lembrou, beneficiavam outros países, em detrimento de Angola. Após uma fase "conturbada", caracterizada pela exploração desenfreada dos recursos florestais, prosseguiu, o sector vive actualmente um período de normalidade.

A estabilidade que se regista no sector, salientou, deve-se à aplicação consequente de um conjunto de medidas concebidas pelo Executivo, destinadas a melhorar e disciplinar a gestão dos recursos florestais.

No domínio das infra-estruturas, referiu, foram construídos seis entrepostos de produtos florestais nas províncias do Bengo, Benguela, Cabinda, Cuando Cubango, Luanda e Moxico, alguns dos quais funcionam em regime experimental.

No domínio técnico, as acções incidiram na modernização, padronização e informatização dos modelos de Licença de Exploração Florestal, Guia de Trânsito, Certificado de Origem, Certificado de Exportação de Produtos Florestais, Certificado Fitossanitário, Certificado de Produto em Estância, Certificado de Registro de Empresa de Tratamento da Madeira, Declaração de Fiel Depositário e Manifesto de Propriedade.

O trabalho de modernização, padronização e informatização dos modelos visou, fundamentalmente, garantir a fiabilidade dos documentos e tomá-los menos vulneráveis à falsificação.

As reformas no sector incluíram a revisão da legislação. Apesar de a nova Lei de Florestas e Fauna Selvagem datar de 24 de Janeiro de 2017, o documento que a regula só foi aprovado em Julho deste ano.

Ainda no quadro das medidas normativas, foi revogado o Despacho Interno n.º 15/2000, de 20 de Abril, do ministro da Agricultura e envolvimento Rural, sobre competências no licenciamento da exploração florestal.

O Ministério da Agricultura e Florestas assumiu a exclusividade da emissão de licenças de exploração florestal que, ao abrigo do referido despacho, era tratada em alguns casos a nível local.

Este ano, a campanha florestal foi aberta em Agosto, depois de um período de seis meses de suspensão de todas as actividades relacionadas com o corte, transporte e comercialização de madeira.

A medida, que entrou em vigor a 1 de Fevereiro, foi justificada na altura pela necessidade de repor a ordem no sector, face às crescentes denúncias de

abate, transporte e comercialização desordeira de madeira, com o envolvimento de estrangeiros.

#### Regras de exportação

Por força das reformas introduzidas no sector, a partir deste ano, os exportadores ficam sujeitos à apresentação de carta de crédito irrevogável ou comprovativo' de transferência emitida por um banco no estrangeiro a favor da conta do exportador em banco domiciliado em Angola, nos actos de exportação de produtos florestais, como condição prévia para o seu licenciamento.

Para garantir que as operações de prospecção, corte e concentração da madeira sejam feitas apenas por nacionais, o Ministério passa a exigir a apresentação dos contratos de eventuais parcerias com estrangeiros, para a verificação e validação.



11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO  
MINEIRA

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 Missão empresarial chinesa pesquisa mercado angolano

*Jornal de Angola*  
1 De Dezembro de 2018

Uma missão empresarial da cidade chinesa de Shenzhen chega este mês a Angola para contactos aos mais diferentes níveis e apresentar projectos de desenvolvimento assentes em parcerias público-privadas na Zona Económica Especial.

Segundo o embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, que esteve recentemente na região, os empresários têm interesse na agricultura, pescas, minas, infra-estruturas e aviação civil.

"Temos assistido a um aumento de manifestações de investidores chineses que abrem excelentes perspectivas para a redinamização da indústria nacional", disse o diplomata, sublinhando tratar-se de uma boa aposta para reduzir o desemprego e aumentar o rendimento das famílias.

Em Outubro, com o mesmo objectivo, cinco grupos empresariais de diferentes províncias chinesas visitaram o país e, também, manifestaram interesse em investir em áreas produtivas. "Isto quer dizer que a presença chinesa está a diversificar-se activamente", afirmou.

João Salvador dos Santos Neto teve encontros com representantes da Câmara de Comércio local, instituição com 1,7 milhões de associados de diversos ramos de actividade. Em Shenzhen, conhecida como a cidade tecnológica, pela constante inovação, o diplomata angolano reuniu com potenciais parceiros ligados às novas tecnologias, energia e petróleos, que manifestaram-se, também, disponíveis em aprofundar as relações económicas com Angola.

Shenzhen é uma das maiores e mais importantes cidades da China, localizada na província de Guangdong, Sul do país, a Norte de Hong-Kong. Foi a primeira cidade chinesa a abrigar uma zona económica especial, em 1979, que transformou radicalmente a cidade, figurando hoje como um dos principais centros financeiros, urbanos, culturais e administrativos da China.

Recentemente, o Presidente da República, João Lourenço, esteve na China e convidou o empresariado local a investir em Angola. A visita

culminou com a assinatura de quatro instrumentos jurídicos. Tratou-se do acordo para evitar a dupla tributação, de cooperação económica e técnica entre os dois países, da linha de Crédito entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério das Finanças, bem como um memorando de entendimento sobre os recursos humanos.

O Presidente angolano ressaltou o apoio da China no desenvolvimento de Angola e de África. "É opinião de todos, que o modelo de cooperação adoptado pela China corresponde às necessidades do desenvolvimento do continente, por produzir resultados tangíveis, com efeitos directos na melhoria das condições de vida das populações do continente africano", afirmou.

### 13.2 Linhas de crédito da China paralisam reabilitação da EN100

*Jornal Expansão*  
7 De Dezembro de 2018

As obras de reabilitação e de ampliação da estrada nacional (EN) 100, que faz a ligação de Cabo Ledo ao Lobito, estão paralisadas por falta de verbas das linhas de crédito da China, segundo o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida.

O governante explicou que os pagamentos por parte da financiadora do projecto "não estão a acontecer", alegando estar a resolver "a questão com os bancos chineses" para regularização da situação, alertando também sobre a gestão destas linhas de crédito.

"Estes financiamentos têm sido afiançados por parceiros económicos, através de linhas de crédito com a China que suportam a importação de bens e serviços fornecidos pelas empresas deste país. A linha de crédito com Portugal e com outros países, como a Alemanha e a Holanda destinam-se também a apoiar os bens e serviços das empresas dos seus países", revelou.

Há quatros anos que tiveram início as obras na estrada nacional 100, que faz a ligação entre as províncias de Luanda-Kuanza

Sul e Benguela. Uma das vias que mais acidentes rodoviários regista no País, ocorrendo 4 a 5 acidentes por semana, de acordo com o Instituto Nacional de Estradas de Angola.

No encerramento do 2.º Conselho Consultivo do Ministério da Construção e Obras Públicas, Manuel de Almeida falou num novo período de desenvolvimento nacional e alertou sobre a

necessidade de as empresas do sector adaptarem-se à possível redução dos custos das empreitadas públicas,

"O País vive hoje um novo ciclo político desafiador, mas tão natural quanto a evolução da sua própria história e dos acontecimentos internacionais, daí a necessidade de os funcionários da Construção e Obras Públicas adaptarem-se face a esta realidade", frisou.

A inauguração da ponte sobre rio Luachimo, no troço rodoviário entre Saurimo e Luena, na estrada nacional 180, está prevista para 15 de Dezembro, prevendo-se também para este mês, segundo Manuel Tavares de Almeida, o término das obras das estradas nas províncias do Cuanza Norte, Huambo e Malange, estando apenas em fase de sinalização.

Hamilton Cruz

### 13.3 Portugal ultrapassa China

*Jornal de Angola*

*11 De Dezembro de 2018*

A China foi ultrapassada por Portugal, que recuperou a liderança das importações angolanas no segundo trimestre do ano. Portugal foi o país que mais vendeu a Angola. As exportações cresceram cerca de 61 por cento face ao trimestre anterior e atingiram os 128.085 milhões de kwanzas. Entre Janeiro e Março, a China liderou a lista de países que mais venderam a Angola, com um volume total de 105.500 milhões de kwanzas. Durante o trimestre, Pequim destronou Portugal que liderava a tabela. As compras angolanas da China caíram 19,4 por cento do primeiro para o segundo trimestre. Pequim tem agora uma quota de 11,5 por cento nas importações angolanas.

O terceiro lugar da lista é ocupado pelo Reino Unido cujo volume de exportações para Angola cresceu mais de sete vezes. No segundo trimestre deste ano, a balança comercial angolana registou um saldo positivo superior em 17 por cento face ao trimestre precedente.

### 13.4 Cidadão chinês incentiva venda ambulante em Cacuo

*Jornal Hora H*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Ana Mendes*

A referida oficina está localizada em frente à estrada principal de Cacuo e é dirigida por um cidadão chinês denominado Tran Chu Nguyen Anh, que

supostamente tem sido protegido por elementos da polícia nacional bem posicionados.

"Este chinês faz e desfaz aqui no Município e diz que ninguém lhe faz nada, porque os angolanos são burros e fácil de dominar, ele ameaça até os seus clientes, mesmo o trabalho sendo mal feito usa arrogância para intimidar as pessoas", informou uma fonte.

"Já foi várias vezes à esquadra e minutos depois é solto. Quando chega aqui no serviço gaba-se e afirma", eu tenho dinheiro, os polícias são famintos e quando me vêm lá me recebem com respeito porque sabem que vou dar-lhes dinheiro na saída", salientou a fonte.

Em conversa com uma senhora que esconde os seus negócios na referida empresa, a mesma referiu que paga para esconder os seus produtos, mas também é lá, no interior do estabelecimento do chinês, que compram gelo e a embalam a água e gelados, entre outros.

De acordo com uma fonte próxima da estação de serviço, as senhoras que vendem água fresca, gasosa, quissangua, sacos e gelo têm preparado os seus negócios ali dentro. Como o estabelecimento está dividido em duas partes, uma de mecânica e pintura, e do outro lado a lavagem de viaturas, eles utilizam a parte de trás para estes negócios que o governo está a proibir.

Por outro lado os funcionários da referida empresa, afirmaram que os responsáveis da mesma empresa não respeitam os trabalhadores, não têm contrato de trabalho e quando são questionados sobre o assunto os mesmos ameaçam despedir. "Nós com o receio de perder o trabalho nos sujeitamos com as malandrices deles", lamentam.

"Estes chineses pagam-nos tão mal, por isso é que muitos os trabalhadores que já passaram por cá não demoraram e foram para outros serviços porque aqui há escravatura, nós bebemos água imprópria e nos alimentamos mal enquanto eles comem e bebem do melhor", afirmaram os trabalhadores.

A empresa não cumpre com as leis estabelecidas no país; "nós os funcionários trabalhamos sem direito a férias, não pagam a segurança social, os Impostos de Rendimento dos Trabalhadores IRT, não se respeitam as horas de trabalho e até os meios de segurança profissional não temos, somos obrigados a trabalhar com meios próprios, como máscaras, botas, capacetes e os uniformes", afirmou um dos funcionários.

### 13.5 Casino Baoli viola lei do estado

*Jornal Hora H*

*14 De Dezembro de 2018*

*Texto: Ana Mendes*

"Estamos submetidos a maus tratos, aqui no Baoli bebemos água de uma proveniência duvidosa que os próprios donos não aceitam consumir; não há alimentação para os trabalhadores, não podemos descansar, sofremos descontos no nosso dinheiro injustamente, as casas de banho não estão em condições e tantas outras ilegalidades que temos vivido desde a criação desta instituição", acusaram.

"Já reclamamos aos nossos supervisores para informarem a direcção da empresa, mas até agora nada está a ser feito, há colegas que já desmaiaram enquanto exerciam as suas funções dada a carga de serviço e o que mais nos preocupa são as condições de trabalho. Aqui entra muito dinheiro todos os dias e não compreendemos porque é que não melhoram as condições", contou uma funcionária.

Os funcionários salientaram ainda que têm apenas um dia de folga por semana. O local onde tentam descansar, "Staff", não tem condições e "até somos proibidos de dormir quando estamos a fazer noite, mesmo quando nos rendemos entre colegas. Se te encontram a dormir sofres logo um desconto no salário, portanto o que temos passado aqui no Baoli é desumano".

"No que concerne aos salários, nós ganhamos setenta mil Kwanzas por mês e se o funcionário faltar é descontado, por cada falta, quinze mil Kwanzas e não dizem porque é que fazem isso", informaram.

"O proprietário do Hotel e casino Baoli é um cidadão de nacionalidade chinesa e é conhecido por Mister Pool e a sua esposa Madame Zu. Ambos são protegidos por um comissário mais conhecido por Vaz".

"Há muita discriminação entre funcionários chineses e angolanos. Os seus conterrâneos têm direito a alimentação, água mineral, descansam, bebem o que lhes apetece, conversam entre eles e os seus amigos nacionais e nós não temos este direito. Se te encontrarem a falar com um cliente ou colega enquanto estiveres a trabalhar és expulso do serviço", disse uma fonte.

"Eles não pagam os Serviços de Segurança Social dos trabalhadores, o IRT e muitos outros serviços que servem para arrecadação de receitas para os cofres do Estado, portanto esta empresa tem estado a roubar os angolanos", salientou.

Continuando, a fonte refere ainda "eles trabalham com pessoas que acham que podem tirar proveito delas. Se não não fores da convivência deles, por qualquer falha eles mandam-te logo para a rua sem indemnização e pagam apenas os dias que trabalhaste".

Há prostituição no Casino Baoli

"Alguns chineses envolvem-se com as trabalhadoras a troco de dinheiro e isso é prostituição. Recentemente uma colega foi expulsa pelo Mister Pool por ter-se envolvido sexualmente com um funcionário do bar e chegou aos ouvidos de todos. O que eles preservam sempre é fazer as coisas às escondidas", revelou.

De acordo com a sua informação, há altos dirigentes que lá vão jogar e encontram as mulheres ali. "Sabe-se que onde há bebida e música todos os dias atraem a sociedade, portanto os chineses se prostituem e os angolanos também fazem o mesmo".

"Já estive cá uma equipe de fiscalização mas tudo foi resolvido no gabinete do Mister Pool; estamos aqui a sofrer como se fôssemos escravos ou cães sem dono no nosso próprio país", afirmaram os trabalhadores, acrescentando: "Nem sequer vêm ter com os funcionários para saber como é que as coisas funcionam na referida instituição; o que lá se vive é lastimável".

Considerando o exposto, o Hora H contactou a direcção do casino Baoli, na pessoa do senhor Afonso António da Silva, responsável do referido casino que, no princípio, negou todas as acusações, mas no momento do contraditório confirmou mesmo algumas acusações e até avançou que "a instituição está com a papelada em atraso quanto à inscrição dos funcionários no INSS", referiu.

### 13.6 China sonda áreas para investimento

*Jornal de Angola*

*22 De Novembro de 2018*

*Texto: Alfredo Ferreira*

Empresários chineses da província de Hunan manifestaram, ontem, em Caxito, Bengo interesse em investir nos ramos da agricultura, cultura e turismo da província.

O vice-governador da província de Hunan, He Boaxiang, que chefiou a comitiva chinesa, disse que o núcleo de empresários que está de visita ao Bengo pretende ainda investir na construção de infra-estrutura. "A província do Bengo tem muitos

recursos naturais, que, bem explorados, podem impulsionar o crescimento da região", frisou.

Por seu lado, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, disse que a delegação chinesa também pretende cooperar com a província que dirige nos sectores da indústria pesqueira e recursos minerais. "Como pretendemos alavancar todas essas áreas da província, temos de aproveitar a boa vontade do Governo chinês de fazer investimentos na nossa terra. Portanto, tudo nos leva a crer que a médio prazo podemos obter resultados satisfatórios", frisou.

Mara Quiosa disse que uma das prioridades do seu elenco é redução do número de desempregados, daí a necessidade de investimentos de grande porte para a geração de postos de trabalho. "Recebemos convite para participar, em Junho de 2019, na Feira Comercial China-África, onde teremos oportunidade de conhecer as potencialidades da China e definir as áreas que interessam para estabelecermos uma cooperação multissetorial", avançou a governadora.

A província do Bengo, uma região, com grandes potencialidades agrícolas, tem 356 mil e 641 habitantes. A mandioca, milho, batata doce, feijão, banana, ginguba e a batata rena fazem parte das principais culturas produzidas por 70 por cento da população.

### 13.7 Empresários de Hunan garantem investimentos

*Jornal de Angola*  
23 De Dezembro de 2018  
Texto: Alfredo Ferreira

Os empresários chineses da província de Hunan têm fundos para investir em negócios relacionados com a agricultura, turismo, cultura, processamento alimentar e construção de infra-estruturas do Bengo.

O vice-governador de Hunan, He Boaxiang, referiu que a implantação de empresas chinesas no Bengo pode levar a dinamização da actividade económica e criação de mais empregos.

He Boaxiang afirmou que as empresas de Hunan encaram os recursos do Bengo, incluindo o litoral bem servido de recursos marinhos como uma área a explorar no que recebeu a concordância de Mara Quiosa.

Mara Quiosa, a governadora do Bengo disse à imprensa, depois do encontro com o responsável de Hunan que as autoridades locais estão empenhadas em dinamizar os negócios nos ramos da indústria

pesqueira, recursos minerais, agricultura e outros sectores de actividade.

"Temos todo o interesse em cooperar nessas áreas de acção e queremos acreditar que, com esses investimentos, conseguiremos, a médio prazo, alcançar grandes objectivos em termos de desenvolvimento da nossa província" disse a governadora Mara Quiosa.

A governadora foi convidada a participar, em Junho de 2019, numa feira comercial da China com parceiros do continente africano.

### 13.8 Moçamedes acolhe expo Angola e China

*Jornal de Angola*  
25 De Dezembro de 2018  
Texto: João Upale

A Embaixada da China vai organizar uma exposição fotográfica na cidade de Moçamedes, Namibe, quinta-feira, e prolonga -se até sábado, para celebrar o 35º aniversário das relações diplomáticas entre Angola e a China.

A informação foi divulgada ontem pelo governador da província, Carlos da Rocha Cruz, num encontro de esclarecimento com alguns membros do seu pelouro, directores e representante da Angop, Edições Novembro, TPA e RNA. De acordo com um comunicado do governo provincial, uma delegação chinesa teve um encontro com o governador Carlos da Rocha Cruz, em que se abordou a celebração da data.

O documento refere que a exposição, segundo sugestão do embaixador da China, Cui Aimin, deve ser feita em local público, com luz natural (sol), e que permita albergar nos painéis.

O porta-voz da Embaixada chinesa, José Wang, confirmou ao Jornal de Angola que a mostra acontece e que há resposta positiva do Governo do Namibe. A delegação chinesa permanece no Namibe até ao dia 30.

### 13.9 Solidariedade chinesa acalenta duzentos órfãos no Kalawenda

*Jornal OPAÍS*  
27 De Dezembro de 2018

Mais de duzentas crianças órfãs do bairro Kalawenda, no município do Cazenga, beneficiaram de apoio da

associação dos chineses voluntários de forma a reduzir as dificuldades sociais que atravessam.

Os menores, cuja maioria enfrenta sérios problemas de saúde, receberam consultas médicas gratuitas nas mais diversas especialidades, como a oftalmologia, dermatologia, ortopedia e clínica geral. Os casos mais graves passarão a ser seguidos por um grupo de médicos chineses em clínicas privadas espalhadas por Luanda.

Ainda de forma a assegurar uma quadra festiva com menos dificuldades, às crianças órfãs, bem como a outras centenas de famílias necessitadas, o grupo de chineses ofereceu ainda cerca de duas toneladas de produtos diversos, aos mais de 160 mil habitantes que o bairro alberga.

O conjunto, constituído por materiais escolares, bens alimentares, vestuário, calçados, brinquedos diversos e artigos domésticos, vai contribuir para a redução das dificuldades que aquelas famílias enfrentam.

Já as senhoras viúvas do bairro, cujos maridos faleceram por diversas causas, receberam valores em dinheiro a partir de 20 mil kwanzas que vão ser aplicados em pequenos negócios de forma a criarem renda e independência financeira.

No acto, João Shang, presidente da Associação dos Chineses Voluntários, fez saber que o gesto faz parte de um conjunto de acções de solidariedade que a sua organização tem vindo a desenvolver há mais de quatro anos de forma a ajudar quem mais necessita.

Segundo o responsável, esse gesto tem sido possível porque, dentro dos marcos de cooperação entre a China e Angola, o grupo de chineses que trabalha e vive no nosso país compreendeu que, para além de ganharem dinheiro' devem estar mais próximos das pessoas que mais sofrem.

"Se todos contribuirmos com pouco, poderemos ajudar as outras pessoas a saírem da dificuldade. E a relação Angola e China tem como objectivo principal a solidariedade", frisou.

Por seu lado, a administradora distrital do Calawenda, Ana Carlos, fez saber que a zona que administra é das mais carenciadas do município do Cazenga. Com um número de habitantes acima das 160 mil pessoas, a responsável fez saber que a circunscrição carece de uma série de serviços básicos, situação que tem vindo a dificultar a vida da população local.

Porém, no seu entender, o gesto da comunidade chinesa poderá ajudar a minimizar as necessidades básicas no seio das famílias.

### 13.10 China destaca contributo na reconstrução de Angola

*Jornal de Angola*

*31 De Dezembro de 2018*

*Texto: Manuel de Sousa*

A China ajudou Angola a construir e reconstruir mais de 2.800 quilómetros de caminho-de-ferro, 20 mil quilómetros de estrada, mil habitações sociais, 100 escolas e 50 hospitais e fornece formação para mais de 2.500 jovens angolanos, afirmou na sexta - feira, em Moçamedes, o embaixador chinês, Cui Aimin.

"As empresas chinesas têm implementado os projectos do Kilamba, centro hidroeléctrico de Caculo Cabaça, o ciclo combinado do Soyo, o novo Aeroporto Internacional de Luanda e várias acções nas áreas da Agricultura, Indústria de processamento e manufactura"; salientou o diplomata, ao intervir na abertura da exposição fotográfica para assinalar o 352 aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

O embaixador garantiu que, nos últimos 35 anos, as relações bilaterais entre os dois países têm-se tornado cada vez mais estreitas, resultando em abundantes frutos em todas as áreas da cooperação.

A nível da província do Namibe, o diplomata destacou a construção da Academia de Pescas e Ciências do Mar, duas centralidades e novos sistemas de abastecimento e tratamento de água nos municípios do Camuciuo e Bibala, os dois institutos médios-técnicos da localidade do Saco-Mar e outros projectos.

Actualmente, informou o embaixador, a China é o maior parceiro comercial de Angola, que é, por sua vez, o segundo maior parceiro da China em África.

Cui Aimin recordou que o Presidente chinês, Xi Jínping, e o Estadista angolano, João Lourenço, realizaram encontros em varias ocasiões, orientando a nova direcção do desenvolvimento das relações sino-angolanas.

A China, de acordo com o diplomata, está disposta a implementar, em conjunto com a parte angolana, os frutos da Cimeira de Pequim China - África.

Por ocasião do 352 aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, a Embaixada da China organizou, além da exposição fotográfica, um ciclo de cinema chinês, espectáculos culturais e jogos amistosos de basquetebol.

A exposição tem retratos da recente visita do Presidente João Lourenço à China, do Fórum de cooperação China - África, encontro das Primeiras-Damas e imagens que espelham o potencial socioeconómico do gigante asiático.

O administrador municipal de Moçamedes, João Ernesto dos Santos, destacou a importância da cooperação entre os dois países, que tem resultado em ganhos no capítulo diplomático, comercial e de amizade.

A escolha da cidade de Moçamedes para a exposição fotográfica, segundo o administrador demonstra o carinho e apreço do Governo chinês com a província do Namibe, onde foram erguidas grandes infra-estruturas. "Acreditamos que essa parceria vai continuar em prol do desenvolvimento da nossa província", salientou.